

SUMÁRIO

PARTE I

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

CIDADANIA DIGITALIZADA MISSÃO DA EDUCAÇÃO/1

*Luiz Augusto de Moraes Rayol
John Assunção de Souza
Pedro Sá
Rosângela Albélia Rodrigues Rabelo*

CLOUD LEARNING UM PRODUTO PARA CONTRIBUIR NA COFORMAÇÃO TECNOLÓGICA DOS PROFESSORES: PROBLEMAS, DESAFIOS E POTENCIAIS SOLUÇÕES/13

*Karine Barbosa Soares
Everaldo Marcelo Souza da Costa*

CULTURA DA PAZ RECRIANDO NOVAS RAÍZES POR MEIO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR/33

Eurilene do Rosário Galúcio Rêgo

DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA PLATAFORMA ENEM PARÁ/44

*Letícia Waléria Silveira dos Santos
Angelo Rafael de Araújo da Silva
Thalita Carvalho Bezerra
Yuri Vidal Santiago de Mendonça
Everaldo Marcelo Souza da Costa*

(EN) CANTARES AMAZÔNICOS: POESIA AMAZÔNICA EM TEMPOS DE PANDEMIA/61

Francisco Hermeson Sampaio de Sousa

INOVAÇÃO X PANDEMIA: GRAU DA INOVAÇÃO EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE UM BAIRRO PERIFÉRICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-PA/74

*Renata Novaes da Silva
Romeu Melo Ferreira*

MEDIAÇÃO DE CONFLITO NAS UNIDADES INTEGRADA DE POLÍCIA (UIPPS) NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/88

Eurilene do Rosário Galúcio Rêgo

DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA PLATAFORMA ENEM PARÁ/98

*Letícia Waléria Silveira dos Santos
Angelo Rafael de Araújo da Silva
Thalita Carvalho Bezerra
Yuri Vidal Santiago de Mendonça
Everaldo Marcelo Souza da Costa*

PARTE II
GESTÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A GESTÃO DOCUMENTAL À LUZ DO DIREITO À INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA FSCMPA/114

Maria Elvira Rodrigues Coelho

EFETIVIDADE POLICIAL EM BELÉM/PA POR MEIO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DIRECIONADO - POD PELO 2º BPM NO PERÍODO DE 2019 E 2020/129

Jorge Fabrício dos Santos

Allan Sullivan Dias de Souza

Zildomar Silva de Souza Júnior

GESTÃO E INOVAÇÃO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DE AUTORES EUROPEUS, NORTEAMERICANOS E BRASILEIROS/146

Hinton Hennington Portilho Bentes Neto

Yasmin Cantuária Moutinho dos Santos

Aline Christian Pimentel Almeida Santos

INOVAÇÃO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DE OBRAS: IMPLANTAÇÃO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO - RDC NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC/PA/162

Nicolas Pinto Alves

Lívia Donza Barroso

João Patrício de Lima Júnior

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: O SOFTWARE APLICATIVO BAPM DIGITAL ENQUANTO MEIO DE REGISTRO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES OPERACIONAIS NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ/178

Jorge Fabrício dos Santos

Albino Rodrigues Lima

José Ivan da Luz Rodrigues

GCIT - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SIG-UEPA): UMA ABORDAGEM DA GESTÃO POR PROCESSOS PARA O MONITORAMENTO DO PPA E DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/196

Elinne Salgado Ferreira

Léony Luis Lopes Negrão

Mariana Pereira Carneiro Barata

PARTE III
ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO BÁSICA E INCLUSÃO SOCIAL: BREVE ANÁLISE DO PPA 2016-2019 DO PARÁ/211

Dualyson de Abreu Borba

Rosana Pereira Fernandes

Eduardo José Monteiro da Costa

PARTE IV
POLÍTICA PÚBLICA E GOVERNANÇA

PROTEÇÃO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA DOS TRABALHADORES NOS AMBIENTES DE TRABALHO ATRAVÉS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ/228 *Marcelo Viana Branches*

GESTÃO PÚBLICA: O PAPEL DO CONTROLE INTERNO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO/242

Sérgio Santana Rocha

Jax Nildo Aragão Pinto

PARTICIPAÇÃO E INCLUSIVIDADE NOS CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO PARÁ/257

Vânia Katia Dantas Elias

Cidadania Digital – Uma missão da educação

Luiz Augusto de Moraes Rayol

FAPESPA – luiz.rayol@fapespa.pa.gov.br

John Assunção de Souza

FAPESPA – john.souza@fapespa.pa.gov.br

Pedro Sá

UEPA – pedro.sa@uepa.br

Rosângela Albélia Rodrigues Rabelo

UEPA - roalbelia@hotmail.com

Resumo

Este trabalho propõe uma atividade de estímulo à cidadania digital por meio de uma ferramenta colaborativa, para preparação dos estudantes para os perigos do mundo virtual. Seu objetivo principal é desenvolver a capacidade de enfrentar ou prevenir situações indesejáveis no mundo da internet, como o cyber bullying, fake news ou fraudes, buscando o compartilhamento das melhores soluções de problemas de forma simples e atrativa aos alunos, avaliando o desempenho desse recurso em conjunto com a equipe de professores e alunos.

Constatou-se como objetivos secundários que os próprios professores estariam em constante aprendizado, visto que muitos alunos dominam o uso de tecnologias e internet, mas desconhecem o conceito de cidadania. Vale ressaltar ainda que devido ao momento pandêmico e a rotina profissional, essa ferramenta poderá ser um recomeço ideal as aulas.

Destaca-se assim como considerações finais, a iniciativa de buscar o elo entre o mundo digital e a cidadania para desenvolvimento humano dos alunos por meio da computação e apoio dos pais e os profissionais da educação envolvidos. Essa ligação será a base da formação dos resultados, que serão analisados e poderão indicar novos caminhos para trabalhos futuros.

Palavras-chave: Cidadania Digital, educação, internet.

1 Introdução

As profundas transformações vivenciadas pela sociedade informacional afetam a vida dos indivíduos que dela participam. Essas transformações constituem novas formas de relacionamento e convívio social, sem precedentes, pois, os cidadãos comuns são

inseridos em um mundo virtual em que a comunicação ocorre de modo instantâneo (imediatos) e em tempo real com qualquer lugar do mundo. Contudo, essas transformações criam ainda mais uma modalidade de exclusão, a exclusão digital ou virtual, pois, parcela expressiva da população é privada dessa tecnologia de informação e comunicação, uma situação grave, pois, como afirma o IPEA (2010), a internet é o canal por onde é transportado o principal ativo do século XXI: o conhecimento.

Na sociedade de mercado, o estado assume papel de mediador das relações, toda via, ele não pode se ausentar enquanto promotor de políticas públicas inclusivas, nesse caso, inclusão e cidadania digital, e assim, inserir o país na sociedade da informação mundial, já que a exclusão de parcela da sociedade compromete o desenvolvimento dos estados brasileiro, de forma mais contundente as regiões norte e nordeste por serem as mais carentes e menos desenvolvidas e, portanto, onde se localizam o maior número de pessoas marginalizadas na periferia do conhecimento.

O Ministério das Comunicações (BRASIL, 2010), mantém em execução o Plano Nacional de Banda Larga. O mesmo desenvolve uma infraestrutura de telecomunicação com tráfego de informação contínuo e ininterrupto para assegurar o acesso da sociedade e assim assegurar a relação entre as atividades humanas e as tecnologias digitais, as quais, conforme Santos (2010) darão voz aos excluídos.

O mundo virtual faz parte das transformações sociais, políticas e econômicas vividas pelo capitalismo globalizado. Contudo, essas transformações ocorrem de forma muito rápida e é imprevisível, logo, tudo é efêmero, temporário. Diferentemente de épocas anteriores, em que as mudanças eram lentas, os laços sociais eram fortes e coesos, e tinha-se um controle maior sobre o mundo. Nessa sociedade tudo é incerto, essa instabilidade também é causada pelas novas tecnologias e o mundo virtual.

Uma das consequências desse mundo virtual é o fomento do individualismo, pois, enquanto até certo período as pessoas se reuniam para fazerem as principais refeições, assistiam as programações televisivas em família, compartilhavam programações, interagiam efetivamente, havia laços afetivos coesos. Com essa nova mídia as pessoas se distanciam mesmo presente, se isolam mesmo estando

acompanhadas e em espaços coletivos. Nunca o consumo pela informação foi tão incentivado como no momento atual.

A informação se torna um produto de consumo. E essa nova necessidade de consumo leva os seus usuários a consumirem informações fúteis, efêmeras, falsas, sem conteúdo, apenas para a descontração. A qualidade perde espaço para a quantidade, ao mesmo tempo em que a verdade torna-se apenas um viés ideológico, na análise de teóricos, como Barbosa (2019), denominado de pós-verdade e se dissipa com muita facilidade. Vive-se um momento em que não é somente a divulgação da mentira como ocorria até a pouco tempo atrás, mas uma produção em massa de fake news com o intuito de manipular as massas, subjugar adversários transformados em inimigos e conquistar poder.

Assim surge uma nova classe de consumidores. Consumidores em rede de um mundo virtual frágil, efêmero, superficial que se desfaz com muita facilidade, ao mesmo tempo em que prevalece o senso comum, a ignorância e o retrocesso humano.

Aparentemente as pessoas em geral podem estar levando uma vida normal com seus valores, crenças, hábitos, ideologias e costumes. Pode-se não perceber uma mudança abrupta daquilo que dá sentido a vida humana e assim, as coisas que possuem importância, permanecem tendo importância aos olhos de todos. Mas se fecha em uma prática cotidiana a qual se opõe aos valores de uma sociedade saudável em que compromete uma vida de qualidade.

2 Referencial teórico

Nem sempre é possível proteger totalmente da desinformação ou de informações falsas, mas, ensinar a lidar com situações difíceis on-line é algo que pode ser feito em sala de aula ou no trabalho.

O professor pode promover conversas abertas e honestas com seus alunos e ensiná-los estratégias para receber ajuda e suporte. Todos os alunos aprendem desde cedo a se protegerem em casa, na sala de aula e, mais importante, na rua. Eles são ensinados a prestarem atenção no que acontece ao seu redor e a tomarem cuidados com os objetos pessoais. O mesmo princípio se aplica no mundo on-line, mas em vez de objetos pessoais estamos lidando com informações pessoais e acesso a contas on-line.

Outro exemplo comparativo seria ensinar as crianças a prestar atenção ao atravessar a rua ou não falar com estranhos, também é necessário ensinar as crianças a se proteger no ambiente on-line.

“A educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate” (FREIRE, 1983b, p. 104).

Os dispositivos móveis mudaram nossa forma de acessar os serviços on-line. Os pais dão smartphones para seus filhos cada vez mais cedo, e os tablets já fazem parte das salas de aula para ajudar os alunos a desenvolver habilidades digitais. Desta forma, a tecnologia torna-se ferramenta indispensável no processo de ensino e aprendizado. Contudo, sem orientação e acompanhamento técnico devidamente trabalhado para o uso eficiente dessas ferramentas, as mesmas, além de não contribuírem para o desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos, contribuem ainda, para o fomento de realidades virtuais desconectadas do mundo real.

Como os dispositivos móveis são muito pessoais e têm vários usos, de redes sociais a serviços bancários on-line e muito mais, é importante saber como usá-los com segurança, qualidade, responsabilidade e eficiência. Por isso sua inserção em sala de aula didaticamente é indispensável na formação dos alunos.

A cartilha oficial de segurança de redes da Cert.br cita que: Independente do tipo de tecnologia usada, ao conectar o seu computador à rede ele pode estar sujeito a ameaças, como: furto de dados, uso indevido de recursos, varredura, interceptação de tráfego, exploração de vulnerabilidades, ataque de negação de serviço, ataque de força bruta, ataque de personificação.

A privacidade e a segurança on-line são dois componentes importantes da cidadania digital que podem parecer complicados, por isso é importante começar com o básico. Um bom ponto de partida é ensinar os alunos a valorizar e proteger suas informações pessoais da mesma forma que valorizam e protegem seus objetos pessoais. Um desafio ao tratar de privacidade e segurança on-line é a falta de respostas "certas" e "erradas". Como não há uma abordagem única para todos, é importante fornecer aos alunos informações adequadas à idade e incentivá-los a pensar por conta própria. Isso

permitirá que eles cheguem às suas conclusões e estabeleçam limites éticos justos e atendam às suas necessidades.

Esses limites têm a mesma importância na vida real como no mundo virtual. Ensinar aos alunos desde pequenos, a importância de uma senha forte, as consequências de se compartilhar a senha ou ter uma senha fraca, ter uma variedade de senhas. Portanto, por exemplo, explicar por meio da matemática porque utilizar letras e números em senhas é fundamental, faz uma integração entre cidadania e escola muito forte.

Outro exemplo, hábitos que são valiosos para seus alunos, como acesso às contas de e-mail e de redes sociais, também podem ser valiosos para outras pessoas, por isso eles precisam protegê-las com senhas fortes.

Laudon e Laudon (1999, p. 270) explica que: Três importantes aspectos da segurança são: garantir a segurança dos dados, proteger os PCS e redes e desenvolver os planos de recuperação dos desastres que afetam os sistemas de informação. Todos esses aspectos exigem mais atenção agora do que antes devido à crescente dependência em relação às redes e à internet.

Nota-se a importância em compreender melhor o motivo de proteger suas informações pessoais, respeitar a privacidade dos outros e ser bons cidadãos digitais. Vale a pena ter cuidado com mensagens sobre "ganhar" ou conseguir algo "grátis" que pareçam boas demais para ser verdade. Geralmente, elas são falsas. Sempre usar o pensamento crítico antes de agir e atentar às tentativas de phishing, ou seja, um tipo de invasão, alguém finge ser um contato confiável e usa um e-mail, uma mensagem de texto ou outra forma de comunicação on-line para capturar dados, como usuários de login ou detalhes da conta.

Contudo, discutir cidadania digital na sala de aula nem sempre é fácil, e embora possa ser um assunto delicado, é extremamente importante para manter as linhas de comunicação abertas para que os alunos se sintam confortáveis e seguros para falar com os adultos sobre suas experiências on-line. Desta forma, buscar meios para o desenvolvimento ético do uso de tecnologias e o desenvolvimento de consciência crítica do alunado.

Paulo Freire (1989) já afirmou: ”Todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre”.

Vale a pena esclarecer que a Internet não é um espaço ruim. Muito pelo contrário, porém se deve alertar sobre os riscos envolvidos aos alunos.

Não é necessário citar que sempre se deve ficar distante de problemas quando encontrar um, seja on-line ou não. Permanecer seguro na internet consiste em ser capaz de identificar fraudes e entendendo que, quando algo parece ser bom demais para ser verdade, provavelmente é falso.

Independente da idade dos alunos é fundamental que eles aprendam que nunca se deve compartilhar a senha com terceiros, principalmente amigos. A verdade é que eles precisam ser orientados e direcionados para agir bem on-line.

Vale a pena lembrar também que a Internet não é um espaço privado, os alunos precisam saber que toda ação on-line é permanente. Atitudes erradas e impulsivas, motivadas pela facilidade de comunicação web, acabaram criando o bullying virtual, por exemplo.

Sobre o bullying virtual pode-se citar aos alunos como estratégia de como lidar com pessoas que praticam bullying: ignorar, não revidar, guardar provas do bullying, bloquear essas pessoas on-line e por fim denunciar para um adulto.

Contudo por mais que se tente proteger os alunos e mostrar estratégias de segurança, algo sempre pode dar errado. Tratar outras pessoas mal não é um problema que ocorre apenas nas interações presenciais. Quando esse tipo de comportamento ocorre on-line, ele também magoa e é difícil de lidar. Por isso, os alunos precisam estar preparados. A reação ao bullying virtual e o desenvolvimento da resiliência são dois pontos que sempre podem ser aprimorados.

O conceito de resiliência é superar adversidades e ele deve ser integrado ao ensino de cidadania digital. Se estes preceitos forem trabalhados corretamente ao longo da vida escolar, os alunos desenvolverão a confiança necessária para enfrentar o bullying virtual, por exemplo.

Formar um grupo de trabalho ou de discussão entre alunos é uma forma eficiente de desenvolver a capacidade de intervenção dos estudantes em relação a esse assunto.

A Internet tem o poder de amplificar a intensidades das palavras, e isso pode ser usado para disseminar positividade ou negatividade. Logo, existe a necessidade da conscientização dos estudantes que eles devem sempre usar a internet para espalhar positividade, respeitar diferenças, evitar que informações prejudiciais ou falsas se espalhem, ou seja, fake news, não transmitam esse tipo de mensagem a outras pessoas.

Para tal feito se pode realizar o bloqueio de comportamentos inadequados ou mal-intencionados na Internet, apoiar as pessoas que sofrem bullying, incentivar as crianças a enfrentar e denunciar o bullying na Internet.

Sempre vale a pena ressaltar que, na dúvida, abrir o debate com alguém é a melhor opção e essa orientação se aplica a todas as interações digitais: esclarecer as regras e expectativas da família ou da sala de aula a respeito da tecnologia e entender as consequências do uso inadequado desses recursos.

No contexto educacional, o uso da tecnologia possibilita uma integração dos conteúdos pedagógicos com os alunos com uma grande variedade de opções. Esse fato reflete nas questões relacionadas à formação de professores e a tecnologia, principalmente, no prosseguimento da formação continuada uma vez que a tecnologia tem como característica a constante renovação.

Deste modo, revisar na formação inicial e continuada do professor é necessário para o fortalecimento da educação, permitindo ao professor maior autonomia no uso das tecnologias digitais, implantando assim, produção de conhecimento por meio das praticas pedagógicas.

Essa revisão passa pela reavaliação do papel do professor, e conseqüentemente pela formação inicial dos futuros professores. As licenciaturas precisam preparar os futuros docentes para o uso eficaz das tecnologias. A Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN (BRASIL, 1996) no artigo 62 trata dos tipos e modalidades dos cursos de formação inicial de professores, busca a melhoria na preparação da formação superior dos professores, apontando para isso alguns caminhos que vai desde a formação inicial à continuada.

Nesse sentido, vale a pena citar a RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação

plena, em suas orientações preconizam no Art. 2º, inciso VI “o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores” (BRASIL, 2002). Logo, as Diretrizes Curriculares Nacionais definem a importância da utilização das tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem.

Diante das exigências decorrentes da presença das tecnologias digitais no contexto educacional faz-se necessário repensar o fazer pedagógico, de modo que atendam às necessidades educacionais. Essa é uma tarefa que requer uma ação política de formação inicial e continuada consistente, emergindo em mudanças no cenário educacional e em discussões teóricas e práticas que propiciem o avanço no conhecimento tanto do professor quanto do aluno.

Para tanto, o professor deverá levar em consideração as potencialidades, as individualidades de cada aluno, estimulando processos educativos em que o aluno possa desenvolver-se autonomamente, numa perspectiva de apropriação e produção do conhecimento. Esse comportamento somente será possível se o professor experimentar na sua formação novas formas de conduzir os processos educativos, o uso ativo e crítico das tecnologias.

Desta forma, os futuros professores precisam aprender a refletir acerca do uso das tecnologias digitais para que possam orientar seus alunos de forma crítica, de modo que não sejam manipulados por elas. Ao contrário, os alunos precisam manipular as tecnologias digitais no sentido de assegurar a apropriação e a produção do conhecimento. Mesmo considerando que a formação inicial é muito importante, ela por si só não dá conta de atender a atual demanda educacional que se apresenta em constante mudança. Nesta perspectiva, a formação inicial se caracteriza como a obtenção de determinados princípios indispensáveis para a função e a atuação que o futuro professor terá que desempenhar. Nesse contexto, a formação continuada de professores permitirá ao professor dar continuidade a aquisição de conhecimentos específicos de sua profissão.

De fato, estamos diante da produção de novos conceitos educacionais, exigindo que deixemos de lado alguns dos velhos paradigmas, como o velho paradigma de educação pautada apenas na transmissão do conhecimento, que tem o conhecimento

concebido como algo acabado, centrado apenas no professor, no ensino, em que o aluno simplesmente recebe informações passivamente. A postura do professor como o único detentor do saber já não tem mais espaço na sociedade contemporânea, faz-se necessária mudança de atitude, frente às exigências da sociedade atual.

No entanto, essa necessidade não pode significar o abandono de antigas concepções, de antigos paradigmas, mas sim, a incorporação de novos conceitos a fim de que se assegure que o processo de formação continuada de professores para o uso das tecnologias digitais se revele em sua prática pedagógica.

O professor que possui essa concepção terá melhores condições de utilizar as tecnologias na criação de um ambiente propício para que o ensino e a aprendizagem se constituam, construindo uma nova articulação entre a tecnologia e a educação. Essa articulação requer a clareza para compreender que os meios tecnológicos não se restringem simplesmente a sua utilização como inovações didáticas, mas sim como meio para se alcançar o conhecimento por meio da utilização pedagógica desses recursos.

3 Metodologia

Para a elaboração deste projeto, é necessário o seguimento de algumas etapas, em ordem: reunir bibliografia sobre o tema; desenvolver a fundamentação teórica do tema; desenvolver a ferramenta colaborativa para tornar o aprendizado mais atraente; coletar dados e informações através da ferramenta; analisar e interpretar os dados coletados, comparando-os com os dados obtidos a partir da análise da teórica; e por fim desenvolver considerações sobre trabalhos futuros

Em paralelo, para a realização desse projeto, primeiramente irá ser realizado um estudo sobre a realidade da escola e se propor inserir o tema de cidadania digital como uma atividade avaliativa extra para os alunos com o objetivo de despertar o interesse dos mesmos sem obrigatoriedade e utilizando uma ferramenta colaborativa.

Destaca-se nesse primeiro momento que com o intuito de que os alunos tenham uma conduta segura e responsável on-line é debater sobre esse assunto.

É fato que os jovens em geral possuem um domínio sólido no mundo virtual, porém a falta de conhecimento crítico do uso de algumas ferramentas como as redes

sociais direciona para uma utilização irresponsável e problemática que podem gerar consequências para resto da vida do jovem aluno. Então, é fundamental o debate e exemplificações de soluções para possibilitar uma variedade de atitudes corretas aos alunos no momento que precisarem enfrentar tais problemas.

Pode se citar atrativos da ferramenta colaborativa para exemplificar soluções sobre o uso correto de senhas e sua importância: vídeos, formulários, perguntas de múltipla escolha entre outras formas virtuais.

4 Resultados

A ferramenta está em fase final de testes e a pretensão é de que seja disponibilizada aos alunos durante esse semestre como atividade extra em uma turma da rede pública de educação.

Para Carvalho (2011), a aprendizagem é um processo inerente à existência humana e pode surgir das mais diversas situações e contextos. Logo, espera-se que, com essa nova atividade, os estudantes possam fomentar seu senso crítico, além de poderem interagir mais facilmente com os outros. Nota-se também que esse seja um ambiente em que os pais possam interagir junto com os filhos e possam observar de suas crianças.

Os resultados estão divididos em duas partes. A primeira analisa o processo formativo dos alunos com o uso da ferramenta proposta. Na segunda etapa, trata-se do retorno dos pais quanto à transmissão do conhecimento adquirido por parte dos alunos.

Lembrando que todos esses resultados serão fundamentais para projeção de trabalhos futuros.

5 Conclusões

A Internet se tornou um recurso indispensável para a educação, hoje é inviável pensar sala de aula sem internet. Outrora, as pesquisas solicitadas pelos professores eram realizadas com a locomoção as bibliotecas ou instituições e outras fontes reais da informação solicitada. Nos dias de hoje é praticamente impossível realizar uma pesquisa escolar sem o uso das ferramentas digitais. Imagine pedir para os alunos escreverem um trabalho de pesquisa sem acesso à Web.

O uso da tecnologia e das redes sociais redefiniu a forma como os alunos interagem uns com os outros e com o mundo à sua volta. Com tantas plataformas on-line disponíveis atualmente, é importante ensinar os alunos a ter consciência sobre quais informações eles revelam sobre si mesmos e capacitá-los para estabelecer limites em relação ao que compartilham e com quem compartilham.

A busca por informações não para na sala de aula. Uma pessoa pode procurar informações sobre uma doença, um evento mundial recente ou o resultado do jogo do time favorito, visitar os maiores museus e bibliotecas do mundo sem sair de casa. Em todos os casos, é importante pensar de modo ético para encontrar informações que sejam úteis e confiáveis. Desta forma, os alunos desenvolverão a capacidade de distinguir entre fontes de informações legítimas, seguras e reveladora de verdades; das fontes possivelmente duvidosas, alienadoras e legitimadoras da ignorância social, além de combater o bullying e fraudes.

Para concluir, nota-se a necessidade de intensificar o aprendizado da cidadania digital devido a crescente influência do mundo virtual no mundo real e quanto mais cedo se iniciar esse processo de cidadania, maiores serão os resultados positivos.

Referências

- BARBOSA, Mariana. **Pós-verdade e fake news**: Reflexões sobre a guerra de narrativas. São Paulo: COBOGÓ, 2019.
- BRASIL, **Políticas de incentivo a inovação tecnológica**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério das Comunicações (2010). Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de junho de 2012, Seção 1. Acessos em: 16 nov. 2018.
- SANTOS, E. O. **Educação OnLine para além da EAD**: um fenômeno da cibercultura. In: SILVA, M., PESCE, L.; ZUIN, A. Educação Online: cenário, formação e questões didáticometodológicas. Rio de Janeiro: Wak, 2010.
- FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FONTES, Edison. Políticas e Normas para a Segurança da Informação. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

GEUS, Paulo Lício de; NAKAMURA, Emilio Tissato. Segurança de Redes em ambientes corporativos. São Paulo: Novatec, 2007.

GOODRICH, Michael T.; TAMASSIA, Roberto. Introdução à Segurança de Computadores. Porto Alegre: Bookman, 2013.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de Informação com Internet. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SILVA, Antônio Everardo Nunes da. Segurança da Informação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

SILVA, Pedro Tavares; CARVALHO, Hugo. TORRES, Catarina Botelho. Segurança dos Sistemas de Informação: Gestão Estratégica da Segurança Empresarial. Portugal: Centro Atlântico, 2003.

TAKAHASHI, Tadao. Sociedade da informação no Brasil: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

CERT.BR. Centro de estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. Cartilha oficial de segurança de redes da Cert.br. Disponível em: Acesso em 25 nov. 2017

VASCONCELOS, M. L. M. C.; BRITO, R. H. P. de. Conceitos de educação em Paulo Freire: glossário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLOUD LEARNING UM PRODUTO PARA CONTRIBUIR NA CO-FORMAÇÃO TECNOLÓGICA DOS PROFESSORES: PROBLEMAS, DESAFIOS E POTENCIAIS SOLUÇÕES

Karine Barbosa Soares

kab_barbosa_barbosa@hotmail.com
SEDUC-PA

Everaldo Marcelo Souza da Costa

everaldo.mcosta@escola.seduc.pa.gov.br
SEDUC-PA/UNAMA

RESUMO: Este trabalho trata da formação continuada de professores em tecnologia, frente aos desafios advindos da pandemia de COVID-19. Foi realizado no Estado do Pará, com professores da Educação Básica da rede pública e tem como objetivo contribuir com a formação continuada em tecnologia dos professores, a fim de auxiliá-los em sua práxis, trazendo prospecções tecnológicas futuras, através da co-formação entre docentes e da plataforma *Cloud Learning*. Adotou-se a abordagem quantitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, dividida nas seguintes fases: a primeira fase com um *survey* de diagnóstico de cenário, incluindo esses respondentes em uma análise estatística descritiva e uma segunda fase, um segundo *survey* para definição dos acervos digitais para a construção da plataforma. Além disso, os dados coletados foram levantados por meio do *Google Forms*, sendo compostos por um número diversificado de questões. Obteve-se como resultado dessa pesquisa um panorama geral das condições do ensino público no âmbito digital, os limites e potências das tecnologias no período pandêmico. Como produto, será construído uma plataforma de co-formação para docentes que (in) diretamente, estejam envolvidos no processo de ensino - aprendizagem e que queiram contribuir para uma educação melhor e de qualidade.

Palavras-chave: Educação Básica Pública; Formação de Professores, Comunidades de Aprendizagem, Co-formação, Conhecimentos compartilhados.

1 Introdução

As medidas de isolamento/distanciamento social, uma vez que a população ainda não foi totalmente vacinada, são necessárias e estudadas por vários pesquisadores no mundo (WANG et al; 2020; ZHU et al; 2020). Muitos países estão tomando medidas de contenção da população de modo que não haja uma maior propagação do vírus da COVID-19. Da Silva Oliveira, Silva, De Oliveira Silva (2020) relatam que as medidas

tomadas pelos governantes para o enfrentamento, a adaptação e a prevenção do vírus são de extrema importância para a sociedade brasileira.

Conforme dados da revista Nova Escola (2020), com alguns casos confirmados, o Brasil tomou a medida de suspensão das aulas presenciais nas esferas públicas e privadas do país. Assim, acreditando que os números pandêmicos iriam mudar a situação das escolas no país e considerando que o número de impactados passava dos 52 milhões de alunos, colocou-se em prática medidas e ações a serem trabalhadas durante este período.

Da Silva Oliveira, Silva, De Oliveira Silva (2020) demonstram que a situação educacional no Brasil no período da pandemia, tem apresentado questões desafiadoras, principalmente quanto à educação básica nas redes públicas de ensino, sob as incertezas deste momento, muitos professores no Brasil permanecem na sua maioria em casa, tentando buscar orientações e sugestões de como trabalhar suas atividades de modo remoto, em meio a diversos decretos e normas que confundem e dão instabilidade a todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96) dispõe sobre a possibilidade de substituir aula presencial por aulas à distância em casos de emergência, conforme previsto no art. 32, § 4º:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006) [...] § 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. (BRASIL, 1996).

Durante a pandemia os espaços virtuais têm-se mostrado uma alternativa para que milhares de estudantes não fiquem sem estudo e/ou fora da escola. Entretanto professores necessitam readaptar-se a esse novo contexto, utilizando as inovações disponíveis no meio educacional, havendo a necessidade de formação continuada em tecnologia, onde muitos deles necessitam de formação quanto ao manuseio desta tecnologia em sala de aula.

Portanto, como qualquer outro profissional, o professor precisa preocupar-se com seu aperfeiçoamento, com sua formação contínua e constante, não apenas com o ano letivo, sua carga horária e processo de ensino aprendido dos alunos. No período pandêmico, muitos professores buscaram aprimoramento, aperfeiçoamento de suas

práticas pedagógicas, pois as escolas necessitaram de profissionais que soubessem utilizar a tecnologia de forma didática e interativa em sala de aula.

A sociedade vive num cenário onde modifica seus hábitos, modos de trabalho e de aprendizagem. Com o professor não é diferente, levando em consideração que a formação continuada tecnológica é imprescindível para que o conhecimento não fique estagnado nas escolas, a inclusão digital dos professores é um desafio que precisa ser transposto.

Nóvoa (2009) ressalta sobre a construção de novas formas pedagógicas e métodos do trabalho docente, elencando também que há desafios inserindo-se as novas tecnologias no contexto escolar cotidiano. A diversificação do ensino com novas formas do fazer pedagógico mostram um avanço para educação.

O desafio desta formação para professores é notório, trazendo mudanças e adaptações em seu modo de ensinar. Costa (2019) enfatiza que há, em algumas ocasiões, uma inversão de papéis, quando o desafio é aceito e transposto pelo professor, o uso da tecnologia é iminentemente inserido no processo.

Segundo Silva et al. (2020) o uso da tecnologia como meio para facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, tem colocado o docente frente à buscas por novos conhecimentos, atualizações e aperfeiçoamento de suas práticas de modo que o meio digital faça parte de sua práxis.

A co-formação está ligada a uma instrução entre pares/grupos de professores de status igual, ou não, criando uma comunidade de aprendizado com todos os passos de uma metodologia como: planejamento, instrução, avaliação e autoavaliação em espaços compartilhados. Na literatura é mais conhecida com os termos *team teaching* (ensino em equipe), *interdisciplinary team teaching* (ensino interdisciplinar em equipe), *cooperative teaching* (ensino cooperativo) e *co-teaching* (co-ensino), sendo este último mais relacionado à educação especial (SCHUSTEREIT, 1980; FRIEND, COOK e REISING, 1993; WRAGA, 1997 e TRACTENBERG, 2006).

Neste sentido, a co-formação de professores é a colaboração entre os docentes de forma a trocar conhecimentos, formando uma comunidade de compartilhamento de informações e ideias que sejam possíveis para o uso em sala de aula (TRACTENBERG, 2006).

Os conhecimentos compartilhados entre os professores e seus pares, constituem um ciclo de co-formação continuada. Se estes conhecimentos forem tecnológicos de tal modo que formem um mecanismo de formação contínua em tecnologia para professores, estes poderão, de acordo com suas necessidades e desejos, trocar essas informações pedagógicas de forma a contribuir com prospecções futuras da educação, melhora da qualidade do ensino e estes conhecimentos serão utilizados em sala de aula de maneira mais eficaz e eficiente.

Nesse contexto portanto, é possível que esses conhecimentos sejam agrupados numa plataforma que auxilie o professor em suas necessidades tecnológicas, num ambiente que proporcione a troca de experiências entre seus pares, como acontece na escola, para que juntos possam ajudar-se mutuamente.

A partir desse contexto, o problema de pesquisa que se pretende responder é: Como estruturar um espaço digital de co-formação com o uso das TDICs para professores, a partir do cenário da rede pública de ensino?

Na busca das respostas para este problema, têm-se como objetivo principal: Criar um espaço digital de co-formação continuada para professores em tecnologias, com o intuito de instigar os professores ao compartilhamento de informações na sua práxis. Trazendo ainda prospecções tecnológicas futuras, com a co-formação entre os docentes, com a plataforma chamada *Cloud Learning*, para docentes que (in) diretamente despertam o desejo de usá-las no período de pandemia e “pós-pandemia”.

Este estudo tem ainda como objetivos específicos: I - Investigar sobre a formação continuada dos professores da educação básica pública; II – Compreender o cenário de co-formação dos docentes, especificamente, com o uso das TDICs, no período pandêmico e III – Implementar o uso de uma plataforma digital de compartilhamento de conhecimento para uso dos professores.

2 Seção Teórica

No Brasil, a trajetória da educação perpassa por interesses políticos e conseguinte, pelas políticas públicas instituídas no país. Por definição constitucional, o papel da União é de coordenar as políticas nacionais de modo a garantir uma educação de qualidade a

todos. Contudo, ao longo do tempo, fatos marcantes na história promoveram avanços e retrocessos no cenário educacional brasileiro.

Conforme Alvorada-Prata, Freitas e Freitas (2010, pág. 370):

a formação docente é uma contínua caminhada dos profissionais da educação, em cujo caminhar atuam todas as suas dimensões individuais e coletivas de caráter histórico, biopsicossocial, político, cultural, próprias de seres integrais e autores de sua própria formação.

É necessário que o professor tenha a capacidade de crescer em suas habilidades e competências de forma que sua prática laboral se torne crucial no contexto da sociedade, sendo múltiplas as condições inerentes à formação docente, se tornando importante para o futuro das novas gerações, com aprendizagens efetivas e significativas para os alunos.

Nessa perspectiva, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, que instituiu as diretrizes e bases para a educação nacional, sendo a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Nela estabelece-se o direito a educação gratuita e de qualidade a todos, além de valorizar os profissionais da educação, ressaltando a tecnologia e a inovação como parte integrante do processo de formação dos profissionais docentes. Assim, a LDB (1996) preconiza:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:
I A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
II Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

No mundo atual, a inovação e a globalização são processos contínuos, que estão vinculados à práxis docente em sala de aula, ao cotidiano escolar e o avanço tecnológico. O professor é um dos profissionais que mais necessita se manter atualizado, aliando a tarefa de ensinar à tarefa de estudar e transformar o mundo ao seu redor.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) insere a educação tecnológica e a formação profissional em uma única meta com seus objetivos, tamanha a importância para o nosso país. Na época, não havia dados suficientes que mensurassem sobre a oferta de formação docente para o trabalho, inclusive a educação à distância como meio de formação profissional.

É imprescindível uma formação tecnológica para docentes que trabalham nas instituições de ensino de educação básica, conforme ressalta a Lei 12.796, de 2013, em seu artigo 62-A

[Art. 62-A](#). A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas
Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 2013).

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, tendo o período de vigência de 2014 a 2024, atribui ao professor a qualidade da educação, em sua meta 15 diz que é preciso:

garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do [art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O texto de abertura do PNE anuncia o caráter de controlar que as políticas públicas podem assumir e coloca professores como aquele que podem determinar o sucesso de políticas educacionais. Brasil (2017) infere que “evidências mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos”.

A Lei nº 8.186 de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE), com vigência por 10 (dez) anos, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), adota as seguintes estratégias:

I - articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; II - consideração com as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; III - garantia do atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; IV - promoção da articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais (PARÁ, 2021).

O PEE destaca ainda a formação de professores em sua diretriz: “IX - valorização dos profissionais da educação”; que incide em todos os outros planos, leis, decretos e projetos descritos.

O professor, no decorrer de sua trajetória para o desenvolvimento da humanidade, sempre sentiu a necessidade de desenvolver e utilizar novas formas de oportunizar as pessoas aprendizagens significativas e duradouras. Com a inserção da tecnologia no meio educacional

A velocidade em que a sociedade contemporânea tem se transformado, exerce influência direta nos desafios e dilemas dentro da sala de aula e na escola. Os docentes têm enfrentado profundas modificações em seu conjunto de valores, ações, reflexões e no seu processo de construção do conhecimento no âmbito escolar. Com a inserção da tecnologia, esses desafios e dilemas ficam ainda mais complexos e extensos.

E hoje os desafios e dilemas são mais complexos, frente ao momento pandêmico, onde escolas estão tentando se adequar com as aulas remotas, inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), as metodologias ativas, ensino híbrido, juntamente com todos os outros desafios e dilemas já existentes, pois estes não foram extintos e ainda estão presentes no âmbito escolar.

Assim, podemos dizer que as ações de formação docente, tendo como pano de fundo a integração das Tecnologias Digitais (TD) ao fazer pedagógico precisam tornar a escola como principal lócus de formação, em que os professores atuem em constante colaboração.

A reabertura das escolas, no “pós-pandemia”, e a continuidade do processo de ensino aprendizagem dentro da escola, se tornou uma prioridade para governantes do mundo. Na grande maioria dos países, exames foram adiados e em outros foram cancelados. Até o momento, durante a pandemia, várias modalidades de ensino trouxeram para a educação processos que no momento são transitórios, mas que ficarão presentes na escola e conseqüentemente na profissão docente e práxis em sala de aula.

Tractenberg (2006) diz que enfrentando muitos desafios, impostos na educação, e diante desta expansão de conhecimentos e práticas, o estudo sobre colaboração docente, neste trabalho usado como co-formação de professores, é necessário para a formação tecnológica de professores no âmbito escolar.

O desenvolvimento pessoal e profissional envolve saberes que são aprendidos durante a vida de cada ser humano, é um processo que envolve aprender, ensinar, aprender a aprender, mudanças e muito crescimento pessoal e profissional. Consideramos neste

trabalho o crescimento profissional como sendo um processo individual, coletivo, colaborativo e cooperativo.

Para os docentes isso acontece no ambiente escolar, ou então em processos de formação continuada em seu local de trabalho, disponibilizados pela instituição em que atua o profissional, sendo ela pública ou privada, ou até de forma pessoal, no qual o professor vai em busca de conhecimentos, desenvolvendo competências e habilidades que lhe serão úteis para seu labor.

A co-formação não é uma abordagem nova, há relatos de experiências nos EUA no início do século XX. Schustereit (1980) relata estudo sobre *team-teaching* (ensino em equipe), sendo um estudo que relacionou o ensino individual e em pares, onde mostrou que os estudos em pares, trazem maior benefícios para o desenvolvimento profissional.

Wraga (2004) trata do termo *interdisciplinary team teaching* (ensino interdisciplinar em equipe), como ensino englobando as disciplinas em equipe e pares. Tanto Schustereit (1980), como Wraga (2004) estudaram sobre a co-formação nas escolas do Estados Unidos desde os anos de 1930.

Segundo Tractenberg (2006), no final dos anos 50, na universidade de Harvard juntamente com as escolas públicas de Massachusetts, o termo *team teaching* foi concebido, dando início aos primeiros estudos sobre o tema.

Conforme a *Encyclopedia of Educational Leadership and Administration*, English (2006), o termo *team teaching* (ensino em equipe) está relacionada ao ensino desenvolvido nas escolas públicas de Massachusetts em 1950, que determinou o ensino “colaborativo”, “em equipes”, proporcionando a disseminação do conhecimento.

Johnson e Lobb (1959), retrata que anteriormente a este período, definiram o ensino em equipe como “um grupo de duas ou mais pessoas designadas aos mesmos alunos ao mesmo tempo para fins de instrução em uma determinada disciplina ou combinação de disciplinas”.

Tractenberg (2006) também relata que:

Nessa época, a formação de equipes de ensino era apontada como solução para diversos problemas educacionais. O ensino em equipe foi proposto como forma de lecionar para grandes grupos de alunos seguida de sessões de acompanhamento em grupos menores ou mesmo individualizado.

Nos anos de 60 e 70, este ensino se tornou comum nas escolas nos EUA e em algumas escolas no Reino Unido, usando o termo *co-teaching* (co-ensino), para utilização em educação especial, no ensino de alunos com dificuldades, assim também para a formação de professores, foi utilizado este termo como forma de selecionar e capacitar os professores que estavam sem capacitação suficiente para sua prática docente (FRIEND, COOK e REISING, 1993).

Na década de 80, apesar do declínio no uso do ensino em equipes, Bauwens, Hourcade e Friend (1989) utilizaram o termo *cooperative teaching* (ensino cooperativo) para designar o trabalho entre professores de educação geral e de educação especial de forma inclusiva para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem de alunos, utilizando o ensino cooperativo. Logo depois, na década de 90, o assunto voltou a ser de interesse de profissionais e da educação, especialmente em outros países, no que resultou o interesse do Brasil de “copiar e remodelar” tais práticas, especialmente na escola e educação especial.

Todas essas nomenclaturas, tem caracterizado esse processo de colaboração de professores, ou seja, a co-formação de professores entre seus pares, entre os outros pares, entre disciplinas e de modo interdisciplinar, facilitando a práxis do professor em sala de aula e a disseminação do conhecimento entre todos.

É importante salientar primeiramente, que o conceito de co-formação está relacionado ao ensino colaborativo, à co-docência e aos significados do uso das nomenclaturas estrangeiras *team teaching* (ensino em equipe), *interdisciplinary team teaching* (ensino interdisciplinar em equipe), *cooperative teaching* (ensino cooperativo) e *co-teaching* (co-ensino) já delimitadas e explanas anteriormente.

Levando em consideração as diversas formas de aprender e ensinar, existentes em nosso mundo contemporâneo, a sociedade no mundo da tecnologia, alinhada à globalização, necessita colocar em prática alguns conceitos e atitudes que melhorem a qualidade do ensino. Nesse sentido, os professores, necessitam interagir com essas tecnologias, de forma e ajudar em sua práxis e em seu dia a dia na sala de aula.

A escola se vê em um cenário de mudanças, que precisam urgentemente serem inseridas no seu âmbito. Mas, acompanhar essa evolução da tecnologia não é trabalho fácil. As iniciativas inovadoras juntamente com a tecnologia, trazem condições ao

professor que sente a necessidade de mudar sua prática em sala de aula. Tudo isso traz implicações para os professores em termos de intensificação do trabalho, de formação continuada, inserção da tecnologia, compartilhamento de conhecimentos e necessidade de mudança/desenvolvimento profissional.

3 Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa, quanto aos objetivos da pesquisa, utilizou uma abordagem exploratória, pois explora e conhece fenômenos, que ainda não foram delimitados, sobre a co-formação de professores, especificamente assuntos que englobam a o uso da tecnologia para melhorar a prática docente. Quanto aos procedimentos da pesquisa, ela se caracteriza pelo levantamento ou *survey* de informações junto aos professores da rede pública de ensino, por meio de dois formulários através do *Google Forms*. Quanto a abordagem do problema, essa pesquisa se caracteriza como quantitativa, com a apresentação dos resultados de forma estatística descritiva, utilizando gráficos e tabelas, os campos abertos serão tratados descritivamente de forma a explorar os fenômenos, sendo primordial para o aprofundamento de algumas questões.

Quanto aos procedimentos, essa pesquisa também se caracteriza pelo uso de levantamentos junto aos professores da rede pública de ensino, onde esse processo se deu em dois momentos, um durante a pandemia, com o objetivo de investigar sobre a formação continuada dos professores da educação básica pública, analisar os desafios e dilemas tecnológicos da formação continuada, enfrentados pelos docentes da rede pública de ensino da educação básica em sua práxis, esse processo se deu por meio de formulário que foi disponibilizado no *Google Forms* durante o período 10/12/2020 a 19/03/2021, sendo compartilhado com professores das redes públicas estadual e municipal do estado.

Após essa primeira etapa, foi elaborado um segundo questionário o objetivo de compreender os hábitos de co-formação dos docentes, especificamente, com o uso das TDICs. Da mesma forma, foi disponibilizado formulário no *Google Forms*, durante o período 01/08/2021 a 31/08/2021.

A apresentação dos resultados será analisada por meio estatístico descritivo, utilizando gráficos e tabelas, os campos abertos serão tratados descritivamente de forma

a explorar os fenômenos. Sendo assim, a presente pesquisa é uma pesquisa exploratória, com procedimentos de coleta de dados bibliográficos, documental e levantamento ou *survey*, com uma abordagem quantitativa, com análise dos dados estatísticos descritivos, estudando um fenômeno social.

Os participantes responderam a um formulário inicial no período da pandemia de COVID-19, no qual indicaram seus conhecimentos e usos nas suas práticas docentes. Em seguida responderam a outro formulário a respeito da co-formação para constituição da plataforma *Cloud Learning*.

4 Análise Dos Resultados

A pesquisa contou com a participação de 114 profissionais e docentes da educação básica pública do Estado do Pará, de diversas escolas da Educação Básica. Os participantes não foram identificados. Os profissionais e docentes envolvidos possuem diversas formações dentre elas estão, pedagogia (Ed. Geral), licenciaturas em diversas áreas do conhecimento, técnico, turmas não seriadas, disciplinas técnicas, biblioteca, projeto de vida, multivalência, e por fim os que não foram contabilizados por responderem erroneamente.

Com relação à formação continuada, a pesquisa apresentou como indicativos que 47,4% são frequentes na participação de formações continuadas, 27,2% são muito frequentes, 14% são mais ou menos frequentes, 4,4% são pouco frequentes, 0,9% nada frequente sendo a resposta de 1 participante e 6,1% relatam que a rede de educação pública a qual pertence não oferece formação continuada.

Foi possível notar que os participantes estão preocupados com a formação continuada, pois 93,9% destes relataram que participam de formação continuada, sendo 27,2% muito frequente, entretanto ainda um percentual muito abaixo do esperado, mas que já traz alguns benefícios para a educação de qualidade.

A pesquisa mostra que 73,7% dos participantes consideram muito importante a formação continuada de professores, sendo que 25,4% consideram importante e apenas 0,9%, ou seja, 1 participante acha que a formação continuada de professores é mais ou menos importante. Nenhum dos pesquisados não responderam que a formação é nada e/ou pouco importante, mostrando a relevância deste trabalho.

Perguntados sobre a como consideram a formação continuada, ou seja, o que a formação lhe proporciona 69,3% relataram que lhe proporciona muitas mudanças, pois o mantém atualizado e possibilita inovações no processo de ensino e aprendizagem.

Verificou-se também, que 24,6% consideram que proporciona mudanças pelo nível de atualização que os encontros formativos promovem, mostrando que os encontros para qualificação profissional na formação continuada de professores são imprescindíveis para uma educação de qualidade, conforme descrito neste trabalho, desde o início.

O processo de ensino e aprendizagem é um dos objetivos e metas que a educação busca, sendo um item sine qua non para a qualidade da educação e estes encontros que são promovidos pelas instituições na qual os docentes participam, promovem mudanças na atualização, capacitação, que os encontros de formação continuada promovem aos docentes.

É importante frisar que a instituição pode ou não promover estes encontros de formação continuada, mas o servidor precisa participar, para ter uma melhor qualificação profissional e exercer sua função de modo satisfatório e que busque excelência no seu fazer em sala de aula.

Apenas 0,9%, ou seja, um participante da pesquisa considera que a formação continuada lhe proporciona pouca mudança no seu fazer docente. Uma porcentagem muito pequena considera ínfima formação continuada e nenhum dos participantes considera que esta formação traz nenhuma mudança no seu fazer docente.

Nesta pesquisa foi perguntado aos participantes sobre o aparato tecnológico da escola no qual ele trabalha e obteve-se os seguintes dados: 52,6% consideram insuficiente para atender a todos os professores, 21,1% considera mais ou menos suficiente, pois quase sempre a solicitação do equipamento para uso com os alunos, 18,4% relata que é insuficiente devido muitos equipamentos estarem danificados, 7% acha suficiente, sempre sou atendido quando solicito o equipamento para uso com os alunos e 0,9% consideram muito suficiente, sempre todos os professores são atendidos nas solicitações de uso tecnológicos nas aulas, sendo apenas um participante que tem essa opinião.

Na pesquisa os participantes responderam sobre quanto que a Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) é importante no apoio aos conteúdos que o docente ministra. Sendo assim, 71,9% consideram muito importante, 25,4% acham importante e

2,6% consideram mais ou menos importante. Dos pesquisados, nenhum considerou as TICs nada importante ou pouco importante, mostrando que os docentes têm o pensamento que a tecnologia utilizada de maneira correta na sala de aula, pode ser uma estratégia inovadora para o alcance da qualidade da educação estipulada nas legislações estudadas nesta pesquisa.

Quanto ao uso das TICs em sala de aula antes da pandemia, 44,7% já usava com frequência, 19,3% consideram o uso com muita frequência e às vezes uso as TICs em sala de aula, 11,4% usam pouco as TICs e 5,3% nunca utilizou as TICs em suas aulas, antes da pandemia. Nota-se que a maioria já utilizava as TICs antes da pandemia, mostrando que a maioria dos participantes tem a tecnologia e inovação como meio pelo qual a educação pode melhorar.

Percebeu-se ainda que, 54,4% desenvolveram o trabalho na pandemia de modo totalmente remoto, 43,9% trabalham parcialmente no ensino remoto e com atividades presenciais na escola (ensino híbrido) e 1,8% trabalham presencialmente na escola durante o período pandêmico.

É importante ressaltar que durante o período de pandemia várias legislações foram sancionadas para que a educação pudesse continuar de forma a trazer poucos prejuízos à qualidade do ensino na escola. Sabe-se que em algumas escolas públicas este ensino, seja remoto ou híbrido teve dificuldades para funcionar e a os integrantes da comunidade escolar tiveram que se adaptar e a este novo modo e jeito de aprender.

Como os professores realizaram suas atividades pedagógicas durante a pandemia, verificou-se que 36,8% está utilizou o estudo dirigido com os alunos com o uso das redes sociais, 17,5% está ministrou aulas online com uso de plataformas de reunião virtual, 12,3% está preparou vídeo aulas em casa, sendo em sua maioria, totalizando 66,6% e o restante estão utilizou as seguintes atividades pedagógicas: produção de vídeos aulas na escola, uso de material de resumo com exercício, plataforma para aulas online e aulas pelo WhatsApp, elaboração de caderno de atividades, aulas remotas, atividades impressas e material didático, sendo contabilizados, 33,4% de atividades diversas.

5 Resultados Preliminares

Baseada nos objetivos propostos nesta pesquisa, busca-se responder de que maneira a formação continuada tecnológica de professores da educação básica pública, pode atenuar os desafios e dilemas tecnológicos enfrentados pelos docentes em seu dia a dia na sala de aula, para que os ajude em sua práxis, principalmente neste período em que vivemos de pandemia? Trazendo ainda prospecções tecnológicas futuras, com a co-formação entre os docentes, com a plataforma chamada Cloud Learning, para docentes que (in) diretamente despertam o desejo de usá-las no período de pandemia e pós-pandemia. Estes até o momento foram respondidos de forma parcial, pois há a segunda parte da pesquisa que visa buscar informações de co-formação e de ensino colaborativo que serão respondidos na 2ª etapa do trabalho.

Quanto a contribuir com a formação continuada em tecnologia dos professores da educação básica pública, para auxiliá-los em sua práxis, trazendo prospecções tecnológicas futuras, com a co-formação entre docentes, através da plataforma Cloud Learning, é necessário colocar em prática a plataforma proposta, produto deste trabalho que será colocado em prática na etapa a seguir.

Quanto a investigar sobre a formação continuada dos professores da educação básica pública, foi possível fazer uma análise sucinta a respeito do histórico da formação continuada de professores e suas perspectivas.

Ao analisar os desafios e dilemas tecnológicos da formação continuada, enfrentados pelos docentes da rede pública de ensino da educação básica, em sua práxis, podemos observar até o momento, que os desafios são muitos e que precisam ser transpostos para que alcancemos uma educação melhor e de qualidade, conforme objetiva a legislação do nosso país e do mundo.

A produção da plataforma *Cloud Learning* para a co-formação dos docentes que (in) diretamente despertam o desejo de usá-las no período pandêmico e pós-pandemia, está em fase de desenho, design e construção, estando pronta na próxima etapa da pesquisa.

Posteriormente, no pós-pandemia, busca-se práticas docentes que possibilitem qualidade de ensino e aprendizagem, de modo que a tecnologia esteja intrinsecamente presente em suas práticas e seus afazeres na escola e que sejam minimizados os efeitos negativos nos indicadores educacionais.

Para isso os professores precisam da formação tecnológica no seu fazer pedagógico, de tal maneira que supra as necessidades destes docentes. É necessário qualificação profissional e valorização do profissional de educação para que este momento de incertezas traga benefícios para a educação e sociedade, contribuindo com caminhos, novas ideias, novas metodologias e ferramentas, através de uma plataforma com curadoria compartilhada, entre os docentes, inserindo também as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

A partir dos formulários iniciais, foi feita análise inicial a respeito da perspectiva da autora e suas ideias, posteriormente como mencionado acima, será feita uma análise profunda com a inserção das questões do formulário final da pesquisa.

Durante todo o processo desta pesquisa muitos desafios foram vencidos e outros ainda serão discutidos e verificados. Entre as dificuldades e limitações da pesquisa, ressaltam-se as dificuldades enfrentadas no curso de mestrado, desde a disponibilidade de tempo para os estudos, baseado nos diversos afazeres que a vida cotidiana nos coloca, até dificuldades com a saúde. Falando em dificuldades, são muitas e inúmeras, desde dificuldades financeiras, pessoal, de relacionamentos, de comunicação e de entendimento do campo de estudo.

Para formação da pesquisadora-autora foi importante esta pesquisa, pois conseguiu-se verificar a visão da formação de professores em tecnologia e principalmente a co-formação de professores dentro da escola.

A relevância do trabalho para a comunidade acadêmica é para incitar outras pesquisas no campo da co-formação tecnológica de professores para uma maior inserção da tecnologia na escola e a formação continuada em tecnologia dos professores. Esperando assim, que este trabalho traga mais visibilidade ao tema e sua importância.

É interessante ressaltar que alguns projetos futuros podem sair desta pesquisa como: criação de uma rede social de co-formação de professores com curadoria dos mesmos, construção de metodologias de ensino inovadoras que utilizem a co-formação como forma de formar o docente, investir na produção de novos materiais acadêmicos, tecnológicos e inovadores.

Por fim, o melhor caminho é iniciar pelo real e concreto. Muita coisa já foi feita e a escola tem melhorado a cada dia, em suas atividades, projetos e no processo de ensino

aprendizado. Muito há para se realizar ainda e com a formação continuada de professores em tecnologia e a co-formação, as ações coletivas na escola terão mais ênfase e o processo de modernização, transição e de intervenção serão mais significativas.

Assim, há muitas etapas a serem vencidas e muitos objetivos a serem alcançados. O professor sozinho não consegue realizar tudo, por isso necessita da ajuda de toda a comunidade escolar, para ajudar em todo esse processo, sem a qual é praticamente impossível se chegar à inclusão da tecnologia na escola e a qualidade da educação.

Referências

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 10, n. 30, p. 367-387, 2010.

BAZZO, Jilvania LS; SOUTO-MAIOR, Lara Duarte; DE SOUZA, Alba Regina Battisti. De um projeto de estágio curricular supervisionado à co-docência e co-formação no Colégio de Aplicação da UFSC. **Revista Cocar**, v. 14, n. 28, p. 580-598, 2020.

BRASIL, Constituição. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 26, 2014.

BRASIL, Lei de Diretrizes e bases; DE, 20. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, 1996.

BRASIL, Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.979%2C%20DE%206%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20para,Art>. Acesso em: 24 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a

situação de pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19. Brasília-DF; 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 345, de 19 de março de 2020**. Altera a Portaria MEC 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%25C3%25A7o%2520de%25202020>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Saiba o que foi e como funcionou o plano de desenvolvimento da educação. Disponível em: <[https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/#:~:text=O%20PDE%20foi%20lan%C3%A7ado%20em,Educa%C3%A7%C3%A3o%20Fernando%20Haddad%20\(PT\)>](https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/#:~:text=O%20PDE%20foi%20lan%C3%A7ado%20em,Educa%C3%A7%C3%A3o%20Fernando%20Haddad%20(PT)>)>. Acesso em: 21 de març. de 2021.

BRASIL. Plano decenal de educação para todos. 1993.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Poder Executivo, 20 mar. 1915. Seção 1, p. 3028.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Poder Executivo, 06 abr. 1911. Seção 1, p. 3983.

BRASIL. Reforma Couto Ferraz. Decreto nº 1331A, de 17 de fevereiro de 1854. *Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1855. (Collecção das Leis do Império do Brazil).

COSTA, Daguilaine Lima da et al. Formação continuada para docentes da educação básica: uso da tecnologia como apoio as aulas presenciais. 2019.

DA SILVA OLIVEIRA, Sidmar; SILVA, Obdália Santana Ferraz; DE OLIVEIRA SILVA, Marcos José. Educar na incerteza e na urgência: implicações do ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2020.

DE JANEIRO, Declaração do Rio. Estudos Avançados. **São Paulo**, v. 6, n. 15, p. 153-159, 1992.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; DE ASSIS, Lúcia Maria. (Org.) POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES E DIRIGENTES ESCOLARES. In: PONTES, Ana Paula Furtado Soares. Professores do Ensino Fundamental e sua Iniciação na Docência. Anais do XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, ANPAE, 2019.

ENGLISH, Fenwick W. (Ed.). **Encyclopedia of educational leadership and administration**. Sage publications, 2006.

FERNANDES, Hylio Lagana; DESSOTTI, Elise. Parceria e Co-formação de Professores. **Tecné, Episteme y Didaxis: TED**, 2016.

FERREIRA, Diana Lemes. Políticas de formação docente em Belém do Pará: dilemas e desafios do projeto Escola Cabana. **28a. Reunião Anual da ANPED, Anais... CAXAMBU**, 2005.

FORMAÇÃO. In: AURÉLIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/formacao/>>. Acesso em: 14 de fev. de 2021.

FREITAS, Pedro Hiago de Melo. Avaliação da eficácia da formação docente em curso da modalidade de educação a distância (EAD). 2018.

FRIEND, Marilyn; REISING, Monica; COOK, Lynne. Co-teaching: An overview of the past, a glimpse at the present, and considerations for the future. **Preventing School Failure: Alternative Education for Children and Youth**, v. 37, n. 4, p. 6-10, 1993.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Cadernos ODS: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, o que mostra o retrato do Brasil? Brasília, v. 24, 2019.

IPEA. Plataforma Agenda 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/ods/4/>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

JANNING, Daniel Prim; CASSIANI, Suzani. A Co-docência na formação de professores em Timor Leste: Reflexões sobre colonialidade e transnacionalização. **X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Águas de Lindóia, SP**, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Finalidades educativas escolares e internacionalização das políticas educacionais: impactos no currículo e na pedagogia. **European Journal of Curriculum Studies**, v. 3, n. 2, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 239-277, 1999.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil. 1823-1853**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1936.

MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e o reencantamento do mundo. **Revista Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 126, p. 24-26, 1995.

MORAN. (Org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógicas**. 3 ed. SP: Papirus, 2001.

MORAN. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Papirus Editora, 2007.

MORAN. Desafios que as tecnologias digitais nos trazem. **MORAN, José M. Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

MORAN. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Papirus Editora, 2000.

NÓVOA, Antonio. A formação em Foco. **Revista Nova Escola**. São Paulo, Editora Abril, n. 142, 2001.

NÓVOA, António. **Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

ONU (2018). **Perspectivas de urbanização mundial: a revisão de 2018**. Nações Unidas.

PARÁ. Documento Base do Plano Estadual de Educação, Belém, PA, 2015. Disponível em: http://www3.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/portal_seduc/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20EDUCACAO%202015-12949.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2021.

PARÁ. Lei n. 8.186, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, v. 125, n. 32.913, p. 1-32, 24 jun. 2015. Disponível em: <http://www3.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/portal_seduc/Lei%208186-09c3e.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2021.

PRETTO, Nelson De Luca. Formação de professores exige rede!. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 121-131, 2002.

REVISTA NOVA ESCOLA. **A situação dos professores no Brasil durante a pandemia**. Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/MEWKNNjz3TJ8kKd7UhrpCuVcR95vP4VAEk83JtQSe4cferz85NnUvehrccET/ne-pesquisa-professor-final-1.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SANTANA, Camila Lima et al. AULA EM CASA: EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS DIGITAIS E PANDEMIA COVID-19. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 10, n. 1, p. 75-92, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Poésis Pedagógica**, v. 9, n. 1, p. 07-19, 2011.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**, v. 30, n. 2, p. 11-26, 2005.

SILVA, Lorena et al. EDUCADORES FRENTE À PANDEMIA: DILEMAS E INTERVENÇÕES ALTERNATIVAS PARA COORDENADORES E DOCENTES. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 7, p. 53-64, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Editora Vozes Limitada, 2012.

TELES, Ana Cristina Camarinha Pereira. **Práticas de Co-Formação em contexto de trabalho e Desenvolvimento Profissional**. 2011. Tese de Doutorado.

TRACTENBERG, Leonel. O ensino colaborativo online (ECO): promovendo inovações no trabalho pedagógico no Ensino Superior. **College Teaching**, v. 54, p. 3, 2006.

TRACTENBERG, Leonel; STRUCHINER, Miriam. A emergência da colaboração na educação e as transformações na sociedade pós-industrial: em busca de uma compreensão problematizadora. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 36, n. 2, p. 65-77, 2010.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Impacto COVID-19 na Educação**. UNESCO [2020]. Disponível em: <<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em 13 dez. 2020.

VIDAL FERNÁNDEZ, José Luis et al. O setor da educação na economia social. Uma abordagem na Região de Murcia e ODS 4. 2020.

WANG, Chen et al. A novel coronavirus outbreak of global health concern. **The Lancet**, v. 395, n. 10223, p. 470-473, 2020.

WRAGA, William G. Interdisciplinary team teaching: Sampling the literature. **We gain more than we give: Teaming in middle schools**, p. 325-343, 1997.

CULTURA DA PAZ RECRIANDO NOVAS RAÍZES POR MEIO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Eurilene do Rosário Galúcio Rêgo¹

Fundação Parápaz - eurilenegalucio@gmail.com

RESUMO: O papel da justiça restaurativa na escola é mediar os conflitos existentes através do diálogo e da construção da paz. Pois o conflito dentro da instituição sempre existirá, porém os conflitos devem ser visto como forma de crescimento e aprimoramento das relações existente no contexto. Desta maneira é necessário desenvolver um novo olhar para os conflitos escolares de forma que possibilite a humanização das relações. Esta proposta teve como objetivo superar e possibilitar quebras de paradigmas, dando espaço para a construção de uma nova cultura que valorize a presença do dialogo, da escuta e do falar no contexto da escola. As práticas dos círculos aconteceram com alunos do Ensino Fundamental e Médio e professores da rede Estadual e Municipal, realizado pela Pedagoga da Fundação Parápaz. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e de prática, seguindo a concepção de Severino (2007). Os círculos realizados no ano de 2020 e 2021 tiveram um protocolo de segurança em relação à pandemia que hoje estamos vivendo, mas mesmo com esse distanciamento os círculos de diálogos trouxeram bons resultados para a comunidade escolar. Para a escola esta proposta foi fundamental para as relações pessoais e para o reconhecimento dos nossos alunos. E para a Fundação é de fundamental a concretização da missão da instituição que busca fortalecer os laços familiares e a democracia, propiciando espaços de protagonismo de adolescentes, construindo a Cultura de Paz e redução da violência, em resposta a problemas sociais e de segurança pública.

Palavras-Chave: Círculos de diálogos, escola e conflito.

1 Introdução

Quando referimos À EDUCAÇÃO, estamos tratando de uma unidade escolar que tem como objetivo principal o atendimento ao cidadão no seu direito essencial de acesso e permanência à educação de qualidade. Esta unidade não funciona isoladamente, pois necessita de meios e de políticas públicas educacionais para manter a sua estrutura

¹ Especialista em Psicologia Preventiva e atualmente Pedagoga da Fundação Parápaz.

física, pedagógica, administrativa e seus recursos materiais e humanos. Também necessita de um conjunto de normas para reger todas as suas atividades e funções que ela realiza.

Desta maneira é necessário desenvolver um novo olhar para os conflitos escolares de forma que possibilite a humanização das relações do âmbito escolar. Esta proposta teve como finalidade trabalhar a justiça restaurativa como resoluções de conflitos por meio de da cultura da paz no contexto escolar.

A convivência escolar, comunitária e familiar é um direito constitucional e que deve ser garantido a todo e qualquer cidadão, haja vista serem iguais perante a lei sem distinção de nenhuma natureza, tais direitos é inviolável.

Partindo desse princípio a execução das atividades do Projeto vem por meio do fortalecimento de vínculos e a Práticas Justiça Restaurativa como ferramenta de garantia de direitos e inclusão social, consiste em trazer para o certame atual, mecanismos de combate e prevenção às várias violações de direitos que possam atingir crianças e adolescentes e a comunidade escolar.

Diante do presente projeto que tem como propósito o entendimento em apresentar as práticas da Justiça Restaurativa viabilizando por meio do fortalecimento de vínculos e a efetiva aplicação dos direitos humanos. O qual também necessita de um conjunto de normas para reger todas as suas atividades e funções. A Prática Justiça Restaurativa busca discorrer acerca das consolidações dos direitos da criança e do adolescente, considerando o fortalecimento de vínculos como um serviço que busca prevenir a fragilidade nos vínculos e promoção de inclusão social dos alunos.

Ainda vivemos numa sociedade fortemente marcada por muitas desigualdades sociais e não são raras as situações de vulnerabilidade e violações de direitos. Diante desse cenário a vulnerabilidade social das famílias dos alunos deve ser encarada de forma diferenciada, atendendo-se as peculiaridades e necessidades de cada caso.

Assim, Justiça Restaurativa atua com o objetivo de superar e possibilitar quebras de paradigmas, dando espaço para a construção de uma nova cultura que valorize a presença do diálogo, da conciliação, da escuta e do falar no contexto do programa.

2 Referencial Teórico

A Justiça Restaurativa tomou força mundial a partir da década de 1990 durante a publicação da obra de Howard Zehr, *Changing Lenses: A New Focus for Crime and Justice* (Trocando as Lentes: Um Novo Foco sobre Crime e Justiça - Scottsdale, PA: Herald Press). Dando a ideia de trocar as lentes, buscar modificar a ideia da punição e com a aplicação da Justiça Restaurativa o criminoso deixa de ser um agente estigmatizado e passa a ser um agente reconstrutor, assumindo seus próprios erros e buscando reparar os danos causados por eles. Não há um conceito rígido acerca da justiça restaurativa, Howard Zehr, propõe uma sugestão para a sua definição como sendo:

“[...] um processo para envolver, tanto quanto o possível, todos aqueles que têm interesse em determinada ofensa, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de promover o restabelecimento das pessoas e endireita as coisas, na medida do possível” (ZERH, 2012, p.49).

Assim, a Justiça restaurativa ocorre como uma quebra de paradigma com a justiça tradicional, criando um novo modelo de justiça. Sua proposta ajusta uma relação, proporcionando maneiras e sugestão para resoluções de conflitos em qualquer contexto que possa utilizá-la como uma forma de colaboração para amenizar e restaurar os conflitos. Com isso a Justiça Restaurativa também cabe está presente nas escolas, diante os conflitos internos que ocorrem nesse ambiente, podendo disseminar os processos circulares, engajar a rede junto às escolas e fortalecer o diálogo e as relações no espaço escolar.

“a escola é um ambiente que conta com pessoas que detêm uma relação social umas com as outras, cujo fim é a aprendizagem, não só de conteúdos programáticos, como também de valores estruturais dos indivíduos. Considerando que ela também, que ela tem negligenciado quanto os ensinamentos das virtudes, o que se verifica pelos constantes casos de violências ocorridos em seu meio.” (SANTOS, 2014, pg. 45)

A partir desta premissa, a justiça restaurativa fundamenta-se na cultura de paz e na comunicação não violenta, atende à Doutrina da Proteção Integral e apresentam-se como instrumento ao Estado, Sociedade e Família para a garantia do desenvolvimento pleno do ser humanos em conflito com a lei.

Na escola, ela é um trabalho que deve ser cooperativo e participativo no qual as partes podem dialogar sobre os traumas, conflitos e as necessidades vivenciadas do cotidiano escolar, a fim de se sentir seguro para dialogar com o grupo. Ressalta-se que a justiça restaurativa escolar é um processo comunitário, que coloca a construção da paz pelo diálogo, reunindo-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes de possíveis atos e suas implicações.

Atualmente no Brasil é fácil de perceber através das mídias e notícias que estampam episódios de violência presente no âmbito das escolas, é hoje é um fenômeno mundial que virou uma questão de todos os movimentos brasileiros. E os grandes protagonistas desta violência são alunos contra alunos, alunos contra professores, pais e educadores, ocorrendo tanto em instituições públicas como privadas, propagando cada vez mais a exclusão e a violência nestas relações.

A ideia da Justiça restaurativa na escola é trazer a restauração da paz e da normalização das relações sociais, buscando a reparação, e não somente à punição, mas o convívio saudável dentro das relações existentes no contexto escolar. Segundo ZEHR (2015), a Justiça restaurativa não é um mapa, que tem um direcionamento correto, mas seus princípios conduzem em ações e direções de práticas desejadas dentro da sociedade.

Partindo do pressuposto que a Justiça Restaurativa na escola pode ser a mediadora por pontuar esse diálogo e a ação socioeducativa entre os alunos, professores e família, destaca-se a necessidade da investigação científica nesse campo, visto ser um processo novo e dinâmico no ambiente escolar, o qual envolve as pessoas sob a perspectiva de uma construção de paz por meio dos círculos de diálogos. E de acordo com Pranis (2010), a justiça restaurativa é um convite, um chamamento ao diálogo para que possa apoiar-se um aos outros e aprender com os outros, onde os círculos se torna uma ferramenta essencial para a transmissão do conhecimento, criando círculos reflexivos em busca de soluções criativas e pacíficas para os conflitos.

Segundo Kay Pranis (2010) o círculo de diálogo é o encontro de seres humanos em sua essência e na mais profunda expressão da verdade. O ritual do Círculo ajuda a unir pessoas tornando-se um instrumento eficiente para a promoção da Cultura de Paz. O princípio básico desses processos é que cada participante tem igual valor e dignidade em relação aos demais.

Segundo Zehr (2012) a Justiça Restaurativa não se apresenta como solução para todos os conflitos e vem como proposta de suprir eventuais necessidades não alcançadas pelo sistema tradicional. Não é panaceia para todos os males.

A justiça restaurativa possui vários métodos para aplicação das práticas restaurativas como conferências familiares (circular narrativa), mediação transformativa, mediação vítima-ofensor (*Victim Offender Mediation*), a conferência (*conferencing*), os círculos de pacificação (*Peacemaking Circles*), círculos decisórios (*sentencing circles*), a restituição (*restitution*), entre outros.

Nessa perspectiva, a justiça restaurativa pode atuar no campo escolar, estabelecendo metas, habilidades e competências que vise o sucesso do educando por meio de novas propostas que ajudam a minimizar as variadas situações existentes na escola, faz com que ela execute um trabalho satisfatório para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem com qualidade. E que amenize as desigualdades sociais existente no campo escolar, visando um dialogo entre todos da comunidade escolar.

As escolas se tornaram um local importante de aplicação das práticas restaurativas. Apesar de terem muitas semelhanças com o programa de justiça restaurativa no âmbito criminal. As abordagens utilizadas no contexto pedagógico devem necessariamente se amoldar aos contornos do ambiente escolar. (ZEHR, 2015, p.59).

Desta maneira é necessário desenvolver um novo olhar para os conflitos escolares de forma que possibilite a humanização das relações do âmbito escolar. Esta proposta tem como finalidade trabalhar a justiça restaurativa como resoluções de conflitos por meio de da cultura da paz no contexto escolar.

A convivência escolar, comunitária e familiar é um direito constitucional e que deve ser garantido a todo e qualquer cidadão, haja vista serem iguais perante a lei sem distinção de nenhuma natureza. Partindo desse principio por meio do fortalecimento de vínculos e das Práticas Justiça Restaurativa, consiste em trazer para o certame atual, mecanismos que combatam e previnam as várias violações de direitos que possam atingir crianças e adolescentes e a comunidade escolar.

Enquanto instituição formadora e educadora se preparar para lidar com a violência em seus mais diversos moldes, entende-se que não é uma simples questão disciplinar, mas algo que vai muito além.

Ao se tratar do conflito e da violência no ambiente escolar, há uma nova forma de cuidar do bem estar humano e das relações interpessoais. Trata-se de propostas alternativas para o tratamento de conflitos, as quais podem ser de grande ajuda para as escolas na resolução de conflitos.

[...] a participação nas ações de justiça restaurativa nas escolas não deve restringir-se a alunos e professores; familiares e comunidade são elementos importantes na construção desse modo de negociar com a violência, ainda mais porque se pretende que a pacificação das lides a partir do diálogo repercute nas relações sociais. (MANGINI, 2010, p. 99)

Dessa forma, é necessário mudanças de cultura, disseminando princípios restaurativos e preparando o contexto escolar e comunitário para o acolhimento desta nova forma de resolução de conflito. Desenvolvendo habilidades e articuladores para sua inclusão. Nesse momento, há necessidade de viabilizar instrumentos de orientação para solução de problemas ocorridos entre crianças, jovem e adolescente, sendo que os conflitos devem ser cuidadosamente conduzidos de maneira agradável dentro das escolas.

Assim, a Justiça Restaurativa no âmbito escolar vem ganhando espaço na proposta pedagógica, e nas metodologias tanto de professores, pedagogos e até mesmo dos gestores escolares. Sendo um subsídio para que as escolas alcancem a cultura de paz, possibilitando condições dignas para a aprendizagem e o ensino, acesso a permanência, assegurando o direito constitucional à educação com qualidade.

O projeto “Justiça e educação” tem como visão contribuir para a transformação de escolas e comunidades que vivenciam situações de violências e espaço de diálogos e resolução por meio da colaboração entre sistema judiciário e educacional, do trabalho com a rede de apoio e da parceria com a comunidade. (MADZA, 2006, p. 26)

A justiça Restaurativa e suas práticas na Amazônia é uma nova proposta, metodologia e um campo bem recente e novo para muitos que fazem parte do contexto escolar, pois têm sido apresentadas para gerar senso de comunidade (escolar) e criar um espaço seguro, no qual todos se sintam pertencentes e responsáveis pelo bem-estar dos

demais, auxiliam o desenvolvimento de competências e habilidades sociais, no corpo docente, discente e nas equipes técnica e de apoio, criando as condições para o fortalecimento de cada um.

3 Metodologia

Para melhor organização, este trabalho foi pautado em uma abordagem qualitativa, defendida por Minayo (2001), “cuja investigação de estudo é centrada no [...] trabalho com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultadas da ação humana objetivada” Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem e as práticas são inseparáveis. E as práticas aconteceram na forma de círculos com alunos do ensino fundamental maior e com alunos do ensino médio, realizados com a participação de professores que abraçaram a proposta, nestes círculos tivemos temáticas voltadas para a interação dos alunos, a responsabilidade com ensino, crescimento pessoal, autoestima, e sobre o que estamos vivendo neste ano de 2020 com a pandemia da covid. Os círculos realizados com os alunos trouxeram alguns resultados apresentados no momento da realização dos círculos como: uma boa relação entre os alunos e professores, alunos e alunos, o respeito construído e apresentado dentro do contexto da escola, crescimento da autoestima, mudanças de comportamentos, envolvimento nas atividades escolares entre outras mudanças que aconteceram após a realização da prática. Os círculos aconteceram através de encontros com duração entre uma hora e uma hora e meia, não ultrapassando o total de 25 participantes, sendo estes, alunos do ensino fundamental maior e do ensino Médio, regular e integral. Cada círculo de diálogo contou com dois facilitadores, um objeto da fala, além de um roteiro específico que envolve desde a preparação do ambiente, passa pelas perguntas norteadoras e finaliza com uma cerimônia de encerramento.

A pesquisa de cunho bibliográfico é aquela que se realiza, segundo Severino (2007, p. 122) a partir do:

[...] registro disponível decorrente, de pesquisa anteriores, em documento impressos, como, livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categoria teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha

a parti de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

O estudo deve apresentar uma pesquisa bibliográfica, a qual subsidiará a temática em questão, abordada por autores como: ZEHR (2008); PRANIS (2010); AMSTUZ e MULLET (2012); LEDERACH (2004), SANTOS E GOMID (2005) ZEHR (2015); Paulo Freire (2008); COSTA e COSTA (2011). Pois possui a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores.

4 Resultado

Após aplicabilidade dos instrumentais da pesquisa, analisou que os círculos restaurativos não violentos realizados pela a Fundação Parapaz, demonstraram que a escola deve buscar a criar e nutrir espaços de boa convivência como também um bom relacionamento que hoje está rompido no espaço escolar por motivo da pandemia, e a justiça restaurativa é uma possibilidade de ajudar a romper esses problemas existentes no espaço escolar durante e pós-pandemia.

Na busca de resoluções pacíficas para estes conflitos surgem a justiça restaurativa como uma prática viável e que levará a um tratamento muito mais humano e pacífico dos conflitos no ambiente escolar. Pois hoje a escola vem sendo um espaço bem complexo e com inúmeros conflitos de ordem social, econômico, emocional entre outros que estão presente neste contexto. E o que fazer e como fazer para que esses problemas não afetem o andamento do ensino e aprendizado do educando.

Hoje em algumas escolas tiveram o privilegio de trabalhar a justiça restaurativa como mais um elemento que vem proporcionar caminhos e momentos de reflexão da nossa prática escolar, ajudando assim através de seus valores e princípios fomentar e compartilhar uma nova lente sobre o foco ensino e aprendizagem.

Mas, ainda hoje a justiça restaurativa na escola apresentam algumas dificuldades por não conhecerem a teoria, o contexto histórico e o programa da mesma e, além disso, apresentam uma postura tradicional na prática escolar, pois nela é necessária a participação direta dos envolvidos, e ainda abrir mão do monopólio estatal de punição para a resolução de conflitos, através de pré-círculos e círculos.

5 Conclusão

O caminhar do processo que envolve escolas e a rede deve responsabilizar e fundamentar o comprometimento com a proposta de justiça restaurativa na escola, a fim de revisar o sistema punitivo que ainda está presente na escola, analisar os conflitos como processo de aprendizagem, transformação dos envolvidos pelo confronto, criar um ambiente coletivo que se revele como um apoio verdadeiro para resgatar um ambiente saudável.

Também creio que é necessário criar políticas públicas que possam colaborar com as escolas, pois hoje sabemos o grande mal que existe neste contexto escolar – conflitos de várias ordens. Assim é necessário mudanças de cultura, disseminando princípios restaurativos e preparando o contexto escolar e comunitário para o acolhimento desta nova forma de resolução de conflito, desenvolvendo habilidades e articuladores para a inclusão desta prática restaurativa no contexto escolar.

Assim, encontra-se a necessidade de viabilizar instrumentos de orientação para solução de problemas ocorrida entre crianças, jovem e adolescente. Na qual estes conflitos devem ser cuidadosamente conduzidos de maneira agradável dentro das escolas.

Os Círculos de diálogos realizados pela facilitadora da Fundação Parapaz vem ganhando espaço na proposta pedagógica, e nas metodologias tanto de professores, pedagogos e até mesmo dos gestores escolares. Assim a paz nas escolas será mais fácil de ser alcançada, possibilitando melhores condições dignas para a aprendizagem e o ensino, acesso a permanência, assegurando o direito constitucional à educação com qualidade.

Mas ainda existem escolas que colocam grande empecilho para o acontecimento desta prática, pois o Projeto Político Pedagógico da escola ainda foi realizado de forma tradicional e também temos professores com posturas bem tradicionais que não aceitam as mudanças em novas metodologias. E para acontecer de fato a Justiça restaurativa é necessária a mudança de comportamento e pensamento de todos que fazem parte da escola. A construção desta prática que trabalhar os conflitos internos deve acontecer com comprometimento coletivo que abalem as transformações necessárias.

Desta forma, a escola só passa a ser um ambiente propício para o desenvolvimento de prática restaurativa, quando tiver seu objetivo proposto na sua proposta pedagógica,

tornando-se para si a responsabilidade quanto seu papel social, não somente a ser um mecanismo de aprendizagem pedagógico.

Os círculos permitem a partilha de valores restaurativos, como o respeito, a solidariedade, a honestidade, a humildade, a participação, a interconectividade e a percepção da própria potência, fatores fundamentais para a convivência pacífica. Restauram, em regra, as interações esgarçadas ou rompidas em decorrência de conflitos, promovendo, tanto quanto possível, a reparação a quem sofreu o dano e a assunção da responsabilidade sobre eventuais ofensas e sobre os atos praticados.

6 Referências

ARAÚJO, Ana Paula. **Justiça Restaurativa na Escola: Perspectiva Pacificadora?** PUC/RS. Porto Alegre. 2010.

EVANS, Katherine. **Justiça Restaurativa na Educação: Promovendo responsabilidade, cura e esperança nas escolas.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo. Palas Athenas. 2018.

MADZA, E.(Org.). **Justiça Restaurativa em Heliópolis e Guarulhos: perceria para a cidadania.** São Paulo: CECIP, 2007.

MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Justiça Restaurativa no Cotidiano Escolar: uma alternativa para a solução de Conflitos.** Sorocaba: Univ. de Sorocaba, 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NUNES, Antonio Ozório. **Como restaurar a paz nas escolas: Um guia para educadores.** São Paulo: Contexto, 2011.

PRANIS, K. **Processos Circulares.** São Paulo: Palas Athenas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SICA, L. (2007). **Justiça Restaurativa e Mediação Penal: o novo modelo de justiça criminal e de gestão do crime.** Rio de Janeiro: Lumen Juris.

ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. Tradução de Tonia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA PLATAFORMA ENEM PARÁ

Letícia Waléria Silveira dos Santos
UFPA - adm.leticia.silveira@gmail.com

Ângelo Rafael de Araújo da Silva
UFPA - rafaelaraujo1013@gmail.com

Thalita Carvalho Bezerra
UNAMA – thalitacarvalhobezerra@gmail.com

Yuri Vidal Santiago de Mendonça
UFPA - yurisantiago@ufpa.br

Everaldo Marcelo Souza da Costa
SEDUC/ UNAMA - everaldo.mcosta@escola.seduc.pa.gov.br

RESUMO

A plataforma Enem Pará é um e-serviço oferecido pelo governo do estado e que teve seu desenvolvimento durante o período inicial da pandemia de COVID - 19, com o objetivo de contribuir na preparação dos estudantes paraenses para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, especialmente aqueles oriundos da rede pública estadual de ensino. Devido a isso, faz-se necessário compreender a efetividade desse serviço público, a partir do desempenho e frequência de acesso dos usuários às atividades disponíveis. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo analisar o desempenho e a frequência de acesso dos usuários aos conteúdos e atividades disponíveis na plataforma. Esse processo se deu por meio de análise de estatística descritiva, disponíveis no Power BI da plataforma. Os resultados demonstram que apesar da quantidade de conteúdo ser bastante robusta, o número de aulas concluídas por aluno e o desempenho dos usuários ainda é baixo, o que demonstra a necessidade de avançar com estratégias de comunicação e engajamento dos usuários.

Palavras-Chave: Plataforma on-line; Avaliação de desempenho; Serviço público.

1 INTRODUÇÃO

O cenário pandêmico do Covid-19 ocasionou grandes adaptações no sistema educacional, tornando o ensino remoto uma das principais ferramentas no processo de ensino-aprendizagem (PASINI; CARVALHO; ALMEIDA, 2020). Nesse contexto, visando

auxiliar especialmente estudantes de escola pública, o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET) implantou em junho de 2020 a plataforma on-line Enem Pará.

A plataforma Enem Pará, disponibiliza gratuitamente em seu ambiente virtual, mais de mil aulas com enfoque em conteúdos relevantes na preparação de estudantes para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Ao todo, a plataforma oferece 15 disciplinas do currículo regular do ensino médio, apresentando em seu ambiente virtual *streaming* de vídeo e material teórico digital, apresentações em slides, exercícios de fixação, avaliações sobre o conteúdo apresentado, pesquisas de satisfação e gamificação de conteúdos como estratégia didática de ensino (MARTINS, GIRAFFA; ROSÁRIO LIMA, 2018). Todas as suas ferramentas tecnológicas aplicadas no processo de ensino, estão integradas com o *Google for Education*, uma solução construída com ferramentas colaborativas para gestores, professores e alunos, a fim de proporcionar engajamento e compartilhamento da aprendizagem (BOSE, 2004).

Atualmente, a plataforma alcança 144 municípios paraenses, além de outros estados brasileiros, tendo em torno de 9.214 usuários (ENEM PARÁ, 2021) de diferentes perfis socioeconômicos, culturais e regionais, esses observados através das diversas informações prestadas no cadastro inicial de acesso à mesma. Apresenta ainda, tradução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), possibilitando a inclusão de alunos surdos, favorecendo assim, a oportunidade e garantia do conhecimento oferecido pelo estado. O acesso à plataforma pode ser realizado por meio do endereço: www.enempara.com, via computador ou dispositivos móveis, de forma a abranger um amplo público.

Nesse contexto, alinhando-se à tendência de investimentos tecnológicos na melhoria dos serviços públicos (CRISTÓVAM; SAIKALI; SOUSA, 2020), a implementação das plataformas on-line surge com o intuito de oportunizar o acesso à aprendizagem através das tecnologias digitais e de comunicação (TDICS) disponíveis, as quais possibilitam a interação, o desenvolvimento cultural, social e educacional (SOARES, et al., 2018). Contudo, torna-se cada vez mais importante verificar o acompanhamento do rendimento dos usuários, para que

além de mostrar o resultado do desempenho individual desses, sejam pensadas alternativas que os auxiliem em suas maiores dificuldades (PITEIRA; COSTA, 2016).

Além disso, a avaliação do desempenho neste cenário, torna-se um elemento fundamental, pois oferece um *feedback* do serviço público oferecido (FEITOSA; LIMA, 2016; PONTES, 2002) podendo ainda, ser percebida como um grande potencial para a efetivação e eficiência na interação entre governo e sociedade (SENA NETO, 2021), aferindo objetivos estratégicos, metas, novos indicadores, bem como orientar novos projetos, serviços, sistemas e atividades relacionados para a melhoria da qualidade do serviço público oferecido e integração de políticas públicas para a sociedade.

Neste trabalho pretende-se analisar o desempenho dos usuários, bem como o interesse dos mesmos pelos conteúdos da plataforma ENEM PARÁ, o qual poderá ser utilizado no aprimoramento da plataforma e na implantação de estratégias que visem potencializar o interesse dos usuários pelas temáticas e metodologia de aprendizagem proposta na plataforma. Conseqüentemente, esse processo de identificação do desempenho, por meio da usabilidade dos recursos didáticos oferecidos na plataforma, pode também contribuir com o interesse e engajamento de mais estudantes da rede pública de ensino do Estado do Pará, que ainda não utilizam esse serviço público oferecido pelo estado.

Portanto, esse estudo se justifica a medida que é necessária a análise do desempenho dos usuários da plataforma, a fim de que se possa avaliar a proficiência das estratégias de ensino propostas inicialmente e suas melhorias, conforme Sousa e Oliveira (2010), quando um processo avaliativo é praticado, é previsto que seja feita uma análise se há grandes desvios do que foi anteriormente determinado e baseado nisso, estipular meios para o alcance do parâmetro esperado, além de contribuir para o maior desempenho e efetividade no atendimento dos usuários e do serviço público ofertado (ALTHONAYAN; ALTHONAYAN, 2017). Ademais, esta análise pode contribuir para a expansão do alcance da mesma, principalmente em benefício dos estudantes da rede pública de ensino do Estado do Pará.

Assim sendo, este trabalho apresenta os dados observados quanto ao desempenho de usabilidade e aprendizagem dos usuários da plataforma, assim sendo esse trabalho é de cunho exploratório, quanto aos objetivos de pesquisa é um estudo de caso de serviço pública, com

análise quantitativa quanto à abordagem do problema, com o uso do software SPSS (FÁVERO; BELFIORE, 2017; RAUPP; BEUREN, 2003).

Esse artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, será apresentado o referencial teórico que abrange conceitos de plataformas on-line, serviço público e e-governo e avaliação do desempenho da educação on-line. Em seguida, é apresentada as bases metodológicas do trabalho e após, os resultados das análises dos dados e posterior, as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLATAFORMA ENEM PARÁ

Em meio a suspensão das aulas presenciais devido ao período pandêmico, no ano de 2020 o Governo do Estado do Pará desenvolveu e implementou a plataforma de estudos Enem Pará. Oriunda de projeto de extensão da Universidade do Estado do Pará (UFPA), o qual foi financiado por meio da parceria da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Tecnológica do Estado do Pará (Sectet), tendo a sua execução realizada através do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá. A plataforma objetiva a democratização do ensino aos estudantes da rede pública do estado que estão aptos a realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, possibilitando por meio dos conteúdos dispostos, aumentar a competitividade destes na disputa por uma vaga e a consequente inserção dos mesmos no ensino Superior.

Buscando minimizar as dificuldades no aprendizado com a interrupção das aulas presenciais, desde junho de 2020 a plataforma Enem Pará já disponibilizou cerca de 1225 aulas, as quais são ministradas por professores experientes em caráter de *Stream* de vídeo, englobando as quatro áreas do conhecimento em que o Exame Nacional do Ensino Médio se fundamenta (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática). As aulas podem ser acessadas por meio do endereço www.enempara.com, sendo necessário o usuário preencher inicialmente um cadastro.

O conteúdo exclusivo disponibilizado na plataforma, conta com videoaulas, aulas ao vivo, monitoramento de desempenho, simulados e material didático, os quais proporcionam uma abordagem dinâmica e interativa das aulas. O serviço é disponibilizado sem custo aos estudantes e conta com integração ao *Google for Education*, espaço virtual que disponibiliza ferramentas que auxiliam na educação formal. O portal dispõe ainda de aulas traduzidas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), promovendo a inclusão de pessoas com deficiência auditiva e proporcionando às mesmas uma educação igualitária.

Em seu período inicial de funcionamento, no final do mês de junho de 2020 (AGÊNCIA PARÁ, 2020), a plataforma contou com cerca de 9.025 alunos inscritos, sendo a página acessada mais de 40 mil vezes, segundo dados do *Google Analytics*. Os acessos à plataforma em sua maioria são oriundos de usuários da região metropolitana de Belém, no entanto, o serviço também é ofertado para todos os 144 municípios do Estado do Pará, contando ainda com acessos em outros estados da federação.

O serviço fornecido pela plataforma educacional foi desenvolvido em ambiente Web 3.0, proporcionando segurança e utilização de forma inteligente dos dados obtidos e gerados por ela. Dessa forma, a plataforma Enem Pará pretende ainda um alcance e eficiência maiores, de forma que seja decisiva no sucesso de milhares de alunos da rede pública de ensino, frente aos vários desafios apresentados no processo de ensino-aprendizagem.

2.2 SERVIÇO PÚBLICO E E-GOVERNO

O serviço público pode ser compreendido como atividades de interesse e relevância coletiva, sendo essenciais ao desenvolvimento da interdependência social, onde a sua gestão é realizada por governantes, podendo ainda ser realizada por organizações particulares através de concessões ou permissões (NAKAMURA, 2019). Apesar da organização pública não ter como objetivo principal a obtenção de ganhos financeiros, contudo deve estar atenta com a qualidade e efetividade de suas atividades para a satisfação de seus usuários, que

gradativamente requerem o cumprimento desses direitos e são o motivo pelo qual existem os serviços públicos (CUNHA; BEZERRA; ZOUAIN, 2019).

Nesse contexto, percebe-se o desenvolvimento de meios de acesso que colaboram para a efetivação e qualidade do serviço público ofertado, onde o e-gov apresenta-se como uma ferramenta de grande potencial para esta efetivação e eficiência, bem como a interação entre governo e sociedade (SENA NETO, 2021).

Araujo, Reinhard e Cunha (2018), ressaltam que a ideia de governo eletrônico ganhou notoriedade no final da década de 90, quando a tecnologia da informação passou a ser incorporada ao setor público, onde o uso dos e-serviços possibilitou a modernização da gestão e o consequente aumento da eficiência dos processos e atividades na gestão governamental. Ainda segundo os autores, o conceito de e-serviço caracteriza-se pelo uso das ferramentas de TDIC's como canais de prestação de serviços públicos para a sociedade em geral e que vem se democratizando no Brasil nos últimos anos, em razão da variedade de serviços.

De forma mais abrangente, o governo eletrônico ou E-Gov é composto por uma série de atividades ligadas à prestação de serviços e informações, o qual proporciona aos cidadãos e às organizações a possibilidade de ter acesso a políticas de gestão pública do governo, de forma mais acessível e com maior rapidez (OLIVEIRA; BARROS; GROHMANN, 2017).

Para tanto, as instituições públicas devem com certa frequência realizar avaliações acerca do desempenho e da qualidade do serviço público oferecido por meio do e-gov, a fim de mensurar os resultados, influências e benfeitorias (DIAS, 2006), ou ainda, verificar os indicadores do serviço público por meio do e-gov, pressupostos por Oliveira, Barros, Grohmann (2017) tais como: maturidade, facilidade de uso, comunicabilidade, multiplicidade de acesso, disponibilidade, acessibilidade, transparência e confiabilidade.

Nessa perspectiva, Cruz e Junior (2020) inferem que a avaliação de desempenho tem como princípio comparar o resultado de atividades já realizadas, com o que foi determinado inicialmente. No serviço público, a avaliação de desempenho traz benefícios ao direcionar o gestor para a tomada de decisões, possibilitando o planejamento de atividades, a melhoria da qualidade do serviço público, além do mais, o aperfeiçoamento e mensuração do

desempenho, influenciando na forma como os serviços são oferecidos a população (NERY; COSTA; KICHMAIR, 2020).

2.3 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO ON-LINE

Atualmente, devido ao contexto provocado pela pandemia do Covid-19, bem como o desenvolvimento e maior acesso das TDICS, o processo de ensino e aprendizagem expandiu-se para além do espaço da sala de aula, onde torna-se necessário soluções que convergem o ambiente presencial e o ambiente on-line, a fim de flexibilizar os contextos e processos educativos, permitindo o acesso a uma maior quantidade de informação, cooperação e colaboração na construção do conhecimento (BALULA, 2013; PEIXOTO; ANDRADE, 2020).

Desta forma, a avaliação da aprendizagem e desempenho do aluno entende-se como um processo eminentemente social e formativo, orientado para os objetivos pedagógicos e competências a serem atingidas por estes (BEZERRA; SILVA; NUNES, 2017). No entanto, esta avaliação deverá ser flexível e diversificada para ir ao encontro das necessidades e características do público-alvo, de acordo com o ambiente em que o processo de ensino e de aprendizagem ocorre (BALULA, 2005; HERRERA; et al, 2020).

No contexto on-line, é comum que se transponham estratégias do ensino presencial sem levar em conta as características do novo ambiente, ou seja, negligenciando o fato do sucesso ou não da sua aplicação (CATANETE; DE CAMPOS; LOIOLA, 2020). Nesse sentido, o processo de avaliação da aprendizagem é fundamental para a evolução do indivíduo e da comunidade que ele integra, pelo que se deverão equacionar alguns dos aspectos que a caracterizam, condicionam, auxiliam e dificultam quando realizada em ambiente on-line (OLIVEIRA; MADEIRO; SILVA, 2020).

No que refere ainda à avaliação da aprendizagem no ambiente on-line, esta preconiza o processo de interação, desempenho e aprendizado por meio das diversas plataformas disponíveis, onde tem-se a oportunidade de estimular, observar e registrar, as formas de comunicação com as quais os usuários obtiveram maior êxito, bem como detectar

aquelas em que apresentou maior dificuldade. Os registros dessa trajetória não têm por finalidade apenas diagnosticar a situação e sim, a partir deles, reestruturar o planejamento, direcionando para a promoção de tarefas que possam sanar ou amenizar as dificuldades apresentadas (BARREIRO-PINTO; SILVA, 2008).

Dentre alguns estudos científicos relacionados à avaliação do desempenho de educação on-line, podemos destacar os de Ozkan e Koseler (2009), que ao analisarem o sistema de aprendizagem por meio on-line, concluíram que a qualidade do sistema, a qualidade do serviço, a qualidade do conteúdo, a perspectiva do usuário, bem como aspectos de suporte têm um efeito significativo na satisfação e aprendizado deste usuário.

Por sua vez, McConatha, Praul e Lynch (2008) avaliaram uma plataforma de aprendizado móvel, onde concluíram que este tipo de ferramenta apresenta usabilidade positiva e significativa nos resultados de desempenho dos estudantes que utilizam este tipo de recurso educacional, através do seu caráter interativo e interfaces disponíveis no processo de ensino.

Laguardia; Portela e Vasconcelos (2007) e Santos (2020) ressaltam que a avaliação educacional on-line pode ser definida como a aplicação sistemática de procedimentos metodológicos para determinar, a partir dos objetivos iniciais propostos e com base em critérios internos e/ou externos, a relevância, a efetividade e o impacto de determinadas atividades com a finalidade de tomada de decisão, desse modo, a avaliação de ambientes virtuais de aprendizagem propicia a investigação sobre as condições em que a aprendizagem se realiza (estrutura), os modos pelos quais os estudantes são capazes ou tem acesso de interagir (processos) e o alcance dos objetivos e metas propostos (resultados).

A avaliação do ambiente de aprendizagem on-line deve considerar ainda, segundo Laguardia; Portela e Vasconcelos (2007) a abordagem que orienta o seu desenho curricular, as oportunidades oferecidas aos alunos para discussão e desenvolvimento de atividades, a organização e o acesso ao conteúdo, a facilidade de navegação e o controle do usuário.

Importa assim pensar que a avaliação neste cenário é fundamental para propiciar dados sobre o desempenho dos usuários, com vistas ao reconhecimento do aprendizado, validação do serviço oferecido e informações que permitam ajustes na prática pedagógica,

tecnológica e políticas públicas implementadas no âmbito educacional, de forma que assegurem a qualidade dessas práticas e que se constituam como referências.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracteriza como exploratória (RAUPP; BERUEN, 2003), uma vez que o objetivo é analisar o desempenho dos usuários nas avaliações propostas e interesse dos mesmos pelos conteúdos da plataforma, que é um serviço inédito oferecido pelo governo do estado do Pará. Esse tipo de serviço público precisa ser avaliado permanentemente com a finalidade de melhoramento contínuo do processo educacional proposto.

O procedimento de pesquisa escolhido foi o estudo de caso (YIN, 2002), pois a plataforma ENEM PARÁ, é um projeto piloto de educação online do governo do estado do Pará, onde sua implantação foi motivada pela pandemia de COVID - 19, porém que poderá ser um serviço permanente no pós pandemia e contribuir de forma decisiva com os estudantes paraenses que irão se submeter ao ENEM. Essas são características especiais que tornam esse fenômeno relevante para o estudo de atividades de e-serviço público.

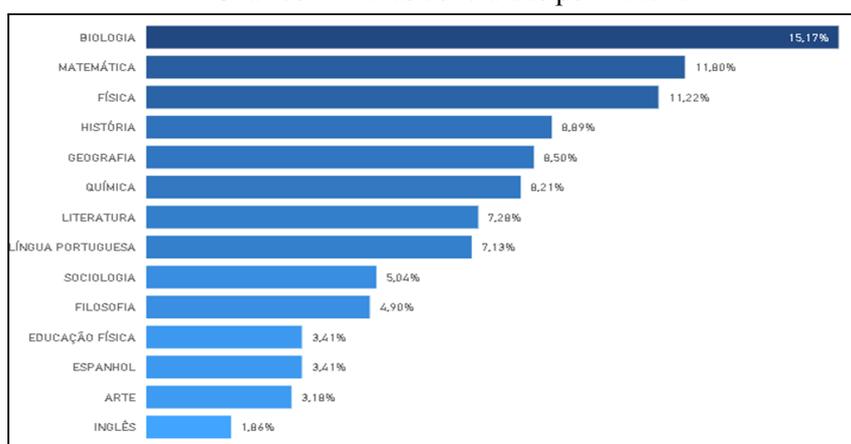
Os dados para análise desse fenômeno foram fornecidos pelo governo do Pará, sendo que a plataforma conta com 9025 usuários de todas as regiões do estado. Dessa forma, essa pesquisa terá abordagem quantitativa, onde os resultados quanto ao desempenho dos estudantes e suas preferências por conteúdos e disciplinas específicas serão demonstradas por meio de estatística descritiva.

5 RESULTADOS

A maioria dos usuários da plataforma se declararam do gênero feminino (67,6%), sendo que o gênero masculino representa (31,7%) e os 0,7% restantes se declararam do grupo LGBTQIA+. Além disso, a maioria dos usuários pertencem à região metropolitana de Belém (38,8%). Outro ponto de importante registro é que a maioria dos estudantes se declarou morador de zonas urbanas dos municípios (89%).

A plataforma Enem Pará possui 1239 aulas gravadas com material didático e exercícios, de 18 matérias diferentes. Sendo que 4854 usuários concluíram todas as aulas disponíveis até então, com média de aulas concluídas por aluno de 13,48, porém o desempenho quanto aos acertos das questões propostas foi de apenas 32%.

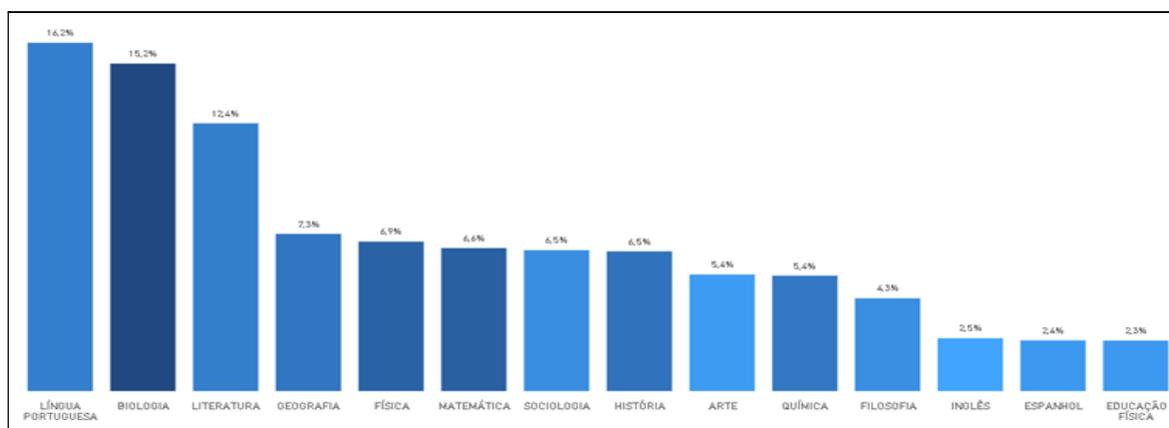
Gráfico 1- Aulas concluídas por matéria



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Ao analisar o gráfico 1, é possível identificar que dentre todas as aulas assistidas, a disciplina de Biologia representa 15,17% do total, seguidos de Matemática (11,80%), Física (11,22%), História (8,89%) e Geografia (8,50%), onde estas 5 matérias juntas totalizam 55,58% das aulas concluídas. Em contraponto, as 5 disciplinas que apresentam uma porcentagem de conclusão menor em relação ao total de aulas da plataforma são: Inglês (1,86%), Artes (3,18%), espanhol (3,41%), Educação Física (3,41%) e Filosofia (4,90%).

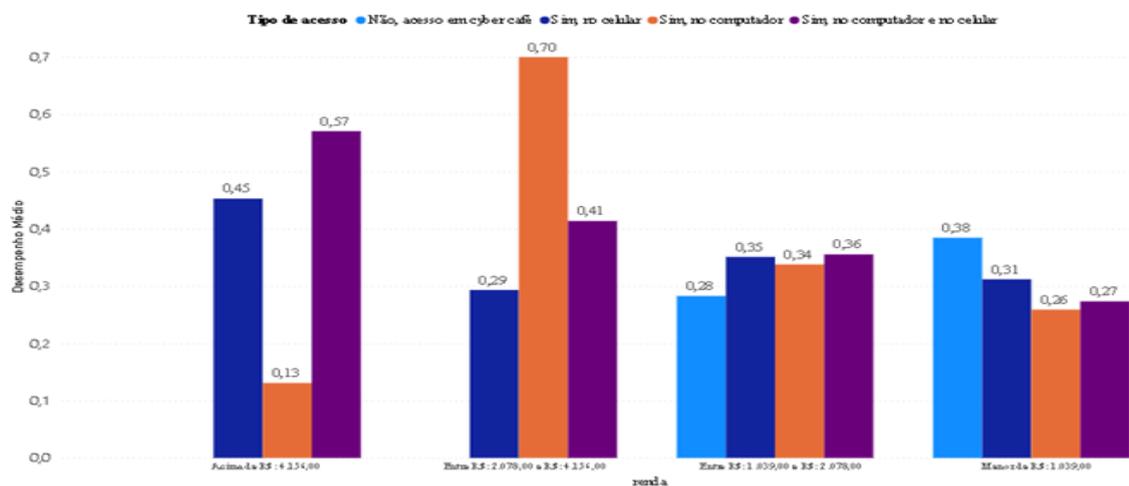
Gráfico 2 - Percentual de pontos obtidos por matéria



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observa-se no gráfico 2 que os alunos obtiveram uma maior pontuação nos exercícios disponíveis na plataforma nas disciplinas: Língua Portuguesa (16,2%), Biologia (15,2%) e Literatura (12,4%). Estes dados, ao serem comparados com o gráfico 1 podem indicar que o entendimento e o aproveitamento da plataforma, não estão diretamente ligados a quantidade de aulas assistidas, visto que das 3 matérias mais assistidas (Biologia, Matemática e Física), apenas Biologia está entre as 3 disciplinas com maior percentual de pontos nos exercícios.

Gráfico 3 - Desempenho médio por renda e tipo de acesso



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quanto ao desempenho médio por renda e tipo de acesso, constatou-se que os melhores desempenhos são do grupo de usuários que acessam a plataforma por meio do computador e que possuem renda entre 2 e 4 salários mínimos (0,7), seguido de usuários que acessam a plataforma através do computador e celular e tem renda acima de 4 salários mínimos (0,57) e de usuários que acessam por meio de celular e possui renda acima de 4 salários (0,45).

Por outro lado, usuários de tiveram menor desempenho pertencem ao grupo onde a renda está acima de 4 salários mínimos (0,13) seguido de usuários de renda inferior a 1 salário (0,26), onde em ambos os casos o acesso também foi por meio do computador, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 4 - Aulas concluídas por gênero e renda



Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Em relação à quantidade de aulas concluídas por gênero e renda, que está sendo demonstrada no gráfico 4, constatou-se a predominância do gênero feminino, com cerca de 2.000 aulas concluídas, seguida do gênero masculino, com um pouco mais de 500 aulas concluídas, onde ambos os gêneros possuem renda inferior a 1 salário mínimo.

Pode-se entender que, independentemente de gênero, os usuários que compõem o grupo de menor renda são os que mais concluem as aulas e buscam compreender as matérias oferecidas pela plataforma.

6 CONCLUSÕES

A plataforma Enem Pará, buscando promover a inclusão de alunos oriundos da rede pública de ensino do estado do Pará, os quais como consequência da crise pandêmica Covid-19 passaram a estar desassistidos de aulas preparatórias para o Enem, sendo que dos

9025 estudantes da plataforma 67,6% são do gênero feminino, frente aos 31,7% do gênero masculino e 0,7 que se declararam LGBTQIA+.

As análises do estudo evidenciam que o gênero feminino obteve um desempenho até 50% maior do que o gênero masculino nas atividades propostas na plataforma quando observado o grupo de alunos que acessam apenas via celular. O acesso a plataforma também é maior dos alunos do gênero feminino, chegando até a 5.000 acessos, já os estudantes do gênero masculino realizaram pouco mais de 1.500 acessos.

O estudo das características do público que acessa a plataforma Enem Pará, evidencia a essencialidade do e-serviço prestado à sociedade, especificamente aos estudantes da rede pública de ensino do Pará, onde por meio da plataforma é promovida a inclusão dos alunos aos meios educacionais virtuais, os quais no cenário pandêmico a sua utilização mostra-se primordial no processo de aprendizagem dos estudantes. Além disso, demonstra-se a necessidade de avançar com estratégias de comunicação e engajamento dos usuários, a fim de ter um alcance e desempenho maior na plataforma.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Plataforma EnemPará registra quase 10 mil visitas em apenas 15 dias.** Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/20883/>>.

AGUNE, R.; CARLOS, José Antônio. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. *Gestão pública no Brasil contemporâneo*, p. 1-16, 2005.

ALTHONAYAN, Mona; ALTHONAYAN, Abraham. Avaliação do sistema de governo eletrônico: O caso do desempenho dos usuários utilizando sistemas ERP no ensino superior. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 2017.

BARBOSA, Albenir Rêgo. Aspectos em Pesquisas Brasileiras sobre Governo Eletrônico: Uma Análise Bibliométrica. In: **XVI Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão**. 2016.

BARBOSA, X. A. A avaliação 360° como novo método de avaliação de desempenho na UFRJ. Rio Grande do Sul: LUME/UFRGS, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=xana+alves+barbosa+a+avalia%C3%A7%C3%A3o+360>.

BARREIRO-PINTO, Isabel Andréa; SILVA, Marco. Avaliação da aprendizagem na educação online: relato de pesquisa. **EFT: Educação, Formação & Tecnologias**, v. 1, n. 2, p. 32-39, 2008.

BEZERRA, Wlahilma Maria de Queiroz; SILVA, Bento Duarte da; NUNES, João Batista Carvalho. Avaliar sob a perspectiva da gestão do fazer docente: desvendando caminhos da avaliação da aprendizagem na educação online. 2017.

BOSE, Ranjit. E-government: infrastructure and technologies for education and training. *Electronic Government, an International Journal*, v. 1, n. 4, p. 349-361, 2004.

CATANANTE, Flávia; DE CAMPOS, Rogério Cláudio; LOIOLA, Iraneia. AULAS ON-LINE DURANTE A PANDEMIA: CONDIÇÕES DE ACESSO ASSEGURAM A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO?. **Revista Científica Educ@ção**, v. 4, n. 8, p. 977-988, 2020.

CHAHIN, Ali. E-gov. br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. Pearson Prentice Hall, 2004.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. *Sequência (Florianópolis)*, n. 84, p. 209-242, 2020.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. **Sequência (Florianópolis)**, p. 209-242, 2020.

DIAS, Cláudia Augusto. Método de avaliação de programas de governo eletrônico sob a ótica do cidadão-cliente: Uma aplicação no contexto brasileiro. 2006.

DINIZ, Eduardo Henrique et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *Revista de Administração Pública*, v. 43, p. 23-48, 2009.

FEITOSA, CONCEIÇÃO DE; CORRÊA, MARIA; LIMA, ALYNNE VIRGINYA DE QUEIROZ. Avaliação de desempenho no setor público: fatores críticos e oportunidades de melhoria. 2016.

FOUNTAIN, Jane. Building the virtual state. Information technology and institutional change, Whashington, Brookings Institution Press, 2001.

LAGUARDIA, Josué; PORTELA, Margareth Crisóstomo; VASCONCELLOS, Miguel Murat. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem. **Educação e pesquisa**, v. 33, p. 513-530, 2007.

LUCENA, M. D. da S. Avaliação de desempenho: métodos e acompanhamento. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1992.

MARTINS, Cristina; GIRAFFA, Lucia Maria Martins; DO ROSÁRIO LIMA, Valdevez Marina. Gamificação e seus potenciais como estratégia pedagógica no ensino superior. *Renote*, v. 16, n. 1, 2018.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos (2004). E-gov no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança. Mestrado, Universidade de Brasília (UnB), Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1544>>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Sobre o Governo Eletrônico. Os padrões web e seus impactos no futuro do governo eletrônico, 2008.

NAKAMURA, Andre Luiz Dos Santos. Revisitando o conceito de serviço público. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, 2019.

NERY, Karine Rocha; COSTA, Débora Vargas Ferreira; KIRCHMAIR, Débora Magalhães. A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DOS GESTORES. **Revista Interdisciplinar em Gestão, Educação, Tecnologia e Saúde-GETS**, v. 3, 2020.

NETO, Mário Teixeira Reis; MARQUES, Esaú Rodrigo Costa; DE PAIVA, Ricardo Viana Carvalho. Integração entre valores, motivação, comprometimento, recompensas e desempenho no serviço público. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, v. 10, n. 1, p. 3-39, 2017.

OLIVEIRA, LS de SA; MADEIRO, Eraldo Pereira; SILVA, AG da. De Repente Online: O Que Pensam Os Estudantes De Pedagogia Da Unitins Campus Araguatins Sobre O Processo De Avaliação Do Ensino-Aprendizagem Em Tempos De Pandemia. **Anais VII CONEDU-Edição Online. Maceió-AL**, 2020.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati; CARVALHO, E.; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. FAPERGS. Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

PAULI, Jandir; BIULCHI, Adão Felipe. Avaliação de desempenho no serviço público: a experiência do instituto nacional do seguro social na implantação da gratificação de avaliação de desempenho do seguro social-GDASS. *Revista de Administração IMED*, v. 2, n. 2, p. 129-137, 2012.

PITEIRA, Martinha RF; COSTA, Carlos J. Avaliação da usabilidade percebida: plataforma de e-learning Moodle. In: Conferência IADIS Ibero-Americana WWW/Internet. 2006.

PONTES, B. R. Avaliação de desempenho: nova abordagem. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
PRADO, O. Governo eletrônico, reforma do Estado e transparência. São Paulo: EAESP/FGV, 2009.

REINHARD, Nicolau; MOYA, Ricardo W. The adoption of electronic filing for individual income tax returns in Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON E-BUSINESS (ICEB), 2., 2002, Taipei. Proceedings... Beijing: Iceb, p. 353-358, 2002.

SENA NETO, Bernardino. Governo eletrônico (e-Gov). 2021.

SOARES, Deyse Mara Romualdo et al. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NA PRÁTICA DOCENTE. CIET: EnPED, 2018.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010.

STASSUN, Cristian Caê Seemann; WIPPEL, Fanni. Avaliação de Desempenho e Capacitação Contínua no Serviço Público: Avanços da política de RH na administração pública de uma prefeitura do Alto Vale do Itajaí. Planejamento e Políticas Públicas, n. 41, 2013.

(EN) CANTARES AMAZÔNICOS: POESIA AMAZÔNICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

¹Francisco Hermeson Sampaio de Sousa

RESUMO

Este texto consiste no relato de uma experiência pedagógica desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Médio Irmã Dulce, escola localizada em Parauapebas no sudeste paraense que atende alunos do Ensino Médio Regular. As atividades foram desenvolvidas na disciplina Língua Portuguesa no ano letivo de 2021, através de um projeto de leitura desenvolvido pelo professor com turmas do primeiro ano do Ensino Médio, que consistia na leitura integral da obra Cantares Amazônicos do escritor paraense João de Jesus Paes Loureiro. Após a organização da biblioteca, observou-se vários volumes do livro ainda embalados para a distribuição, avaliou-se, naquele momento, que a acolhida socioemocional dos alunos recém-chegados do ensino fundamental dar-se-ia pela valorização e leitura de um escritor paraense com o gênero poema. Os livros foram distribuídos seguindo os protocolos sanitários para as três turmas da 1ª série do Ensino Médio do turno da manhã, rodas de leitura foram realizadas através do aplicativo MEET e atividades de interpretação. O objetivo foi desenvolver a habilidade da estética receptiva dos alunos e a fruição da leitura literária.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia. Amazônia. Literatura.

¹ Professor da disciplina Língua Portuguesa na Escola Estadual de Ensino Médio Irmã Dulce, primeiro e segundo anos do Ensino Médio. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. E-mail: franciscosousa.cefor@escola.seduc.pa.gov.br

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade pautada pelo imediatismo, rapidez das informações, digitalizada, informatizada, célere e visual, cenário que inviabiliza, na maioria das vezes, a formação leitora proficiente, atenuada, no atual momento, pela pandemia do COVID-19. Avaliei que a fruição da leitura literária não estava adequadamente inserida no contexto dos alunos na era digital e no atual e passageiro período pandêmico; o resultado foi obtido a partir de uma pesquisa quantitativa sobre o hábito de leitura dos estudantes da 1ª série do Ensino Médio sob minha tutela no ano letivo de 2021, através do questionário do Google Formulário. Para mitigar essa constatação, avaliei a possibilidade de integrá-los em um projeto de leitura, com o gênero poema, que tratasse de maneira mais intensa a realidade amazônica.

Após a organização da biblioteca escolar, percebi vários volumes da obra “Cantares Amazônicos” do escritor paraense João de Jesus Paes Loureiro ainda embalados. Organizei a entrega dos livros a todos os alunos das minhas três turmas da 1ª série, seguindo os protocolos de segurança; logo após, iniciamos as rodas de leituras virtuais através do aplicativo MEET, atividades semanais de interpretação através do Google Formulário eram enviadas no intuito de aferir o senso crítico e interpretativo atrelado à realidade amazônica na estética poética. Produções escritas e deixadas na recepção da escola também eram constantes, para os alunos que não tinham acesso à internet.

A ausência da experiência estética que a literatura promove e a necessidade de formar leitores literários e autônomos foram os elementos que impulsionaram este projeto. Uma vez que para Candido (2004) a Literatura é um direito humano que todos têm, mas avalio que poucos o utilizam por falta, possivelmente, de mediação e promoções de atividades e projetos. Possibilitar o acesso esse direito aos meus alunos foi fator determinante na escolha do gênero, do autor e da obra.

O produto final do projeto foi a de apresentação de um webnário, onde os alunos expressaram oralmente, em grupos, as percepções interpretativas dos capítulos para o público escolar, isso permitiu desenvolver habilidades de oratória pública, alguns alunos, com dificuldades nesse ponto apresentaram muito bem, transpondo barreiras como a timidez, dicção, expressões e entonação.

A Escola Estadual Irmã Dulce, localizada no município de Parauapebas no Sudeste do Estado do Pará, atende alunos no Ensino Médio Regular em três turnos: manhã, tarde e noite. O projeto foi desenvolvido no turno da manhã com as turmas da Primeira Série do Ensino Médio. Os alunos deste turno caracterizam-se pela faixa etária entre 15 e 17 anos, oriundos de famílias de classe média e classe média baixa. Pela sua localização em uma área central e urbana, atende a comunidade de vários bairros em seu entorno. Ao todo são 1.345 matrículas ativas, destas 549 apenas no turno da manhã distribuídos em 32 salas de aulas. Dispõe de recursos tecnológicos como projetores e equipamentos de som, além de uma biblioteca com bons acervos de livros da literatura nacional e internacional.

A maioria dos alunos vêm de escolas públicas municipais, porém, há os provenientes de escolas da rede particular de ensino, tive a possibilidade de conversar com alguns pais ou responsáveis por alunos que participaram do projeto, teceram elogios à escola, responsáveis por alunos que, inclusive moram distantes

da unidade de ensino, mas que se deslocam diariamente, mesmo havendo outras escolas mais próximas.

TEMA DO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cantares Amazônicos como objeto de estudo promove o desenvolvimento de competências que ajudam a compreender a língua como fenômeno histórico e social na medida em que o aluno-leitor é exposto a uma realidade poética da região em que vive, conhecendo a estilística conotativa da língua, a linguagem mitológica amazônica. As figuras de linguagem, como a metáfora e a metonímia, entre outras, são recorrentes a um eu lírico que vivencia da maneira mais profunda o imaginário figurado e real da região amazônica.

O eu lírico, com uso da linguagem verossímil e ficcional, possui a capacidade de transportar os leitores a diferentes épocas e perspectivas, a percorrer o imaginário em busca do desconhecido, metafísico, existencial, filosófico, rios, florestas, mitos, onde o receptor da obra (re) cria um (en) cantares amazônicos. Com a leitura da obra de Paes Loureiro o estudante, pelo que avaliei cartografa a amazônica através de um mapeamento poético, uma reinvenção, uma reconfiguração da vivência amazônica. Com Paes Loureiro os alunos certamente interpretaram o “olho de boto no fundo dos olhos de toda paisagem”.²

Buscou-se, com o projeto, promover o gosto pela leitura literária com fruição estética, mediando pedagogicamente para que, com a recepção da obra, os alunos desenvolvessem autonomia e percebessem os contextos atuais presentes na interpretação de uma obra produzida em um contexto histórico e social atual e presente na região geográfica, cultural, social e humana em que vivem. A maioria não tinha lido ou ouvido informações Paes Loureiro, avaliei esse fator negativo

² Canção de Vital Lima e Nilson Chaves, ouvida em alguns encontros da roda de leitura virtual. Os estudantes, durante a leitura de alguns poemas, conseguiram traçar paralelos entre a letra da canção e as interpretações possíveis que vieram à tona durante as leituras expressivas.

quando se trata de um importante escritor paraense vivo, o que demonstra que ainda estamos longe de dar o devido reconhecimento à literatura paraense.

Nesse sentido, já conhecedor do projeto que o enviei por e-mail, o próprio Paes Loureiro enviou, via WhatsApp, um vídeo onde demonstrou alegria em ter o seu livro como objeto de estudo e ensino. Esse momento foi de grande emoção aos alunos, no que concerne a observar a face humana e presente de um autor cuja obra estão lendo e estudando.

Cantares Amazônicos foi, nesse projeto, o rito iniciático de leituras de autores paraenses, promovendo uma compreensão da complexa tarefa de inserir a realidade real à prosa e poesia do verossímil e rico ecossistema literário amazônico, envolto de lendas, causos, mitos e assombrações, que na poética de Paes Loureiro através de uma sinestesia que desvela os enigmas da figuração do real, em consonância com o crítico Benedito Nunes:

Cabe lamentar o que parece no vórtice da destruição e torna-lo matéria de canto. O seu juvenil compromisso político não desaparece, mas sofre uma metamorfose: transforma-se o valor afirmativo de resistência da palavra poética, o que pressupõe, como base da buscada visão amazônica do mundo que o sustenta, com a dimensão de um projeto existencial, não mais sancionado pela necessidade histórica, o engajamento do poeta e de sua obra à região – engajamento enquanto enraizamento, ou , segundo o mais forte termo de Mário de Andrade, enquanto radicação de ambos, obra e poeta, à terra. (NUNES, 2000, p.15).

Objetivo geral:

Promover o contato com a obra Cantares Amazônicos de Paes Loureiro estimulando a apreciação e fruição estética da poesia amazônica.

Objetivos Específicos:

- Compreender as relações entre a obra literária e o contexto social do momento de sua produção, situando, também, aspectos atuais.
- Reconhecer os valores intrínsecos e extrínsecos de uma obra literária.
- Conhecer o escritor Paes Loureiro e suas obras, em especial Cantares Amazônicos.
- Interpretar as figuras de linguagem na mitopoética amazônica.
- Apresentar um webnário sobre a obra lida.

JUSTIFICATIVA

A partir de uma pesquisa qualitativa em que os alunos responderam sobre as práticas de leituras, e o resultado demonstrou que poucos tinham alguma relação com o hábito de ler, a fim de mitigar esse dado, e com o intuito de oportunizar aos alunos a experiência com o texto literário para além de leituras pautadas em fichas avaliativas ou periodizações sobre a história da literatura, apresentei a proposta em fevereiro de 2021 por meio do aplicativo MEET em formato de slides sobre o autor, a obra, elementos da narrativa poética. Buscou-se a conformidade com a competência específica 4 da BNCC³:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (Base Nacional Comum Curricular, Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. p. 490)

A contextualização histórica contou com a participação do professor de Geografia para explanar sobre a cartografia geográfica, ambiental e social da

³ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, essa competência descreve a parte específica das linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio.

Amazônia em seus aspectos denotativos, suas mazelas e degradações, iniciando assim o estudo conotativo sob a perspectiva loureiriana.

METODOLOGIA

A idealização da implementação de um projeto de leitura que trouxesse à cena escritores paraenses surgiu após encontrarmos vários volumes da obra *Cantares Amazônicos* de João de Jesus Paes Loureiro ainda embalados na biblioteca da escola. Imediatamente, segundo os protocolos de segurança, iniciamos a distribuição das obras nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro para os alunos. No dia 01 de março de 2021, começamos a realização das rodas de leitura virtuais pelo aplicativo MEET, com as leituras expressivas das três partes do livro: *Porantim*, *Deslendário* e *Altar em Chamas*.

Cabe ressaltar a celeuma ocasionada pelo cântico XIII *Porantim*:

Solimões, solidões .
Tocantins.
Várzea.
Varjão
O rio comanda a morte?
Marapatás – as ilhas flutuantes –
São contas do rosário das enchentes
Que o rio vem rezando
[correnteza]
Entre salve-colonos, salve-pescadores
Ave-ramundas, ave arribação
Jaculatórias flutuam entre ucuubas
Caruanas morreram afogadas
Os tratores irrompem contra as quilhas
Escamas saltam para o pescador
Que incorpora guelras
E respira
O riomar cavoceano barítono
Com sua voraz tração de violoncelos
O rio desova o rio
E em ondas se descama
Após perder o rio
Pele de cobra,
O rio mundia a selva

E como estrada
Engole a cauda
E desencanta o rio
Em seu destino móvel
Linguagem naufraga da língua
Escadarias de ondas
Quilhas após quilhas
Centopeia líquida
 O rio índio espreita
 Impede
 E vela
O rio retarda as rodas
O rio preserva as odes
O rio resguarda a selva
Botos e uiaras
Bastam-se
 Repastam-se
Efêmeros
 Efêmeros
A corrente da vida
 -riocorrente

Após ter lido toda a obra antes de apresentá-la, lemos este poema em um “salto poético” de porantim direto ao cântico XIII. As primeiras inquietações, certamente, foram as expressões linguísticas utilizadas. A maioria não sabia o significado das palavras ali utilizadas como, por exemplo, o nome da coletânea “porantim” que significa remo e memória. Assim, com a compreensão dos termos, muitos de origem indígena os alunos relatavam suas interpretações através de vídeos, áudios de WhatsApp e produções escritas deixadas na escola.

Sobre o “Cântico XIII” as interpretações pautaram-se na preservação dos rios amazônicos, fonte de renda e “estrada” para muitos habitantes da região amazônica. Sobre a inquirição “o rio comanda a morte?” Foram uníssonos em afirmar que os rios seguem os seus cursos ao mar, as populações tradicionais sabem de suas mudanças naturais, mas sabem que tudo pode piorar com a degradação dos rios (“Solimões, solidões, Tocantins). Um aluno relatou, emocionado, o tempo em que vivera às margens do Rio Tocantins em Marabá. Dos tempos das cheias e como era difícil adaptar-se às intempéries naturais. Mas, todos tinham consciência que o rio

não invadia as casas, porém as casas invadiam o ambiente fluvial.

E era uma “ave-arribação, ave-maria, vamos embora, e depois a gente volta”. “O rio comanda da morte?”

A cada leitura, a cada cântico, a cada deslendário, via-se no olhar, ainda que virtual, naquelas reuniões em que muitos sequer ligavam as câmeras, a compreensão da verossimilhança, das metáforas, das figuras de linguagem, das vivências do chão amazônico. Como o próprio autor afirma:

Na sociedade amazônica é pelos sentidos atentos à natureza magnífica e exuberante que o homem se afirma no mundo objetivo e é por meio deles que aprofunda o conhecimento de si mesmo. Essa forma de vivência por sua vez, desenvolve e ativa a sensibilidade estética. Os objetos são percebidos na plenitude de sua forma concreto-sensível, forma de união do indivíduo com a realidade total da vida, numa experiência individual que se socializa pela mitologia, pela criação artística, pelas liturgias e pela visualidade. (PAES LOUREIRO, 2012, p.21)

Incluí um prefixo ao título da obra para tematizar e reforçar um dos objetivos a serem alcançados: encantar. “(En) cantares amazônicos”. Um encanto poético, próximo, verossímil, estético. Amazônico.

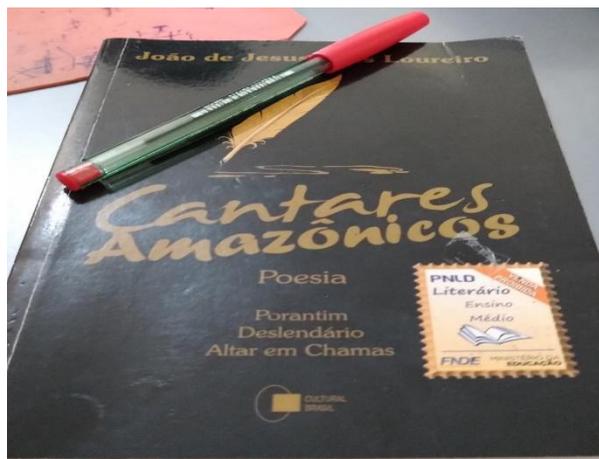
RESULTADOS ALCANÇADOS

Aos alunos da primeira série do Ensino Médio da Escola Estadual Irmã Dulce estava a difícil tarefa de compreender que o ato de ler não é mais apenas um exercício de decodificação de palavras. A mim estava a tarefa de mediar o projeto de leitura. Os discentes, como leitores proficientes, deveriam lançar-se além das margens do livro, interpretando o significado da leitura, saindo do lugar-comum.

A linguagem poética de Paes Loureiro, a princípio, muito complexa, vai se desvelando a cada leitura virtual, as interpretações da mitopoética amazônica vai se aproximando de cada leitor literário, e eles vão percebendo que todos aqueles poemas, sem forma fixa e fragmentada, revela a realidade social, geográfica, histórica da região onde vivem.

Abaixo alguns registros do seminário. ⁴

Imagem 1 – A edição utilizada para o projeto.



Fonte: Acervo pessoal do professor

Imagem 2- Aluna lê e interpreta Deslândia Virtual de Paes Loureiro.



Fonte: Acervo pessoal do professor.

Imagem 3- Aluna explica o cântico XIII de Porantim

⁴ Os registros e fotos aqui alocadas representam uma ínfima parte do dossiê do projeto, cabe ressaltar que foram postadas apenas as imagens autorizadas por termo de responsabilidade dos responsáveis dos alunos.



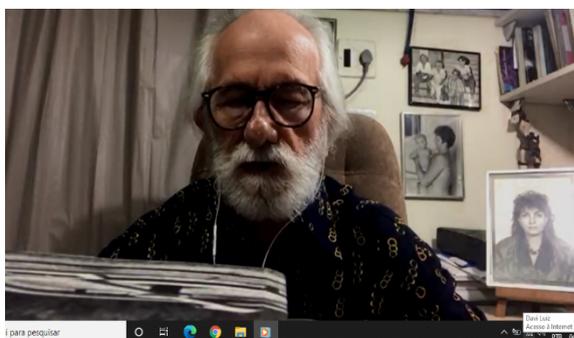
Fonte: Arquivo pessoal do professor.

Imagem 4-Aluna declamando poema de cantares amazônicos



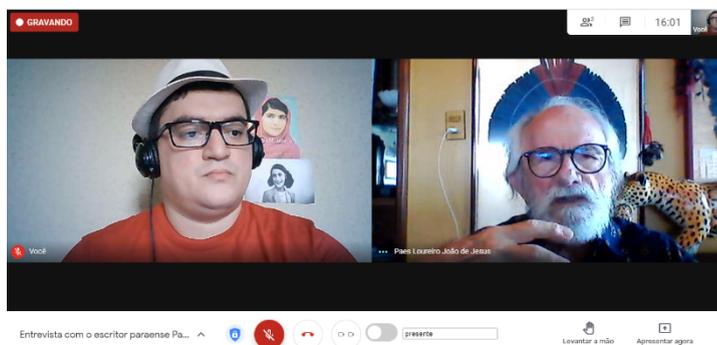
Fonte: Arquivo pessoal do professor.

Imagem 4- O autor explanando sobre a obra em live com o professor.



Fonte: Arquivo pessoal do professor.

Imagem 6- Roda de conversa com o autor Paes Loureiro pelo MEET



Fonte: Arquivo pessoal do professor.

REFERÊNCIAS

Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul., 2004. p. 174.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cantares Amazônicos**. 4. Ed. Belém, PA: Cultural Brasil, 2015.

_____. As fontes do olhar. In: **Obras reunidas** – Teatro e ensaios. São Paulo: Escrituras, 2000. p. 309 a 316.

NUNES, Benedito. A recente poesia brasileira: expressão e forma. **A clave do poético**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 158-173.

Inovação x Pandemia: grau da inovação em Empresas de pequeno porte de um bairro periférico da região Metropolitana de Belém-PA

Renata Novaes da Silva

Mestra em Planejamento – FAPESPA/Faculdade Cosmopolita – novaes.rs@gmail.com

Romeu Melo Ferreira

Acadêmico do 6º semestre de Administração - Faculdade Cosmopolita – hanzelmello@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente estudo é identificar, por meio do modelo do Radar da Inovação, o grau de inovação das empresas do bairro de Maracangalha, localizada na região metropolitana de Belém-PA, durante o período de pandemia. Para tanto, também é apresentado o papel do Estado e das políticas públicas na criação e fomento de ecossistemas de inovação. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, de finalidade aplicada, exploratória e descritiva, de natureza qualiquantitativa e com base em dados primários obtidos através da aplicação de questionário Diagnóstico do Grau de Inovação, do Projeto Agentes Locais de Inovação – SEBRAE/CNPQ. É possível apontar que grande parte das empresas analisadas são inovadoras ocasionais. De forma geral, a variável ousadia apresentou maior gargalo, com média geral de 3,0, a menor média dentre todas as variáveis analisadas. O papel do Estado na criação e no fomento dos ecossistemas de inovação se mostra ainda mais importante quando se trata da competitividade das micro e pequenas empresas, em especial no apoio ao desenvolvimento de processos e/ou serviços inovadores. No Pará, a Fapespa, a Sectar, o Senai e o Sebrae são os principais órgãos de fomento à inovação.

Palavras-chave: Radar da Inovação. Maracangalha. Covid-19. Políticas Públicas.

1 Introdução

A crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 e a necessidade de adoção de medidas restritivas alterou a dinâmica de funcionamento dos mercados, o que impulsionou a necessidade de inovação nas empresas.

Para conter o avanço da doença, em maio de 2020 o governo do estado do Pará decretou protocolos de distanciamento social e suspensão total de atividades não essenciais (Decreto nº 729 de 05/05/2020), como medida de barreira para evitar a

disseminação do vírus da Covid-19 no momento mais crítico, determinando a suspensão de atividades comerciais não essenciais.

Apesar da importância do Decreto Nº 729/2020 (PARÁ, 2020) diante do avanço da doença, os impactos econômicos das medidas impostas foram inevitáveis, afetando também os empreendedores, em todos os seus níveis (POREM; KUNSCH, 2021).

Os micros e médios negócios são responsáveis pelo surgimento da maioria das empresas e postos de trabalho em todo o mundo. As Micro e Pequenas Empresas - MPE's, no Brasil, representam 27% de todo o PIB e cerca de 16,2 milhões de empregos, o equivalente a 52% dos empregos formais (SEBRAE, 2020b).

Na região de Maracangalha, bairro periférico da região metropolitana de Belém, é muito comum empresas com sistema de Negócio Familiar, onde a estrutura administrativa é menor e os próprios membros da família podem administrar o empreendimento. Um grande problema de empresas desse tipo é a grande resistência a mudanças (SEBRAE, 2019).

Segundo dados do Observatório MPE (SEBRAE, 2020a), no Brasil, a pandemia mudou o funcionamento de 31% das microempresas do Brasil, o equivalente a 5,3 milhões, enquanto outras 10,1 milhões, aproximadamente 59% dos pequenos negócios interromperam temporariamente o funcionamento e 3,5% fecharam de vez a empresa, o que implicou em uma redução faturamento mensal em até 70% quando comparado ao cenário pré-pandêmico.

Contudo, as necessidades de consumo não desapareceram. Serviços antes pouco demandados agora passaram a ter mais preferência de consumo, como por exemplo: serviços de manutenção de eletrodomésticos e eletrônicos, serviços de redes e internet, serviços de entrega em domicílio etc. (MUNHOZ, 2020).

Diante da nova realidade, as pequenas empresas estão se adaptando como podem e, nesse cenário a inovação ganha força. A crise da pandemia do Covid-19 além de acelerar o processo de inovação tornou a própria inovação indispensável e essencial para sobrevivência das empresas. A transformação digital dos negócios foi o processo de inovação mais óbvio e mais elementar no enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia nas empresas. Partindo dessa premissa, de acordo com Sebrae, (2020), 22,5%

dos pequenos negócios expandiram as vendas online e 18,4% ampliaram a presença digital.

É nesse cenário que surgem diversas iniciativas advindas de políticas governamentais, ações de sociedade civil organizada, atitudes solidárias e filantrópicas de coletivos e entre outras que visam ajudar pessoas e parte do setor produtivo, com ressalva, nos micros e pequenos empreendimentos (POREM; KUNSCH, 2021), fomentando o ecossistema de inovação.

O atual cenário de grande concorrência enfrentado pelas MPE's, juntamente com a crise provocada pela pandemia aumenta a situação de vulnerabilidade dessas empresas (POREM, KUNSCH, 2020), o que gera a necessidade delas buscarem diferenciação no mercado, o que faz com que essas empresas mudem a forma com que realizavam suas atividades (SIMÕES, et al., 2015).

Desta forma, a inovação vai surgir como um artifício para o crescimento e ampliação das margens de lucro e competitividade e ainda garantia da permanência na empresa no mercado, e isso mostra a sua importância de estar presente nos micro e pequenos empreendimentos, visto que, empresas desse porte têm alta flexibilidade a mudanças e baixo custo de operação (SIMÕES, Et al., 2015).

E nessa conjuntura se encontram as empresas de pequeno porte da região de Maracangalha, bairro periférico da região metropolitana de Belém que dependem dos seus respectivos negócios para sua sobrevivência. Portanto, o objetivo desta pesquisa é mensurar o grau de inovação das microempresas que estão localizadas no bairro de Maracangalha durante o período de pandemia do Covid-19. Para tanto, apresenta como objetivos específicos: 1) Identificar os gargalos da inovação e quais pontos da dimensão oferta podem ser melhorados; 2) Comparar o Grau de Inovação entre as empresas analisadas e comentar aquela que teve o melhor desempenho na dimensão oferta.

Os resultados gerados nesse estudo ajudarão a compreender melhor a realidade das pequenas empresas da região diante da situação atual que o país se encontra em virtude da inovação no contexto da pandemia. Através desse estudo empírico será possível identificar vulnerabilidades que negócios de diferentes ramos podem ter em comum além de possíveis formas de mitigá-los.

A pesquisa está estruturada em cinco seções. A primeira seção corresponde à introdução com contextualização, justificativa e objetivos do trabalho. A segunda seção corresponde o referencial teórico que apresenta a teoria de base analítica e os conceitos pertinentes à temática abordada. A classificação da pesquisa e procedimentos adotados são apresentados na seção três. A seção quatro é destinada a apresentação dos resultados obtidos, atrelados os objetivos específicos e, por fim, a seção cinco se destina as considerações finais.

2 Referencial teórico

O referencial teórico apresenta o embasamento necessário para compreensão do tema, bem como os vários elementos relacionados. Nesta seção são apresentados conceitos de vantagem competitiva, inovação e da metodologia radar da inovação, todos oriundos da teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico, teoria de base analítica do estudo.

No capítulo “O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico”, do livro “A Teoria da Desenvolvimento Econômico”, Schumpeter (1997) aborda que existe um agente econômico que aloca de forma mais eficiente os fatores de produção de tal forma que traz novos produtos para o mercado. Essa visão de Schumpeter identifica o empreendedor inovador como o agente econômico capaz provocar a mudança econômica, apontado a “destruição criadora” como caminho ao desenvolvimento.

Nessa perspectiva, para Schumpeter (1997) e Dopfer (2011) a inovação e a disrupção ocorrem através de um efeito multiplicador em cascata, onde um empreendedor de sucesso atrai outro empreendedor, atuando como agentes replicadores do novo paradigma gerado com a inovação.

Para um produto/serviço ser considerado inovador ele não precisa ser necessariamente um item novo, mas pode ser uma nova qualidade ou característica desse produto. A inovação pode ser vista quando existe a introdução de um novo bem ao mercado, um novo método de produção, abertura de um novo mercado, uma nova matéria-prima ou até na ruptura de um monopólio (SCHUMPETER, 1997).

A inovação cria uma ruptura no sistema econômico, o que o tira de um estado de estabilidade, alterando desta forma padrões de produção e criando diferenciação para as empresas. Portanto, a introdução de um novo produto, de um novo método de produção ou a abertura de um novo mercado engloba o que diz respeito à inovação (SANTOS, FAZION, MEROE, 2011).

A busca da inovação pelas pequenas empresas é motivada pela obtenção do melhor desempenho em seus processos e, principalmente, vantagem competitiva (SILVEIRA, 2017). Com um mercado dinâmico, a capacidade de uma empresa transformar os produtos ou serviços que ela oferece ao mercado e as formas de como os criam e entregam é o que acaba garantindo sua permanência no mercado.

A vantagem competitiva é tida como resultado da capacidade da organização em neutralizar ou diminuir a ação da concorrência no segmento de mercado bem que atua por meio da diferenciação, surgindo do valor que determinada empresa consegue criar para a sua demanda e que ultrapassa o custo de fabricação da organização (ITO, Et al., 2012). Assim, uma empresa que possui vantagem competitiva é aquela que impõe uma estratégia de criação de valor que não pode ser facilmente copiada ou aplicada por algum concorrente em potencial .

Uma determinada organização que possui um conjunto único de recursos e capacidades que sejam de alto valor agregado e difíceis de serem copiados, por outros negócios de concorrente sem seu ramo, pode obter uma vantagem competitiva (BARNEY, HESTERLY, 2007). É o resultado que é obtido por meio da diferenciação, que pode ser obtida através da inovação, que irá gerar para a empresa a capacidade de diminuir ou bloquear a ação da concorrência no segmento de mercado em que atua.

De acordo com Silveira (2017), outras maneiras de aumentar a vantagem competitiva por meio da inovação foram encontradas por meio das pesquisas de Sawhney, Wolcott e Arroniz, que contribuíram para criação da ferramenta chamada Radar da Inovação. O Radar da Inovação é um modelo que busca mensurar o grau de inovação de uma empresa, sendo, primeiramente, dividido, em 12 dimensões.

O Radar da Inovação foi formulado originalmente por Sawhney, Wolcott e Arroniz em 2006, e em seguida foi adaptado por Bachmann em 2008 para ser aplicado no contexto das MPE's (SILVEIRA, 2017). Trata-se de um modelo que é usado para fazer a mensuração do grau de inovação das empresas.

Sua estrutura contempla ao todo 13 dimensões: 1) oferta; 2) plataforma; 3) marca; 4) clientes; 5) soluções; 6) relacionamentos; 7) agregação de valor; 8) processos; 9) organização; 10) cadeia de fornecimento; 11) presença; 12) rede e 13) ambiência inovadora. O resultado obtido a partir da média dos valores fornecidos em cada dimensão gera um indicador útil para mensurar o grau de inovação da organização (SILVA NÉTO, TEIXEIRA, 2011).

A metodologia do Radar da Inovação estabelece, para cada dimensão estudada, uma variável valor de 1(um) a 5(cinco), sendo que: 1- implica dizer empresa não inovou nessa dimensão; 3- significa inovação incipiente; 5- significa que a firma inovou de maneira sistêmica e consistente (SAWHNEY, WOLCOTT, ARRONIZ, 2006).

Para Silva Néto e Teixeira (2011), as empresas podem ser divididas e definidas, quanto ao seu grau de inovação, em uma ordem de três grupos: Inovadoras Sistêmicas, Inovadoras Ocasioneis e as Pouco ou Nada Inovadoras. O que irá classificar as empresas em cada grupo é a sua pontuação obtida por meio da análise do Radar da Inovação, conforme Figura 1.

Figura 1 - Definição de Empresas quanto ao Grau de Inovação.

Ordem	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Tipos de Empresa	Inovadoras Sistêmicas	Inovadoras Ocasioneis	Pouco ou Nada Inovadoras
Nota	GI Entre 4 e 5.	GI superior a 3 e inferior a 4.	GI igual ou superior a 1 e inferior a 3.

Fonte: Adaptação de Bachmann e Destefani (2006) e Silva Néto e Teixeira (2011).

As empresas definidas como inovadoras sistêmicas são aquelas que praticam a gestão da inovação sistematicamente. As tidas como inovadoras ocasionais são empresas que inovaram nos últimos 3 anos, porém de uma forma não sistemática. E por fim, as do

tipo pouco ou nada inovadoras são empresas que, por alguma razão, pouco ou nada inovam seus processos.

2.1 Políticas públicas, inovação e micro e pequenas empresas

De forma geral, quando se trata de políticas públicas voltadas para as MPE's são voltadas para crédito, auxílio na gestão e cooperação. Segundo Cavalcanti e Martinelli (2007, p.3), uma das funções administrativas do Estado é desenvolver atividades de incentivo à iniciativa de MPE's com “investimentos sociais focados em estratégias de desenvolvimento, por meio de infraestrutura, financiamento, crédito, capacitação e formação, tecnologias, educação”.

Avellar e Botelho (2015) também apontam que o financiamento (microcrédito), subvenção econômica, crédito subsidiado e medidas indiretas de apoio às MPE's são mecanismos importantes para inovação dessas empresas, face as dificuldades estruturais enfrentadas por elas.

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa aplicada, com objetivo exploratório/descritivo e natureza quali-quantitativa (GIL, 2008). O procedimento técnico para coleta de dados utilizado, no primeiro momento, foi a pesquisa bibliográfica que buscou em artigos científicos, sites e livros e dados relevantes para a montagem do escopo e referencial teórico do projeto.

No segundo momento, foi aplicado o questionário de diagnóstico da inovação, baseado no modelo de questionário denominado Grau de Inovação, elaborado pelo SEBRAE (2009). O questionário aplicado é composto por seis questões objetivas que abrange uma dimensão da inovação, a dimensão oferta. Foram consideradas as seguintes variáveis: novos mercados, novos produtos, ousadia, resposta ao meio ambiente, design e inovação tecnológica (SILVA NÉTO; TEIXEIRA, 2011).

A dimensão oferta trata como empresa inovadora aquela que tem uma parte relevante em suas receitas associadas a novos produtos e serviços (SILVA NÉTO; TEIXEIRA, 2011).

Para as questões relacionadas ao cálculo do Grau de Inovação - GI, foi usada a metodologia descrita por Silva Néto e Teixeira (2011), onde cada dimensão é composta por um conjunto de variáveis que recebem um *Score* 5, 3 e 1, de acordo com a resposta dada pelo entrevistado. Essas variáveis terão seu *Score* baseado nas seguintes terminologias (Figura 2):

Figura 2 - Relação Score e Terminologia.

Score	Terminologia
5	Variável é sistemática ou comum.
3	Variável é presente ocasionalmente.
1	Variável não se faz presente/ não existe.

Fonte: Adaptação de Silva Néto e Teixeira (2011).

O número, que indica o grau de inovação da empresa, foi obtido através da soma total da pontuação conseguida com todas as variáveis divididas por seis (Número total e questões objetivas).

Participaram da pesquisa seis empresas de ramos distintos, atuantes no bairro de Maracangalha, município de Belém, estado do Pará. Participaram duas pet shop, duas lojas de roupa, uma ótica e uma loja de material de construção, denominadas de: empresa “A”; empresa “B”; empresa “C”; empresa “D”; empresa “E” e; empresa “F”, respectivamente. O critério adotado para a escolha das empresas foi a facilidade de contato. Os respondentes são os donos dos empreendimentos.

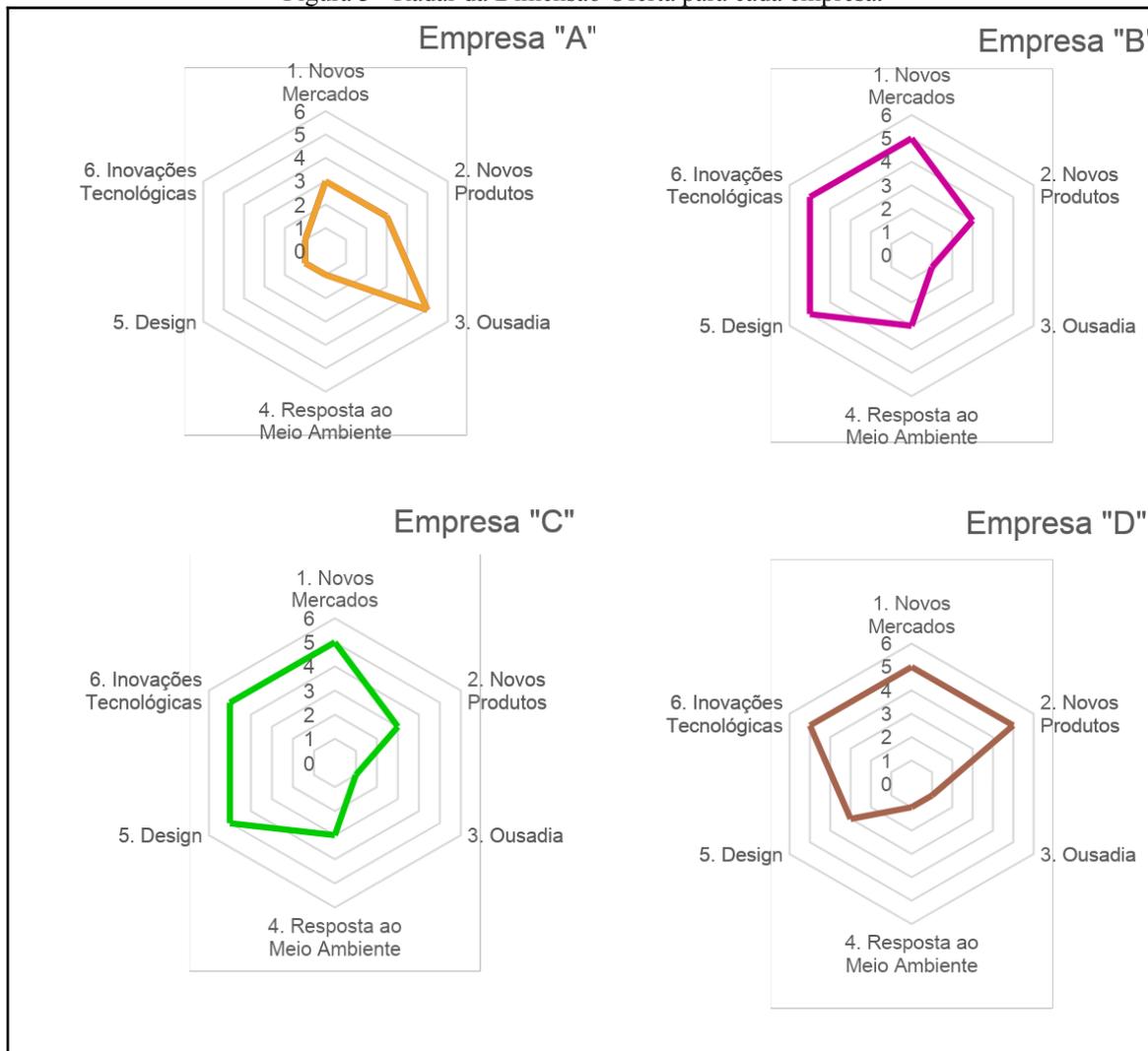
4 Resultados

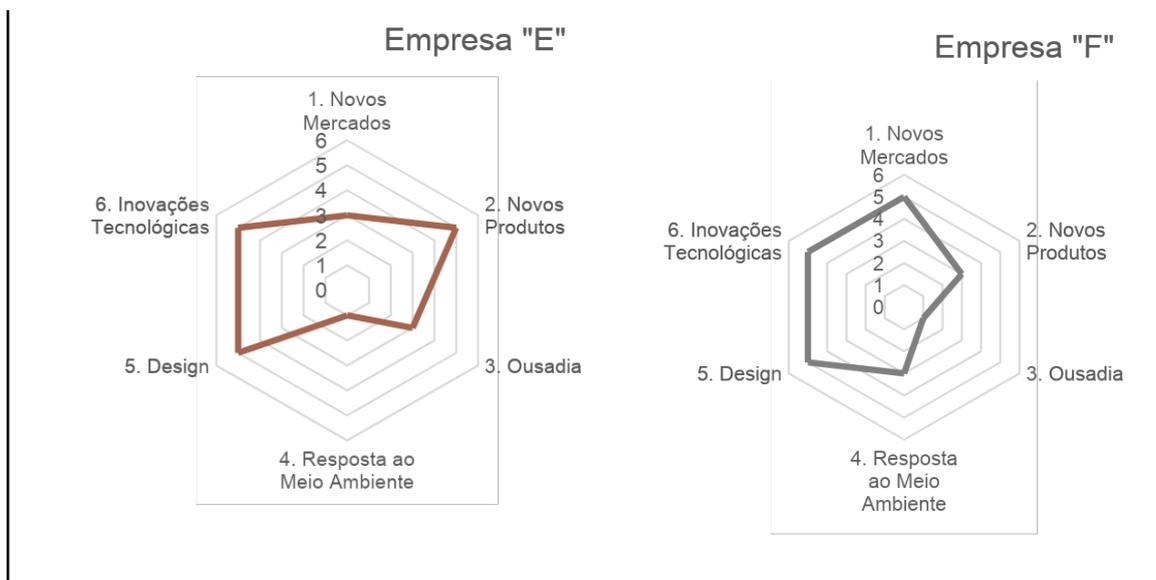
Foram escolhidas seis empresas de ramos distintos de negócio que atuavam dentro do bairro de Maracangalha para serem focos da entrevista. Dentre elas estão uma ótica, duas petshops, uma empresa que vende materiais de construção e duas empresas que vendem produtos de moda.

Dentre os entrevistados, um possuía ensino superior completo, um estava cursando bacharelado e os outros tinham ensino médio completo ou não. Todas as empresas entrevistadas utilizavam o sistema de negócio familiar.

Das seis variáveis levantadas na dimensão oferta a variável de maior gargalo foi a variável resposta ao meio ambiente, com *score* médio de 2,3, seguida da variável com *score* médio de 3,0. Entretanto, a variável com melhor desempenho foi a variável inovação tecnológica, com *score* médio de 4,3 em uma escala que vai de zero a cinco (Figura 3).

Figura 3 - Radar da Dimensão Oferta para cada empresa.





Fonte: Elaborado pelos atores.

Notou-se que as empresas não costumam mapear os produtos que não têm tanta saída e, por isso, não retiram de suas prateleiras produtos que não obtiveram tanto sucesso. As empresas também não adotam mudanças nos produtos e/ou serviços por razões ecológicas. Tais fatores explicam os baixos *scores* nas variáveis Resposta ao meio ambiente e Ousadia.

Através da Figura 3 também é possível verificar que a Empresa “A” apresentou o menor grau de inovação na dimensão oferta. Com exceção da variável Ousadia, a empresa apresentou todas as variáveis com *score* ≤ 3 .

O Estudo indica que a maioria das empresas entrevistadas são inovadoras ocasionais, e dentre todas, a empresa que possuiu o maior grau de inovação foi a Empresa “B” com *score* 4,7, onde em quase todas as variáveis apresentaram *score* máximo (Quadro 1).

Quadro - 1 - Grau de Inovação das empresas.

EMPRESA	Score Médio Dimensão Oferta	GRAU DE INOVAÇÃO
Empresa "B"	4,7	INOVADORA SISTÊMICA
Empresa "E"	3,7	INOVADORA OCASIONAL
Empresa "C"	3,7	INOVADORA OCASIONAL
Empresa "F"	3,7	INOVADORA OCASIONAL
Empresa "D"	3,3	INOVADORA OCASIONAL
Empresa "A"	2,3	POUCO OU NADA INOVADORA

Fonte: elaborados pelos autores.

Das seis empresas analisadas, no período pandêmico, apenas a Empresa "B" (pet shop) é uma inovadora sistêmica na dimensão oferta. As Empresas "E" (ótica), "C" (loja de roupas), "F" (loja de material de construção) e "D" (loja de roupas) são inovadoras ocasionais. Por fim, a Empresa "A" (pet shop) foi classificada como pouco ou nada inovadora, a partir do Radar da Inovação.

5 Conclusões

A presente pesquisa tinha como objetivo mensurar o grau de inovação de pequenas empresas do bairro de Maracangalha, em Belém, no período pandêmico. A pesquisa identificou que, no geral, as empresas analisadas conseguiram inovar no período da pandemia, apresentando um *score* médio para o grupo analisado de 3,5, o que corresponde à um comportamento de inovação ocasional.

Os maiores gargalos à inovação na dimensão Oferta foram nas variáveis Resposta ao meio ambiente e Ousadia e a variável de melhor desempenho no grupo foi a variável Inovações tecnológicas.

Através dos resultados da pesquisa é possível determinar que os pontos a serem melhorados nas empresas são: identificar os produtos sem giro no estoque para evitar perdas por produtos não vendidos e; incorporar mudanças nos produtos e/ou serviços ofertados para diminuir ou até eliminar resíduos ou danos ao meio ambiente.

É importante salientar a importância das políticas públicas e o papel do Estado no fomento e apoio à inovação para MPE's. Sem o apoio do estado, através de políticas públicas de crédito, apoio técnico na gestão e interconexão entre outros atores da

sociedade e da economia, unindo empresas, universidades e governo na criação de um ambiente inovador.

Referências

AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis A. Políticas de apoio à inovação em pequenas empresas: evidências sobre a experiência brasileira recente. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 379-417, ago. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/HNTzgGg4dksQ5ZkKgtnKKn/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 jun. 2021.

BACHMANN, D. L.; DESTEFANI, J. H. Metodologia para estimar o grau das inovações nas MPE. **Revista Locus**. Curitiba, Julho de 2006, p. 9-14. Disponível em:

<https://www.yumpu.com/pt/document/view/7893743/metodologia-para-estimar-o-grau-deinovacao-nas-mpe-bachmann->. Acesso em: 20 abr. 2021.

BARNEY, J. B., HESTERLY, W. S. **Administração Estratégica e Vantagem Competitiva**. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.

CAVALCANTI, M. F.; MARTINELLI, D. P. As políticas públicas de apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME): o caso de um município no Interior de São Paulo. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS**, 3, 2007, Florianópolis. Anais. Florianópolis: FEARP-USP, 2007.

DOPFER, K. The origins of meso economics: Schumpeter’s legacy and beyond. **Journal of Evolutionary Economics**. v. 22, n. 1, pp. 133-160, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. Editora Atlas, 2008.

ITO, Nabuiuki Costa; HAYASHI JUNIOR, Paulo; GIMENEZ, Fernando Antonio Prado; FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. Valor e Vantagem Competitiva: Buscando Definições, Relações e Repercussões. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, art. 7, pp. 290-307, Mar./Abr. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

MUNHOZ, Fábio. Com pandemia, cresce procura por serviços de manutenção.2020. Disponível em:

<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/03/com-pandemia-cresce-procura-por-servicos-demanutencao.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA NÉTO, A. T.; TEIXEIRA, R. M. Mensuração do Grau de Inovação de Micro e Pequenas Empresas: Estudo em Empresas da Cadeia Têxtil-Confecção em Sergipe. **RAI –Revista de Administração e Inovação**. São Paulo, v. 8 , n. 3, p. 205-229 , jul./set.

2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79233>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

PARÁ. **Decreto nº 729, de 05 de maio de 2020**. Dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais (lockdown), no âmbito dos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Breves, Vigia e Santo Antônio do Tauá visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia do corona vírus COVID-19. Pará: 2020. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/5578>. Acesso em: 28 abr. 2020.

POREM, M. E; KUNSCH, M. M. K. Inovação, comunicação e pequenos negócios em tempos de pandemia: relatos de experiência de agentes locais de inovação (ALI). **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, SP. V.22, n. 48, p. 5-22. 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7287. Acesso em: 10 Abr. 2021.

SANTOS, A. B. A.; FAZION, C. B; MEROE, G. S. Inovação: Um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. **Caderno de Administração. Revista do Departamento de Administração da FEA**. V. 5, n. 1, São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/caadm/article/view/9014>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

SAWHNEY, M; WOLCOTT, R. C.; ARRONIZ, I. The 12 Different Ways for Companies to Innovate. **MIT Sloan Management Review**, v. 47, n. 3. p. 75-81. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/3228477_The_Twelve_Different_Ways_for_Companies_to_Innovate Acesso em: 10 Abr. 2021.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Coleção Os Economistas).

SEBRAE. Negócios familiares: Entenda como eles funcionam. 2019. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares_48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em: 10 Abr. 2021.

SEBRAE. Atualização de estudo sobre participação de micro e pequenas empresas na economia nacional. 2020. Distrito Federal: Sebrae/FGV Projetos, 2020a. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio-Participa%C3%A7%C3%A3o-mpe-pib-Na.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

SEBRAE. O Impacto da Pandemia de Coronavírus nos pequenos negócios. 5ª edição. Coleta: 25 a 30 de junho, 2020b. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Resumo-Setorial_n5-v2_compressed-1.pdf. Acesso em: 10 Abr. 2021.

SEBRAE/SP. **Inovação e Competitividade nas MPEs Brasileiras**. Setembro, 2009.

SILVEIRA, Alina Signori. Aplicação do Radar da Inovação em uma malharia circular: Estudo de caso. 2017. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5742>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

SIMÕES, Leandro Cunha, Et al. Radar da Inovação: Um Estudo de Caso das Prestadoras de Serviço de Brasília/DF. **REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas** 4(2) 2015. Disponível em: <https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/167>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

MEDIAÇÃO DE CONFLITO NAS UNIDADES INTEGRADAS DE POLÍCIA (UIPPS) NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Eurilene do Rosário Galúcio Rêgo¹

Fundação Parápaz - eurilenegalucio@gmail.com

RESUMO: Mediação de conflito é uma das atividades realizadas pelo facilitador em uma comunicação não violenta entre as partes, tendo um facilitador imparcial, para permitir que as partes confrontem seus próprios pontos de vista e procurem uma solução. A Mediação é um procedimento estruturado, não tem um prazo definido e pode terminar ou não em acordo, pois as partes têm autonomia para buscar soluções que compatibilizem seus interesses. Assim, o presente estudo visa investigar como a mediação de conflito pode resolver os conflitos através do diálogo não violento entre as partes com a colaboração de um facilitador. Mostrando a visão positiva do conflito e a cooperação para resolver ou evita um conflito. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e de campo, seguindo a concepção de Severino (2007). Optou-se em realizar a pesquisa nas Unidades Integradas da Polícia no Município de Santarém (UIPPS), por meio da Fundação Parápaz. Os resultados apontam para um diálogo não violento, na qual as partes interagem colocando sua insatisfação existente entre as partes, tendo o facilitador para mediar esse momento, analisando que as partes decidem se o conflito está resolvido ou prevenido na mediação. A mediação realizada neste espaço vem apresentando dados satisfatórios para a justiça e para a sociedade, pois os conflitos existentes nestas unidades estão sendo resolvido durante a mediação de conflito através de acordos consensuais.

Palavras-Chave: Conflito, mediação e diálogo.

1 Introdução

A mediação de conflitos consiste na existência de um conflito, que pode ser familiar, comunitária, escolar entre outros conflitos que possam acontecer na sociedade, Pois o conflito dentro da instituição sempre existirá, porém os conflitos devem ser visto como forma de crescimento e aprimoramento das relações existente neste contexto. Na mediação o conflito deve ser estimulado de forma positiva, mostrando que o conflito é algo natural, transitório e próprio da natureza humana, e importante para o crescimento

¹ Especialista em Psicologia Preventiva e atualmente Pedagoga da Fundação Parápaz.

do ser humano nas suas relações, compreendendo o conflito como uma transição de postura através do diálogo existente na mediação de conflito.

Ainda vivemos numa sociedade fortemente marcada por muitas desigualdades sociais e não são raras as situações de vulnerabilidade e violações de direitos. Diante desse cenário a vulnerabilidade deve ser encarada de forma diferenciada, atendendo-se as peculiaridades e necessidades de cada caso.

Assim, a vivencia de mediação de conflito atua com o objetivo de superar e possibilitar quebras de paradigmas, dando espaço para a construção de uma nova cultura que valorize a presença do diálogo, da conciliação, da escuta e do falar no contexto do conflito.

Desta maneira é necessário desenvolver um novo olhar para os conflitos existentes de forma que possibilite a humanização das relações do âmbito da segurança pública. Esta proposta tem como finalidade trabalhar a intervenção como resoluções de conflitos por meio de cultura da paz, de grupos, com fulcro a garantir uma melhor convivência entre as partes por meio de um diálogo de paz, buscando o fortalecimento dos valores, prevenindo as possíveis situações de risco para a sociedade.

A mediação de conflito nas Unidades de Polícias (UIPPs) inicia de forma lenta através de parceria com a Fundação Parápaz com sua equipe multidisciplinar de modo cooperativo e construtivo, demonstrando que é um procedimento voluntário entre as partes para solução do conflito, o qual as partes ficam presentes. É um meio de intervenção social que propicia o desenvolvimento de capacidades e potencialidades, orientando, estimulando e criando situações a fim de se construir uma base forte para encarar a vivencia em grupos dentro de uma sociedade cheia de conflitos internos e externos.

Unidades Integradas Parápaz (UIPPs) - Segurança pública e políticas públicas por uma Cultura de Paz implantada pelo Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e a Fundação PARAPAZ, devidamente articulado com a comunidade, órgãos de administração direta e os municípios onde se localizam. O projeto de mediação de conflito nesta unidade tem o objetivo de fortalecer a democracia, propiciando espaços de protagonismo da construção

coletiva da Cultura de Paz e redução da violência, em resposta a problemas sociais e de segurança pública.

Dentro desse contexto, as UIPPs Nova República e Santarenzinho, localizadas na cidade de Santarém, desenvolvem um trabalho voltado para alcançar tais objetivos, utilizando estratégias de integração com a comunidade através da mediação de conflito oferecendo outra forma além da via judicial para resolução de conflitos obtendo acordos em que as partes possam dialogar produtivamente sobre suas necessidades, sem que use diálogos negativos e de violências físicas e verbais.

Para essa Intervenção ser consolidada todas suas categorias devem estar preparadas para receberem as partes, respeitando suas limitações, e buscando a visão positiva do conflito na mediação. E ainda o mediador deve ser um profissional preparado para ajudar as partes a resolverem o conflito, sendo imparcial e deixando que elas decidam se o conflito está resolvido através de uma cultura de paz entre as partes. Seguindo as etapas da Pré-mediação; Compreensão do caso e a resolução.

Esse contexto gerou a curiosidade de investigar a prática de mediação de conflito nas Unidades de Policia no Município de Santarém realizada pela Fundação Parápaz, visto que a mediação de conflito possibilita a prevenção e a resolução de conflitos pelo dialogo entre as partes envolvidas. Aos demais oportuniza o desafogamento do judiciário e redução dos desgastes emocionais. E por estes motivos se faz necessário uma politica publica mais presente neste trabalho realizado nas Unidades Integrada de Policia, dando ênfase na quantidade de profissionais e na formação continuada do grupo.

A Mediação de Conflito nestas unidades de Policia - UIPPs fortalece o dialogo através da comunicação não violenta, voltado para um trabalho que diminui a existência de processos dentro da justiça, e ainda faz com que as partes possam colocar seus anseios e suas angústias perante o conflito existentes. Essa pesquisa vem colaborar com a divulgação do trabalho realizado nestas unidades, como também demonstrar os bons resultados existentes com os dados do ano de 2020, com inicio da pandemia ate o presente momento.

2 Referencial Teórico

A mediação de conflito no Brasil inicia com o objetivo de usar esta proposta como uma forma de desafogar os magistrados e agilizar os casos existentes na sociedade jurídica, criando oportunidade de espaços de diálogos adequados para solucionar conflitos com pessoas de forma mais ágil e simplificada no âmbito da justiça.

Através da Lei de nº 13.140 que efetivou definitivamente a possibilidade de criar mecanismo da auto composição na solução de conflito no âmbito do setor público, e a partir daí inicia nos órgãos públicos o trabalho através da mediação e conciliação, assim a mediação leva as partes a compreenderem a origem do conflito para resolvê-lo através de um diálogo de paz sem precisar enfrentar longas batalhas judiciais, o que gera maior qualidade de vida para os envolvidos e uma resolução de problema mais assertiva e de paz.

Para Adolfo Braga Neto a mediação se define da seguinte forma:

Mediação é uma técnica não-adversarial de resolução de conflitos, por intermédio da qual duas ou mais pessoas (físicas, jurídicas, públicas, etc.) recorrem a um especialista neutro, capacitado, que realiza reuniões conjuntas e/ou separadas, com o intuito de estimulá-las a obter uma solução consensual e satisfatória, salvaguardando o bom relacionamento entre elas. (BRAGA NETO, 2018, p.93)

A mediação vem colaborar com a resolução de conflitos, com objetivos de resolução adequada do conflito entre as partes, sem que haja nem um prejuízo para as mesmas. Onde o mediador deve ser preparado para restabelecer as relações corrompidas pela má condução de um conflito. E para isso o mediador precisa conduzir o processo envolvendo a capacidade de envolver a teoria com a prática facilitando o diálogo positivo.

Enquanto Juan Vezzulla define a mediação como:

A mediação é uma técnica de resolução de conflitos não adversárias que, sem imposições de sentenças ou laudos e com um profissional devidamente formado, auxilia as partes a acharem seus verdadeiros interesses e a preservá-los num acordo criativo onde as duas partes ganham. (VEZZULLA, 1995, p.15)

Neste contexto o mediador precisa ser qualificado com a parte teórica para fundamentar a sua prática diária, proporcionando uma mediação de conflito bem sucedida para ambas as partes, assim buscando o consenso e um diálogo de paz para o conflito.

O mediador somente ajuda a compreender o conflito, introduzindo, com suas técnicas, os critérios e os raciocínios que lhes permitirão um entendimento melhor a situação e ainda o mediador não decide, ele usa de sua boa vontade e de seu caráter imparcial, para a resolução do conflito.

Na mediação, o mediador facilita a comunicação, sem induzir as partes ao acordo. Finalmente, a mediação trata-se de um mecanismo alternativo muito mais abrangente que os outros dois citados, pois apesar de usar a figura de um mediador, na prática, a resolução do conflito é decidida pelos envolvidos e interessados diretamente no caso, que com o suporte do terceiro chegam a um ponto comum com mais discernimento e autoconhecimento.

A mediação, examinada sob a ótica da teoria da comunicação, é um método fundamentado, teórica e tecnicamente, por meio do qual uma terceira pessoa, neutra e especialmente treinada, ensina os mediandos a despertar seus recursos pessoais para que consigam transformar o conflito. (BARBOSA, 2004, p. 33)

A mediação é um procedimento não-adversária, fundado na autonomia privada, já que o mediador não decide, apenas facilita a comunicação entre as partes, o que possibilita estabelecer as bases de um acordo que será fruto exclusivo da vontade das partes envolvidas no conflito.

Assim como foi apontado que no caso da mediação, o mediador não tem poder de decisão, o que na prática não exclui sua participação fundamental, pois com seu conhecimento e sua boa vontade em solucionar o conflito, a intervenção dele é fundamental para um acordo entre as partes.

Diante do exposto, a mediação é fundamental que ela seja difundida dentre os operadores do direito e em todas as delegacias e Unidades de Polícias-UIPPS dos municípios que ainda não possuem esse espaço, infelizmente ainda possuem uma grande resistência a essa ideia que só viria a ajudar a sociedade.

3 Metodologia

Este trabalho pauta-se em uma abordagem qualitativa, defendida por Minayo (2001), cuja investigação de estudo é centrada no [...] trabalho com a vivência, com a

experiência, com o cotidiano do trabalho realizado na UIPPS e pesquisa de campo, por meio de observações e levantamentos de dados do ano de 2020.

A pesquisa de cunho bibliográfico é aquela que se realiza, segundo Severino:

[...] registro disponível decorrente, de pesquisa anteriores, em documento impressos, como, livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categoria teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a parti de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (2007, p. 122)

A pesquisa de campo desenvolveu-se com o levantamento de dados da própria instituição (UIPPs) através das mediações realizadas pela pedagoga no município de Santarém.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (Gonçalves, 2001, p.67).

A pesquisa adotou uma abordagem com base na metodologia qualitativa a qual se caracteriza pela ênfase do referencial teórico e pelos resultados das mediações realizadas nas Unidades de Policia do Município de Santarém. Esta permitiu a compreensão de como os mediadores de conflitos constroem e reconstroem seus saberes e fazeres levando em conta o diálogo e a comunicação não violenta como base para resolução de conflito.

4 Resultado

Após aplicabilidade dos instrumentais da pesquisa, tabulou-se e analisaram-se os dados. As duas Unidades de Policia do Município de Santarém pesquisadas remetem a dificuldade de realizar todos os dias mediações de conflito por falta de recursos Humanos nestas unidades, pois só existe neste momento uma Pedagoga com formação em Justiça restaurativa e Mediação de conflito que atende as duas Unidades, fazendo horários e dias alternados. Apesar da garantia o direito da população da existência da mediação de conflito, ainda é pouco os dias de trabalho em relação a demanda existente.

A partir dos dados coletados percebeu-se que de janeiro a dezembro de 2020 ocorreram 274 mediações de conflito mesmo com a existência de pandemia covid 19 e a existência de isolamento e decretos municipais e estaduais. Conforme esses dados obtiveram sucesso de 169 mediações finalizadas com acordos e 53 foram encaminhados para registro de Boletim de ocorrência (Procedimento) e os outros 52 tiveram outros encaminhamentos para outros órgãos. De acordo com a tabela abaixo:

DADOS ESTATÍSTICOS TIPOS DE CONFLITOS ATENDIDO NAS UIPPS PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020		
1	CONFLITO FAMILIAR	54
2	CONFLITO DE VIZINHO	63
3	CONFLITO COMPRA E VENDA	32
4	CONFLITO DANOS MATERIAIS E APROPRIAÇÃO INDÉBITA	20
5	CONFLITO DE TERRA	22
6	CONFLITO AMEAÇA, INJURIA, CALUNIA	57
7	NÃO COMPARECERAM	26
TOTAL:		274

DESCRIÇÃO DE ATENDIMENTOS

DADOS ESTATÍSTICOS UIPPS PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020		
1	FINALIZADO COM ACORDO	169
2	ENCAMINHADO BO (PROCEDIMENTO)	53
3	OUTROS ENCAMINHAMENTOS	52
TOTAL:		274

Também a mediadora recebeu uma única capacitação adequada para atender o público na mediação de conflito, mas informa ainda que sempre busca se profissionalizar perante seu trabalho. Na observação entre os delegados destas unidades de polícias alegam encontrar grandes dificuldades com a falta de mediadora fixa dentro das unidades de polícia, pois o trabalho realizado pela pedagoga que hoje é uma mediadora de conflito está dando bons resultados segundo os dados analisados. Com isso o trabalho realizado pela Fundação Parápaz em Santarém, vem sendo bem satisfatório e dando resultado, desafogando o judiciário, mas em contrapartida ainda é necessário um aumento de pessoas qualificadas para a realização desta atividade que busca a satisfação maior das partes envolvidas no conflito, mais agilidade e rapidez na resolução de conflito e desburocratizando a resolução de conflito.

5 Conclusão

Diante de todas as discussões e reflexões pode-se pontuar algumas certezas. Não basta a garantia da lei. É preciso colocar em prática. A mediação de conflito vem ajudar e garantir um diálogo de paz, estabelecendo uma comunicação não violenta, onde o mediador atua conforme os princípios fundamentais na mediação como: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, autonomia e o respeito entre o processo. Inclusão permanente da mediação de conflito nestas Unidades de Polícia faz com que a sociedade possibilite resolver seu problema sem ir para o judiciário, abraçam a mediação e auxiliam pessoas a resolverem conflitos norteados pelo parâmetro da solução justa para as partes envolvidas.

Os mediadores, independente da área ou outras de atuação, necessitam de formação continuada sobre o processo de mediação, sobre a metodologia e sobre como se dá o desenvolvimento do procedimento da mediação em seu processo de aquisição de conhecimentos. A mediação de conflito neste órgão possui sua importância para administração pública, pois ameniza e diminui os processos criminais, diminuindo os custos financeiros envolvidos no processo. E ainda existem diversos benefícios que podem ser proporcionado pela mediação tanto para o órgão público como para a sociedade.

Sobre o trabalho de mediação de conflito realizado no Município de Santarém, proporcionado pela Fundação Parápaz vem dando resultados satisfatórios para a comunidade santarena, como para o judiciário. Pois seus dados são satisfatórios e positivos no momento da realização da mediação de conflito nas unidades de policias. Também proporciona um bom relacionamento entre a delegacia de policia e a sociedade, tendo uma relação de respeito e colaboração entre a segurança publica e a comunidade.

Nesse sentido, a mediação gera novas circunstâncias e desafios, que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes do sistema atual, e, por conseguinte, reafirma a ideia de que a Mediação exige profundas mudanças a fim de melhorar a qualidade do dialogo, da comunicação e da existência de processos. Portando, ainda é um longo percurso de lutas para que se garantam a todos, as mesmas oportunidades de resolução de conflito sem nem um tipo de comunicação violenta, enfim, oportunidades de acesso a todos devem ser garantidas pela segurança publica e pela secretaria de assistência social tanto pelo município quanto pelo órgão estadual, assim melhorando a integração e o diálogo de paz com a sociedade.

6 Referências

AZEVEDO, André Gomma de (org.). Manual de mediação judicial. Brasília: Ministério da Justiça/PNUD, 2009.

BRAGA NETO, Adolfo; Adolfo Braga Neto . Mediação Empresarial - experiências brasileiras. 2019. (Editoração/Livro).

BRAGA NETO, Adolfo ; Adolfo Braga Neto . Mediação Familiar - a experiência da 3 Vara de Família do Fórum do Tatuapé. 2018.

BARBOSA, Águida Arruda Mediação familiar interdisciplinar / Águida Arruda Barbosa. São Paulo: Atlas, 2015.

BACELLAR, Roberto Portugal. A mediação no contexto dos modelos consensuais de resolução de conflitos. Revista de Processo, n. 95. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BARBOSA, Aguida Arruda. Mediação e princípio da solidariedade humana. In: PEREIRA, Rodrigues da Cunha (Org.). Família e solidariedade: teoria e prática do Direito de Família. Rio de janeiro: Lúmen Juris, 2008.

BASÍLIO, Ana Tereza Palhares. Mediação: relevante instrumento de pacificação social. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v. 20, p. 309, abr. 2003.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

VEZZULLA, Juan Carlos. **Mediação: Guia para Usuários e Profissionais**. São Paulo: IMAB, 2001.

_____. **Ser Mediador, Reflexões**. In: SALES, Lilian de Moraes. (Org.) Estudos sobre Mediação e Arbitragem. Universidade de Fortaleza, Fortaleza: ABC, 2003.

WARAT, Luis Alberto. **O Ofício do Mediador**. Florianópolis: Habitus, v. 1, 2001.

DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA PLATAFORMA ENEM PARÁ

Leticia Waléria Silveira dos Santos
UFPA - adm.leticia.silveira@gmail.com

Ângelo Rafael de Araújo da Silva
UFPA - rafaelaraujo1013@gmail.com

Thalita Carvalho Bezerra
UNAMA – thalitacarvalhobezerra@gmail.com

Yuri Vidal Santiago de Mendonça
UFPA - yurisantiago@ufpa.br

Everaldo Marcelo Souza da Costa
SEDUC/ UNAMA - everaldo.mcosta@escola.seduc.pa.gov.br

RESUMO

A plataforma Enem Pará é um e-serviço oferecido pelo governo do estado e que teve seu desenvolvimento durante o período inicial da pandemia de COVID - 19, com o objetivo de contribuir na preparação dos estudantes paraenses para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, especialmente aqueles oriundos da rede pública estadual de ensino. Devido a isso, faz-se necessário compreender a efetividade desse serviço público, a partir do desempenho e frequência de acesso dos usuários às atividades disponíveis. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo analisar o desempenho e a frequência de acesso dos usuários aos conteúdos e atividades disponíveis na plataforma. Esse processo se deu por meio de análise de estatística descritiva, disponíveis no Power BI da plataforma. Os resultados demonstram que apesar da quantidade de conteúdo ser bastante robusta, o número de aulas concluídas por aluno e o desempenho dos usuários ainda é baixo, o que demonstra a necessidade de avançar com estratégias de comunicação e engajamento dos usuários.

Palavras-Chave: Plataforma on-line; Avaliação de desempenho; Serviço público.

1 INTRODUÇÃO

O cenário pandêmico do Covid-19 ocasionou grandes adaptações no sistema educacional, tornando o ensino remoto uma das principais ferramentas no processo de ensino-aprendizagem (PASINI; CARVALHO; ALMEIDA, 2020). Nesse contexto, visando auxiliar especialmente estudantes de escola pública, o Governo do Estado do Pará, por meio

da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET) implantou em junho de 2020 a plataforma on-line Enem Pará.

A plataforma Enem Pará, disponibiliza gratuitamente em seu ambiente virtual, mais de mil aulas com enfoque em conteúdos relevantes na preparação de estudantes para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Ao todo, a plataforma oferece 15 disciplinas do currículo regular do ensino médio, apresentando em seu ambiente virtual *streaming* de vídeo e material teórico digital, apresentações em slides, exercícios de fixação, avaliações sobre o conteúdo apresentado, pesquisas de satisfação e gamificação de conteúdos como estratégia didática de ensino (MARTINS, GIRAFFA; ROSÁRIO LIMA, 2018). Todas as suas ferramentas tecnológicas aplicadas no processo de ensino, estão integradas com o *Google for Education*, uma solução construída com ferramentas colaborativas para gestores, professores e alunos, a fim de proporcionar engajamento e compartilhamento da aprendizagem (BOSE, 2004).

Atualmente, a plataforma alcança 144 municípios paraenses, além de outros estados brasileiros, tendo em torno de 9.214 usuários (ENEM PARÁ, 2021) de diferentes perfis socioeconômicos, culturais e regionais, esses observados através das diversas informações prestadas no cadastro inicial de acesso à mesma. Apresenta ainda, tradução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), possibilitando a inclusão de alunos surdos, favorecendo assim, a oportunidade e garantia do conhecimento oferecido pelo estado. O acesso à plataforma pode ser realizado por meio do endereço: www.enempara.com, via computador ou dispositivos móveis, de forma a abranger um amplo público.

Nesse contexto, alinhando-se à tendência de investimentos tecnológicos na melhoria dos serviços públicos (CRISTÓVAM; SAIKALI; SOUSA, 2020), a implementação das plataformas on-line surge com o intuito de oportunizar o acesso à aprendizagem através das Tecnologias Digitais e de Comunicação (TDICS) disponíveis, as quais possibilitam a interação, o desenvolvimento cultural, social e educacional (SOARES, et al., 2018). Contudo, torna-se cada vez mais importante verificar o acompanhamento do rendimento dos usuários, para que além de mostrar o resultado do desempenho individual desses, sejam pensadas alternativas que os auxiliem em suas maiores dificuldades (PITEIRA; COSTA, 2016).

Além disso, a avaliação do desempenho neste cenário, torna-se um elemento fundamental, pois oferece um *feedback* do serviço público oferecido (FEITOSA; LIMA, 2016; PONTES, 2002) podendo ainda, ser percebida como um grande potencial para a efetivação e eficiência na interação entre governo e sociedade (SENA NETO, 2021), aferindo objetivos estratégicos, metas, novos indicadores, bem como orientar novos projetos, serviços, sistemas e atividades relacionados para a melhoria da qualidade do serviço público oferecido e integração de políticas públicas para a sociedade.

Neste trabalho pretende-se analisar o desempenho dos usuários, bem como o interesse dos mesmos pelos conteúdos da plataforma ENEM PARÁ, o qual poderá ser utilizado no aprimoramento da plataforma e na implantação de estratégias que visem potencializar o interesse dos usuários pelas temáticas e metodologia de aprendizagem proposta na plataforma. Conseqüentemente, esse processo de identificação do desempenho, por meio da usabilidade dos recursos didáticos oferecidos na plataforma, pode também contribuir com o interesse e engajamento de mais estudantes da rede pública de ensino do Estado do Pará, que ainda não utilizam esse serviço público oferecido pelo estado.

Portanto, esse estudo se justifica a medida que é necessária a análise do desempenho dos usuários da plataforma, a fim de que se possa avaliar a proficiência das estratégias de ensino propostas inicialmente e suas melhorias, conforme Sousa e Oliveira (2010), quando um processo avaliativo é praticado, é previsto que seja feita uma análise se há grandes desvios do que foi anteriormente determinado e baseado nisso, estipular meios para o alcance do parâmetro esperado, além de contribuir para o maior desempenho e efetividade no atendimento dos usuários e do serviço público ofertado (ALTHONAYAN; ALTHONAYAN, 2017). Ademais, esta análise pode contribuir para a expansão do alcance da mesma, principalmente em benefício dos estudantes da rede pública de ensino do Estado do Pará.

Assim sendo, este trabalho apresenta os dados observados quanto ao desempenho de usabilidade e aprendizagem dos usuários da plataforma, assim sendo esse trabalho é de cunho exploratório, quanto aos objetivos de pesquisa é um estudo de caso de serviço pública, com análise quantitativa quanto à abordagem do problema, com o uso do software SPSS (FÁVERO; BELFIORE, 2017; RAUPP; BEUREN, 2003).

Esse artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, será apresentado o referencial teórico que abrange conceitos de plataformas on-line, serviço público e e-governo e avaliação do desempenho da educação on-line. Em seguida, é apresentada as bases metodológicas do trabalho e após, os resultados das análises dos dados e posterior, as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLATAFORMA ENEM PARÁ

Em meio a suspensão das aulas presenciais devido ao período pandêmico, no ano de 2020 o Governo do Estado do Pará desenvolveu e implementou a plataforma de estudos Enem Pará. Oriunda de projeto de extensão da Universidade do Estado do Pará (UFPA), o qual foi financiado por meio da parceria da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Tecnológica do Estado do Pará (Sectet), tendo a sua execução realizada através do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá. A plataforma objetiva a democratização do ensino aos estudantes da rede pública do estado que estão aptos a realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, possibilitando por meio dos conteúdos dispostos, aumentar a competitividade destes na disputa por uma vaga e a consequente inserção dos mesmos no ensino Superior.

Buscando minimizar as dificuldades no aprendizado com a interrupção das aulas presenciais, desde junho de 2020 a plataforma Enem Pará já disponibilizou cerca de 1225 aulas, as quais são ministradas por professores experientes em caráter de *Stream* de vídeo, englobando as quatro áreas do conhecimento em que o Exame Nacional do Ensino Médio se fundamenta (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática). As aulas podem ser acessadas por meio do endereço www.enempara.com, sendo necessário o usuário preencher inicialmente um cadastro.

O conteúdo exclusivo disponibilizado na plataforma, conta com videoaulas, aulas ao vivo, monitoramento de desempenho, simulados e material didático, os quais proporcionam uma abordagem dinâmica e interativa das aulas. O serviço é disponibilizado sem custo aos

estudantes e conta com integração ao *Google for Education*, espaço virtual que disponibiliza ferramentas que auxiliam na educação formal. O portal dispõe ainda de aulas traduzidas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), promovendo a inclusão de pessoas com deficiência auditiva e proporcionando às mesmas uma educação igualitária.

Em seu período inicial de funcionamento, no final do mês de junho de 2020 (AGÊNCIA PARÁ, 2020), a plataforma contou com cerca de 9.025 alunos inscritos, sendo a página acessada mais de 40 mil vezes, segundo dados do *Google Analytics*. Os acessos à plataforma em sua maioria são oriundos de usuários da região metropolitana de Belém, no entanto, o serviço também é ofertado para todos os 144 municípios do Estado do Pará, contando ainda com acessos em outros estados da federação.

O serviço fornecido pela plataforma educacional foi desenvolvido em ambiente Web 3.0, proporcionando segurança e utilização de forma inteligente dos dados obtidos e gerados por ela. Dessa forma, a plataforma Enem Pará pretende ainda um alcance e eficiência maiores, de forma que seja decisiva no sucesso de milhares de alunos da rede pública de ensino, frente aos vários desafios apresentados no processo de ensino-aprendizagem.

2.2 SERVIÇO PÚBLICO E E-GOVERNO

O serviço público pode ser compreendido como atividades de interesse e relevância coletiva, sendo essenciais ao desenvolvimento da interdependência social, onde a sua gestão é realizada por governantes, podendo ainda ser realizada por organizações particulares através de concessões ou permissões (NAKAMURA, 2019). Apesar da organização pública não ter como objetivo principal a obtenção de ganhos financeiros, contudo deve estar atenta com a qualidade e efetividade de suas atividades para a satisfação de seus usuários, que gradativamente requerem o cumprimento desses direitos e são o motivo pelo qual existem os serviços públicos (CUNHA; BEZERRA; ZOUAIN, 2019).

Nesse contexto, percebe-se o desenvolvimento de meios de acesso que colaboram para a efetivação e qualidade do serviço público ofertado, onde o e-gov apresenta-se como

uma ferramenta de grande potencial para esta efetivação e eficiência, bem como a interação entre governo e sociedade (SENA NETO, 2021).

Araujo, Reinhard e Cunha (2018), ressaltam que a ideia de governo eletrônico ganhou notoriedade no final da década de 90, quando a tecnologia da informação passou a ser incorporada ao setor público, onde o uso dos e-serviços possibilitou a modernização da gestão e o consequente aumento da eficiência dos processos e atividades na gestão governamental. Ainda segundo os autores, o conceito de e-serviço caracteriza-se pelo uso das ferramentas de TDIC's como canais de prestação de serviços públicos para a sociedade em geral e que vem se democratizando no Brasil nos últimos anos, em razão da variedade de serviços.

De forma mais abrangente, o governo eletrônico ou e-gov é composto por uma série de atividades ligadas à prestação de serviços e informações, o qual proporciona aos cidadãos e às organizações a possibilidade de ter acesso a políticas de gestão pública do governo, de forma mais acessível e com maior rapidez (OLIVEIRA; BARROS; GROHMANN, 2017).

Para tanto, as instituições públicas devem com certa frequência realizar avaliações acerca do desempenho e da qualidade do serviço público oferecido por meio do e-gov, a fim de mensurar os resultados, influências e benfeitorias (DIAS, 2006), ou ainda, verificar os indicadores do serviço público por meio do e-gov, pressupostos por Oliveira, Barros, Grohmann (2017) tais como: maturidade, facilidade de uso, comunicabilidade, multiplicidade de acesso, disponibilidade, acessibilidade, transparência e confiabilidade.

Nessa perspectiva, Cruz e Junior (2020) inferem que a avaliação de desempenho tem como princípio comparar o resultado de atividades já realizadas, com o que foi determinado inicialmente. No serviço público, a avaliação de desempenho traz benefícios ao direcionar o gestor para a tomada de decisões, possibilitando o planejamento de atividades, a melhoria da qualidade do serviço público, além do mais, o aperfeiçoamento e mensuração do desempenho, influenciando na forma como os serviços são oferecidos a população (NERY; COSTA; KICHMAIR, 2020).

2.3 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO ON-LINE

Atualmente, devido ao contexto provocado pela pandemia do Covid-19, bem como o desenvolvimento e maior acesso das TDIC's, o processo de ensino e aprendizagem expandiu-se para além do espaço da sala de aula, onde torna-se necessário soluções que convergem o ambiente presencial e o ambiente on-line, a fim de flexibilizar os contextos e processos educativos, permitindo o acesso a uma maior quantidade de informação, cooperação e colaboração na construção do conhecimento (BALULA, 2013; PEIXOTO; ANDRADE, 2020).

Desta forma, a avaliação da aprendizagem e desempenho do aluno entende-se como um processo eminentemente social e formativo, orientado para os objetivos pedagógicos e competências a serem atingidas por estes (BEZERRA; SILVA; NUNES, 2017). No entanto, esta avaliação deverá ser flexível e diversificada para ir ao encontro das necessidades e características do público-alvo, de acordo com o ambiente em que o processo de ensino e de aprendizagem ocorre (BALULA, 2005; HERRERA; et al, 2020).

No contexto on-line, é comum que se transponham estratégias do ensino presencial sem levar em conta as características do novo ambiente, ou seja, negligenciando o fato do sucesso ou não da sua aplicação (CATANETE; DE CAMPOS; LOIOLA, 2020). Nesse sentido, o processo de avaliação da aprendizagem é fundamental para a evolução do indivíduo e da comunidade que ele integra, pelo que se deverão equacionar alguns dos aspectos que a caracterizam, condicionam, auxiliam e dificultam quando realizada em ambiente on-line (OLIVEIRA; MADEIRO; SILVA, 2020).

No que refere ainda à avaliação da aprendizagem no ambiente on-line, esta preconiza o processo de interação, desempenho e aprendizado por meio das diversas plataformas disponíveis, onde tem-se a oportunidade de estimular, observar e registrar, as formas de comunicação com as quais os usuários obtiveram maior êxito, bem como detectar aquelas em que apresentou maior dificuldade. Os registros dessa trajetória não têm por finalidade apenas diagnosticar a situação e sim, a partir deles, reestruturar o planejamento, direcionando para a promoção de tarefas que possam sanar ou amenizar as dificuldades apresentadas (BARREIRO-PINTO; SILVA, 2008).

Dentre alguns estudos científicos relacionados à avaliação do desempenho de educação on-line, podemos destacar os de Ozkan e Koseler (2009), que ao analisarem o

sistema de aprendizagem por meio on-line, concluíram que a qualidade do sistema, a qualidade do serviço, a qualidade do conteúdo, a perspectiva do usuário, bem como aspectos de suporte têm um efeito significativo na satisfação e aprendizado deste usuário.

Por sua vez, McConatha, Praul e Lynch (2008) avaliaram uma plataforma de aprendizado móvel, onde concluíram que este tipo de ferramenta apresenta usabilidade positiva e significativa nos resultados de desempenho dos estudantes que utilizam este tipo de recurso educacional, através do seu caráter interativo e interfaces disponíveis no processo de ensino.

Laguardia; Portela e Vasconcelos (2007) e Santos (2020) ressaltam que a avaliação educacional on-line pode ser definida como a aplicação sistemática de procedimentos metodológicos para determinar, a partir dos objetivos iniciais propostos e com base em critérios internos e/ou externos, a relevância, a efetividade e o impacto de determinadas atividades com a finalidade de tomada de decisão, desse modo, a avaliação de ambientes virtuais de aprendizagem propicia a investigação sobre as condições em que a aprendizagem se realiza (estrutura), os modos pelos quais os estudantes são capazes ou tem acesso de interagir (processos) e o alcance dos objetivos e metas propostos (resultados).

A avaliação do ambiente de aprendizagem on-line deve considerar ainda, segundo Laguardia; Portela e Vasconcelos (2007) a abordagem que orienta o seu desenho curricular, as oportunidades oferecidas aos alunos para discussão e desenvolvimento de atividades, a organização e o acesso ao conteúdo, a facilidade de navegação e o controle do usuário.

Importa assim pensar que a avaliação neste cenário é fundamental para propiciar dados sobre o desempenho dos usuários, com vistas ao reconhecimento do aprendizado, validação do serviço oferecido e informações que permitam ajustes na prática pedagógica, tecnológica e políticas públicas implementadas no âmbito educacional, de forma que assegurem a qualidade dessas práticas e que se constituam como referências.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracteriza como exploratória (RAUPP; BERUEN, 2003), uma vez que o objetivo é analisar o desempenho dos usuários nas avaliações propostas e interesse dos

mesmos pelos conteúdos da plataforma, que é um serviço inédito oferecido pelo governo do estado do Pará. Esse tipo de serviço público precisa ser avaliado permanentemente com a finalidade de melhoramento contínuo do processo educacional proposto.

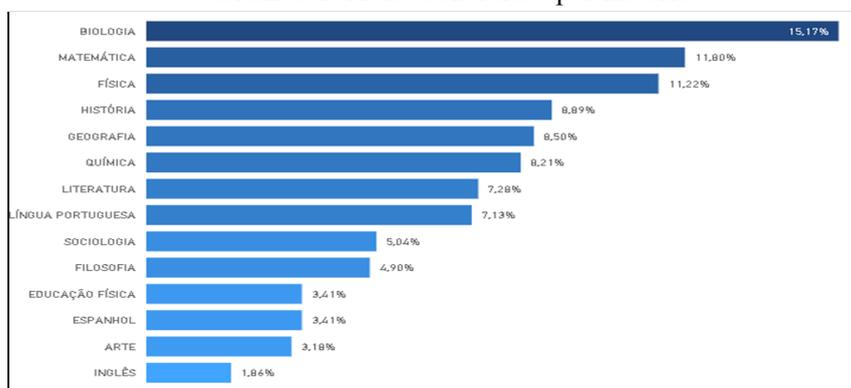
O procedimento de pesquisa escolhido foi o estudo de caso (YIN, 2002), pois a plataforma ENEM PARÁ, é um projeto piloto de educação online do governo do estado do Pará, onde sua implantação foi motivada pela pandemia de COVID - 19, porém que poderá ser um serviço permanente no pós pandemia e contribuir de forma decisiva com os estudantes paraenses que irão se submeter ao ENEM. Essas são características especiais que tornam esse fenômeno relevante para o estudo de atividades de e-serviço público.

Os dados para análise desse fenômeno foram fornecidos pelo governo do Pará, sendo que a plataforma conta com 9025 usuários de todas as regiões do estado. Dessa forma, essa pesquisa terá abordagem quantitativa, onde os resultados quanto ao desempenho dos estudantes e suas preferências por conteúdos e disciplinas específicas serão demonstradas por meio de estatística descritiva.

5 RESULTADOS

A maioria dos usuários da plataforma se declararam do gênero feminino (67,6%), sendo que o gênero masculino representa (31,7%) e os 0,7% restantes se declararam do grupo LGBTQIA+. Além disso, a maioria dos usuários pertencem à região metropolitana de Belém (38,8%). Outro ponto de importante registro é que a maioria dos estudantes se declarou morador de zonas urbanas dos municípios (89%).

Gráfico 1- Aulas concluídas por matéria

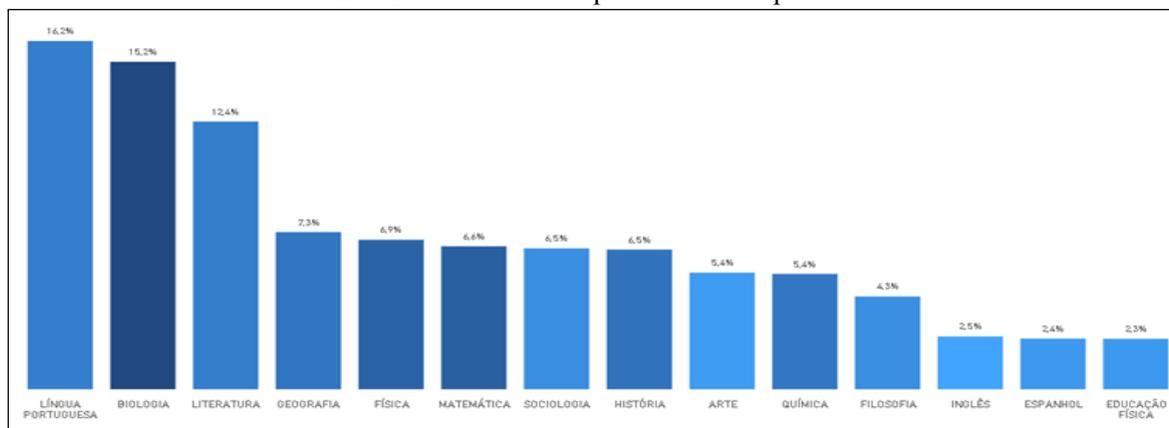


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A plataforma Enem Pará possui 1239 aulas gravadas com material didático e exercícios, de 18 matérias diferentes. Sendo que 4854 usuários concluíram todas as aulas disponíveis até então, com média de aulas concluídas por aluno de 13,48, porém o desempenho quanto aos acertos das questões propostas foi de apenas 32%.

Ao analisar o gráfico 1, é possível identificar que dentre todas as aulas assistidas, a disciplina de Biologia representa 15,17% do total, seguidos de Matemática (11,80%), Física (11,22%), História (8,89%) e Geografia (8,50%), onde estas 5 matérias juntas totalizam 55,58% das aulas concluídas. Em contraponto, as 5 disciplinas que apresentam uma porcentagem de conclusão menor em relação ao total de aulas da plataforma são: Inglês (1,86%), Artes (3,18%), espanhol (3,41%), Educação Física (3,41%) e Filosofia (4,90%).

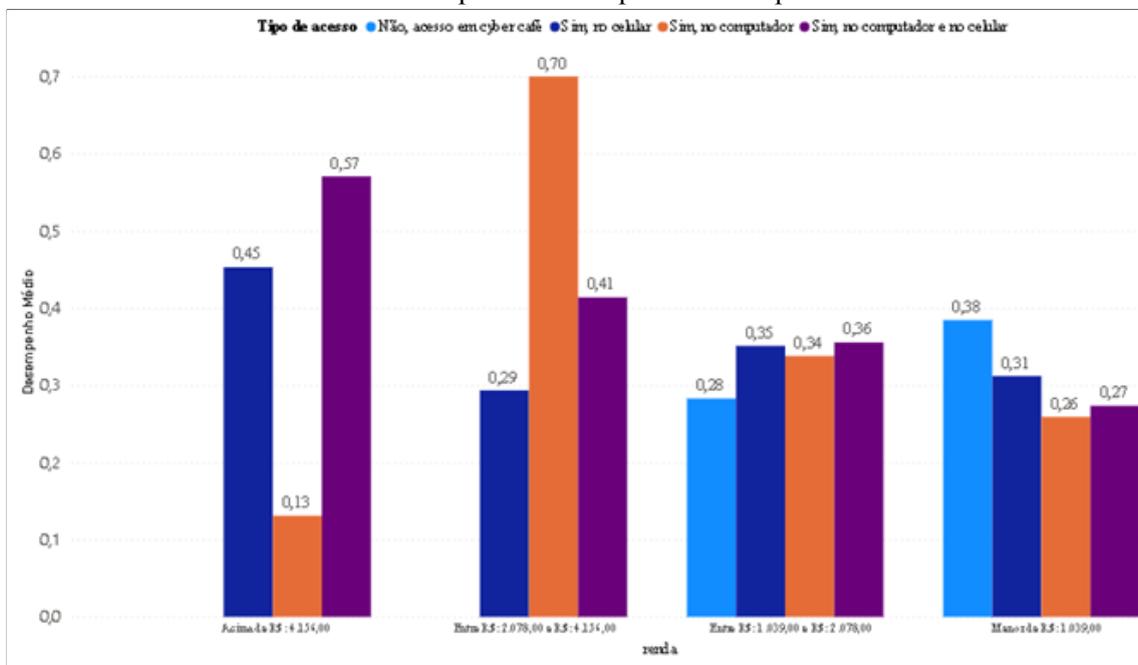
Gráfico 2 - Percentual de pontos obtidos por matéria



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observa-se no gráfico 2 que os alunos obtiveram uma maior pontuação nos exercícios disponíveis na plataforma nas disciplinas: Língua Portuguesa (16,2%), Biologia (15,2%) e Literatura (12,4%). Estes dados, ao serem comparados com o gráfico 1 podem indicar que o entendimento e o aproveitamento da plataforma, não estão diretamente ligados a quantidade de aulas assistidas, visto que das 3 matérias mais assistidas (Biologia, Matemática e Física), apenas Biologia está entre as 3 disciplinas com maior percentual de pontos nos exercícios.

Gráfico 3 - Desempenho médio por renda e tipo de acesso



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quanto ao desempenho médio por renda e tipo de acesso, constatou-se que os melhores desempenhos são do grupo de usuários que acessam a plataforma por meio do computador e que possuem renda entre 2 e 4 salários mínimos (0,7), seguido de usuários que acessam a plataforma através do computador e celular e tem renda acima de 4 salários mínimos (0,57) e de usuários que acessam por meio de celular e possui renda acima de 4 salários (0,45).

Por outro lado, usuários de tiveram menor desempenho pertencem ao grupo onde a renda está acima de 4 salários mínimos (0,13) seguido de usuários de renda inferior a 1 salário (0,26), onde em ambos os casos o acesso também foi por meio do computador, como mostra o gráfico 3.

Em relação à quantidade de aulas concluídas por gênero e renda, que está sendo demonstrada no gráfico 4, constatou-se a predominância do gênero feminino, com cerca de 2.000 aulas concluídas, seguida do gênero masculino, com um pouco mais de 500 aulas concluídas, onde ambos os gêneros possuem renda inferior a 1 salário mínimo.

Gráfico 4 - Aulas concluídas por gênero e renda



Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Pode-se entender que, independentemente de gênero, os usuários que compõem o grupo de menor renda são os que mais concluem as aulas e buscam compreender as matérias oferecidas pela plataforma.

6 CONCLUSÕES

A plataforma Enem Pará, buscando promover a inclusão de alunos oriundos da rede pública de ensino do estado do Pará, os quais como consequência da crise pandêmica Covid-19 passaram a estar desassistidos de aulas preparatórias para o Enem, sendo que dos 9025 estudantes da plataforma 67,6% são do gênero feminino, frente aos 31,7% do gênero masculino e 0,7 que se declararam LGBTQIA+.

As análises do estudo evidenciam que o gênero feminino obteve um desempenho até 50% maior do que o gênero masculino nas atividades propostas na plataforma quando observado o grupo de alunos que acessam apenas via celular. O acesso a plataforma também é maior dos alunos do gênero feminino, chegando até a 5.000 acessos, já os estudantes do gênero masculino realizaram pouco mais de 1.500 acessos.

O estudo das características do público que acessa a plataforma Enem Pará, evidencia a essencialidade do e-serviço prestado à sociedade, especificamente aos estudantes da rede

pública de ensino do Pará, onde por meio da plataforma é promovida a inclusão dos alunos aos meios educacionais virtuais, os quais no cenário pandêmico a sua utilização mostra-se primordial no processo de aprendizagem dos estudantes. Além disso, demonstra-se a necessidade de avançar com estratégias de comunicação e engajamento dos usuários, a fim de ter um alcance e desempenho maior na plataforma.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Plataforma EnemPará registra quase 10 mil visitas em apenas 15 dias. Disponível em:** <<https://agenciapara.com.br/noticia/20883/>>.

AGUNE, R.; CARLOS, José Antônio. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. *Gestão pública no Brasil contemporâneo*, p. 1-16, 2005.

ALTHONAYAN, Mona; ALTHONAYAN, Abraham. Avaliação do sistema de governo eletrônico: O caso do desempenho dos usuários utilizando sistemas ERP no ensino superior. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 2017.

BARBOSA, Albenir Rêgo. Aspectos em Pesquisas Brasileiras sobre Governo Eletrônico: Uma Análise Bibliométrica. In: **XVI Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão**. 2016.

BARBOSA, X. A. A avaliação 360° como novo método de avaliação de desempenho na UFRJ. Rio Grande do Sul: LUME/UFRGS, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=xana+alves+barbosa+a+avalia%C3%A7%C3%A3o+360>.

BARREIRO-PINTO, Isabel Andréa; SILVA, Marco. Avaliação da aprendizagem na educação online: relato de pesquisa. **EFT: Educação, Formação & Tecnologias**, v. 1, n. 2, p. 32-39, 2008.

BEZERRA, Wlahilma Maria de Queiroz; SILVA, Bento Duarte da; NUNES, João Batista Carvalho. Avaliar sob a perspectiva da gestão do fazer docente: desvendando caminhos da avaliação da aprendizagem na educação online. 2017.

BOSE, Ranjit. E-government: infrastructure and technologies for education and training. *Electronic Government, an International Journal*, v. 1, n. 4, p. 349-361, 2004.

CATANANTE, Flávia; DE CAMPOS, Rogério Cláudio; LOIOLA, Iraneia. AULAS ON-LINE DURANTE A PANDEMIA: CONDIÇÕES DE ACESSO ASSEGURAM A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO?. **Revista Científica Educ@ção**, v. 4, n. 8, p. 977-988, 2020.

CHAHIN, Ali. E-gov. br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. Pearson Prentice Hall, 2004.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. *Sequência (Florianópolis)*, n. 84, p. 209-242, 2020.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. **Sequência (Florianópolis)**, p. 209-242, 2020.

DIAS, Cláudia Augusto. Método de avaliação de programas de governo eletrônico sob a ótica do cidadão-cliente: Uma aplicação no contexto brasileiro. 2006.

DINIZ, Eduardo Henrique et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *Revista de Administração Pública*, v. 43, p. 23-48, 2009.

FEITOSA, CONCEIÇÃO DE; CORRÊA, MARIA; LIMA, ALYNNE VIRGINYA DE QUEIROZ. Avaliação de desempenho no setor público: fatores críticos e oportunidades de melhoria. 2016.

FOUTAIN, Jane. Building the virtual state. Information technology and institutional change, Whashington, Brookings Institution Press, 2001.

LAGUARDIA, Josué; PORTELA, Margareth Crisóstomo; VASCONCELLOS, Miguel Murat. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem. **Educação e pesquisa**, v. 33, p. 513-530, 2007.

LUCENA, M. D. da S. Avaliação de desempenho: métodos e acompanhamento. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1992.

MARTINS, Cristina; GIRAFFA, Lucia Maria Martins; DO ROSÁRIO LIMA, Valdez Marina. Gamificação e seus potenciais como estratégia pedagógica no ensino superior. *Renote*, v. 16, n. 1, 2018.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos (2004). E-gov no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança. Mestrado, Universidade de Brasília (UnB), Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1544>>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Sobre o Governo Eletrônico. Os padrões web e seus impactos no futuro do governo eletrônico, 2008.

NAKAMURA, Andre Luiz Dos Santos. Revisitando o conceito de serviço público. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, 2019.

NERY, Karine Rocha; COSTA, Débora Vargas Ferreira; KIRCHMAIR, Débora Magalhães. A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DOS GESTORES. **Revista Interdisciplinar em Gestão, Educação, Tecnologia e Saúde-GETS**, v. 3, 2020.

NETO, Mário Teixeira Reis; MARQUES, Esaú Rodrigo Costa; DE PAIVA, Ricardo Viana Carvalho. Integração entre valores, motivação, comprometimento, recompensas e desempenho no serviço público. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, v. 10, n. 1, p. 3-39, 2017.

OLIVEIRA, LS de SA; MADEIRO, Eraldo Pereira; SILVA, AG da. De Repente Online: O Que Pensam Os Estudantes De Pedagogia Da Unitins Campus Araguatins Sobre O Processo De Avaliação Do Ensino-Aprendizagem Em Tempos De Pandemia. **Anais VII CONEDU-Edição Online. Maceió-AL**, 2020.

PASINI, Carlos Giovani Delevati; CARVALHO, E.; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. FAPERGS. Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

PAULI, Jandir; BIULCHI, Adão Felipe. Avaliação de desempenho no serviço público: a experiência do instituto nacional do seguro social na implantação da gratificação de avaliação de desempenho do seguro social-GDASS. *Revista de Administração IMED*, v. 2, n. 2, p. 129-137, 2012.

PITEIRA, Martinha RF; COSTA, Carlos J. Avaliação da usabilidade percebida: plataforma de e-learning Moodle. In: Conferência IADIS Ibero-Americana WWW/Internet. 2006.

PONTES, B. R. Avaliação de desempenho: nova abordagem. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
PRADO, O. Governo eletrônico, reforma do Estado e transparência. São Paulo: EAESP/FGV, 2009.

REINHARD, Nicolau; MOYA, Ricardo W. The adoption of electronic filing for individual income tax returns in Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON E-BUSINESS (ICEB), 2., 2002, Taipei. Proceedings... Beijing: Iceb, p. 353-358, 2002.

SENA NETO, Bernardino. Governo eletrônico (e-Gov). 2021.

SOARES, Deyse Mara Romualdo et al. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NA PRÁTICA DOCENTE. CIET: EnPED, 2018.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010.

STASSUN, Cristian Caê Seemann; WIPPEL, Fanni. Avaliação de Desempenho e Capacitação Contínua no Serviço Público: Avanços da política de RH na administração pública de uma prefeitura do Alto Vale do Itajaí. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 41, 2013.

A GESTÃO DOCUMENTAL À LUZ DO DIREITO À INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO NAFSCMPA

Maria Elvira Rodrigues Coelho

Arquivista-Universidade Federal do Pará. E-mail:

elvira.coelho@hotmail.com

RESUMO: Este artigo relata um estudo de caso do Arquivo Administrativo da Diretoria de Administração Financeira da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (ARQA/DIAF/FSCMPA). O estudo visa identificar as iniciativas arquivísticas elencadas nos serviços de informação ao cidadão, compreendendo como as informações orgânicas estruturadas vêm sendo impactadas com a regulamentação da Lei nº 12.572/2011. A DIAF, enfrentava adversidades quanto à prestação de contas programadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e outros órgãos de inspeção devido a desorganização dos processos emanados nesta instituição, para debelar este problema o “Projeto Organização da gestão documental e padronização dos Arquivos Administrativo e Histórico da FSCMPA”, foi operacionalizado no período de 2015 a 2018, que contou com uma equipe técnica de profissionais qualificados, infraestrutura e logística. Neste caso o método de investigação teve como objeto de estudo os serviços arquivísticos prestados na FSCMPA que contribuíram efetivamente para o cumprimento do direito à informação. Constatou-se que após a instauração do Projeto-Piloto que os serviços executados asseguraram o acesso à informação, transparência nas contas públicas, controle das ações dos gestores, contribuindo para sua eficiência administrativa. Conclui-se que as boas práticas de gestão documental se tornam fundamentais na implantação de acesso e transparência à informação pública, fortalecendo os sistemas democráticos com a participação da sociedade.

Palavra-chave: Direito à Informação, Lei de Acesso à Informação, Transparência Ativa, Gestão Documental, Arquivo Administrativo da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará- ARQA/FSCMPA.

1 Introdução

A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) é uma instituição prestadora de serviços de saúde que há 371 anos auxilia os paraenses a combater suas enfermidades.

Com o passar dos anos a Fundação foi crescendo e seus serviços foram se tornando de alta complexidade. Como é comum em toda e qualquer instituição, quer seja com ou sem fins lucrativos, a sua trajetória institucional é marcada pela

produção de documentos que registram as tomadas de decisões, prestações de contas e outras deliberações ocorridas na instituição.

Com a promulgação da Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que assegurou amplo acesso às informações públicas de maneira mais detalhada, com repercussões em todos os âmbitos da administração pública, a *gestão de documentos* assume uma importância ainda maior, pois se configura como instrumento indispensável para viabilizar aquilo que a lei erige como garantia basilar do exercício pleno da cidadania, postos que assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral registradas em documentos de arquivos.

Esse crescimento institucional conduziu a uma certa perda de controle da documentação produzida na Fundação, ocasionando problemas sobretudo com insucessos com as auditorias, com a perda ou incompletude da documentação apresentada para fins probatórios. Sendo assim, para contornar essa adversidade, Rosana Marques Rosado Gomes-Coordenadora da DIAF, àquela época detectou que muitos dos problemas com as auditorias se deviam à desorganização dos documentos e a ausência de um profissional arquivista.

A importância para implantação de um arquivo administrativo nesta Fundação, justifica-se pelo cumprimento da normativa nº 001 de 11 de agosto de 2011 – SEAD, na qual dispõe sobre os procedimentos acerca da constituição, organização e tramitação de processos no âmbito da administração pública e estadual, visando futuras auditorias pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/Pa) e Auditoria Geral do Estado (AGE/Pa). Além do ordenamento disciplinado na lei federal n.8.159/91 que aplica a esfera pública, o dever da gestão documental e proteção especial a documentos de arquivo.

A história do Arquivo Administrativo (ARQA) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, iniciou-se em agosto de 2015, visando o acesso à informação por meio de rotinas padronizadas, garantindo a qualidade no atendimento e nas consultas públicas, inclusive nas auditorias programadas.

Na estrutura organizacional da FSCMPA, o ARQA está subordinado à Diretoria de Administração Financeira (DIAF), que toma uma importante medida para proteger

a guarda dos documentos. Foi nesse contexto implementado o projeto-piloto intitulado: “Organização da gestão documental e padronização do arquivo administrativo e histórico da FSCMPA” visando a implementação de uma política de gestão documental permitindo o acesso aos processos que tratam da execução orçamentária e financeira de despesas contraídas por esta Fundação, bem como de toda a documentação orgânica administrativa que é produzida e registrada em suas diversas gerências. E a autora deste artigo foi contratada como prestadora de serviço para coordenar os serviços do Arquivo Administrativo e implantar uma política de gestão de documentos arquivístico. (COELHO, 2018).

Ressalta-se que as práticas arquivísticas desenvolvidas no Projeto-Piloto supracitado se tornaram em objeto de estudo da dissertação do Mestrado em Ciências Empresariais, da Universidade Fernando Pessoa, na cidade do Porto em Portugal, na linha de pesquisa gestão do conhecimento de fundamental importância no campo teórico, metodológico, epistemológico e morfológico e a nível acadêmico a ser defendida pela autora deste artigo, sob a orientação da Profa. Dra. Judite Antonieta Gonçalves de Freitas. Desta feita, o artigo em tela tem o objetivo de relatar a experiência das práticas arquivísticas desenvolvidas no Projeto-Piloto.

2 Referencial Teórico

Em 1930, surgiu a administração pública identificada com o direito administrativo, ou melhor definido, "com as regras jurídicas, limitando seu problema à elaboração de leis e regulamentos de aplicação" (MUÑOZ, 1958 apud KEINERT, 1994, p. 42).

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) favoreceu a adoção de práticas transparentes. O seu Art. 37 afirma que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Através da publicidade o povo poderá ter acesso às informações referentes aos atos praticados por seus representantes.

Ceneviva e Farah (2006) afirmam que os mecanismos de controle e fiscalização são condicionados pela transparência e pela visibilidade das ações do poder público.

Sem transparência, fidedignidade e clareza das informações não há como os cidadãos se apropriarem dos dados das avaliações para cobrarem dos agentes públicos.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece no seu §1º do Art. 1 que “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas”. Em uma visão mais holística a LRF integra o rol das 10 medidas que contribuem para o avanço formal da transparência na administração pública no Brasil (SACRAMENTA, 2007).

Limberger (2006) afirma que a LRF veio a disciplinar os gastos do administrador público e, ainda, a divulgar a ideia de transparência na gestão fiscal, como forma de conferir efetividade ao princípio da publicidade, norteador da administração pública. A LRF, no art. 48 destaca que:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (BRASIL, 2000).

2.1 Instrumentos Legais

O acesso às informações governamentais não é um assunto novo; a sociedade já vem o esperando desde a promulgação da Constituição de 1988 até a implementação do direito à transparência dos atos do governo. Nesse ínterim, outras legislações foram implantadas como uma forma de efetivar um direito já garantido na Constituição de 1988. Portanto, para este estudo consultamos além da Constituição de 1988, os seguintes diplomas legais:

- A Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, foi a primeira legislação implantada nesse sentido. Essa lei “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” (BRASIL, 1991).
- A Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como **Lei de Acesso à Informação (LAI)**, a qual visa à transparência das ações públicas e combate à corrupção, a órgão vinculado à Controladoria -Geral da União (CGU), a

disseminação das informações públicas está no epicentro das discussões sobre democratização e abertura de acervos.

- Corroborar com esse pensamento Jardim (1999) ao fazer uma reflexão acerca da representatividade da Lei do Acesso à Informação e sua relação com a gestão dos documentos governamentais e a participação do cidadão na vida pública do País.
- O Decreto n. 1.359/2015 que regula o acesso à informação nos órgãos da administração pública do Estado do Pará. Esse decreto tem como disposições gerais no art.1, § 1:
- O Poder Executivo do Estado do Pará, bem como todos os Órgãos/Entidades integrantes da sua Administração Direta e Indireta, acolhe e insere, expressamente, em seu ordenamento jurídico, passando a adotar, os mandamentos e dispositivos constantes da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. (PARÁ, 2015).

Outro dispositivo legal que serve como fonte de pesquisa destaca se a lei ordinária n. 8.543/2017/ALEPA, dispõe sobre a temporalidade de documentos públicos” e a Instrução normativa n. 001/2011-SEAD,” Dispõe sobre procedimentos acerca da constituição, organização e tramitação de processos no âmbito da Administração Pública Estadual dá outras providências”.

É nessa conjuntura que o acervo arquivístico contém informações que são fontes de pesquisa, e de necessidade pública. Tornar o acervo acessível é uma função que os órgãos públicos passam a ter, afirmados na lei de acesso à informação. Para O’Toole (1993), a relação do documento público está ligada com o sentimento social de patrimônio coletivo. O autor relata o fato da reflexão e cuidado com o acervo documental como memória coletiva.

Ressalta-se que independente do diploma legal utilizado tanto a Constituição Federal, decretos e leis (quer sejam de âmbito federal ou estadual), bem como a legislação Arquivística brasileira todos estes documentos têm o dever e a responsabilidade do poder público nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, com a *gestão integral da documentação governamental e a proteção especial de documentos*. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

2.2 Funções arquivísticas

Para início de estudo, é preciso deixar bem claro o que se entende por gestão documental Heredia Herrera (1998) destaca que “a gestão documental ou gestão de

documentos é uma e deve englobar todas as funções no marco da racionalização dos documentos ao longo de toda a sua existência, com fins de economia e eficácia”.

Em nosso País, a gestão de documentos institucionalizou-se com a aprovação da lei nº8.159 de janeiro de 1991, na qual dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em seu artigo 3º, define gestão documental como “[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referente à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (BRASIL,1991).

Em 1992, surge a ideia de desenvolver uma arquivística integrada, com o objetivo de abarcar todo o ciclo de vida do documento. Os precursores desse estudo são os canadenses Rousseau e Couture (1998) que apontam que um programa integrado de gestão documental só terá sentido se as funções arquivísticas forem consideradas como no todo. Em complemento aos estudos destes autores, Santos (2013, *grifo nosso*) destaca as funções dos arquivistas contemporâneos que empenham em decorrência de seu exercício profissional são enumeradas em seis sumariamente registradas como: **A criação/produção, Aquisição, Conservação/preservação, classificação, avaliação e descrição.**

A criação / produção: [...] o papel do arquivista e de conselheiros, consultor ao produtor do documento, por meio da elaboração de manuais de produção de documento, a execução adequada desta função demanda um conhecimento profundo da instituição, seus objetivos e missão, as tecnologias disponíveis e os tipos de documentos adequados aos exercíci do negócio.

Aquisição: Contempla a entrada de documentos nos arquivos correntes, intermediário e permanente; refere-se ao arquivamento corrente e aos procedimentos de transferência e recolhimento de acervo; [...]. Abrange a doação, adoção (em troca de dívida), depósitos e empréstimos sob custódia temporária. [...]

Conservação/preservação: Aspecto relacionado à manutenção da integridade física e /ou lógica dos documentos ao longo do tempo, bem como as tecnologias que permitem seu processamento e recuperação.[...]

Na visão de Lopes (1997, p. 110) dentre os procedimentos de gestão documental, a classificação, a avaliação e a descrição são consideradas inseparáveis

e complementares. “Propõe-se um tratamento global que resulta no aumento das possibilidades do uso da informação registrada para tomada de decisão nos arquivos correntes e nas suas extensões, os intermediários”.

No entendimento de Santos (2013, p. 178, grifo nosso). “O processo de *avaliação* estabelece critérios e define prazos de guarda e destinação (eliminação ou preservação permanente) da documentação arquivística de uma dada instituição”. [...]. Para Lopes (1997, p.110) “a avaliação ideo-tipológica baseia-se na classificação ideológica e no conhecimento das tipologias documentos existentes. Torna-se inviável sem a existência do tratamento classificatório e sem a pesquisa dos tipos”.

Nos estudos de Camargo e Machado (2000) a *classificação* é uma sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas organizacionais, funções e atividades produtoras, visam a distribuir em classe os documentos de um arquivo. Esta função é considerada a operação mais importante juntamente com a ordenação (disposição física do documento), tornando possível a realização eficiente de todas as outras funções de arquivo (GONÇALVES, 1998).

3 Metodologia

A pesquisa em tela é do tipo descritiva, pois se propõe a relatar as atividades desenvolvidas durante a execução do Projeto-Piloto. Essa pesquisa é considerada um estudo de caso definido como: “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39). Neste caso o método de investigação teve como objeto de estudo os serviços arquivísticos prestados na FSCMPA que contribuem efetivamente para o cumprimento da lei de acesso à informação.

3.1 Descrição do caso

Em setembro de 2015, iniciou-se os trabalhos de serviços de arquivo de forma transformadora no cenário da atual situação dos arquivos. O acervo da DIAF acumulou nos setores uma massa documental erroneamente designados de *arquivo morto*, e ali permanecem por anos desorganizados, amontoados em caixas-arquivo, ou

amarrados em sacos plásticos, sem nenhum critério de organização impossibilita o acesso à informação, caminhando para a destruição que inviabilizavam as chances de se recuperar as informações de valor administrativo, fiscal, contábeis e histórico, conforme verifica-se nas figuras 1 a 4.

Figura 2: Acervo GESTP (Antes)



Fonte: FSCMPA (2015)

Figura 2: Acervo GESP (Depois)



Fonte: FSCMPA (2016)

Figura 4: Acervo GCONT/DIAF (Antes)



Fonte: FSCMPA (2016)

Figura 4: Acervo GCONT/DIAF (Depois)



Fonte: FSCMPA (2017)

Para cumprir com os objetivos do projeto-piloto de organizar o arquivo e implantar os serviços de arquivo elencados ao seu ciclo de vida evolutivo, torna-se indispensável a formulação de um plano dos serviços de arquivo que contemple tanto os ordenamentos legais como as necessidades primordiais da DIAF. As atividades funcionam de forma integrada, com vista à racionalização das tarefas comuns. Assim, através de um estudo das necessidades das gerências e coordenações, alinhadas à ABNT NBR ISO 30301: 2016, implantamos rotinas pré-estabelecidas.

Os documentos produzidos e acumulados pela fundação em diversas gestões administrativas constituem uma massa documental volumosa e registram informações valiosas sobre os atos funcionais da Fundação. Tal acervo é fundamental para o estudo da contemporaneidade no contexto político-administrativo da FSCM-PA.

Para ordenar a massa documental e se adequar efetivamente à Lei de Acesso à Informação¹, em 01 de setembro de 2015 a FSCM-PA iniciou a implantação de um projeto piloto intitulado: “Organização da gestão documental e padronização do arquivo administrativo e histórico da FSCMPA”, o qual visava implantar uma política de gestão documental na Fundação, para atender as demandas solicitadas internamente pelas gerências e setores, bem como as auditorias programadas pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Auditoria Geral do Estado.

Segundo o mapeamento quantitativo de mensuração mais recente do acervo do ARQA, constam os seguintes dados analisados, conforme mostra quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Mapa quantitativo geral da mensuração do acervo do ARQ.

MENSURAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DO ARQUIVO ADMINISTRATIVO				
DIRETORIA/GERÊNCIA	QT./PRA T	QT./CAI XAS	QT. DOC/PROC	MENSURAÇÃO
GESP/GAP	262 unid	1.540 unid.	11.830 unid.	243,77 metros lineares
GCON/GEFIN	437 unid.	2.360 unid.	29.424 unid.	403,89 metros lineares
OUTRAS GERÊNCIAS	81 unid.	481 unid.	–	77,21 metros lineares
TOTAL	780 unid.	4.381 unid.	41.254 unid.	724,87 metros lineares

MAPA GERAL QUANTITATIVO: 724,87 metros lineares
Análise de dados coletados GESP/GAP: Luan Dias Pereira e Alisson Jean Costa Pereira e Rosiane daSilva Almeida
Análise da coleta de dados GCON, GFIN: Thais Cirlene Aquime Feitosa e Luciena Pessoa de Lima
Supervisora: Maria Elvira Rodrigues Coelho

Fonte: Relatório gerencial ARQ/FSCMPA (2021).

O direito de acesso aos arquivos, documentos e informação da FSCMPA só será garantido se estiverem dotadas de programas profissionais e estruturas competentes para proverem a guarda, a conservação, a consulta, o controle e a disponibilização desses documentos. Neste sentido, o Manual de Gestão Documental destaca as seguintes atribuições do arquivo administrativo, conforme mostra o quadro 2.

¹ A Lei de acesso à informação foi promulgada em 18 de novembro de 2011, assegurando o amplo acesso à informação pública de maneira mais detalhada. E, embora o Estado do Pará também tenha aderido à LAI (apesar de ter sido de uma maneira mais tardia), por meio do Decreto nº 1.359, promulgado em 31 de agosto de 2015, percebe-se que na prática as instituições ainda não atentaram para a sua importância e implementação - o mesmo veio ocorrendo na FSCM-PA.

Quadro 2- Atribuições pertinentes, cabe ao ARQA:

1	Receber os documentos originais produzidas pelas gerências subordinadas à DIAF para tratamento documental
2	Gerenciar a gestão de arquivos e documentos nos meios analógicos e digitais, por meio da Lei ordinária n.8.543/2017/ALEPA e da instrução normativa n. 001/2011-SEAD
03	Elaborar o plano de classificação documental, a TTDD das atividades fins;
04	Colaborar com a implantação do sistema de informação de arquivos e documentos - SIARD.
05	Orientar as gerências quanto aos procedimentos de transferência, tramitação, uso, avaliação e arquivamento;
06	Garantir o acesso à informação ao usuário interno e externamente

Fonte: Manual de gestão documental ARQA/FSCMPA (2018).

O *staff* do Projeto era composto por: uma arquivista, dois servidores técnico-administrativos (apoio), 4 estagiários do curso de Arquivologia e 4 estagiários do curso de Biblioteconomia, ambos os cursos oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituímos junto com a procuradoria da Fundação uma Comissão Permanente de Acesso a informações, para classificar os documentos quanto ao grau de sigilo em secretos e reservados, bem como o valor legal dos documentos quanto a sua destinação tendo em vista os critérios estabelecidos na Lei de Acesso.

Spinelli Júnior (1997) considera que, para conservar o patrimônio documental é necessário a conjunção de fatores: Administração segura, recursos adequados e conhecimento teórico e prático. Para organizar o Acervo arquivístico da FSCMPA foram desenvolvidas as seguintes ações:

1º) Feitura de um diagnóstico situacional: pelo qual elaboram-se diretrizes necessárias para a: guarda, conservação e organização da massa documental, visando preservar e disponibilizar a memória da Fundação;

2º) Treinamento da equipe de trabalho composta por 4 estagiários do Curso de Arquivologia e de 4 estagiários do curso de Biblioteconomia (ambos os cursos da Universidade Federal do Pará); além do grupo de trabalho formado por servidores para apoio às ações no arquivo;

3º) Seleção dos documentos: atividade que consiste em verificar o estado de conservação dos documentos, isolando os materiais que não estão em bom estado de conservação para posterior restauração, ou eliminação no caso deste não apresentar condições de ser restaurado;

4º) Identificar a tipologia documental, acervos compostos por: dossiês, portarias, decretos, laudos, plantão médicos, abonos, faltas, comunicados, folhas de ponto, notas fiscais, certidão de batismo, atestado de óbito, etc.

5º) Foram elaborados instrumentos de gestão documental: um código de classificação e uma tabela de temporalidade. Formando grupos de trabalhos GT- envolvendo vários servidores que contribuíram como membros da comissão de avaliação de documentos da DIAF/FSCMPA, visando estabelecer prazos de guarda ou eliminação dos documentos, assegurando o que determina os ordenamentos legais do Estado do Pará,

6º) Inventariaram-se os dossiês funcionais, consistindo na elaboração de uma listagem no excel, descrevendo e classificando os assuntos extraídos dos documentos essenciais para recuperação da informação como: fundo, grupo, subgrupo, série, subsérie e data limite;

7º) Concomitantemente ao inventário foi feita a higienização: a limpeza mecânica foi realizada com o apoio da equipe de segurança do trabalho que disponibilizou Equipamento de Proteção Individual (EPI) para execução das tarefas, identificou a presença de clipes, grampos e presilhas, que foram imediatamente retirados para evitar a danificação dos mesmos. A Higienização é o processo fundamental para a conservação dos documentos, assim, os documentos avariados sofreram a ação de pequenos reparos. Realizou-se um levantamento da massa documental visando possível descarte. Os documentos duplicados ou em péssimo estado de conservação (acometidos por ação de: fungos, cupins, traças ou ratos) foram isolados, listados e após aval da diretoria da Santa Casa foram descartados.

4 Resultados

Após a instauração e desenvolvimento do Projeto-Piloto constatou-se que os serviços implantados e executados asseguraram o acesso à informação, transparência nas contas públicas, controle das ações dos gestores, contribuindo para sua eficiência administrativa. A implantação dos serviços de arquivo também, recuperou a informação localizando os processos licitatórios, contas pagas, Dossies funcionais e outros documentos administrativos imediatamente, resultando na economicidade dos custos/benefícios.

A execução deste Projeto-piloto resultou no reembolso de 12 milhões de reais devido ao INSS em consequência das operações executadas. Nas últimas prestações de contas realizadas pelos auditores dos tribunais, por sua vez, necessitam de provas para julgá-las foi concluída apresentando ênfase nos aspectos formais. O destino final dos documentos desprovidos de valor administrativo e fiscal- contábil encontrados em varias ambientes organizacionais teve como efeito a desocupação de cinco (5) salas disponibilizando assim, espaço para outros serviços.

A eficiência nas consultas e pesquisas facilitando o tramite nas tomadas de decisão. Apoio na última auditoria programada do TCE/Pa em 2017/2018. O ARQA/DIAF constitui um acervo com informações registrados pelas ações executadas. Portanto, considerado uma unidade de informação estratégica para suas ações diárias.

5 Conclusão

Para respeitar os dispositivos legal que dá ao cidadão o direito de acesso à informação, a fscmpa honrou com seu compromisso implantando a gestão documental utilizando procedimentos, métodos e operações que facilitem a guarda, conservação, arquivamento, tramitação e consultas de forma eficiente dos processos produzidos nas atividades meio da Fundação.

Neste cenário de iniciativas democráticas a *gestão documental* assume um

novo paradigma nesse processo, configurando como instrumental indispensável para viabilizar o que a lei exige. Essa iniciativa assegura a todos o direito de receber informações de seu interesse particular ou coletiva registradas em documentos públicos.

No caso estudado neste artigo – O ARQA/FSCMPA foi muito benéfico no sentido de fomentar ações que garantam a sua aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação, uma delas foi a operacionalização da implantação dos serviços de arquivo que conseqüentemente atender as demandas informacionais da sociedade.

Observa-se que para o cidadão ter direito à informação foi necessário aplicar uma política de gestão documental bem definida que permitiu implantar arquivos estruturados, organizados, preservados de acesso rápido e fortalecidos como órgãos estratégicos e, sobretudo, isto garantiu o fornecimento de informações arquivística que irão atender as demandas informacionais dos usuários internos (servidores da FSCMPA) e externos (TCE, INSS) e outras demandas.

Enfim, as boas práticas de gestão documental implantadas provocaram impacto nas funções administrativas, financeiras e contábeis, somando a eficiência e agilidade nas tomadas de decisão. Tais Soluções que fornecem ferramentas e instrumentos de gestão são fundamentais para a governança pública. Prepara o acervo para receber as novas tecnologia da informação e a gestão de documentos arquivísticos digitais.

Neste sentido, a organização e operacionalização dos documentos e processos licitatórios, bem como as contas pagas da FSCMPA tem um papel fundamental no cumprimento dos ordenamentos legais alcançando a amplitude e garantindo o exercício democrático já que a fundação atende às necessidades cotidianas mais urgência dos cidadãos, entre os quais a saúde.

Referência

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 30301:2016. Informação e documentação. Sistemas de gestão de documentos de arquivo - Requisitos.** Disponível em: <<https://fatecsenai.com.br/arquivos/30301- Informacao-e-documentacao-Sist-de-Gestao-de-Docmentos-de-arquivo-Requisitos.pdf>> . Acesso em: 20.07.2021

BRASIL. Decretos e Leis. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **DOU**, Brasília, 9 de janeiro de 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 10 dez.2012.

BRASIL. Congresso Nacional (200). **Lei complementar n.101**, de 4 de maio de 2000. LRF- Lei de responsabilidade fiscal disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> . Acesso em: 12 de jan.2012

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **DOU**, Brasília, 19 de novembro de 2011.

CENEVIVA, R.; FARAH, M.F.S. **Democracia, avaliação e accountability: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático.** In: Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: EnAPG/ ANPAD, 2006

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MACHADO, Helena Corrêa. **Como implantar arquivos públicos municipais.** São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

COELHO, Maria Elvira Rodrigues. **Manual de Gestão Documental da FSCMPA.** Belém: FSCMPA, 2018.

COELHO, Maria Elvira Rodrigues; COSTA, Elisângela Silva. Reflexos da lei de acesso à informação na otimização da gestão documental das instituições: um estudo de caso na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE

ARQUIVOLOGIA, 7., 2016, Fortaleza. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 4, n. esp., p. 491-509, out. 2016. Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0491-0509.pdf>. Acesso em: 17.01.2021.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ (FSCMPA).

Histórico. 2016. Disponível em: <http://www.santacasa.pa.gov.br/sobre/p.php?id=3>.> Acesso em: 01.06.2021.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ (FSCMPA).

Diretoria de Administração Financeira. Projeto Organização da gestão documental e padronização dos Arquivos Administrativo e Histórico da FSCMPA. **Relatório gerencial.** Belém, 2016.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ (FSCMPA).

Diretoria de Administração Financeira. Projeto Organização da gestão documental e padronização dos Arquivos Administrativo e Histórico da FSCMPA. **Relatório gerencial.** Belém, 2017.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ (FSCMPA).

PA).

Diretoria de Administração Financeira. Projeto Organização da gestão documental e padronização dos Arquivos Administrativo e Histórico da FSCMPA. **Relatório gerencial**. Belém, 2018.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ (FSCMPA).

Diretoria de Administração Financeira. Projeto Organização da gestão documental e padronização dos Arquivos Administrativo e Histórico da FSCMPA. **Relatório gerencial**. Belém, 2021.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo Nacional, 1998. (Projeto como fazer, v.2).

HEREDIA HERRERA, A. El Debate sobre La gestión documental. **Métodos de información**. V. 5, n. 22-23, p. 30-36, jan./mar.1998.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999. **Caderno de textos**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1999. Disponível em < http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/o_acesso_informao_arquivstica_no_brasil.pdf >. Acesso em: 01.07.2021

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 41-48, maio/jun. 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/McbYn6ZGK9KNBJPSM9qKfKh/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 12.07.2021.

LIMBERGER, Têmis. **Transparência administrativa e novas tecnologias: o dever de publicidade, o direito a ser informado e o princípio democrático**. Interesse Público, Porto Alegre, v. 8, n. 39, p. 55-71, set./out. 2006.

LOPES, L. C. **A Gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: APERJ, 1997.

MELO, L. L. P.; MOLINARI, L. P. **Higienização de documentos com suporte em papel**. São Paulo: Oficina de Documentos, Programa de Documentação Arquivística, 2003. (Série Documenta, 1).

MILLS, Charles A. **A auditoria de Qualidade**. Rio de Janeiro: Makron Books, 1994.

O'TOOLE, J. The Symbolic Significance of Archives. **American Archivist**, Spring, v. 56, n. 2, p. 234–255, 1993.

PARÁ. Decretos e Leis. Decreto nº 1.359, de 31 de agosto de 2015. Regulamenta o acesso à informação pública no Poder Executivo Estadual. **DOE**, Belém, 01 de setembro de 2015.

PARÁ. Instrução Normativa n. 001, de 11 de agosto de 2011. Dispõe sobre procedimentos acerca da constituição, organização e tramitação de processos no âmbito da Administração Pública Estadual e dá outras providências. **DOE**, Belém, 12 de agosto de 2011.

PARA. Lei Ordinária nº 8.543, de 29 de setembro de 2017. Dispõe sobre a temporalidade de documentos públicos do estado do Pará e dá outras providências. Disponível em < <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/3432>> acesso em: 18.07.2021

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. **O currículo na construção do conhecimento geográfico**: um estudo da ação docente de duas escolas estaduais de São Paulo [doi:10.11606/D.48.2007.tde-07122007-150954]. São Paulo : Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado em Educação. [acesso 2021-08-17]

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A Prática arquivística em tempo de gestão de documentos. In: INNARELLI, Humberto Celeste, SANTOS, Vanderlei Batista dos; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística temas contemporâneos**: Classificação, Preservação digital e gestão de documentos. 3ª ed. Brasília: SENAC, 2013. P.173-223.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. A Conservação de Acervos Bibliográficos & Documentais. Rio de Janeiro: FBN, 1997.

YIN, Roberto. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

**EFETIVIDADE POLICIAL EM BELÉM/PA POR MEIO DA GESTÃO DA
INFORMAÇÃO: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO POLICIAMENTO
OSTENSIVO DIRECIONADO - POD PELO 2º BPM NO PERÍODO DE 2019 E
2020**

Jorge Fabricio dos Santos

Bacharel em Direito (FAMAZ), Bacharel em Ciências de Defesa Social e Cidadania (IESP), Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (IFPA), Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública (FAP), Especialista em Gestão da Informação e Análise Criminal (UFPA), Especialista em Gestão da Segurança da Informação (UNISUL) e Mestrando em Segurança Pública (UFPA)
fabrcio06@gmail.com

Allan Sullivan Dias de Souza

Bacharel em Segurança Pública e Cidadania (IESP)
allandsullivan@hotmail.com

Zildomar Silva de Souza Júnior

Bacharel em direito - Faculdade de Belém - zildomarjunior@hotmail.com

Resumo

Contexto do Estudo: Na cidade de Belém-PA, a Polícia Militar do Pará realiza os serviços preventivos, mediante o policiamento ostensivo, o qual deverá seguir uma metodologia própria para que esta instituição seja efetiva. **Objetivo:** Este trabalho tem por finalidade apresentar a aplicabilidade da metodologia de Policiamento Ostensivo Direcionado - POD pelo 2º Batalhão de Polícia Militar no Município de Belém no período de 2019 e 2020. **Métodos:** A partir de uma pesquisa aplicada, mista e exploratória, com pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e legislações para obtenção de informações quanto ao tema proposto, posteriormente foi realizada uma pesquisa em fontes estatísticas sobre a criminalidade e ações tomadas pelo 2º BPM no Município de Belém-PA, mediante metodologia de policiamento, para posterior análise de estatística descritiva da efetividade decorrente da adoção desta medida. **Resultados:** Fica notório que a utilização da metodologia citada possibilita uma melhor gestão dos recursos disponíveis à unidade policial militar, reduz os índices criminais e aumenta a credibilidade da polícia militar nos bairros de atuação no período em estudo.

Palavras-chave: Planejamento; prevenção; metodologia; ostensividade; segurança pública.

1 Introdução

Como em todas as áreas da Administração Pública, os órgãos e entidades que fornecem a segurança pública devem aplicar o Princípio da Eficiência preconizado no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, dentre outros princípios.

Na segurança pública, as polícias militares historicamente são as instituições mais cobradas quanto a eficiência, pois exercem a atividade ostensiva de policiamento das comunidades, para que sejam preservados direitos fundamentais como a vida, as liberdades, a incolumidade física e o direito à propriedade, prevenindo delitos e desordens públicas.

A Polícia Militar do Pará - PMPA, conforme a Lei Complementar nº 053/2006, é instituição a qual cabe” [...] a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, atividade-fim da corporação, para a incolumidade das pessoas e do patrimônio.” (Art.1º), e tendo como uma de suas competências, previstas no art. 4º,

II- executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo fardado para prevenção e repressão dos ilícitos penais e infrações definidas em lei, bem como as ações necessárias ao pronto restabelecimento da ordem pública; (PARÁ, 2006)

O exercício do policiamento ostensivo requer metodologias que possuam processos, procedimentos e meios de mensuração de sua aplicabilidade e de resultados, a fim de oferecer serviços adequados às necessidades locais de segurança pública.

Considerando que execução do policiamento ostensivo pela Polícia Militar do Pará na Região Metropolitana de Belém -RMB, com metodologias e ferramentas técnicas, chegamos ao questionamento: Em que medida a aplicação do Policiamento Ostensivo Direcionado - POD, enquanto método de gestão em segurança pública, pode apresentar resultados eficientes na atividade finalística do 2º Batalhão de Polícia Militar no período de 2019 e 2020 na sua área de circunscrição?

Desta forma, este artigo acadêmico tem por objetivo geral demonstrar a aplicabilidade da metodologia de Policiamento Ostensivo Direcionado - POD pelo 2º Batalhão da Polícia Militar do Pará - 2º BPM na Cidade de Belém no período de dezembro

de 2019 a novembro de 2020 e os resultados alcançados na segurança pública nesse período. Sedo que os objetivos específicos são:

1. Descrever os fundamentos teóricos do policiamento ostensivo aplicado pela PMPA.
2. Descrever a metodologia do Policiamento Ostensivo Direcionado aplicado no 2º BPM.
3. Apresentar os resultados do uso do POD no 2º BPM no período de dezembro de 2019 a novembro de 2020.

Essa pesquisa acadêmica mostra-se relevante em virtude dos altos níveis de criminalidade e violência dos bairros da Cidade de Belém que são policiados pelo 2º BPM da PMPA e pela necessidade de construir, implementar e executar uma metodologia de policiamento ostensivo que seja eficiente tanto na prevenção de ilícitos e desordens públicas, quanto na repressão e na mobilização social. Verifica-se ainda que a execução de uma metodologia adequada à atividade ostensiva da polícia militar, possibilita a construção de um arcabouço teórico/metodológico para aplicação em outras instituições encarregadas de promover a segurança pública.

Assim, esse artigo inicia-se com uma introdução do tema a ser apresentado na pesquisa acadêmica, sendo construído o referencial teórico sobre o policiamento ostensivo e descrição da metodologia do POD, com sua institucionalização. Em seguida, apresenta-se a devida adequação deste instrumento metodológico com os objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico da PMPA em vigência, além de apresentar a relação direta com a premissa de prevenção da PMPA.

Posteriormente, demonstrar-se-á a metodologia da pesquisa empregada no artigo, sendo seguido pela demonstração de resultados obtidos na área de atuação do 2º BPM, conforme as bases de dados da Polícia Militar e do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, com apresentação de gráficos e a discussão dos resultados, para em seguida apresentar as devidas considerações finais.

2 Referencial teórico

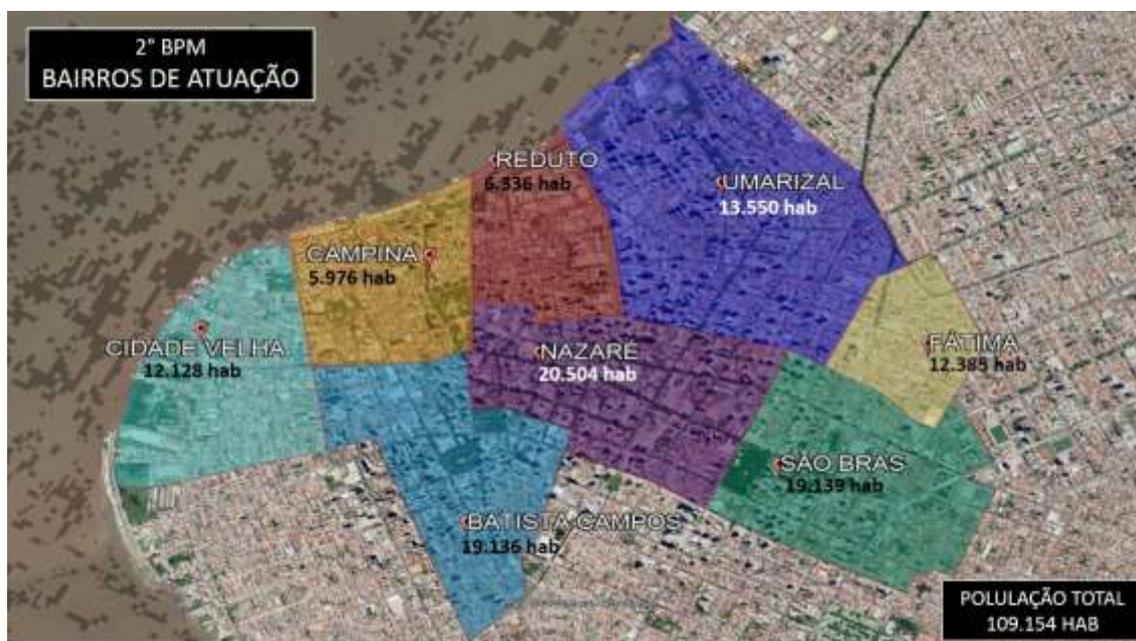
O policiamento ostensivo é a atividade realizada pela Polícia Militar com objetivo de prevenir ilícitos penais (crimes e contravenções penais) e desordens públicas, de forma que a instituição é identificada pelos agentes uniformizados e com equipamentos

policiais, bem como com meios de locomoção caracterizados com informações acerca da polícia militar e unidade operacional, conforme determina o art. 144, §5º da Constituição Federal de 1988¹ (BRASIL, 1988).

Na Polícia Militar do Pará – PMPA as unidades operacionais (que realizam policiamento ostensivo) são definidas como Batalhões de Polícia Militar –BPM e Companhias Independentes de Polícia Militar –CIPM, de modo que as primeiras possuem maior estrutura, estando sediados na Região Metropolitana de Belém –RMB e cidades mais populosas e as segundas, para municípios menores, com efetivo reduzido em relação aos BPMs.

Na Cidade de Belém, a PMPA realiza o policiamento ostensivo por meio de BPM, sejam policiamento ostensivo geral e especializado, de modo que 2º Batalhão de Polícia Militar -2º BPM realiza suas atividades operacionais nos Bairros Nazaré, Umarizal, Reduto, Campina, Cidade Velha, Batista Campos, São Braz e Fátima, conforme demonstrado na **Figura 1**.

Figura 1 – Área de atuação do 2º Batalhão de Polícia Militar



Fonte: 2º BPM/PMPA, 2021.

¹ “Art. 144 [...] § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;” (BRASIL, 1988)

Conforme a **Figura 1**, a área de atuação do 2º BPM compreende os bairros mais antigos da Cidade de Belém, com população estimada em 2021 com 109.154 habitantes, utilizando, para o policiamento ostensivo, os parâmetros do Método IARA.

O Método IARA já possui registro de aplicação no Brasil, como pela Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC, como relatam Moraes e Vieira (2015) sobre a eficiência do Policiamento Orientado a Solução de Problemas - POSP em estudo de caso sobre a experiência da implantação dessa metodologia em uma unidade policial militar no ano de 2012 na Cidade de Florianópolis de forma integrada com o Conselho Comunitário de Segurança do Centro de Florianópolis (Conseg-Centro).

Dentre os vários modelos de policiamento, a Polícia Militar do Pará adotou o Método IARA, pois conforme a Diretriz Geral de Emprego Operacional da PMPA nº 001/2014 DGOp/PMPA (PARÁ, 2014), dentre vários pressupostos e orientações procedimentais básicos para emprego da Polícia Militar, podem ser destacados os itens 3.3 “Mobilização e Participação Social” e 3.5 “Ênfase na Ação Preventiva”, que se são definidos, respectivamente, como,

É a participação conjunta da comunidade, empresas, governos e organizações sociais para a erradicação ou redução de um problema social: a fome, a pobreza, o dano ao meio ambiente, o desperdício de energia, a segurança pública etc. (PARÁ, 2014, p. 18)

O emprego das frações deve obedecer a um criterioso planejamento, elaborado em bases realísticas, que atente para as informações pertinentes à defesa pública e que propicie a alocação de recursos humanos e materiais com base nas informações gerenciais da segurança pública. (PARÁ, 2014, p. 20)

Vê-se que a instituição policial deu especial atenção a coordenar as ações da comunidade em prol de trabalhar em conjunto para soluções em segurança pública, ao passo que também atua em sua atividade finalística, ou seja, realizando sua competência preventiva em articulação com todos os atores sociais envolvidos na problemática de segurança pública (RUEDIGER; RICCIO, 2009). São portanto fundamentos doutrinários para o exercício legal da Polícia Militar do Pará, que coadunam com o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, instituído pela Lei nº 13.675/2018, no que concerne as suas diretrizes (art.5º), “XII - ênfase nas ações de policiamento de proximidade, com foco na resolução de problemas;” e “XIV - participação social nas questões de segurança pública;” (BRASIL, 2018)

Deste modo, a Polícia Militar do Pará passou a adotar formalmente o denominado policiamento orientado para problemas, sendo utilizado o Método IARA (identificação, análise, resposta e avaliação), o qual tem por essência conhecer os problemas de segurança pública, suas causas, para após analisadas todas as informações relacionadas ao problema, determinar e aplicar respostas e soluções adequadas a eliminar ou mesmo mitigar estes problemas, sendo empregadas ferramentas para monitorar a efetividade das ações da polícia militar (OLIVEIRA, 2006; CLARKE; ECK, 2020)

Conforme o Plano Estratégico 2015/2025 da PMPA, as ações da instituição devem atender a vários princípios, tais como “Aprimorar o Desempenho na Prevenção à Violência e à Criminalidade.” (Objetivo 13), com as estratégias “Ampliar e melhorar o atendimento à população” (13.1) e “Aprimorar a gestão do conhecimento sobre os problemas relacionados à criminalidade e violência” (13.2), com iniciativas estratégicas “Elaborar e implementar projeto de estruturação de seções de análise criminal em cada região integrada de policiamento da PM” (13.2.2) e “Elaborar e implementar projeto de implantação das soluções tecnológicas de suporte para análise criminal da PM” (13.2.4).

Com todas essas premissas, o 2º BPM construiu uma metodologia de policiamento denominado Policiamento Ostensivo Direcionado - POD com emprego da Polícia de Proximidade (uma polícia mais moderna, mais presente, mais humanizada e mais efetiva, cujos princípios fundamentais são a inteligência na solução dos problemas e mobilização social), que consiste na coleta e análise de dados de várias fontes, para adequado planejamento e posterior direcionamento dos recursos policiais militares para resolução de várias demandas sociais que impactam a segurança pública local.

Conforme o Plano de Atuação Integrada TERPAZ PMPA (PARÁ, 2021), que objetiva as ações das unidades policiais militares que estão sediadas em áreas de atuação da Política de Inclusão Social e Redução da Violência – “Territórios pela Paz”, como o 2º BPM, houve designação de novas estruturas, as quais foram implementadas como o Grupo de Proteção de Ativa – GPA, caracterizado como,

[...] uma guarnição de policiamento motorizada com as atribuições de promover a interação com a comunidade, levantar dados e informações a fim de subsidiar o trabalho de análise criminal e empregar as ferramentas e métodos de aproximação para mobilizar e engajar os atores sociais na resolução dos problemas na comunidade, relacionados à segurança comunitária. (PARÁ, 2021, p.5)

Além do GPA, estabeleceu-se o Núcleo de Estatística e Análise Criminal- NEAC, como setor integrante da 2ª Seção dos Batalhões de Polícia Militar (Organização Policial Militar – OPM), que se apresenta com a,

[...] função precípua a análise de dados e produção do conhecimento acerca dos padrões de violência e criminalidade existentes na área da OPM, para apoio do processo de tomada de decisão do comandante e resolução dos problemas que afetam à segurança comunitária. (PARÁ, 2021, p.5)

Conforme definido no referido plano do TERPAZ, o NEAC deve possuir policiais militares que exerçam constante atividades de,

[...] acessar e reunir as diversas fontes de dados, identificar padrões de comportamento, orientar o levantamento de mais informações, auxiliar os comandantes de companhia e do batalhão a compreenderem as dinâmicas sociais e do crime e contribuir com a gestão do conhecimento institucional. (PARÁ, 2021, p.5)

Importante destacar que o 2º BPM foi o pioneiro na utilização do POD, desenvolvendo na prática ações que foram constantemente revisadas e adequadas, as quais serviram de base para elaboração do Plano de Atuação Integrada TERPAZ PMPA. Assim, foi construído um processo organizacional para aplicação do POD, como se observa na **Figura 2** a seguir:

Figura 2 – Processo Organizacional do Policiamento Ostensivo Direcionado - POD



Fonte: 2º BPM/PMPA.

Deste processo, infere-se que o POD inicia-se com a coleta de dados, a qual ocorre por meio dados criminais acessados no Sistema de Informações de Segurança Pública - SISIP, dados coletados por meio de formulários aplicados pelos policiais do GPA diretamente à comunidade, dados do Sistema de Integrado de Gestão da Polícia Militar - SIGPOL/PMPA quanto aos Boletins de Atendimento Policial Militar -BAPM, das

ocorrências geradas e atendidas pelo Centro Integrado de Operações da SEGUP - CIOp, dos relatos do Disque-Denúncia, de dados da atividade de inteligência policial e outras fontes (sistema de informações como Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - SINESP, Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN e as chamadas fontes abertas – redes sociais, *websites*, etc), com dados extraídos por policial militar escalado no setor de monitoramento do NEAC 24h por dia.

Após estas coleta, seguindo as metodologias existentes de Análise Criminal (DANTAS, 2000; GOTTLIEB, 1998), há o processamento de informações e a seguir a produção do conhecimento sobre a criminalidade e desordens públicas locais sendo materializado em um Relatório de Estatística Criminal - REC. Com a produção do REC, os dados processados estatisticamente são analisados pelo NEAC, mediante os parâmetros socioeconômicos, ambientais e de infraestrutura local, para elaboração do Relatório de Análise Criminal – RAC, o qual serve como suporte de conhecimento para tomada de decisão dos gestores no planejamento de ações e operações mais adequadas ao enfrentamento do problema de segurança pública, mediante Ordens de Serviço e Escalas de serviço.

Com as informações coletadas e processadas, a unidade policial militar constrói um planejamento específico para cada realidade identificada nos bairros que são atendidos, com aplicação de 03 (três) vertentes de atuação para aplicar o POD, como demonstradas no **Quadro 1**:

Quadro 1 – Vertentes de atuação no Policiamento Ostensivo Direcionado - POD

Vertentes de atuação	Definição normativa
Prevenção policial	Conjunto de ações desenvolvidas por forças policiais voltadas ao meio social para inibir (diminuir condições de ocorrência, desencorajar, vedar) a prática de condutas violentas ou criminosas que tendem a ocorrer. (PARÁ, 2021, p.6)
Repressão Qualificada	[...] é a resposta célere e especificamente direcionada do sistema de segurança e justiça criminal, atuando de modo integrado e sistêmico voltadas ao infrator ou organização criminosa para coibir (fazer cessar, refrear, impedir que continue, reprimir) condutas delitivas já havidas ou em desenvolvimento. (PARÁ, 2021, p.6)
Defesa social	Conjunto de ações com objetivo principal de proteção (cuidado com algo ou alguém mais fraco) no âmbito da atuação da Segurança Pública, das vítimas em contexto de violência e criminalidade. (PARÁ, 2021, p.6)

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Plano de Atuação Integrada TERPAZ PMPA, 2021.

Essas três vertentes são empregadas de forma articulada, tanto isolada, quanto em conjunto, com observância das informações analisadas sobre as causas de insegurança local. Podendo ser citadas várias ações dentre cada uma dessas vertentes como: Redes de Segurança, Projetos de Segurança, Grupamento de Proteção Ativa e Recobrimento policial (PARÁ, 2021).

O 2º BPM, para desenvolvimento do Método IARA, faz o monitoramento das ações implementadas com utilização de indicadores diversos, os quais não se limitam a mera contabilização de crimes registrados em determinado período na circunscrição da unidade policial militar, de forma que abrange outros aspectos da atuação desta unidade, com enfoque às ações preventivas, como a Mobilização Social². Esta norma ainda definiu 04 (quatro) grupos de indicadores a serem construídos para monitoramento das ações, a saber: indicadores de proximidade; indicadores de inteligência; indicadores de resolução

² “A mobilização social representa a compreensão de que é necessária a participação social no processo de segurança comunitária, a partir do envolvimento dos diversos atores sociais na construção de estratégias e ações para neutralização e/ou minimização dos fatores contribuintes que oportunizam ou potencializam a violência e o crime.” (PARÁ, 2021, p. 5)

de problemas; indicadores de prevenção e repressão qualificada (PARÁ, 2021, p.33), conforme definições contidas no **Quadro 2**:

Quadro 2 – Grupos de indicadores do Plano de Atuação Integrada TERPAZ PMPA

Indicadores	Definição normativa
De Proximidade	[...] são aqueles relacionados a todos os esforços desenvolvidos pela PM para promover a interação da Instituição junto à comunidade atendida, por meio da participação e do engajamento dessa nas iniciativas e ações voltadas à melhoria da segurança comunitária. (PARÁ, 2021, p.34)
De Inteligência	[...] são os indicadores voltados ao monitoramento do nível de conhecimento produzido, compartilhado ou difundido no processo de polícia de proximidade que tornam a performance das unidades de execução operacional melhor. (PARÁ, 2021, p.34)
De resolução de problemas	[...] são indicadores que expressam o resultado do trabalho da polícia militar, seja integrada com outros órgãos, seja com a sociedade civil organizada ou, com outros atores sociais. Por ocasião da resolução de problemas identificados, estudados e que sofreram a ação de medidas mobilizadas pela PM e que afetavam à segurança comunitária. (PARÁ, 2021, p.34)
De prevenção e repressão qualificada	[...] são todos os indicadores utilizados para monitorar os demais esforços na área de policiamento que visam à prevenção ou à repressão da violência e do crime, da desordem e do medo, sobretudo, àqueles relacionados aos crimes a serem monitorados prioritariamente pelo SIEDs. (PARÁ, 2021, p.34)

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Plano de Atuação Integrada TERPAZ PMPA, 2021.

Apresentada a metodologia de forma sintetizada, esta pesquisa acadêmica segue a apresentação da metodologia empregada, para posterior apresentação de resultados e discussões acerca do emprego do Policiamento Ostensivo Direcionado - POD no âmbito do 2º BPM no período definido nesta pesquisa.

3 Metodologia

O presente estudo optou como metodologia, por uma pesquisa aplicada e mista, pois tem como objetivo construir conhecimento para solucionar um problema prático na área de segurança pública, com emprego de dados tanto quantitativos, quanto qualitativos,

e também, quanto aos objetivos, uma pesquisa descritiva, já que descreveu um fenômeno social na Polícia Militar do Pará (GIL, 2002).

A pesquisa tem como *locus* os bairros de Nazaré, Umarizal, Reduto, Campina, Cidade Velha, Batista Campos, São Braz e Fátima da Cidade de Belém, com a atuação do 2º Batalhão de Polícia Militar do Pará - 2º BPM. Houve levantamento de dados no Sistema de Informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SISP/SEGUP, Sistema Integrado de Gestão da Polícia Militar do Pará – SIGPOL e base de dados do NEAC do 2º BPM do período de dezembro de 2019 a novembro de 2020 – período de aplicação do POD (PRODANOV; FREITAS, 2013), bem como coleta de dados bibliográficos em artigos acadêmicos, livros e legislação em vigência sobre o tema da pesquisa.

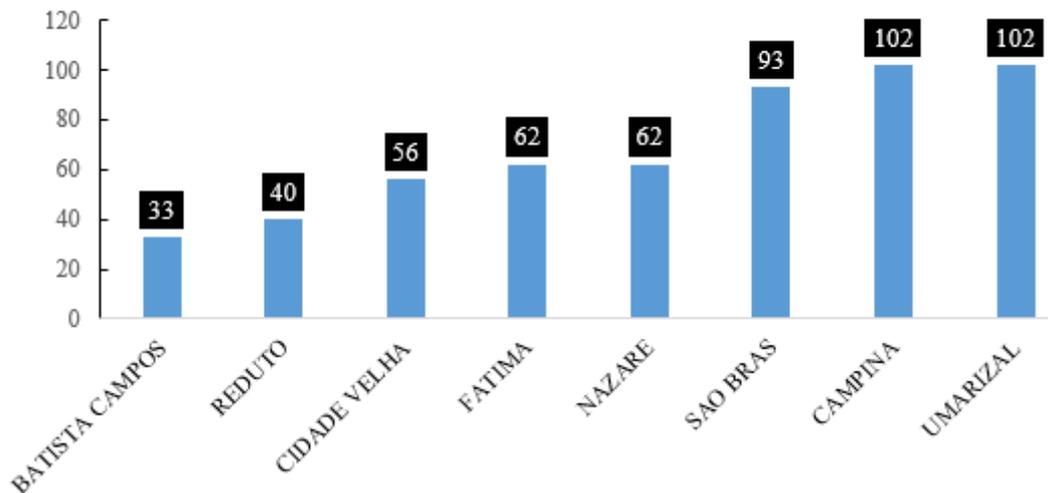
Após à coleta de dados, foi realizado um procedimento de análise de dados por meio de tratamento qualitativo (BOLFARINE; BUSSAB, 2005), quanto aos dados obtidos das fontes documentais e análise estatística (BUSSAB; MORETTIN, 2017), quanto aos dados coletados na base de dados do SISP, SIGPOL e NEAC/2º BPM.

Para a análise estatística, utilizou-se a técnica de apresentação de dados por intermédio de gráficos, os quais facilitam a visualização e entendimento dos dados colhidos (BUSSAB; MORETTIN, 2017), para ao final ser estabelecida a discussão de resultados.

4 Resultados

A partir dos dados levantados nas diversas bases citadas na metodologia (SISP, SIGPOL e NEAC/2º BPM), para fins de caracterização, verificou-se que:

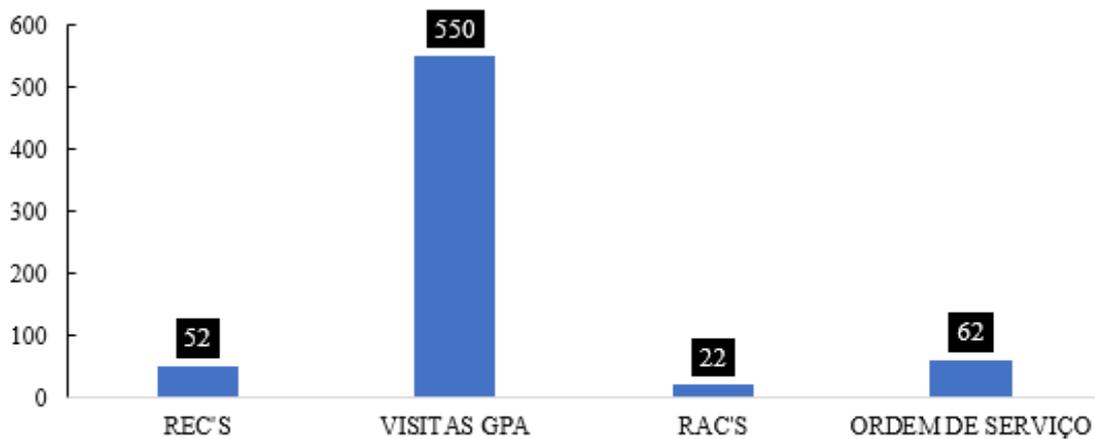
Figura 4 – Quantitativo de Visitas de Proximidade e Segurança realizadas nos bairros da circunscrição do 2º BPM no período de dezembro de 2019 a novembro de 2020



Fonte: 2º BPM, PMPA, 2021.

Com base na **Figura 4**, tem-se que Visita Técnica de Prevenção - procedimento inerente à vertente Prevenção Especial - aplicada pelo 2º BPM teve sua maior quantidade nos bairros da Campina (mais nobre, com concentração econômica e vida noturna intensa), Umarizal (que concentra maior número de estabelecimentos comerciais e bancários) e São Braz (bairro nobre com intenso fluxo de pessoas de Belém de outras cidades, haja vista, onde está localizado o terminal rodoviário da cidade). Esta atuação ocorreu mediante monitoramento da necessidade cada bairro, conforme orientam Oliveira (2006) e Clarke e Eck (2020).

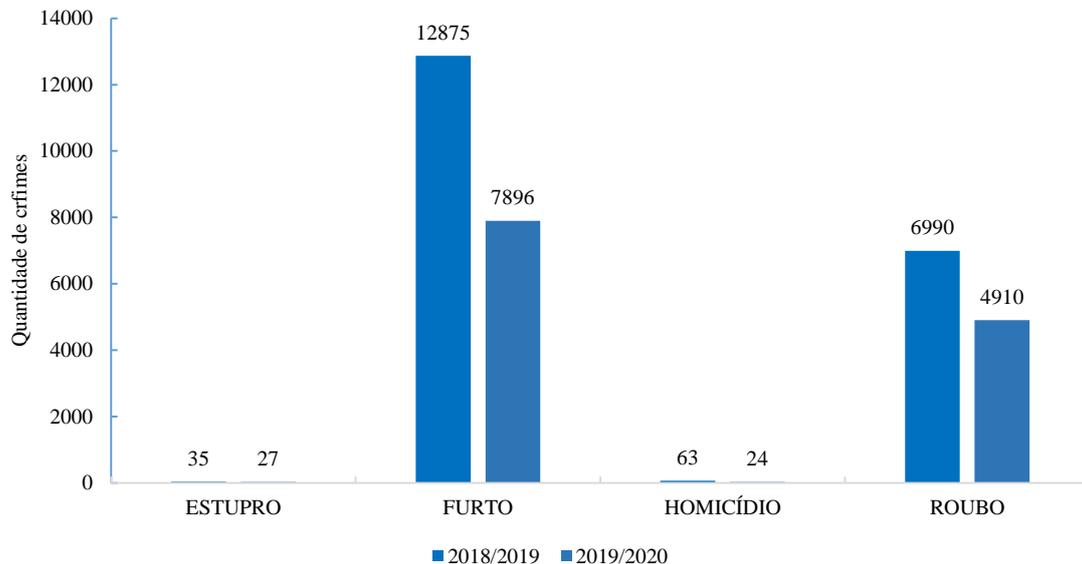
Figura 5 – Quantitativo de produtos de gestão da informação e planejamento no período de dezembro de 2019 a novembro de 2020 produzidos pelo 2º BPM



Fonte: 2º BPM, PMPA, 2021.

No tocante a gestão da informação como premissa do POD, na **Figura 5** fica evidenciada a produção de conhecimento das ações realizadas pelo 2º BPM, de modo que além da análise de dados (52 RECs e 22 RACs), houve adequado planejamento (62 ordens de serviço) e atuação ostensiva e preventiva do Grupo de Proteção Ativa – GPA com 550 Visitas de Proximidade e Segurança, conforme procedimento padrão previamente estabelecido, atendendo tanto a vertente de Prevenção Especial quanto de Mobilização Social (Defesa Social), de modo que a articulação da mobilização mediante a realização das visitas, propiciou redução dos índices criminais (RUEDIGER; RICCIO, 2009).

Figura 6 – Quantitativo de crimes registrados no período de dezembro de 2018 a novembro de 2020 na circunscrição do 2º BPM



Fonte: 2º BPM, PMPA, 2021.

Conforme demonstrado no gráfico constante da **Figura 6**, verifica-se que aplicação das vertentes do Policiamento Ostensivo Direcionado no 2º BPM a partir do mês de novembro de 2019 até novembro de 2020, comparativo ao mesmo período do biênio 2018/2019 (de novembro a novembro destes anos), fica demonstrando que houve redução de 38,6% nos crimes de furto, de 29,7% nos crimes de roubo, de 22,8% nos crimes de estupro e redução de 61,9% nos crimes de homicídio.

O direcionamento do enfoque preventivo, de acordo com os levantamentos de dados, claramente corrobora a eficiência do Policiamento Orientado à Solução de Problemas, mediante a aplicação do POD, semelhante ao que ocorrera em Santa Catarina, como ficou patente na pesquisa de Moraes e Vieira (2015)

Os resultados da **Figura 6** demonstram a eficiência das metodologias de análise criminal, destacadas por Dantas (2000) e Gottlieb (1998), em conjunto com a atuação preventiva pontual na mobilização, com ações de prevenção ativa e repressão qualificada (OLIVEIRA, 2006; CLARKE; ECK, 2020).

Na aplicação do Policiamento Ostensivo Direcionado – POD no 2º BPM, pode-se compreender que esta metodologia contribuiu para:

1. Gestão eficiente e eficaz dos recursos do policiamento (pessoas, logística, equipamentos, recursos financeiros, informação, material bélico e outros);
2. Maior interação com a comunidade local, que levou a intensa participação com informações, confiabilidade e credibilidade da PMPA e por conseguinte do SIEDS;
3. Redução dos índices dos crimes de maior impacto social;
4. Atendimento mais profissionalizado, com adoção de padrões operacionais e administrativos.

5 Conclusões

A utilização do processo de Policiamento Ostensivo Direcionado – POD pelo 2º Batalhão de Polícia Militar no período de 2019 e 2020, enquanto método de gestão em segurança pública, propiciou resultados eficientes na atividade finalística desta unidade policial militar na sua área de circunscrição, com aumento da atividade preventiva da unidade operacional e integração com comunidade, refletindo na redução de criminalidade no período citado e aumento da confiança e credibilidade da Polícia Militar do Pará frente aos municípios.

Na aplicação do POD, houve atendimento da política de estado em relação à segurança pública, ultrapassando o fazer tradicional (e por vezes não eficaz), normalmente caracterizado por ações não planejadas, como emprego de policiais militares somente em rondas e com enfoque em práticas eminentemente repressivas sem o rigor técnico.

Esta metodologia tem como premissa a coleta adequada de dados e informações de várias fontes e estudo sistemático e técnico dos fatores que causam a violência e ações delituosas, para tomada de decisão do gestor da unidade e aplicação de medidas adequadas a cada situação, com emprego de metrificação técnica do esforço despendido (pessoas, logística e finanças) e dos resultados, por meio de indicadores.

Assim, do que foi apresentado nesta pesquisa acadêmica, constata-se a necessidade de estabelecer o Policiamento Ostensivo Direcionado – POD não somente nas áreas atendidas pelo Política de Inclusão Social e Redução da Violência– “Territórios pela Paz”, devendo ser implementado em todas as unidades policiais militares do Estado do Pará. Deve-se também capacitar profissionais quanto aos procedimentos de atuação

operacional, às técnicas e às ferramentas tecnológicas de coleta e análise de dados, bem como estruturar os NEACs e GPAs em todas as unidades operacionais, pois desta forma o planejamento e execução das atividades ostensivas da Polícia Militar do Pará poderão ser eficientes e contribuir sobremaneira para a redução de conflitos, crimes e desordens públicas no Estado do Pará.

Referências

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. **Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a [Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994](#), a [Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001](#), e a [Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007](#); e revoga dispositivos da [Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012](#)**, Brasília. 2018.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CLARKE, Ronald V.; ECK, John. E. **Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos**. Trad. Alessandro Souza Soares. Abingdon: Routledge, 2020.
Disponível em: <<https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/library/reading/PDFs/60steps-portuguese.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DANTAS, G. F. L. **Algumas considerações básicas acerca da moderna “análise criminal”**, [2000]. Disponível em: <<http://policiaeseguranca.hpg.ig.com.br/basicas.htm>> Acesso em 19 out 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOTTLIEB, S. **Crime analysis**. Califórnia: Alpha Publishing, 1998. 596p.

MORAIS, Igor Araújo Barros; VIEIRA, Thiago Augusto. Policiamento Orientado à Solução de Problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – Brasil. **Revista Brasileira Segurança Pública. São Paulo**, v.9, n.1, p. 232-248, Fev/Mar, 2015.

OLIVEIRA, José Ferreira de. **As políticas de segurança e os modelos de policiamento: a emergência do policiamento de proximidade**. Coimbra: Almedina, 2006

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará nº 001/2014 DGOp/PMPA**, Belém. 2014.

_____. Polícia Militar do Pará. **Plano de Atuação Integrada TERPAZ PMPA (2021)**. Publicado no Aditamento ao BG nº 032 II, de 16 FEV 2021. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/pub-2/bg-e-adit/category/1613-fevereiro.html>> Acesso em: 30 mai. 2021.

_____. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Pará. Lei Complementar Nº 053, de 07 de fevereiro de 2006. **Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA, e dá outras providências**, Belém. 2006.

_____. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar. **Plano estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025**. Estado Maior da PMPA. 6ª seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. PMPA-2015.

_____. **SIGPOL - Sistema Integrado de Gestão Policial**. Centro de Inteligência – CInt. Belém: PMPA, 2021.

_____. **SISP - Sistema Integrado de Informação de Segurança Pública**. Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal –SIAC. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Belém: SEGUP, 2021.

_____. **NEAC – Núcleo de Estatística e Análise Criminal**. 2º Batalhão de Polícia Militar. Belém: PMPA, 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernane Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUEDIGER, Marco Aurélio; RICCIO, Vicente. Mídia, Estado e Sociedade Civil: a mobilização social na segurança pública pelo Disque-Denúncia. 107-128p. In: OLIVEIRA, Fátima Bayma de; ZOUAIN, Deborah Moraes; RUEDIGER, Marco Aurélio; RICCIO, Vicente (Orgs.). **Desafios da gestão pública de segurança**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 284 p.

GESTÃO E INOVAÇÃO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DE AUTORES EUROPEUS, NORTE- AMERICANOS E BRASILEIROS

Hinton Hennington Portilho Bentes Neto

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação – Universidade Federal do
Pará – UFPA – hinton.neto@icsa.ufpa.br*

Yasmin Cantuária Moutinho dos Santos

*Graduanda, Engenharia de Bioprocessos –
Universidade Federal do Pará – UFPA –
yasmin@amazoniatec.com.br*

Aline Christian Pimentel Almeida Santos

*Professora do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação – Universidade Federal do
Pará – UFPA – alinecpas@ufpa.br*

RESUMO: O presente artigo vem com o objetivo de realizar um levantamento bibliométrico analisando a relação de artigos científicos sobre o encadeamento gestão financeira, ciência da informação e suas relações com resíduos sólidos urbanos sobre a governança pública estudando os principais autores alemães, norte americanos e brasileiros. Analisou-se 45.184 trabalhos, sendo mapeado nacionalidade dos métodos bibliométricos de análise de citação, análise de co-citação, acoplamento bibliográfico de 79,44% trabalho norte-americanos, 16,14% trabalhos brasileiros e 15,66% trabalhos alemães, entre a última década do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI nesta área segundo o Google Scholar e o modelo estatístico descritivo para as médias. Dentre os resultados foi possível concluir que este estudo exploratório inicial sobre o tema que ainda há um campo significativo para ser estudado, tanto para os o crescimento do número de autores, uma vez que a temática é transdisciplinar elencando a uso de territórios para empreendimentos e aplicações tributárias nos Estados Unidos, como processos de gestão eficiente propostos na Alemanha e análises da legislação vigente no Brasil, isso demonstra que as revisões qualitativas da literatura precisam ser constantemente atualizadas e diversificadas sobretudo no campo das gestão pública, financeira, ambiental e das ciências da informação.

Palavras-chave: Bibliometria, Google Scholar, Resíduo Sólidos, Gestão Pública

1 Introdução

A segunda metade do século XXI tem se mostrado bastante distintiva ao que se refere as áreas da gestão financeira e ciência da informação para as organizações públicas

e privadas em todo o mundo tendo em vista os impactos que surgiram neste período oriundos das crises econômicas e a pandemia gerada pelo Sars-CoV, desta forma analisando o caso específico brasileiro, ainda é preciso equacionar melhor seus óbices financeiros, conforme o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA)¹ que apresenta uma taxa crescimento de 124% e da dívida líquida do setor público de 18%.

Mas para que seja possível realizar projeções e projetos futuros de gestão e inovação, devemos compreender que a realização de um compendio dentre os aprendizados do passado é uma ação extremamente relevante tanto para a academia, como para as esferas públicas e privadas, visando contribuir tanto com o crescimento do mapeamento científico como na busca de boas práticas através de uma combinação de resultados de abordagem quantitativa identificando os principais autores de uma determinada linha conhecimento e qualitativa utilizado para questões específicas, voltadas ao desenvolvimento e estrutura da ciência, conforme Zupic e Carter (2015).

Ao estudar boas práticas de governança pública para a elaboração deste trabalho buscou-se identificar quais estudos e autores teriam uma perspectiva de ligação entre a gestão financeira, ciência da informação e resíduos sólidos seriam relevantes para a consolidação de conceitos modernos e tradicionais visando ampliar o leque de possibilidades para o cruzamento de estudos multidisciplinares aspirando assim consolidar a base presente, sobre uma análise do que fora trabalhado para com isso gerar novas possibilidades de estudos futuros como proposto por Pinheiro, Valério (2020) e em Saldanha (2016).

A inovação tecnológica e a ciência da informação, como a conhecemos nesta segunda década do século XXI, pode ser atribuída a visão de Paul Otlet (1989) que ainda no final do século XX afirmou que a ideia de reunir e correlacionar múltiplas formas de conhecimento aleatoriamente deveriam ser produzidas e reproduzidas para toda a sociedade pois assim seria possível identificar, através de questões norteadoras, quais seriam as melhores soluções para problemas políticos, ambientais e sociais como um todo

¹ Boletim FOCUS publicado em 21 de maio de 2021

de forma a compartilhada e de fácil acesso a toda a sociedade como analisado por Pinheiro, Valério (2020), Belkin, Robertson (1976) e Borko (1968).

Cada país no mundo teve sua contribuição para com o desenvolvimento da ciência, gestão pública e tecnologia que conhecemos no século XXI, todavia apesar de os Estados Unidos desempenharem o papel mais proeminente na questão das publicações de trabalhos dentro destas áreas do conhecimento, existem no mundo peculiaridades dentre os problemas que vão muito além das questões debatidas pelos norte-americanos, desta forma a busca de se traçar paralelos entre as pesquisas mundiais são necessárias para que haja uma visão ampliada das necessidades humanas, conforme visto em Araújo (2003), Saracevic (1991) e Farradane (1979).

A questão norteadora desta pesquisa após identificar em um Big Data de acesso mundial gratuito, a relação existente entre os principais autores de língua portuguesa brasileira, norte-americana e alemã que estudam as áreas de gestão financeira, ciência da informação e resíduos sólidos aplicados as melhores práticas de governança pública conjuntamente, identificando assim seus pontos de convergência.

Logo o presente artigo tem como objetivo geral identificar os principais autores brasileiros, norte-americanos e alemães mais citados dentro Google Scholar que publicam trabalhos nas áreas de gestão financeira, ciência da informação e resíduos sólidos que são aplicados na área da gestão pública.

Tendo dois objetivos específicos, sendo o primeiro identificar os três principais autores de cada país que tratam do assunto e o segundo analisar a relação entre autores brasileiros, para com os norte-americanos e dos brasileiros para alemães.

Desta forma a reunião de estudos voltados a gestão financeira, ciência da informação e resíduos sólidos de forma bibliométrica se faz essencial para mapear os principais autores destes temas que tem influenciado gerações com seus trabalhos no século XX e no início do século XXI e identificar como estes autores trabalham com estes temas de forma transversal e se existe uma relação entre os trabalhos.

2 Referencial teórico

A gestão pública, que é o ponto chave da presente pesquisa, tem influencia direta na vida do cidadão brasileiro nas mais diferentes formas e esferas, contudo vamos nos ater no presente trabalho a demonstração da interrelação entre os temas de ciência da informação, gestão financeira e resíduos sólidos buscando relacionar estes temas com os principais autores.

Quando as primeiras compilações de estudos ocorrem para a união de ideias e conceitos escritos sobre um determinado assunto a proposta surge para facilitar a disseminação das informações de forma matemática e estatística, dando a possibilidade da expansão destes relatos de forma individualizada e pontual para um contexto mais amplo e com isso estes modelos chegaram a balizar o que hoje é conhecido como a bibliometria, tendo assim a informação científica como seu foco principal.

Auxiliando este contexto é possível compreender que a ciência da informação não se trata de recuperação e preservação de dados, ela se apresenta muito além deste contexto, uma vez que ela pode ser baseada em estudos das relações humanas com a informação e dos mecanismos de comunicação segundo Shera, Cleveland (1977) e para este trabalho especificamente o contexto a ciência da informação se baseia na diminuição da exiguidade de estudos investigando assim as interações e intercorrências de áreas combinadas conforme proposto por Vitorino (2020).

É importante que após os insights para estudos, seus projetos sejam desenvolvidos de forma coesa e estruturada uma vez que a base de estudos bibliométricos vem através da agregação de informações elaboradas por outros estudiosos que também estudam a temática e externam seus resultados em meio aos seus estudos, citações, suas menções e cooperação em outros estudos conforme Zupic e Cater (2015) ferramentas e técnicas estas essenciais para pesquisas em big datas contemporâneos visto em Medeiros, Monteiro e Brauer (2020).

Seguindo esta linha a composição do presente trabalho se baseou na análise comparativa de dados de Big Data do Google Scholar dos principais autores do tema, buscando analisar estatisticamente, não deixando de dar ênfase na relação entre os temas

tendo a identificação e a teorização lógico-dedutiva das propostas realizadas pelos autores.

Sendo que o levantamento dos pontos focais e termos conectores dentro da análise Big data foi realizado através do modelo netnográfico proposto por Arruda Filho e Gammarano (2019), onde o principal canal de aplicação foram o mapeamento dos autores mais citados em pesquisas do Google Scholar que estivessem com trabalhos alinhados com os temas.

Este estudo se baseia no conceito de inovação proposto por Gabriel Junior; Sousa e Silva (2020) uma vez que processo da pesquisa da atividade técnica é de caráter exploratório bibliométrico e sua concepção surge do elance entre gestão pública, ciência da informação, gestão financeira e resíduos sólidos, além do seu desenvolvimento que é buscando analisar três países de continentes diferentes, europeu (Alemanha), norte-americano (Estados Unidos) e sul-americano (Brasil).

Tendo em vista a possibilidade de ter um leque de opções muito grandes, optou-se por utilizar a definição de organizações ambientalmente sustentáveis apresentada por ABNT (2014), ABNT (2015) seguindo a legislação vigente, identificando também o contexto proposto por Barbieri (2011) analisando o contexto de inovação dentro dos processos e de gestão ambiental.

3 Metodologia

A questão bibliométrica é o modelo que tem se consolidado em modelos de estudos combinatórios como este, analisando diferentes temas desde que tenham objetivos comuns entre si, construindo com isso uma avaliação da literatura mais estruturada e coesa vide em Zupic e Cater (2015).

Este trabalho é baseado em um levantamento realizado em 05 etapas visando cobrir na 1ª etapa, a realização da identificação dos pontos focais mais modernos das duas últimas décadas do século XX e as duas primeiras do século XXI conforme Shera, Cleveland (1977); Saracevic (1991) dentro das áreas de ciência da informação, gestão financeira e resíduos sólidos aplicados a gestão pública.

Na etapa 2ª realizou-se o mapeamento dos principais trabalhos citados no Google Scholar por se tratar de uma das principais fontes de informações online existentes no mundo e com acesso gratuito visto em Saldanha (2016), Pinheiro; Valerio (2020) e a aplicação ocorre na etapa 3ª, onde o modelo de análise de dados levantados processos de identificação bibliométrica entre os principais autores brasileiros, norte-americanos e alemães que escreveram trabalhos com temas de gestão financeira, ciência da informação e resíduos sólidos de forma interligada seguindo a proposta de Snelson (2016) e Medeiros, Monteiro, Brauer (2020).

Já na etapa 4ª, realizou-se comparações entre os dados encontrados utilizando um método estatístico descritivo mapeando os 65 principais autores dos temas em questão consonante com o método apresentado em Kozinets (2002); Borko (1968); Belkin, Robertson (1976) e finalizando o processo com a 5ª etapa, realiza-se as conclusões sobre a utilização da ferramenta mapeando os 03 principais autores brasileiros, norte-americanos e alemães e suas relações de acordo com o estudo proposto por Yin (2016) e Farradane (1979).

Figura 1. Etapas no processo de pesquisa



Fonte: Adaptado de Kozinets (2002) e Snelson, C. L. (2016)

Demonstra-se graficamente o processo de produção do presente trabalho levando em considerações os autores referenciados na figura 1, a demiurgia do presente estudo surge com um projeto de pesquisa quantitativo realizado através de dados primários, onde propõe-se um mapeamento dos principais autores brasileiros, norte-americanos e alemães mais citados em trabalhos científicos que publicaram trabalhos que englobam áreas de gestão financeira, ciência da informação e resíduos sólidos em seus artigos e estão presentes no Google Scholar na pesquisa realizada entre os meses de março, abril e maio de 2021, na qual fora identificado 195 autores, destes foram mapeados 65 de cada nacionalidade.

Importante destacar que este modelo combinatório de temas em um único trabalho ocorre de modo experimental de caso único, sendo assim um modelo hodierno dos métodos propostos por Yin (2016) que visa utilizar uma ou mais áreas do conhecimento para se pesquisar e com isso levantar o maior número de informações possíveis para solidificar a pesquisa.

Tendo em vista a questão proposta no presente trabalho optou-se por utilizar um teste estatístico descritivo que é empregado para identificação de eventuais discrepâncias entre as médias das amostras, no caso a população são as nacionalidades dos autores e a quantidade são o número de citações deles, buscando com isso o valor paramétrico relevante ou não modelo estatístico consoante com Guerrero (2019).

4 Resultados

Os resultados encontrados neste trabalho denotam um vasto campo ainda a ser amplamente explorado dentro do modelo de estudo bibliométrico que pode ser aplicado de forma estatística e aplicado através de métodos matemáticos mapeando a produção científica destas áreas do conhecimento de acordo com o interesse do pesquisador.

Ao analisar os três principais autores de cada nacionalidade, foi possível identificar que os trabalhos norte-americanos somam 6.637, os brasileiros 1.850 e trabalhos de origem alemã totalizam 1.913 demonstrando com isso uma diferença de apenas 63 citações diretas de trabalhos brasileiros, conforme indicado no quadro a seguir.

Tabela 1 – Principais Autores e Quantidade de Citações

<i>Citações</i>	<i>AUTORES</i>	<i>NACIONALIDADE</i>
3458	D Gordon	Norte-americana
1689	SM Al-Salem, P Lettieri, J Baeyens	Norte-americana
1490	G Tchobanoglous, F Kreith	Norte-americana
891	FW Taylor	Alemã
730	JHP Monteiro	Brasileira
636	C Schmitt	Alemã
561	MLM Granziera	Brasileira
559	PR Jacobi, GR Besen	Brasileira
386	J Bogumil, L Holtkamp	Alemã

Fonte: Google Scholar

O objetivo deste momento do trabalho é de compreender o impacto que os autores individualmente têm nos processos de criação, procura e uso de informações publicadas por eles em outros trabalhos, identificando suas origens e estudos.

Após a identificação dos principais autores de cada país estudado foi identificadas as publicações realizadas por eles e contextualizada após uma análise de como está descrito a relação da gestão financeira, conjuntamente com a ciência da informação na questão dos resíduos sólidos dentro da gestão pública.

Tabela 2 – Análise das áreas temáticas do trabalho

Area de Estudo	Autor	Análise
Gestão Financeira, ciência da informação, resíduos sólidos e gestão pública norte americana	Gordon (2000)	O autor analisa um contexto da legislação municipal aplicada as taxas referentes aos resíduos sólidos e uso ambiental (solo, poluição etc.) para obter uma licença de operação de pessoa jurídica uma cidade americana
Gestão Financeira, ciência da informação, resíduos sólidos e gestão pública alemã	Taylor (1922)	Um contexto empresarial é apresentado do início do século XX que serve de base para criação de processos e evolução de boas práticas passando do uso caroços de frutas, resíduos da cozinha e organização de modelos de comissões que viraram exemplos para instituições do Estado, principalmente o Ministério da Fazenda.
Gestão Financeira, ciência da informação, resíduos sólidos e gestão pública brasileira	Monteiro (2001)	Neste material é possível encontrar um contexto mais jurídico sobre a temática, uma vez que a proposta é de utilizado como instrumento didático nos programas de treinamento e capacitação em Gestão de Resíduos Sólidos, para agentes financeiros e operadores destes serviços tanto na esfera pública como particular.

Fonte: Autores

É possível identificar uma questão de alinhamento com as ideias e procedimentos de estudo e aplicação, uma questão interessante que vale a pena demonstrar é de que tanto o autor americano Gordon (2000), como Monteiro (2001) publicaram seus trabalhos mais relevantes no início do século XXI e o autor alemão Taylor (1922) por sua vez foi na segunda década do século XX.

Outra questão interessante a se relatar é de que a diferença numérica pode ser considerada desprezível uma vez que ao totalizar a quantidade de citações de trabalhos, os autores brasileiros possuem 7.294 e os alemães 7.075 gerando assim uma diferença significativa de 219 trabalhos brasileiros citados a mais.

Tabela 3 – Estatística descritiva entre autores dos países

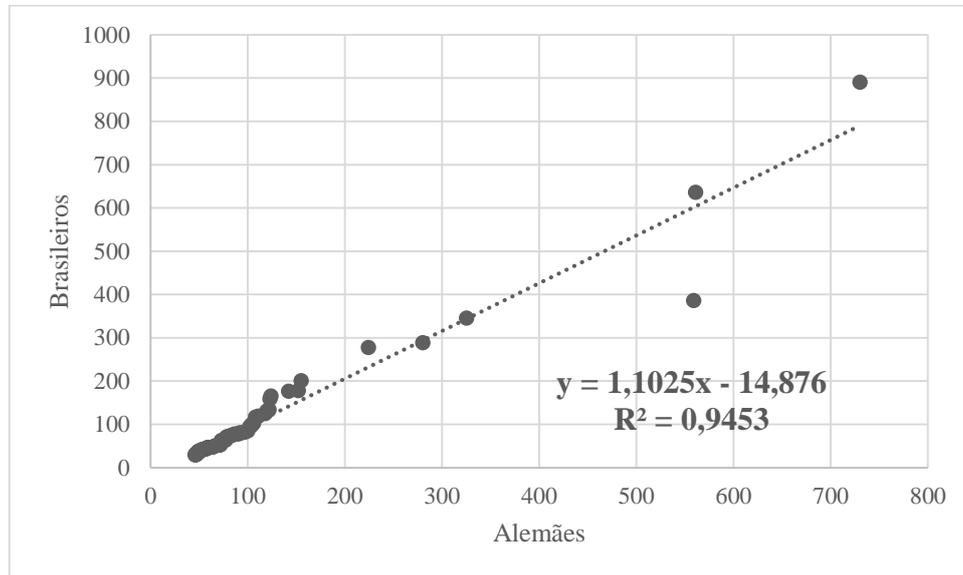
<i>Estatística Descritiva</i>	<i>BRASIL</i>	<i>EUA</i>	<i>ALEMANHA</i>
Média	112,2	552,2	108,8
Erro padrão	15,4	59,7	17,5
Mediana	76	367	64
Modo	57	334	47
Desvio padrão	124,1	481,4	140,7
Variância da amostra	15400,7	231713,5	19803,6
Curtose	13,5	20,8	17,1
Assimetria	3,6	4,0	3,8
Intervalo	684	3173	861
Mínimo	46	285	30
Máximo	730	3458	891
Soma	7294	35894	7075
Contagem	65	65	65
Maior (1)	730	3458	891
Menor (1)	46	285	30
Nível de confiança (95,0%)	30,8	119,3	34,9

Fonte: autores

Dentre os resultados obtidos na análise realizada é interessante uma assertividade muito próxima entre os três países (Brasil, EUA e Alemanha) além de um nível de confiança bastante elevado no resultado. Pesquisas como estas demonstram que o mercado editorial mundial possui muito espaço a ser explorado pelos autores brasileiros, uma vez eles estejam alinhados com temáticas modernas e buscando se atualizar sobre os temas de relevância não apenas localmente, mas sim observando panoramas mundiais.

A análise estatística realizada entre a quantidade de citações dos autores mostra que foi possível identificar uma correlação positiva e alta entre os autores brasileiros e alemães, demonstrando com isso uma alta interação entre os principais indicadores, assim demonstra que no caso brasileiro estão alinhados, com a proporcionalidade de importância entre os principais autores das demais nacionalidades Neter, Wasserman (1974).

Gráfico 1 – Dispersão da Relação de Autores Brasileiros e Alemães



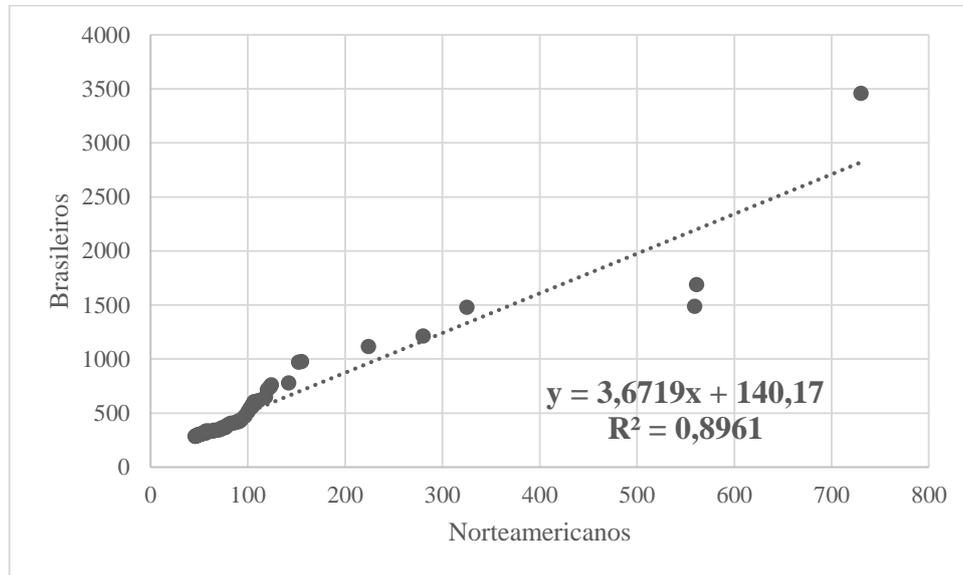
Fonte: autores

Estudos sobre cadeias eficientes da gestão pública, financeira, ambiental e das ciências da informação são o objetivo desta pesquisa e conforme a demonstração do gráfico 1 é possível identificar a existência de uma relação positiva e bem forte entre as duas variáveis, ou seja, tanto os autores brasileiros como os alemães tendem a estar alinhados com as temáticas de estudo no que se refere a quantidade de trabalhos e importância de estudos na plataforma Google Scholar.

Para se obter um mapeamento mais eficiente e mensurável dentro destas questões é importante salientar a importância de que os autores, tanto brasileiros como alemães, estão buscando realizar projetos e publicações com o intuito de contribuir com o desenvolvimento de seus países e do mundo como um todo, uma vez que a combinação dos temas é uma forma transdisciplinar da aplicação de ensino e pesquisa na sociedade moderna.

Pode-se observar ainda a existência de um alinhamento real entre os estudos dentro das áreas de gestão financeira, ciência da informação voltados aos cuidados de resíduos sólidos no contexto brasileiro e alemão, dada a simetria de interação tanto do número de trabalhos, como a quantidade de citações encontradas plataforma.

Gráfico 2 – Dispersão da Relação de Autores Brasileiros e Norte-americanos



Fonte: autores

É possível identificar um volume bem maior no número de trabalhos citados pelos autores norte americanos na plataforma Google Scholar, conforme o gráfico 2, contudo a relação entre os trabalhos brasileiros e norte-americanos, segundo os dados da pesquisa, demonstram uma relação forte e positiva dentre as variáveis.

Todavia é interessante a demonstração existente entre o foco dos autores brasileiros e norte-americanos com os temas de desenvolvimento social e técnico para a área pública, como na sustentabilidade financeira e ambiental colaborando desta forma com a expansão das ciências da informação sobre estas áreas do conhecimento.

Mesmo que indicadores de volume de publicação ainda sejam uma diferença elevada, no contexto brasileiro, uma vez que os trabalhos aqui analisados estão na língua nativa, apresentam a possibilidade de expansão da transdisciplinaridade não apenas entre as áreas, mas entre os autores.

5 Conclusões

Pode-se concluir neste trabalho que podemos rejeitar a hipótese de insignificância tanto entre as médias de citações de trabalhos brasileiros com alemãs, assim como os trabalhos brasileiros frente os norte-americanos, uma vez que o resultado do teste de erro

ponderado utilizado foi mínimo e proporcional respectivamente aos graus de liberdade da equação.

Mas além da questão estatística propriamente um ponto importante a ressaltar neste trabalho é o aporte que estudos iniciais como estes podem oferecer a governança pública, pois quando analisamos os principais estudos de ciência da informação, gestão financeira e resíduos sólidos relacionados com a gestão pública é que no caso americano é possível identificar que mesmo uma empresa com utilidade pública não pode receber empréstimos públicos, assim como o município está proibido de reembolsar proprietários de áreas urbanas e rurais pela desvalorização de suas imóveis resultante da operação de instalações da empresa apresentada no caso, mas a empresa está liberada caso tenha necessidade de negociar individualmente ou coletivamente com os cidadãos que desejem, desta forma podemos identificar uma aplicação de gestão de informação eficiente tanto na questão de eventuais sinistros ambientais, como financeiros para o erário público conforme visto em Gordon (2000).

Os trabalhos europeus estudados, no caso os alemães, demonstram um ponto direcionado aos cuidados com processos de base, ou seja, a questão do resultado para o trabalho é uma consequência das ações realizadas no cotidiano, o estudo mapeado como o mais citado é resultado em trinta anos de experiências sistemáticas alinhando resultados, objetivos e processos dentro das indústrias e estes resultados foram transferidos após suas adequações para o sistema da gestão pública além através da criação de indicadores de performance individuais e coletivos, organização do espaço físico, cuidado individual, segurança na informação demonstrando que o setor público pode aprender muitas coisas com o setor privado para ter resultados eficientes e eficazes de acordo com Taylor (1922).

Uma questão que vale a pena mencionar é que os principais autores brasileiros buscam fazer trabalhos mais complexos, no sentido de abordar os temas de uma forma mais completa demonstrando as origens dos termos e modelos tanto jurídicos aplicadas ao setor público, privado e ao cidadão além das disposições e destinações que devem ser dadas aos resíduos sólidos, tendo em vista que um processo de leitura como este acaba sendo cansativo, mas demonstra um cuidado maior do autor para com o leitor no sentido

de oferecer a ele um estudo mais completo e que possa atender suas necessidades em uma pesquisa como apresentado por Monteiro (2001).

Para concluir a questão da inferência estatística, podemos dizer que os norte-americanos ainda são referências consolidadas na quantidade de citações e estudos sobre a área de gestão financeira ligada a ciências da informação e resíduos sólidos urbanos com mais de 79% dos trabalhos indicados na pesquisa e pesquisa demonstrou que há uma pequena vantagem no número de citações diretas dos trabalhos brasileiros frente aos autores alemães, uma diferença de 0,48%.

Uma observação no presente experimento é que mesmo com as condições heterogêneas das amostras, dado as quantidades diferentes de citações, o sintetismo dado pelo coeficiente de variação mostra a sua influência nos resultados e com isso as médias se mostraram proporcionais frente ao desvio padrão e assimetria dos resultados.

Podemos considerar que ainda há espaço principalmente para autores brasileiros nesta área do conhecimento, uma vez que existem peculiaridades únicas, tanto tributárias como de morfologia regional no Brasil que podem ser campos de estudos ainda mais prósperos artigos qualificados e conseqüentemente gerando com isso novas citações de trabalhos brasileiros.

Referências

ARRUDA FILHO, E. J. M.; GAMMARANO, I.J.L.P.; BARRETO, I. A. **Technology-driven consumption: digital natives and immigrants in the context of multifunctional convergence**. Journal of Strategic Marketing, v. 1, p. 1-25, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001:2015**. Sistemas de gestão ambiental — Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14040:2009** Versão Corrigida: 2014. Gestão ambiental - Avaliação do ciclo de vida - Princípios e estrutura. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. **A ciência da informação como ciência social**. Ci. Inf., v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BELKIN, Nicholas J., ROBERTSON, Stephen E. **Information Science and the phenomena of information.** JASIS, v.27, n.4, p.197-204, July/August, 1976.

BORKO, H. **Information Science: what is it?** American Documentation, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BUCKLAND, Michael K.. **What is a “Document”?** Historical Studies in Information science Medford, 215-220, 1998.

FARRADANE, J. **The Nature of information.** Journal of information science principles & practice, v. 1, n. 1, p. 13-17, apr. 1979.

GABRIEL JUNIOR, R. F.; SOUSA, A. T. de; SILVA, M. C. da. Inovação na Ciência da Informação: análise da produção científica na BRAPCI. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/ci.v23.60284. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/60284>. Acesso em: 2 set. 2021.

GORDON, A.T.; BRUEN, T.M.; MILER, D.J. Solid Waste Management. **New York State Assembly, Sheldon Silver, Speaker Legislative Commission on State-Local Relations Assemblymember Tim Gordon, Chair.** 2000. <https://nyassembly.gov> Acesso em: 2 set. 2021.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016

KOZINETS, R. V. **The Field behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities.** Journal of Marketing Research. 2002.

MEDEIROS, I.; MONTEIRO, P.; BRAUER, M. **Análise das bibliométricas em administração na base Spell: uma bibliométrica de bibliométricas nacionais.** vianna sapiens, v. 11, p. 77-96, 2020.

MIKHAILOV, A I., CHERNYI, A. I., GILYAREVSKI, R. S. **Informatic, a new name for theory of scientific information.** Naukno-Tekhnicheskaya Informatsiya, n. 12, p.35-39, 1966.

MONTEIRO, J.H.P. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos.** coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

NETER, J. & WASSERMAN, W. **Applied linear statistical models: regression, analysis of variance, and experimental design.** Georgetown, Richard D. Irwin, 1974

OTLET, Paul. **Traité de Documentation: le livre sur le livre. Théorie et pratique.** Liège, Centre de Lecture Publique de la Communauté Française de Belgique, 1989.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; VALERIO, Palmira Mariconi. **A produção científica brasileira como potencial indicador da adesão da comunidade científica de Ciência da Informação ao movimento de Ciência Aberta.** REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO, v. 5, p. 233-270, 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Traçados e limites da Ciência da Informação.** Ciência da Informação, Brasília: v.24, n.1, p.42-53, jan./jul.1995.

SALDANHA, Gustavo Silva. **A grande bibliologia: notas epistemológico-históricas sobre a ciência da organização dos saberes.** Transinformacao, v. 28, p. 195-207, 2016.

SARACEVIC, Tefko. **Information Science: origin, evolution and relations.** In: VAKKARI, Pertti, CRONIN, Blaise, ed. Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives. Proceedings of the International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991.

SHERA, Jesse H., CLEVELAND, Donald B. **History and foundations of Information Science.** ARIST-Annual Review of Information Science and Technology - ARIST, v.12, p.249-275, 1977.

SNELSON, C. L. **Qualitative and Mixed Methods Social Media Research: A Review of the Literature.** International Journal of Qualitative Methods. 2016.

TAYLOR, F.W. **Die Grundsätze wissenschaftlicher Betriebsführung.** Oldenbourg Wissenschaftsverlag. 1922

VITORINO, Elizete Vieira. **Competência em informação [recurso eletrônico]: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação /** Elizete Vieira Vitorino, Daniela Piantola. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2020.

INOVAÇÃO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DE OBRAS: IMPLANTAÇÃO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO - RDC NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC/PA

Nícolas Pinto Alves

Especialista. SEDUC - nicolas.alves@seduc.pa.gov.br

Lívia Donza Barroso

SEDUC - livia.donza@gmail.com

João Patrício de Lima Júnior

SEDUC - joao.pjunior@seduc.pa.gov.br.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Decreto Estadual Nº 1.974/2018 e demonstrar a sua viabilidade na aplicação das licitações na área da educação, fazendo uma comparação com a lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Pretendemos, nesta pesquisa, responder a seguinte questão: em que medida a adoção do Decreto Nº. 1.974 de 31/01/2018 contribuiu para reduzir o tempo nas licitações de obras na Secretaria de Educação do Estado do Pará? É uma pesquisa documental, pois a metodologia utilizada constitui-se em uma análise comparativa entre as duas legislações, tomando como categoria o tempo. A escolha dessa categoria se justifica em função da morosidade das licitações realizadas nos moldes da legislação de 1993. É um artigo científico que versa sobre uma nova forma de fazer licitações de obras públicas, na área de educação no Estado do Pará. Para tanto utilizamos uma abordagem descritiva e quantitativa, pois descrevemos e quantificamos o processo de trabalho contido nas duas legislações para maior clareza do que se quer demonstrar e facilitar o entendimento do leitor. O lócus da pesquisa é um órgão público, a Secretaria de Estado de Educação, de forma mais específica o seu Núcleo de Licitação – NLIC e o objeto da análise são as licitações das obras públicas de construção, ocorridas no período compreendido entre os anos de 2017 e 2018. As fontes de pesquisa são os processos licitatórios do NLIC da Seduc, a legislação estadual e federal e dados da Imprensa Oficial do Estado do Pará. A relevância deste trabalho está no fato de ser o primeiro órgão a utilizar essa nova forma de licitação, configurando-se, portanto, como um marco histórico na administração pública do Estado do Pará, significando uma inovação processual. A pesquisa traz como resultado a constatação da celeridade no processo de licitação, portanto, diminuição significativa do tempo entre abertura da licitação com o lançamento do Edital de construção de uma obra e a homologação do resultado. Com isso, houve a diminuição do tempo de análise dos processos, pois antes o NLIC deveria analisar todos os processos que fossem protocolados no setor e nesse novo modelo analisa-se somente aqueles que apresentam mais vantagens para o erário. São resultados da pesquisa que merecem destaque ainda a maior eficiência dos mecanismos presentes na RDC, o que gera contratações mais céleres, por meio de um procedimento com menos burocracia, porém com igual seriedade e ética. Outra vantagem apontada pelo estudo sobre a nova forma licitatória é a melhoria da qualidade da educação, visto que uma obra, de construção ou de reforma traz benefícios para toda comunidade escolar, aumentando

o índice de satisfação dos estudantes e de seus familiares. A abordagem teórica fundamenta-se na administração gerencial, cujo foco é o bem estar do cidadão e da cidadã e tem no Decreto 1.974 de 30 de janeiro de 2018 um exemplo. Essa nova forma de licitação recebeu o nome de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

Palavras-chave: Licitação. Celeridade. Inovação.

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Decreto Estadual N° 1.974/2018 e demonstrar a sua viabilidade na aplicação das licitações na área da educação, fazendo uma comparação com a lei N° 8.666 de 21 de junho de 1993. Ele permitiu a troca de fase onde se analisa apenas a proposta mais vantajosa, bem como a unificação de prazos de recursais contribuindo para redução do prazo de duração da licitação.

O Estado do Pará é o segundo maior Estado do Brasil, em área territorial. Possui 145 municípios conforme dados do IBGE de 2020 e de acordo com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC, 2020), o Pará possui 549.718 estudantes regularmente matriculados na sua rede de ensino, demonstrando assim sua importância social, visto que a educação contribui para a inclusão social e na medida em que esses estudantes se qualificam contribuem para o desenvolvimento do Estado.

Entre seus órgãos da administração direta está a Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC, cuja responsabilidade é zelar pela educação de qualidade para os seus cidadãos e para as suas cidadãs, sendo que, constitucionalmente compete ao Estado, de acordo com o artigo 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei” (BRASIL, Lei 9394/1996).

Para garantir o pleno funcionamento das atividades fins a SEDUC precisa desenvolver uma logística para construção, ampliação, reforma e manutenção de suas unidades administrativas e unidades de ensino. Em 2020, segundo a Secretaria de

Estado de Educação (SEDUC, 2020) existem, no Pará 844 escolas, bem como 14 unidades anexas, totalizando 858 unidades da rede de ensino estadual, que se forem realizados quaisquer serviços na sua estrutura física necessariamente, o Núcleo de Licitação da Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC será acionado. Sua importância no órgão é significativa que o mesmo, de acordo com o organograma da SEDUC, vincula-se diretamente ao Gabinete da Secretária de Educação.

Os serviços de compras nos órgãos da administração pública são cada vez mais relevantes, pois segundo Terra (2018, pag. 46), “[...] além de seu valor estratégico, o processo de compras públicas mobiliza e influencia toda a organização e ciclo socioeconômico”, haja vista o poder de compras do Estado.

O processo licitatório na SEDUC abrange os mais diversos serviços e produtos que são imprescindíveis para o desenvolvimento da educação no Estado. Além, da construção, reforma, ampliação e manutenção de toda rede física de ensino e de sua estrutura administrativa como já foi citado, compete a esse Núcleo a aquisição da merenda escolar, dos móveis, dos equipamentos e de quaisquer objeto que venha necessitar esse órgão.

No ano de 2018, a Secretaria de Educação do Estado do Pará, foi pioneira nesse processo de agilizar a forma de licitar, pois, a Lei Federal 12.462/2011 instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, porém limitava esta modalidade de licitação somente para Ciência e Tecnologia e Inovação e o Governo do Estado do Pará ao regulamentar essa lei, em nível estadual, institui o Decreto Nº 1.974, com apreciação da Procuradoria Geral do Estado – PGE, estabelece no caput do artigo 1º que: “O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) aplica-se exclusivamente às licitações e contratos administrativos necessários à realização”, ressaltando no inciso VIII – “das obras e serviços de engenharia no **âmbito dos sistemas públicos de ensino** e de pesquisa, ciência e tecnologia, possibilitando a utilização dessa forma mais célere de licitação de obras na rede pública de ensino.

É sobre essa inovação que este artigo foi elaborado, e a questão que pretendemos pesquisar é a seguinte: em que a adoção do Decreto Nº. 1.974 de 31/01/2018 contribuiu para reduzir o tempo das licitações de obras na Secretaria de Educação do Estado do Pará?

Este artigo está assim estruturado: introdução; metodologia; administração burocrática x administração gerencial: um breve histórico; procedimento licitatório: lei federal 8.666/1993 x decreto estadual 1.974/2018; licitações na Secretaria de Estado de Educação; conclusão e referências.

2 Metodologia

O presente artigo científico elaborado como resultado de uma pesquisa documental sobre uma nova forma de fazer licitações de obras públicas, na área de educação no Estado do Pará. Utilizamos uma abordagem descritiva e quantitativa, pois descrevemos e quantificamos o processo de trabalho contido nas duas legislações. Zanella (2013, p. 34) destaca que “[...] a abordagem descritiva proporciona conhecer a realidade estudada, bem como suas características e seus problemas”. Esse conhecimento mais aprofundado do objeto somente foi possível porque a pesquisa foi desenvolvida no próprio local de trabalho: Núcleo de Licitação da SEDUC, tendo como sujeitos os autores deste artigo e como objeto de análise as licitações das obras públicas de construção, ocorridas no período compreendido entre os anos de 2017 e 2018.

Para Zanella (2009, p. 77) a pesquisa quantitativa é “[...] aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis”.

A categoria de análise que utilizamos foi o tempo, isto é a celeridade processual¹, ou seja, o tempo médio de duração do processo licitatório em dias ininterruptos da abertura até a homologação dos resultados. A escolha dessa categoria se justifica em função da morosidade das licitações realizadas nos moldes da legislação de 1993.

Os dados foram sistematizados em gráficos para facilitar a interpretação, referente aos certames realizados no período de 2017 a 2018. Os números da pesquisa

¹ A Emenda n. 45/2004 à CF que acrescentou ao art. 5º o inciso LXXVIII deu ao princípio da celeridade o status de norma supra legal. O conteúdo do princípio da celeridade processual está ligado a ideia de economicidade, sendo que possui ênfase da nuance temporal, ou seja, o processo deve buscar a construção do provimento final no menor intervalo de tempo possível. (BONFIM, 2008)

trazem a comparação da celeridade processual em licitações de obras entre as modalidades de licitações Concorrência e Tomada de Preços, regulamentados pela 8.666/1993 com o RDC regido pelo Decreto 1.974/2018.

3 Desenvolvimento

3.1 *Administração Burocrática X Administração Gerencial: Um Breve Histórico*

Equivocadamente, o serviço público, em geral, é considerado por determinados usuários brasileiros como ineficiente. As alegações são as mais diversas possíveis: má qualidade no atendimento, morosidade em prestar informações, informações ambíguas. Esse sentimento, lamentavelmente, se estende também às compras públicas, tendo como fundamento, segundo (BATISTA; XAVIER; MARRA; LONGO, 1996) um dos problemas crônicos do setor público no Brasil que é a predominância, em muitos órgãos, de uma prática gerencial fundamentada em estruturas com excessivos níveis hierárquicos e departamentos. Isso gera lentidão administrativa, comunicação formal, burocrática e lenta, além de serviços e produtos que, em alguns casos, não satisfazem à população.

Ao investigar sobre a administração pública no Brasil (BRESSER PEREIRA 2009, p. 12) assinala que:

[...] o Estado brasileiro passou por duas grandes reformas administrativas – a burocrática, iniciada em 1937, e a gerencial, que começa em 1995. A primeira ocorreu no primeiro governo Vargas, e teve como objetivo transformar a administração pública brasileira que até então era patrimonial em um universo profissional baseado no Estado de Direito e na competitividade técnica; mas amplamente visava tornar o aparelho do estado efetivo, capaz de garantir seu próprio sistema constitucional-legal. [...] A segunda reforma teve início no último quartel do século XX, no Estado Democrático Social Europeu com o objetivo de tornar o aparelho do Estado mais eficiente.

Esta segunda reforma administrativa no Estado brasileiro se faz presente na legislação nacional como observa-se no art. 37 da Constituição Federal de 1988 que em seu caput determina que o serviço público

obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** visando prestar um

serviço de qualidade. Este mesmo artigo em seu desdobramento do inciso XXII ressalta que “A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, e interna, da qualidade dos serviços; II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII” como forma de prestar um serviço público eficiente.

O princípio da eficiência, efetivado pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, trouxe uma nova perspectiva de administração pública no Brasil, pois tal princípio emerge com a implementação da administração pública gerencial.

Para (COSTA; SOUZA, 2016, p. 151):

A reforma administrativa é um exemplo de mudança da organização pública em busca da inovação, que ocorreu a partir de 1995, chegando ao que hoje conhece-se como Administração Pública Gerencial, onde o foco do Estado passou a ser com o bem-estar do cidadão e com a valorização do servidor público. Foi através desse novo paradigma que se constituiu os programas e os novos modelos de Gestão Pública com foco no cidadão.

Nesse contexto, a busca por procedimentos mais eficientes no NLIC culminou com a inovação na implementação do Decreto Estadual 1.974/2018 trazendo maior celeridade processual nas licitações de obras.

3.2 Procedimento Licitatório: Lei Federal 8.666/1993 X Decreto Estadual 1.974/2018

O processo licitatório, segundo a Lei Geral de Licitações - Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 divide-se em duas etapas, assim distribuídas: interna e externa.

Segundo Amorim (2017, p. 41) a etapa interna “[...] inicia-se com a formalização da demanda administrativa, entendida como a demonstração da

necessidade de aquisição de produtos, de contratação da prestação de serviços ou execução de obras. Amorim (2017, p. 42), ainda ressalta que a fase interna possui a seguinte sequência:

- a) requisição da área/unidade interessada;
 - b) estimativa do valor (pesquisa de preços);
 - c) autorização da despesa;
 - d) elaboração do instrumento convocatório e seus anexos;
 - e) análise da minuta do ato convocatório pela assessoria jurídica;
 - f) publicação do aviso de licitação e divulgação do edital.
- Etapas estas que devem ser observadas, literalmente pela administração pública.

Conforme Amorim, (2017, p.79) a etapa externa do procedimento licitatório “[...] tem início com a divulgação do ato convocatório e finda com a homologação e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame”.

Os procedimentos inerentes a esta etapa modificam-se a partir da modalidade adotada. Para as modalidades de licitação utilizadas para obras (Concorrência, Tomada de Preço e Convite), Amorim (2017, p. 145) enumera a seguinte sequência:

- 1) Fase de divulgação do ato convocatório e impugnação do edital (art. 21, 40 e 41);
- 2) Fase de habilitação ou qualificação (art. 27 a 31);
- 3) Fase de julgamento das propostas (art. 44 a 48);
- 4) Fase de homologação da licitação (art. 43, inciso VI);
- 5) Fase de adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame (art. 43, inciso VI).

Registra-se que na etapa externa ainda existem os prazos de recursos durante o certame que acontecem nas fases de habilitação ou qualificação e julgamento das propostas (art. 109, inciso I).

Os procedimentos no Regime Diferenciado de Licitações – RDC regulamentado pelo Decreto 1.974/2018 também é subdividido em duas etapas: interna e externa. A primeira tem rito semelhante ao da Lei 8.666/1993. Entretanto, na etapa externa existem algumas alterações significativas. Dentre as mais relevantes está a inversão de fase (art. 16). Para Ary, (2019, p.16) “[...] este instituto gera maior celeridade à licitação, reduzindo o prazo do certame sensivelmente, visto que, a fase de habilitação é uma das fases mais morosas do procedimento licitatório”.

Realmente com a inversão de fases passou-se a analisar somente a documentação de habilitação da proposta mais vantajosa, ao invés de analisar os documentos de todas as participantes do certame.

Outra mudança acentuada é a unificação do prazo de recurso após a fase de habilitação (art. 45). Diferentemente das licitações baseadas na Lei 8.666/93 onde ocorre na fase de habilitação e julgamento das propostas.

Para Ary, (2019, p. 13) apesar da discussão acerca da constitucionalidade do RDC, verifica-se que seus mecanismos são dotados de maior eficiência, gerando contratações mais céleres, por meio de um procedimento com menos burocracia, porém com igual seriedade e ética.

Ressalta-se que o ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal de Federal já se posicionou pela constitucionalidade da norma federal, potencializando a regulamentação por parte do Estado do Pará.

3.3 Licitações Na Secretaria De Estado De Educação Do Pará

As licitações de obras da rede estadual de ensino até o ano de 2017 eram realizadas com base na Lei Geral de Licitações: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tal regramento, por meio do Art. 22 disponibiliza três modalidades de licitação que podem ser utilizadas para realização de obras, a saber: Convite, Tomada de Preços e Concorrência. O Art. 23, inciso I desta legislação estabelece os seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação: Convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Tomada de Preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos) e Concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos).

Esses valores foram atualizados no ano de 2018 a partir da promulgação do Decreto Nº 9.412, de 18 de junho de 2018, no Art.1º, inciso I, para, respectivamente, até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) e acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais).

Em 2017, a Secretária de Educação procurando solucionar a questão da morosidade das licitações de obras incumbem, em reunião, no mês de junho de 2017, o Núcleo de Licitação de trazer opções mais eficientes para superar essa lentidão. O Núcleo mobilizou todo seu quadro de funcionários objetivando atender a demanda

apresentada na citada reunião e após estudos, o grupo vislumbrou a possibilidade de criar uma regulamentação estadual da Lei Federal 12.462/2011 que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC voltada para as necessidades da realidade do Estado do Pará.

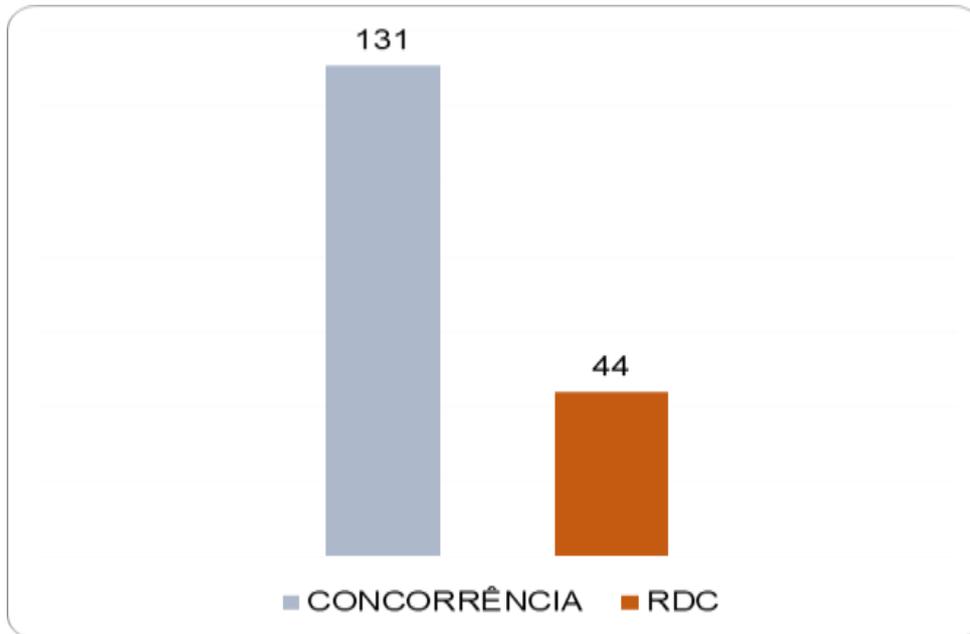
Após apresentarmos a proposta, a Secretária de Educação iniciou uma série de discussões junto à Secretaria de Estado de Administração – SEAD, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras – SEDOP e à Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE. Houve questionamentos acerca da eficiência por parte da SEDOP, todavia, os mesmos foram superados e em 30 de janeiro de 2018 foi assinado o Decreto Estadual 1.974/2018 e publicado no Diário Oficial do Estado no dia seguinte. A Secretária de Educação autorizou a adoção do novo procedimento e como resultado tivemos celeridade nos procedimentos licitatórios de obras como se observará posteriormente.

Dia 29 de maio de 2018 às 10h iniciava-se a primeira licitação nos moldes do Decreto 1.974 de 30 de janeiro de 2018. Este marco histórico nas licitações de obras no Estado do Pará trouxe grande expectativa, no ambiente estadual.

A primeira RDC teve como objeto a seleção da proposta mais vantajosa visando contratação de empresa de engenharia para execução de obra de construção de uma Escola de Trabalho e Produção do Pará - ETPP, localizada no município de Tucuruí – PA. O valor estimado da obra foi orçado em R\$ 7.656.398,66 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos). Após o processo licitatório a obra foi homologada em 18 de junho de 2018, por R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil) com uma economicidade ao erário de 30,78%. Todavia o que mais foi destacado nessa operação foi à celeridade do processo, respeitando todos os preceitos legais, a realização dessa licitação teve a duração de apenas 19 dias ininterruptos.

Entretanto, é importante ressaltar que após a homologação de 15 licitações no regime de RDC, a média temporal em dias corridos ficou em 44 dias. Isso ocorreu devidos às demais licitações terem sofrido recursos administrativos inerentes ao processo licitatório.

Gráfico 1 - Comparativo da celeridade processual da média das licitações homologadas entre a modalidade de concorrência da Lei 8.666/1993, com RDC - Decreto Estadual 1.974/2018, em dias corridos no ano de 2017.

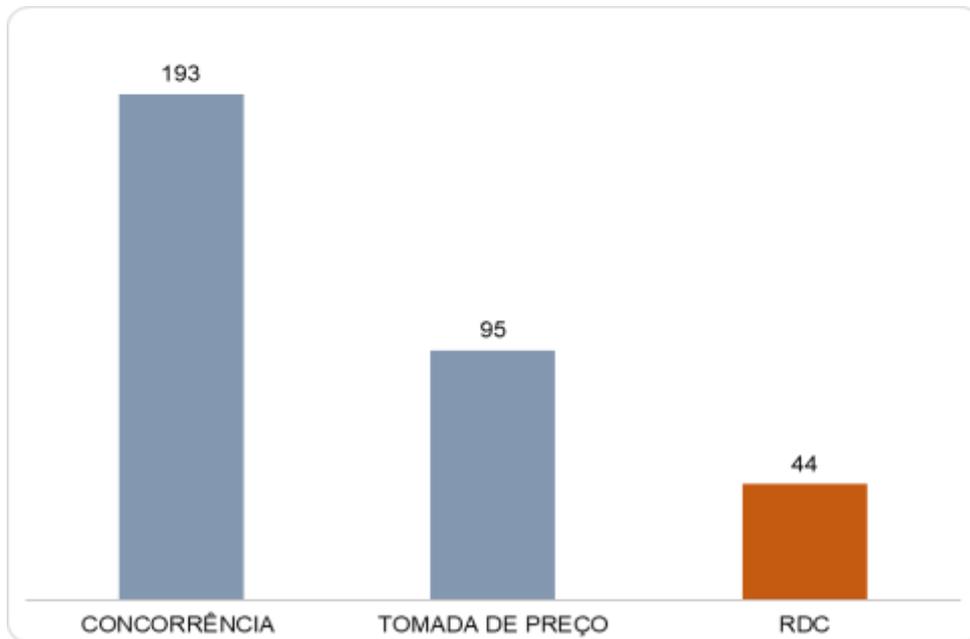


Fonte: elaborado pelos autores consultando as publicações oficiais da Imprensa Oficial do Estado do Pará. - IOEPA

Comparando o tempo de licitação das concorrências realizadas em 2017 com as realizadas em 2018, verifica-se que houve uma significativa redução de 66,41%, ou seja, diminuição de 87 dias, em média, para realização de uma licitação na modalidade de concorrência no que se refere aos processos licitatórios mais complexos.

Considerando os processos licitatórios realizados em 2018 temos a seguinte situação:

Gráfico 2 - Comparativo da celeridade processual da média das licitações homologadas entre a modalidade concorrência da Lei 8.666/1993 com RDC - Decreto Estadual 1.974/2018, em dias corridos no ano de 2018.



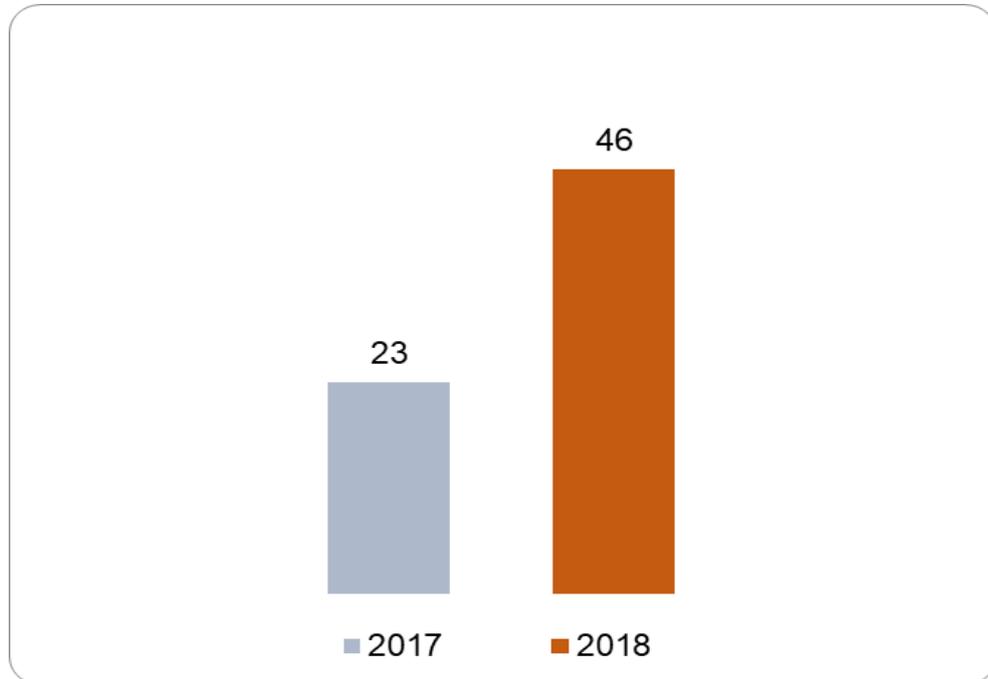
Fonte: elaborado pelos autores consultando as publicações oficiais da Imprensa Oficial do Estado do Pará. - IOEPA

Em 2018 foram homologadas 46 licitações sendo: 19 Concorrências, 15 RDC, 12 e Tomadas de Preços. Considerando as duas modalidades com mais licitações homologados: Concorrência e RDC verificou-se que o RDC, em média, é 338.63% mais célere que a Concorrência, reduzindo-se em 149 dias o tempo de licitação em relação à Concorrência.

Ao comparar as Tomadas de Preços descobriu-se que o RDC é 115,91% mais eficiente em relação ao tempo licitado. Assim, em média, houve uma redução de 51 dias para a efetivação de uma licitação realizada pela Lei 1.974/2018.

Os resultados acerca da celeridade processual entre as licitações nos moldes do Decreto Estadual 1.974/2018 em detrimento das modalidades da Lei Federal 8.666/93 ficam mais evidentes quando se comparam as licitações homologadas nos anos de 2017 e 2018.

Gráfico 3 – Quantidade de licitações homologadas entre os 2017 a 2018 na SEDUC/PA



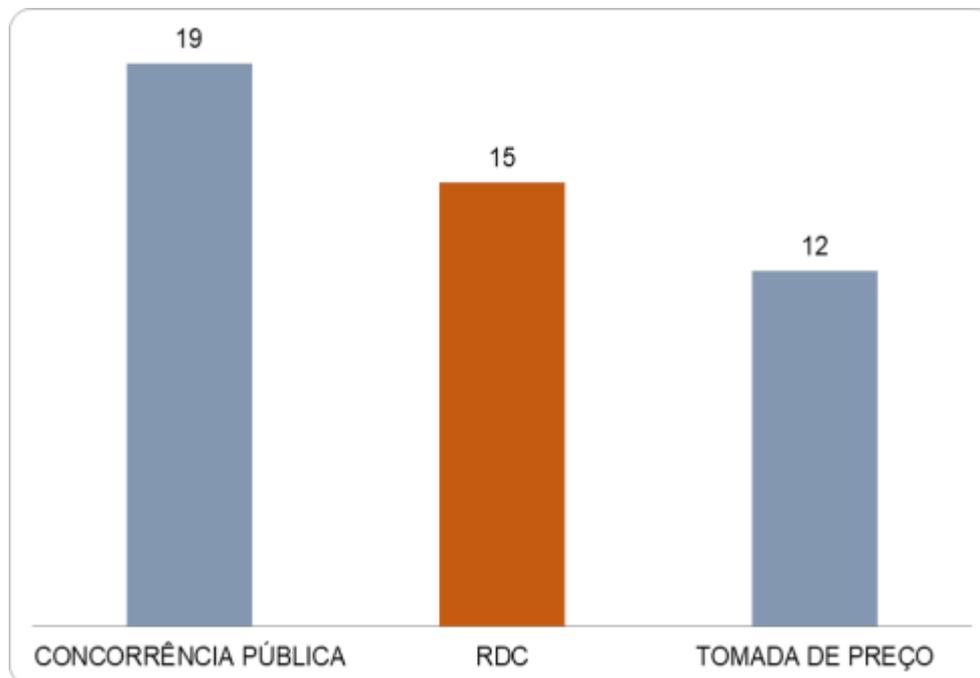
Fonte: elaborado pelos autores consultando as publicações oficiais da Imprensa Oficial do Estado do Pará. - IOEPA

Com a implementação do RDC em 2018 houve um aumento de 104,34% nas licitações homologadas em relação ao ano de 2017. Essa evolução somente foi possível com a regulamentação do RDC, pois como se observa no gráfico a seguir o RDC foi responsável por 31,91% de todas as homologações em seu primeiro ano de execução.

Embora o ano de 2018 tenha ocorrido o processo eleitoral em nível estadual e federal, a demanda por licitações de obras foram semelhantes cerca de 102 solicitações. Porém, como em 2018 implantamos um procedimento mais célere, obtivemos maior número de processos homologados, apesar do período de licitação ser apenas sete meses para a modalidade RDC.

Consideramos que o processo eleitoral influenciou porque reduziu o espaço temporal para efetuar o processo licitatório que normalmente ocorre de janeiro a dezembro, sendo que tivemos que encerrar as licitações em novembro daquele ano.

Gráfico 4 – Quantidade de licitações homologadas, por modalidades, em 2018 na SEDUC/PA



Fonte: elaborado pelos autores consultando as publicações oficiais da Imprensa Oficial do Estado do Pará. - IOEPA

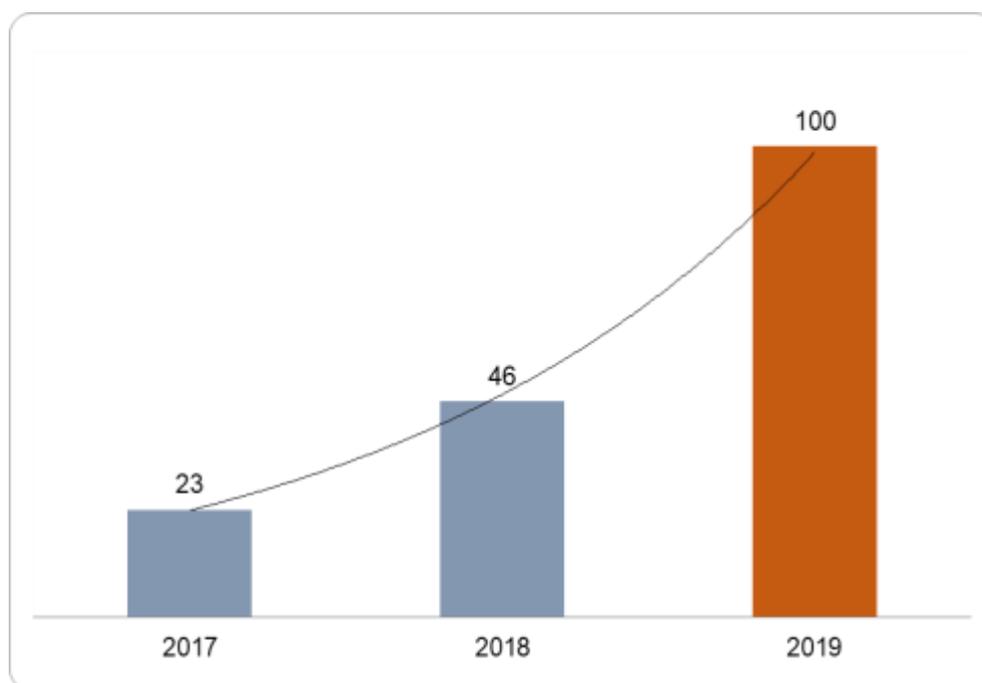
Os dados apresentados pelo gráfico 4 possuem uma peculiaridade. As homologações referentes às modalidades da Lei Federal 8.666/93 (Concorrência Pública e Tomada de Preço) que totalizam 31 licitações foram realizadas em 12 meses. Os 15 certames homologados nos moldes do RDC foram realizados em apenas 7 meses, evidenciando novamente a celeridade processual desta modalidade de licitação, visto que se iniciou em maio e concluiu-se essa atividade em novembro, devido ser um ano eleitoral.

A celeridade nos processos licitatórios que utilizam o RDC é justificada por (ERIK; PORTO; LAVOR, 2016):

A celeridade processual tem sido proveniente em decorrência, principalmente, da prerrogativa da inversão de fases, em que primeiro são verificados os preços propostos pelos licitantes, e posteriormente é analisada a documentação habilitatória, somente do vencedor. O certame também se torna mais célere, na medida em que se permite finalizar a disputa em uma sessão única, além de simplificar a fase recursal em face de habilitação ou proposta em um único momento, logo depois do julgamento das propostas de preços.

Considerando o êxito da implementação do RDC nas licitações de obras da SEDUC/PA, o planejamento do Núcleo de Licitação da SEDUC projetou uma meta ousada para 2019, com a estimativa de homologar cerca de 100 certames.

Gráfico 5 – Projeção de Licitações a Homologar em 2019



Fonte: elaborado pelos autores consultando as publicações oficiais da Imprensa Oficial do Estado do Pará. - IOEPA

Em 2019, a equipe do NLIC tinha perspectiva de realizar somente licitação por meio do RDC. A projeção era realizar e homologar em torno de 100 certames, meta totalmente viável, pois se almejava a implantação do RDC, na forma eletrônica. Entretanto, com a mudança de governo oriunda das eleições nacionais e estaduais de 2018, bem como a limitação orçamentária proveniente da baixa atividade econômica, o projetado não foi executado.

4 Considerações Finais

Esta pesquisa possibilitou vislumbrar que mesmo como uma estrutura burocrática é possível desenvolver práticas gerenciais inovadoras e que melhor atendam o serviço público e a demanda dos serviços educacionais. A mudança de

paradigma advém do anseio da sociedade que pressiona por serviços públicos mais eficientes e que estejam a altura dos impostos pagos por cada cidadão e por cada cidadã.

O presente estudo demonstrou, a partir de dados consolidados, que a celeridade processual com a implementação do Decreto Estadual 1.974/2018 é significativa em relação as modalidades da Lei Federal 8.666/93, possibilitando sua aplicação em todos os setores da administração pública estadual.

Como resultado desta pesquisa no que concerne às licitações de obras, construções e reformas, no ano de 2018 constata-se a diminuição do período de licitação, a segurança nos procedimentos e a lisura em todo processo.

O referido Decreto Estadual, supracitado, criou nova possibilidade para a gestão pública em processos licitatórios de obras, entretanto, a opção por este regime de licitação é uma escolha em nível estratégico, em 2019 a gestão da Secretaria de Educação optou pela modalidade tradicional com base na Concorrência Pública em detrimento do RDC, tema a ser abordado em outro artigo, no qual será comparado as licitações do período 2018 a 2020.

Referências

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. **Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

ARY, Camila Accioly. **Regime Diferenciado de Contratações (RDC)**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 27 nov. 2019. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46646/regime-diferenciado-de-contratacoes-rdc>> Acesso em: 27 nov 2019.

BRASIL. **Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993.

BATISTA, Fábio Ferreira, XAVIER, Antonio Carlos da Ressurreição, MARRA, Fátima, LONGO, Rose Mary Juliano (Org.). **Passos para o Gerenciamento Efetivo de Processos no Setor Público: aplicações práticas**. IPEA. Brasília. 1996.

CESAR, A. M. R. V. C. **Método do estudo de caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração**. 2010. Disponível em <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf> Acesso em: 14 março. 2011.

MAURER, Patrícia. **Princípio da Celeridade e o Processo Eletrônico**. Disponível em <<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/princ%20ADpio-da-celeridade-e-o-processoeletr%20B4nico>> Acesso em: 27 nov. 2019.

PARÁ (Estado), Decreto 1.974 de 30 de janeiro de 2018.

PERSSON, Erik. PORTO, Ricardo da Silveira e LAVOR, Alfredo Kleper Chaves. **O RDC como nova aposta da administração pública gerencial em licitações: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. Revista do Serviço Público/DF, v. 67, p. 55-84, 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial**. Revista do Serviço Público, n. 47. Janeiro/abril de 1996.

_____. Os Primeiros Passos da Reforma Gerencial do Estado de 1995. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, n. 16. Dezembro/janeiro/fevereiro de 2009.

Robson Tavares, A.C.; Souza, M.V.P.; **A Percepção Holística da Administração Gerencial no Serviço Público**. Revista de Administração Geral. v.1, n.2, p.138-153. 2015.

Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará, 2020. Consulta das matrículas 2020. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/Relatorio_Matriculas.php>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

TERRA, A. C. P. **Compras públicas inteligentes: uma proposta para a melhoria da gestão das compras governamentais**. Revista de Gestão Pública/DF, v. 1, p. 46-70, 2018.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

_____. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**– Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: O SOFTWARE APLICATIVO BAPM DIGITAL ENQUANTO MEIO DE REGISTRO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES OPERACIONAIS NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

Jorge Fabricio dos Santos

Bacharel em Direito (FAMAZ), Bacharel em Ciências de Defesa Social e Cidadania (IESP), Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (IFPA), Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública (FAP), Especialista em Gestão da Informação e Análise Criminal (UFPA), Especialista em Gestão da Segurança da Informação (UNISUL) e Mestrando em Segurança Pública (UFPA)
fabrcio06@gmail.com

Albino Rodrigues Lima

Bacharel em Ciências de Defesa Social e Cidadania (IESP), Graduado em Administração (UFPA) e Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social (UEPA),
albino.lima@Ymail.com

José Ivan da Luz Rodrigues

Graduado em Estatística (UFPA) e Mestre em Estatística (UFPA)
sdpmpaj.rodrigues@gmail.com

Resumo

Contexto do Estudo: A Polícia Militar do Pará enquanto instituição de segurança pública promove o policiamento ostensivo preventivo com uso de tecnologias diversas, dentre estas o registro de suas atividades mediante sistema de informações corporativa. **Objetivo:** Este trabalho tem por finalidade apresentar a utilização do software aplicativo BAPM Digital enquanto interface de registro de atendimentos policiais militares no SIGPOL, demonstrando a efetividade no Estado do Pará no período de 2015 a 2020. **Métodos:** A partir de uma pesquisa aplicada, mista e exploratória, com coleta de dados bibliográficos em livros, artigos científicos e legislações para obtenção de informações quanto ao tema proposto, posteriormente foi realizada uma pesquisa em fontes estatísticas sobre a criminalidade e atendimentos policiais militares pela Polícia Militar do Pará em todo o Estado, para realização de análise mediante estatística descritiva quanto a efetividade decorrente da adoção desta tecnologia da informação. **Resultados:** Fica evidente que a utilização do BAPM Digital, enquanto ferramenta tecnológica, demonstra toda a efetividade da Polícia Militar do Pará, além de promover melhorias na gestão das informações de atendimentos e contribuir para segurança pública, seja reduzindo os

índices criminais, seja atendendo demandas diversas e preventivas afetas à competência da instituição.

Palavras-chave: Prevenção; segurança pública; policiamento; eficiência; atendimento policial.

1. Introdução

No Brasil a segurança pública é atividade estatal que sempre apresenta resultados mais nefastos possíveis, com a violência e criminalidade em níveis altíssimas, como número de homicídios, lesões corporais, furtos e desordens públicas, o que causa medo constante na comunidade. Sendo que esta realidade é também reflexo da má gestão do conhecimento e planejamento falho ou mesmo inexistente.

No Estado do Pará, a realidade também é a mesma de outras unidades da federação, cabendo aos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social –SIEDS, enfrentar esse desafio, tendo como um dos principais órgãos a Polícia Militar do Pará - PMPA, a quem cabe o policiamento ostensivo fardado objetivando a prevenção de ilícitos penais e desordens públicas.

A Polícia Militar do Pará vem aplicando o registro de suas atividades policiais por meio de registro de boletins de atendimento policial, inicialmente em formulários impressos, e posteriormente, em meio digital no sistema de informações da instituição.

Considerando que atualmente o gerenciamento de dados de atendimento policial militar na Polícia Militar do Pará ocorrem com aplicação da tecnologia da informação por meio do *software* aplicativo BAPM Digital, chegamos ao questionamento: Em que medida o BAPM Digital, enquanto ferramenta tecnológica, possibilita a apresentação de resultados da atividade operacional da Polícia Militar do Pará?

Assim, este artigo acadêmico tem por objetivo geral demonstrar o nível de aplicação dos atendimentos policiais militares por meio do *software* aplicativo BAPM Digital na Polícia Militar do Pará no período de 2015 a 2020. Sendo que os objetivos específicos são:

1. Descrever um breve histórico da aplicação dos registros dos atendimentos.
2. Demonstrar a regulamentação (instituição e regras de uso) do BAPM Digital.

3. Apresentar os resultados do uso do BAPM Digital no período definido na pesquisa, em comparação a metodologia de registro anterior e aos dados registrados no SISP.

Essa pesquisa acadêmica mostra-se relevante em virtude do crescimento da necessidade de melhor gerir as atuações dos policiais militares e adequação às melhorias tecnológicas existentes na atualidade, de modo a tornar mais eficiente o policiamento ostensivo e, por consequência, a prevenção de crimes e violência, além de construir um arcabouço teórico/acadêmico para aplicação dessa metodologia em outras instituições encarregadas de promover a segurança pública.

Assim, esse artigo inicia-se com uma introdução do tema a ser apresentado na pesquisa acadêmica, sendo construído o referencial teórico para descrição do BAPM, com sua institucionalização, passando pela adoção do *software* aplicativo BAPM Digital. Em seguida, apresenta-se a devida adequação deste instrumento tecnológico com os objetivos estratégicos previstos no plano estratégico em vigência, além de apresentar a relação direta com a premissa e prevenção da PMPA.

Posteriormente, demonstrar-se-á a metodologia empregada no artigo, sendo seguido pela demonstração de resultados obtidos nas bases de dados da Polícia Militar e do SIEDS, com apresentação de gráficos e a discussão dos dados, para em seguida serem apresentadas as devidas considerações finais.

2. Referencial teórico

Para apresentação teórica do tema proposto, apresentar-se-á as premissas gerais da tecnologia da informação, passando pela legislação que instituiu o Boletim de Atendimento Policial Militar –BAPM na PMPA, pela adequação legal à atividade finalística da Polícia Militar do Pará e ao Plano Estratégico 2015/2025 da PMPA e finalizando com a normativa que instituiu o *software* aplicativo BAPM Digital, enquanto ferramenta de acesso ao SIGPOL e registro de atendimentos policiais militares.

2.1. Tecnologia da Informação - TI e Sistemas de Informação - SI

Ao demonstrar a efetividade do uso do BAPM Digital, é de suma importância compreender o que sejam Tecnologias da Informação - TI e Sistemas de Informação -SI.

De acordo com Furtado (2002), Tecnologia da informação “pode ser definida como todo recurso tecnológico e computacional destinado à coleta, manipulação, armazenamento e processamento de dados e/ou informações dentro de uma organização.”

Conforme entendimento de Pereira, Santos e Brito (2006) os sistemas de informação são compostos de *hardware*, *software*, dados e informações e procedimentos, de modo que Alter (1998) aponta que “um Sistema de Informação (SI) é um sistema que usa a Tecnologia da Informação para capturar, transmitir, armazenar, recuperar, manipular ou expor informações usadas em um ou mais processos de negócio”.

Percebe-se a relação direta entre Tecnologia da Informação e Sistemas de Informação, de modo que Oliveira (2010) aponta a aplicabilidade institucional,

A tecnologia da informação (TI) tem se firmado como um instrumento cada vez mais importante para a melhoria da prestação de serviços das entidades governamentais. Bem utilizada, ela pode contribuir para uma administração pública mais transparente e eficaz. (OLIVEIRA, 2010, p.13)

Além da aplicabilidade inicial na iniciativa privada, pode a TI, com uso dos Sistemas de Informação, ser empregada também no setor público, como administração da defesa nacional e na segurança pública, tornando mais eficazes esses serviços, atendendo a premissa de eficiência preconizada no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Na Inglaterra, por exemplo, Turban e Volonino (2013) discorrem que a tecnologia da informação, é empregada na defesa nacional para coletar dados e informações e, em seguida, identificar comportamentos suspeitos de pessoas para cometimento de crimes, conforme padrões definidos antecipadamente, como auxílio da atividade de inteligência na mineração de dados da internet em redes sociais e *websites*. Em segurança pública, os autores apontam o uso em nível nacional como identificação móvel e checagem de identidade e perícia forense digital.

Assim, os bancos dados públicos e/ou privados e os *softwares* (operacionais e aplicativos), chamados de programas de computador, como o BAPM Digital, são considerados Sistemas de Informações.

2.2. *Boletim de Ocorrência Policial: instrumento de coleta de dados criminais*

Para apresentar o Boletim de Atendimento Policial Militar da PMPA, diferenciar tal instrumento de coleta de dados, do Boletim de Ocorrência Policial aplicado pela Polícia Civil do Pará, é condição essencial para o presente estudo.

Lima (2013) explica que o Boletim de Ocorrência Policial - BOP é o documento de coleta e registro de dados criminais para o Sistema Integrado de Informação de Segurança Pública -SISP, o qual é manuseado pela Polícia Civil do Pará - PC/PA, sendo que desde de 1997 tal documento passou a ser eletrônico, construído pela Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará - PRODEPA, que possibilita que sejam realizados também outros procedimentos de investigação da PC/PA, como inquéritos policiais, termos circunstanciados de ocorrência, autos de prisão em flagrante delito e autos de atos infracionais cometidos por adolescentes infratores.

Além dessa funcionalidade, é mediante o BOP que se inicia o processo de análise estatística de dados criminais (BARBOSA, 2021), e ao final são feitos os indicadores da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, pela Secretaria-Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - SIAC. Dados estes que são a base para o planejamento macro em segurança pública no Estado do Pará.

2.3. *Boletim de Atendimento Policial Militar - BAPM: instrumento de gestão operacional da PMPA.*

O Boletim de Atendimento Policial Militar - BAPM é parte integrante de um Sistema de Informações da Polícia Militar denominado Sistema Integrado de Gestão Policial –SIGPOL, o qual teve sua primeira regulamentação em 2015 pela Portaria nº 10/2015 –Gab. CMDº da PMPA, embora já vinha sendo utilizado desde 2009, conforme ressalta Pinheiro (2016).

Antes mesmo da institucionalização do SIGPOL, o Comandante-Geral da PMPA publicou no mês de agosto de 2015 a Portaria nº 10/2015, que regularizou e padronizou o módulo DOCUMENTO no sistema da informação, dando o primeiro passo a normatizar o principal sistema de informação da instituição.

O SIGPOL foi de fato regulamentado na íntegra pela Portaria nº 001/2017-GAB.CMDº da PMPA, que instituiu vários os módulos, como o de Pessoal, Patrimônio e

Operacional (art.3º, Inciso III), de modo que o BAPM está localizado neste módulo do SIGPOL (art.6º), destinado a registro dos dados de atendimentos durante o período de serviço (PARÁ, 2015).

Verifica-se que os atendimentos policiais militares devem ser inseridos no SIGPOL por meio do Módulo Operacional, devendo estes atendimentos estar de acordo com a Missão previamente estabelecida, que seria a escala de serviço de grupos PM, com locais, períodos e orientações definidas.

Na sequência da estruturação do SIGPOL, em 2016 a Instrução Normativa nº 001/2016-PM7/EMG definiu os procedimentos e responsabilidade sobre módulo BAPM no SIGPOL, definindo-o como,

Art. 1º O módulo BAPM do Sistema Integrado de Gestão da Polícia Militar do Pará (SIGPOL), é um subsistema de computador estruturado que otimiza os processos relativos ao armazenamento e controle dos dados relativos ao Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPM) e todas as informações a ele relacionados. (PARÁ, 2016)

No art. 2º desta norma interna são definidas várias funcionalidades do BAPM, como a fiscalização de missões da unidade (escalas de serviço), controle das ações policiais, controle do serviço, o que se refere a produtividade individual e coletivo do grupo de serviço (guarnição PM – GUPM, além da gestão da produtividade dos serviços das Organizações Policiais Militares - OPMs, como batalhões e companhias independentes) (PARÁ, 2016) e da própria PMPA.

O Boletim de Atendimento Policial Militar - BAPM conforme sua regulamentação (PARÁ, 2016) tinha como objeto todos os registros de ações policiais militares (art.1º), que para tal deve o policial militar estar previamente escalado, de modo que no início, o formulário do BAPM era físico, que após preenchido durante o serviço deveria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), ser inserido no Módulo BAPM do SIGPOL e, quando não possível, por falta de acesso ao SIGPOL, semanalmente (art.12).

Os formulários físicos do BAPM deveriam estar arquivados pelo menos 02 (dois) anos na 2ª Seção (setor de inteligência) da unidade policial (art.10). O Setor de Inteligência deveria extrair relatórios do SIGPOL e fazer análises dos dados do BAPM (PARÁ, 2016), “[...] a fim de identificar, estudar e analisar fenômenos que contribuam para otimização do emprego da tropa, bem como a prevenção de delitos em suas respectivas áreas de atuação.” (art.13)

Lima (2013) chama a atenção para a importância do Boletim de Atendimento Policial Militar - BAPM, pois pela capilaridade da Polícia Militar do Pará, que estende seu efetivo em todos os 144 (cento e quarenta e quatro) municípios paraenses (diferente da Polícia Civil, que não possui delegacias em todos os municípios do estado).

O estudioso completa seu pensamento ao afirmar que a PMPA deve fazer o registro de todas as demandas inerentes à atividade policial militar, além de resolução de conflitos no local do fato, o que não chega ao conhecimento da PC/PA, e que leva a crer que o BAPM configura-se como o maior banco de dados do SIEDS.

Pode o BAPM também ser um instrumento de registro das variáveis atuações da PMPA, como por exemplo a atividade de policiamento ambiental, e configurar-se como meio para pesquisas acadêmicas, como destacado por Moraes e Lima (2019).

De forma a atender os objetivos estratégicos da Polícia Militar, como “Implantar e Implementar a Gestão Estratégica com Foco na Excelência” e “Aprimorar o Desempenho na Prevenção à Violência e à Criminalidade.”, tendo como “Iniciativa Estratégica: “Elaborar e implementar projeto de consolidação do uso do Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPM).” inseridos no Plano Estratégico 2015/2025 (PARÁ, 2015), pela Resolução nº 002/2019-GAB.CMDO, instituiu o Aplicativo Móvel Boletim de Atendimento Policial Militar Digital - BAPM DIGITAL no âmbito da Polícia Militar do Pará (PARÁ, 2019).

No seu art. 2º, tal resolução definiu o BAPM Digital como,

[...] uma espécie de software de código fechado, criado e desenvolvido para uso exclusivo em dispositivos móveis, gratuito para o usuário, que substitui a interface do Controle de Boletim de Atendimento Pessoal do Módulo Operacional do SIGPOL da Aplicação Web, com a finalidade de realizar o preenchimento do formulário eletrônico do BAPM e envio para base de dados do SIGPOL, após as devidas validações. (PARÁ, 2019).

No art. 3º reforça a utilidade do BAPM, o qual é destinado ao registro de atuação policial quando de serviço – por isso o devido acesso ao SIGPOL com senha e CPF do policial militar (art. 4º), seja quando solicitado por qualquer pessoa (seja por meio telefônico, por rádio, ou mesmo contato verbal direto) ou por iniciativa do próprio agente público, quando a lei e as circunstâncias determinarem tal ação (PARÁ, 2019).

Assim, a própria norma definiu a forma do procedimento de registro do atendimento por meio do BAPM Digital, conforme a **Figura 1** abaixo:

Figura 1 – Procedimento de registro do atendimento policial militar pelo BAPM Digital



Fonte: PMPA, 2019.

Pelo procedimento demonstrado na **Figura 1**, tem-se que desde o acionamento da ocorrência, conforme o art.4º, deve o policial militar seguir sequencialmente todos as páginas descritas na figura - sendo que somente quando preenchida corretamente uma página, a seguinte é liberada, para evitar ausência de dados do atendimento (PARÁ, 2019). Finalizando o registro somente ao término do ação policial e o envio para o SIGPOL, de modo a ser gerado o número automaticamente pelo SI da PMPA.

3. Metodologia

O presente estudo optou como metodologia, por uma pesquisa aplicada e mista, pois tem como objetivo construir conhecimento para solucionar um problema prático na área de segurança pública, com emprego de dados tanto quantitativos, quanto qualitativos, e também, quanto aos objetivos, uma pesquisa descritiva, já que descreveu um fenômeno social na Polícia Militar do Pará (GIL, 2002).

A pesquisa tem como *lôcus* todo o Estado do Pará, com a atuação da Polícia Militar do Pará - PMPA. Houve levantamento de dados no Sistema de Informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SISP/SEGUP, Sistema Integrado de Gestão da Polícia Militar do Pará - SIGPOL e *website* da Polícia Militar do Pará (PRODANOV; FREITAS, 2013), bem como coleta de dados bibliográficos em artigos acadêmicos, livros e legislação em vigência sobre o tema da pesquisa.

Posteriormente à coleta de dados, foi realizado um procedimento de análise de dados por meio de tratamento qualitativo (BOLFARINE; BUSSAB, 2005), quanto aos dados obtidos das fontes documentais e análise estatística (BUSSAB; MORETTIN, 2017), quanto aos dados coletados na base de dados do SISP e SIGPOL.

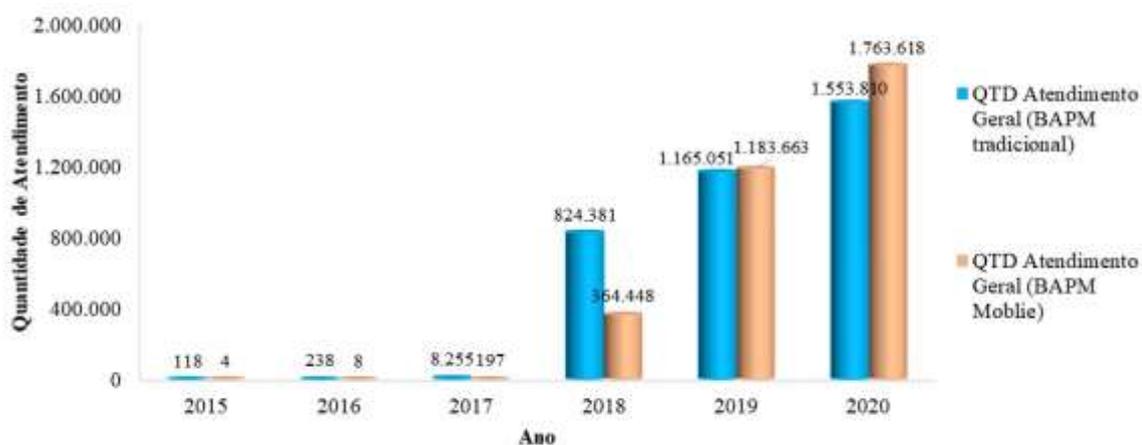
Para a análise estatística, utilizou-se a técnica de apresentação de dados por intermédio de gráficos, os quais facilitam a visualização e entendimento dos dados colhidos (BUSSAB; MORETTIN, 2017), para ao final ser estabelecida a discussão de resultados.

4. Resultados

Colhidos os dados na base de dados do SISP e SIGPOL, respectivamente, quanto aos registros de ocorrência policial e de atendimento policial militar pelos agentes da PMPA, chegou-se aos seguintes dados.

Conforme **Figura 2**, observa-se elevada discrepância de atendimentos registrados através do BAPM tradicional no período de 2015 a 2018 em relação aos registros de BAPM digital, ou seja, o BAPM tradicional nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, registrou 110, 238, 8.255 e 824.381 atendimentos, respectivamente. Enquanto o BAPM Digital apresentou nos mesmos anos um quantitativo de 4, 8, 197 e 364.448 atendimentos, respectivamente. Porém, a partir do ano de 2019, nota-se uma evolução considerável de registros através do BAPM Digital, superando os registros do BAPM tradicional. Logo, o BAPM digital apresentou nos anos de 2019 e 2020, 1.183.663 e 1.763.618 atendimentos, respectivamente. Já o BAPM tradicional apresentou um total de 1.165.051 e 1.553.810 registros no mesmo período. Assim, fica evidenciado que o BAPM Digital habilita-se como ferramenta tecnológica adequada e eficiente para a gestão de dados e informações policiais (OLIVEIRA, 2010).

Figura 2: Quantidade de atendimentos registrados BAPM tradicional e BAPM digital nos anos de 2015 a 2020.



Fonte: SIGPOL/PMPA.

É possível observar na **Figura 2** que o quantitativo anual de boletins registrados teve um crescimento acentuado somente a partir de 2017 (8.452 registros), se comparado a 2015 (122 registros) e 2016 (246 registros), de modo que o Módulo BAPM no SIGPOL foi instituído em 2017, o que possibilitou esse aumento inclusive, a partir de 2018, ultrapassar a contagem de 1 milhão de registros por ano (2018 – 1.118.820, 2019 – 2.348.714 e 2020 – 3.317.428), o que evidencia ainda que a Polícia Militar do Pará durante vários anos não possuía o registro de seus atendimentos e que seus números ultrapassam o de registros de crimes no SISP.

O **Tabela 1**, apresenta o desempenho das OPMs com os maiores quantitativos de atendimentos para as duas modalidades de registros por ano. Nota-se que nos anos de 2015 e 2016 dentre as unidades operacionais, o BAPM tradicional foi o mais utilizado por estes. Verifica-se, que em 2015 e 2016 o 13º BPM destacou-se com 28 e 70 registros através do BAPM tradicional, respectivamente. Enquanto o 5º BPM e o 20º BPM, apresentaram 1 e 3 atendimentos no período através do BAPM digital.

Tabela 1: OPMs que apresentaram maiores Quantidades de atendimentos através do BAPM tradicional e BAPM mobile nos anos de 2015 a 2020.

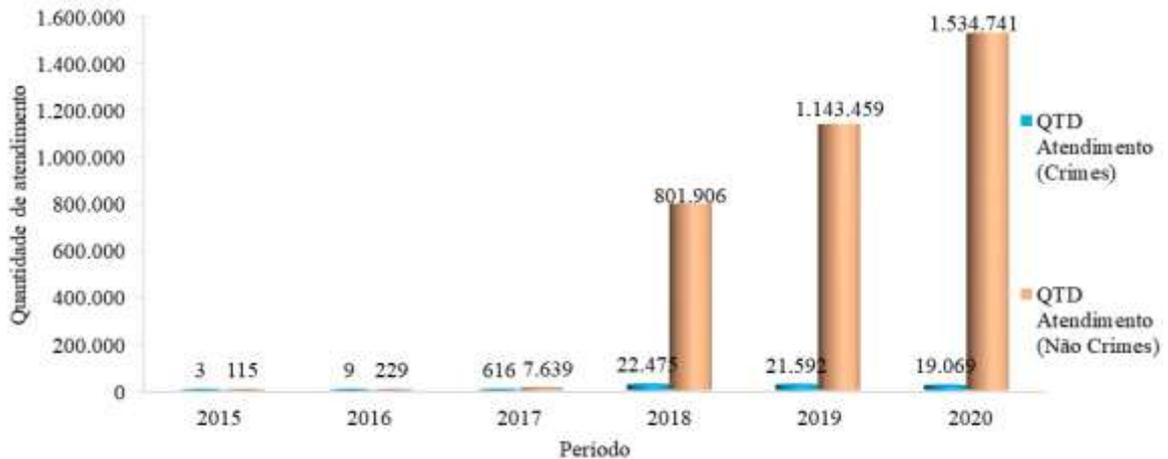
Tipo	Períodos											
	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
Modalidade	Tradicional	Mobile	Tradicional	Mobile	Tradicional	Mobile	Tradicional	Mobile	Tradicional	Mobile	Tradicional	Mobile
OPM	13º BPM	5º PM	13º BPM	20º BPM	13º BPM	BPRV	7º BPM	12º CIPM	9º BPM	9º BPM	35º BPM	35º BPM
Quantidade	28	1	70	3	28	168	732	54.725	86.147	104.166	112.732	131.914

Fonte: SIGPOL/PMPA.

Nota-se, pelo **Tabela 1**, que a partir do ano de 2017, houve grande adesão pela utilização do BAPM digital por parte das OPMs, mostrando significativo aumento de registros comparado com o BAPM tradicional, e reforçando o entendimento de Lima (2013), quanto ao emprego deste instrumento em todo estado do Pará. Logo, verifica-se que no ano de 2017 registrou-se 28 BAPMs no formato tradicional no 7º BPM e 168 BAPM digitais no BPRv, em 2018 foram 732 BAPM tradicional no 7º BPM e 54.725 na 12ª CIPM, em 2019 o 9º BPM registrou 86.147 BAPM tradicional e 104.166 BAPM digital e em 2020 o 35º BPM apresentou 112.732 BAPM tradicional e 131.914 BAPM digital.

Conforme a **Figura 3**, verifica-se que de 2015 a 2018, há um crescimento acentuado no quantitativo de atendimentos criminais e não criminais, ou seja, no período foram registrados 3 em 2015, 9 em 2016, 616 em 2017 e 22.475 em 2018, já os atendimentos não criminais apresentaram 115 em 2015, 229 em 2016, 7.639 em 2017 e 801.906 em 2018. Ressalta-se, que no período de 2018 a 2020, houve um decréscimo no quantitativo de atendimentos criminais e um crescimento nos registros de atendimentos não criminais. Pois, em 2018 foram registrados 22.475 atendimentos criminosos e 801.906 atendimentos não criminosos, em 2019 foram registrados 21.592 atendimentos criminosos e 1.143.459 não criminais e em 2020 foram registrados 19.069 atendimentos criminosos e 1.534.741 atendimentos não criminosos.

Figura 3: Atendimento de fato criminoso e não criminoso pela PMPA registrado no BAPM tradicional nos anos de 2015 a 2020.



Fonte: SIGPOL/PMPA.

Em relação aos atendimentos de fato criminoso, destaca-se o ano de 2018 o qual dentre o período de 2015 a 2020, foi o que apresentou maior registro com 22.475 e os atendimentos de fatos não criminais, como por exemplo a apreensão de animais selvagens pelo Batalhão de Polícia Ambiental –BPA na Região Metropolitana de Belém –RMB em 2019 (MORAES; LIMA, 2019), destacando-se o ano de 2020 com maior registro de fatos não criminais no período em análise, conforme está explícito na **Figura 3**.

Conforme explícito na **Tabela 2**, nota-se que de 2015 a 2019 o tipo de atendimento mais executado pela PMPA foi abordagem de pessoa, contabilizando em 47, 131, 2.709, 270.055 e 356.254 atendimentos no respectivo período. Ressalta-se, que o ano de 2019 foi o que apresentou resultado mais expressivo com 356.254 atendimentos.

Observa-se, dentre os principais atendimentos realizados em 2020 o que apresentou registro expressivo foi visita técnica de segurança/ronda com 802.961 atendimentos.

Tabela 2: Principais tipos de Atendimentos de fato não criminoso realizado pela PMPA registrado no BAPM tradicional nos anos de 2015 a 2020.

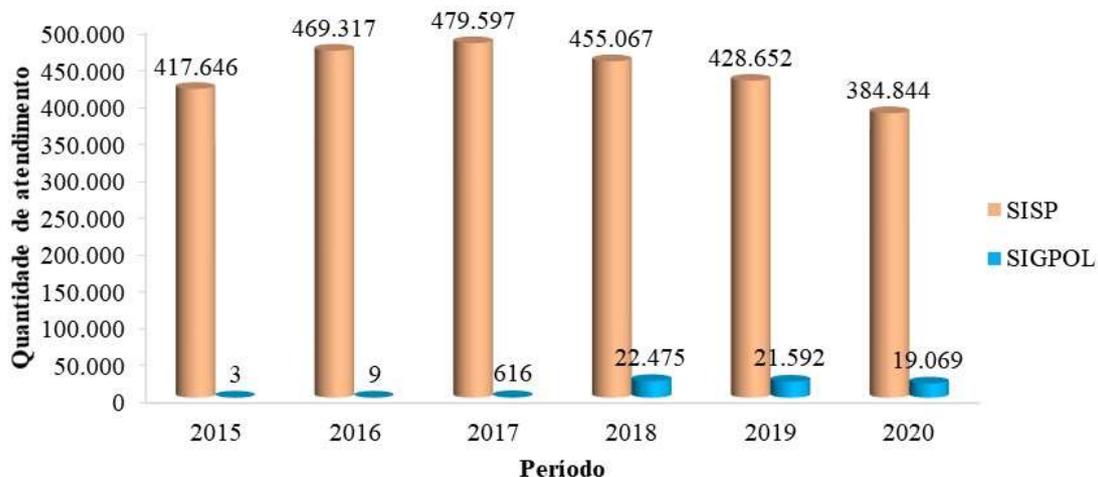
Tipos de Ações	Período					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
VISITA TÉCNICA DE SEGURANÇA/RONDAS	8	13	450	186.236	346.073	802.961
ABORDAGEM DE PESSOA	47	131	2.709	270.055	356.254	266.081
ABORDAGEM DE MOTO	15	22	607	69.310	128.273	132.330
APOIO A ESTABELECIMENTO EDUCACIONAL	4	6	751	46.004	59.519	41.853
BUSCA SEM ÊXITO DE SUSPEITO	12	19	995	55.604	41.931	32.195
VISITA COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO	2	2	105	27.577	30.679	59.609
ABORDAGEM DE CARRO	7	2	229	22.337	33.482	45.225
APOIO A ÓRGÃOS PÚBLICOS	6	4	716	38.569	18.536	24.885
ABORDAGEM DE BICICLETA	0	2	29	9.200	32.846	24.357
ADVERTÊNCIA	3	10	277	16.218	20.811	28.620

Fonte: SIGPOL/PMPA.

Com base na série temporal descrita na **Tabela 2**, verifica-se que que no ano de 2015 abordagem de bicicleta apresentou menor registro de atendimento com nenhum caso, em 2016 visita comunitária de prevenção, abordagem de carro e abordagem de bicicleta foram os menores registros com 2 casos cada, em 2017 abordagem de bicicleta foi o menor registro com 29 casos, em 2018 abordagem de bicicleta foi o menor registro com 9.200 casos, em 2019 apoio a órgão público foi o menor registro com 18.536 casos e em 2020 abordagem de bicicleta foi o menor registro com 24.357 casos.

Verifica-se na **Figura 4**, que as ocorrências referentes a fatos criminosos registrados no SISP superam os atendimentos realizados pela PMPA em todo o período comparativo, com destaque para o ano de 2017 com 479.597 registros no SISP enquanto o SIGPOL registrou apenas 616 atendimentos, pelo BAPM tradicional. Contudo, destaca-se que o ano de 2018, o qual apresentou maior quantitativo de atendimentos realizados pela PMPA com 22.475 registro.

Figura 4: Atendimento de fato criminoso e não criminoso pela PMPA registrado no BAPM tradicional nos anos de 2015 a 2020.



Fonte: SIGPOL/PMPA e SIS/PCPA.

Percebe-se pela **Figura 4** que no decorrente dos anos (2015 a 2020) houve um acréscimo de registros de crimes no SIS/PCPA até 2017, e a partir desse ano houve uma redução de registros criminais pelos BOPs, coincidindo com a redução de registros de atendimentos policiais pela Polícia Militar do Pará no SIGPOL. Ocorre que a redução dar-se desde ao ano de 2018 até 2020 de forma paralela com os registros no SIS/PCPA e no SIGPOL, ficando evidente que houve tanto redução de crimes registrados pela Polícia Civil quanto de atendimentos policiais militares pela Polícia Militar.

A **Tabela 3**, apresenta o percentual de atendimento registrado no SIGPOL em relação aos registrados no SIS/PCPA por ano. Verifica-se que de 2018 a 2020 o percentual de atendimentos registrados no SIGPOL, ficou praticamente em um mesmo patamar com 4,94%, 5,04% e 4,95%, respectivamente.

Tabela 3: Atendimentos de fato criminoso realizado pela PMPA registrado no BAPM tradicional e registrados no SIS/PCPA, nos anos de 2015 a 2020.

Período	SIGPOL	SISP	% SIGPOL/SISP
2015	3	417.646	0,00%
2016	9	469.317	0,00%
2017	616	479.597	0,13%
2018	22.475	455.067	4,94%
2019	21.592	428.652	5,04%
2020	19.069	384.844	4,95%

Fonte: SIGPOL/PMPA e SIS/PCPA.

O Boletim de Ocorrência Policial da Polícia Civil do Pará - BOP não registra somente fatos tipificados com crimes, de modo que presencialmente em delegacias e na Delegacia Virtual, é possível registrar BOPs com fatos como: abandono de lar para fins de comprovação em processo de divórcio, acidentes automobilísticos sem vítimas, perda/extravio de documentos, registro de óbito por causa natural (BARBOSA, 2021), de modo que o número de registros de BOP, na comparação com os BAPM da PMPA, não refletem necessariamente a quantidade de crimes existentes.

Outra informação relevante: é possível fazer mais de um registro do mesmo fato (seja pela mesma pessoa ou pessoas diferentes) na Delegacia Virtual, ou fazer registros no ambiente virtual da Polícia Civil concomitantemente com o registro de BOP em uma delegacia comum, podendo, por esse motivo, elevar os números de registros criminais e não criminais pela Polícia Civil.

De modo geral, os dois sistemas de informações em segurança pública, mesmo tendo com objetos de naturezas diversas, possuem em comum informações sobre atendimentos criminais, e nesta seara há claro conflito de informações. O que deixa evidente que não há a correta integração dos sistemas, bem como os atendimentos realizados pela PMPA, por não ser somente criminal, o montante de registros é bem maior, no entanto somente com o BAPM Digital recentemente implantado, os registros cresceram de maneira exponencial.

5. Conclusões

A Tecnologia da Informação tem sua aplicação em qualquer atividade, seja privada ou pública, de modo que na Segurança Pública, serviço essencial para o funcionamento da sociedade, com ênfase a atuação ostensiva de prevenção da polícia militar, esse conhecimento possibilita a maior eficiência, principalmente com adoção de sistema de informação, como o software aplicativo BAPM Digital da Polícia Militar do Pará.

Com o BAPM Digital houve aumento considerável de registros de atendimentos a partir de 2017; em relação ao método tradicional, o registro via BAPM Digital, a partir de 2018 teve crescimento total, no entanto nos seguintes até 2020 ambas as formas de registro tiveram aumento proporcional, sendo que aqueles pelo *software* sempre maior; a quantidade de registros de atendimentos diversos de crimes, a partir de 2017 sempre foi

maior do que aqueles relacionados à criminalidade, o que denota a natureza preventiva da PMPA, pois os atendimentos, em sua maioria, foram de abordagens, visitas preventivas, apoio a estabelecimentos educacionais e a órgãos públicos; a diferença entre os registros do SISP e SIGPOL deixou claro que a gama de registros no sistema da SEGUP é consideravelmente maior do que o da PMPA, pela gama de fatos criminais e não criminais e pelo longo tempo de existência desse sistema de informações.

Diante do exposto, constata-se a necessidade de aumentar o incentivo ao uso do BAPM Digital em relação ao método tradicional, bem como atualizar esta ferramenta tecnológica como funcionalidades que possibilitem aos gestores fazer a análise de dados para o planejamento e execução da atividade ostensiva da PMPA, além de ser detectada a urgência da integração do SIGPOL e do SISP, a fim de melhorar a qualidade das informações operacionais, bem como tornar mais efetivas as tomadas de decisões dos gestores policiais militares.

Referências

ALTER, Steven. **Information Systems: a Management perspective**. Menlo Park, Califórnia: Benjamin Cummings. 2. ed., 1998.

BARBOSA, Jefferson Fernando. **Boletim de Ocorrência Policial: ferramenta para análise criminal e estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais**. 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Segurança Pública) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. f. 87.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na segurança pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Héldson Tomaso Pereira de. **Gestão das estatísticas criminais da Polícia Militar do Pará: novo paradigma do policiamento moderno e seus reflexos no planejamento operacional.** Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de conflitos) – Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de conflitos Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. f. 81.

MORAES, Ana Caroline Pessoa; LIMA, Thaís de Souza. **Levantamento de ocorrências de animais selvagens no Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) da Polícia Militar do Pará.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019. f. 41.

OLIVEIRA, Klaus Felinto de. **Estudo sobre os fatores que influenciam a decisão pela adoção do software livre em instituições públicas.** 2010. Dissertação (Mestrado em Administração e Negócio) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. f. 13.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Instrução Normativa nº 001/2016 – PM7/EMG.** Trata a respeito da MINUTA que define procedimentos e responsabilidades inerentes à utilização do módulo BAPM no SIGPOL. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1477-dezembro.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. **Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025.** Estado Maior da PMPA. 6ª Seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. PMPA-2015.

_____. **Portaria nº 10/2015, de 06 de agosto de 2015 – GAB. CMDº:** Regula e padroniza a utilização do módulo DOCUMENTO no Sistema Integrado de Gestão Policial – SIGPOL. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1460-agosto.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. **Portaria nº 001/2017 - PM4/EMG.** Institui o Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL) no âmbito da Polícia Militar do Pará e dá outras providências. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1490-dezembro.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. **Resolução nº 002/2019 – GAB.CMDO.** Institui o Aplicativo Móvel Boletim de Atendimento Policial Militar Digital - BAPM DIGITAL no âmbito da Polícia Militar do Pará e dá outras providências. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1515-novembro.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. **SIGPOL - Sistema Integrado de Gestão Policial.** Centro de Inteligência – CInt. Belém: PMPA, 2021.

_____. **SISP - Sistema Integrado de Informação de Segurança Pública.** Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal –SIAC. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Belém: SEGUP, 2021.

PEREIRA, Maria Cecília; SANTOS, Antônio Claret dos; BRITO, Mozar José. **Tecnologia da informação, cultura e poder na Polícia Militar**: uma análise interpretativa. Cadernos EBAPE.BR. v.4, nº1, Mar. 2006.

PINHEIRO, Kilson Leonez. **O Sistema Integrado de Gestão Policial –SIGPOL**: o banco de dados da Polícia Militar do Estado do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia – Instituto de Ciências Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. f. 53.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernane Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TURBAN, Efraim; VOLONINO, Linda. **Tecnologia da informação para gestão**: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional. 8ª ed. Bookman: Porto Alegre, 2013.

GCIT - Sistema de informações gerenciais (SIG-UEPA): uma abordagem da gestão por processos para o monitoramento do PPA e do planejamento estratégico

Elinne Salgado Ferreira

Universidade do Estado do Pará – elinnesalfer@uepa.br

Léony Luis Lopes Negrão

Universidade do Estado do Pará – leony@uepa.br

Mariana Pereira Carneiro Barata

Universidade do Estado do Pará – mariana.carneiro@uepa.br

Resumo

As premissas da gestão por processos representa uma estratégia fundamental para fortalecer a dinâmica estrutural e funcional das redes de cooperação em contextos inter setoriais. Logo, com este estudo objetivou-se desenvolver um método sistematizado de monitoramento das ações da UEPA, sob a égide da gestão por processo, no qual seja possível consolidar dados e informações quantitativas e qualitativas, almejando a geração de indicadores de custos e desempenho das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, para suporte na elaboração do PPA e do Planejamento Estratégico da UEPA, e para apoio à tomada de decisão gerencial. Para tal, essas ações foram mapeadas para identificar os setores responsáveis pelas realizações. A partir desse mapeamento foi possível criar os instrumentos de coleta de dados e informações em planilhas eletrônicas usando os serviços do *Google apps for education*. E de forma interativa e instantânea os setores passaram a informar os dados de execução física e financeira de suas ações, ao mesmo tempo em que são gerados indicadores de desempenho e custos para servir de *inputs* no processo de monitoramento e na definição de metas durante a elaboração dos diferentes planejamentos. Os resultados provenientes do método de gestão por processo implementado, tem contribuído para um patamar superior de agilidade e transparência no acesso às informações nos diversos setores. O que representa um avanço em termos de efetividade da gestão em uma Universidade pública estadual de *multicampi* em um Estado com desafios logísticos continentais.

Palavras-chave: Sistema de Informações Gerenciais; Gestão por Processos; Universidade do Estado do Pará; SIG-UEPA.

1 Introdução

Um dos principais desafios da educação superior hoje, é o aprimoramento da gestão universitária e de cada um dos processos que a compõem. Hosseini, Karimzadegan e Sazvar (2012) destacam um conjunto de problemas ou barreiras de

vários tipos que exigem a busca de soluções de acordo com as atuais demandas da gestão universitária e os desafios atuais e futuros. Assim, a questão essencial aqui, diz respeito às características que um sistema de informações gerenciais, para a gestão universitária, de forma que permita apoiar efetivamente o planejamento, a avaliação e a tomada de decisão na universidade, contribuindo efetivamente para o aprimoramento e a qualidade dos processos gerenciais da universidade.

O ensino superior quer seja em institutos, faculdades ou universidades, passou por uma importante mudança qualitativa e quantitativa nos últimos anos, em que fica evidente uma maior demanda social e da comunidade universitária pela melhoria da qualidade das instituições. Nesse sentido, Levina et al. (2015) consideram que, para gerenciar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade do processo educacional, faz-se necessário a criação de um sistema de monitoramento que abranja todos os seus objetos (ensino, pesquisa, extensão e gestão) e diversas ferramentas de medição, que monitore o conjunto de todas as funcionalidades. Os mesmos autores ainda consideraram que, por meio de pacotes computacionais é possível aprimorar conceitos de monitoramento potencializando a eficiência da gestão universitária.

Alguns estudos acerca dessa questão de melhoria da qualidade da gestão universitária, por exemplo, Ivanchenko (2011), Molchanov (2002) e Kadakin et al. (2001), afirmam que existe uma prática de implementação de tecnologias de informação corporativa nas universidades, viabilizando o processo de tomada de decisão administrativas e financeiras, as atividades de aprendizagem e a implementação de projetos inovadores em ensino e pesquisa, que como um todo aumentaria a eficiência da gestão universitária em todos os níveis.

Tal situação descrita à luz da literatura revisada, que relaciona universidades públicas e privadas nos mais diversos países do globo, também caracteriza a Universidade do Estado do Pará (UEPA). Além desses desafios que assolam as universidades do mundo, vale ressaltar algumas características da UEPA que devem ser observadas, e que possivelmente corrobora com a complexidade da solução almejada, a saber: (i) estrutura *multicampi*, atualmente com 21 *campi*, sendo cinco em Belém e 16 no interior do Estado, o que leva a UEPA a ser uma das Universidades do Brasil com o

maior número de *campi*; (ii) apenas 28 anos de existência, o que deve ser considerado quando da ponderação do seu avanço gerencial e tecnológico; (iii) localizada em um Estado com dimensões continentais, maior do que alguns dos principais países da Europa, tais quais, Alemanha, Reino Unido, Espanha e França (NEGRÃO *et al.*, 2020); e (iv) os diversos desafios inerentes a era da informação, na qual a velocidade de geração desta e de decisões assertivas tomadas, podem projetar uma universidade preparada para o futuro.

As três primeiras características podem ser associadas à teoria da contingência que, segundo Sousa e Voss (2008), pode orientar a eficácia dos programas de melhoria de desempenho, fornecendo uma compreensão das condições contextuais em que os programas de melhoria são adotados. Portanto, a clareza em torno das condições contextuais sob as quais a gestão por processos é adotada pode aprofundar a compreensão dos resultados almejados em termos de melhoria do desempenho da gestão universitária.

Ainda com relação a UEPA, destaca-se algumas demandas inerentes ao seu processo de crescimento, que precisam ser consideradas para o avanço sustentável da mesma:

- Demanda por novos cursos, novas turmas de graduação e/ou novos *campi*, diante do crescimento proporcionalmente menor do orçamento. Ou seja, enquanto o orçamento aumentou em média menos de 1% nos últimos 10 anos, o número de alunos aumentou quase 8%, em média, nesse mesmo período;
- Corpo de servidores administrativos e docentes, insuficiente para atender a demanda crescente;
- Estrutura organizacional inadequada;
- Fluxo de informações entre *campi* e reitoria incipiente;
- Ausência da aplicação de um método de custeio que propicie uma visão macro da UEPA;
- Ausência de um sistema de gestão e controle de custos; e
- Pressão dos *stakeholders* (sociedade, Governo do Estado, prefeituras, entre outros).

É com base nesse contexto teórico (das universidades como um todo) e contingencial (da UEPA), que avançasse em direção a uma situação problema observada nesta universidade pública estadual, quanto a geração de informações históricas de todas as suas ações a fim de viabilizar a elaboração de parâmetros e atributos do Planejamento Plurianual (PPA) e do Planejamento Estratégico da UEPA, ao mesmo tempo em que seja possível o suporte ao processo de decisões gerenciais.

Dessa forma, apresenta-se a questão de pesquisa, a qual buscou-se responder:

É possível desenvolver e implementar um sistema de monitoramento, com base na gestão por processos, incluindo não somente a coleta e armazenamento de dados e informações sobre o desempenho efetivo das atividades universitárias, mas também de geração de informações, diagnóstico e análise de tais atividades?

Objetivo geral

Desenvolver um método sistematizado de monitoramento das ações da UEPA, sob a égide da gestão por processo, no qual seja possível consolidar dados e informações quantitativas e qualitativas, almejando a geração de indicadores de custos e desempenho físico das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, para suporte na elaboração do PPA e do Planejamento Estratégico da UEPA, e para apoio à tomada de decisão gerencial.

Objetivos específicos

- Implementar planos de melhorias a partir da avaliação da cadeia de valor das atividades mapeadas;
- Dispor de equipes multifuncionais e qualificadas a partir da adoção do Sistema de Informações Gerenciais (SIG-UEPA); e
- Melhorar a qualidade de entrega da execução do PPA e do planejamento estratégico.

Justificativa

O SIG-UEPA foi pensado para atender, de forma irrestrita, todos os setores na capital e no interior, nos quais os servidores realizam atividades de gestão universitária para viabilizar as atividades fins (ensino, pesquisa e extensão) e atividades de apoio (planejamento e gestão). Reforçando o sentido de que a principal característica do SIG-UEPA é a integração e troca ágil e efetiva de informações, visando o apoio ao processo de monitoramento do PPA e do planejamento estratégico e de tomada de decisão gerencial e estratégica.

A partir da utilização do SIG-UEPA pelos setores de atividades finalísticas e de atividades de apoio, foi possível concentrar e tratar um volume de dados e informações na Diretoria de Planejamento Estratégico da UEPA. E com isso, a elaboração de relatórios com tabelas e gráficos que evidenciasse o desempenho do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, para suporte à definição de estratégias de atuação da UEPA em termos de objetivos, ações, indicadores e metas que contribuísse para o futuro sustentável desta Universidade.

Este trabalho está organizado em outras quatro Seções, além desta Seção 1. A saber: na Seção 2, consta a revisão teórica de sustentação do tema deste estudo; na Seção 3 detalham-se os procedimentos metodológicos para desenvolvimento do trabalho; na Seção 4 apresenta-se e discute-se os resultados alcançados; e na Seção 5 está a conclusão e recomendações de pesquisas futuras.

2 Referencial teórico

Nesta Seção consta uma descrição acerca de alguns estudos evidenciados na literatura, que abordam a importância dos sistemas de informações gerenciais como forma de contribuir na elevação da qualidade das tomadas de decisões em ambientes de Universidades. E também, a caracterização da gestão por processo, utilizada como arcabouço teórico/conceitual sob o qual este trabalho foi desenvolvido.

Sistema de informação gerencial em universidade

Para Acosta, Becerra e Jaramillo (2017), têm-se cinco motivos que justificam a necessidade de um sistema de informações gerenciais em universidades, são eles: (i) a inexistência de um mecanismo único de coleta de informações e a falta de eficiência no seu tratamento, análise e distribuição; (ii) a insuficiente racionalidade e eficiência na utilização e gestão da informação em tempo oportuno, de forma a permitir dar resposta aos problemas que surgem com o auxílio da tecnologia; (iii) comunicação ineficaz entre a gestão, a secretaria acadêmica e as demais áreas da instituição; (iv) a incipiente formação em conhecimentos na área de informática de alguns dos protagonistas do processo; e (v) o uso de vários critérios para a classificação da informação, a duplicação de bases de dados, o controle deficiente da confiabilidade da informação e a cultura escassa de seu uso. Todos esses motivos estavam presentes na proposta de formulação e normatização do SIG-UEPA, e posterior viabilização de sua implementação.

Para Naser (2011), cada instituição projeta e desenvolve seu próprio sistema de informações de gestão universitária, parametrizando as áreas financeiras, recursos humanos, biblioteca, política estudantil, entre outros, ou utiliza software prontos para fins administrativos, educacionais e científicos. Nesse sentido, Levina et al. (2015), consideram que por meio de ambos os tipos sistemas, é possível facilitar o trabalho com os registros do ensino superior nas estruturas administrativas, fornecendo suporte aos gestores universitários, mas não ajudam a resolver os problemas de monitoramento contínuo para apoiar a tomada de decisão gerencial em todos os níveis da gestão do processo educacional. Adiciona-se a isso o monitoramento em tempo real para apoio às tomadas de decisões quanto ao processo de planejamento de curto a longo prazo das ações da universidade em termos de ensino, pesquisa, extensão, gestão e serviços prestados à sociedade.

Gestão por processo

A gestão por processo é conceituada, segundo De Sordi (2012), dentro do escopo da abordagem sistêmica para a gestão das organizações. Essa denominação foi baseada e fundamentada na Teoria Geral de Sistemas (TGS). Ainda segundo o mesmo autor, a

TGS passou a ser adotada com o intuito de integrar a Administração Científica à Teoria das Relações Humanas, Estruturalista e Comportamentais.

Para De Sordi (2012), o gerenciamento de processos organizacionais está sob a ótica da TGS, ao considerar a integração, por conta da interdependência, entre os diferentes setores da organização. E, segundo Carvalho (2015), isso corrobora com a abordagem da gestão por processo, que possibilita a integração intra e inter organizacionais.

E quando observa-se a aplicação dessa abordagem na gestão universitária, Carvalho (2015) argumenta que a gestão por processos possibilitou à Instituição analisada, dispor de uma capacidade de se adequar às mudanças sociais, políticas e tecnológicas, possibilitando uma flexibilidade e eficiência, viabilizando a melhoria contínua dos processos administrativos e organizacionais, e gerando serviços de qualidade à comunidade interna e externa à Universidade.

Para Souza (2006) o emprego da gestão por processos foi de suma importância para a transformação da estrutura da gestão de pessoas - modelo vertical-funcional - para gestão por processos, mostrando as vantagens desse novo modelo na área de gestão de pessoas, principalmente nas instituições universitárias.

3 Metodologia

Para obter uma coerência entre o projeto do SIG-UEPA e os pilares da qualidade da gestão universitária almejada, foi pensando em 10 etapas para implementação desta proposta:

Etapa 1 - Avaliação do PPA e do Planejamento Estratégico da UEPA: delimitação do objetos de estudos e da estrutura da UEPA, e análise do seu ambiente interno e externo;

Etapa 2 - Exame das informações disponíveis na UEPA: políticas e procedimentos, modelo de gestão, manuais de procedimentos específicos, entre outros;

Etapa 3 - Mapeamento das informações necessárias ao desenvolvimento do SIG-UEPA: a partir da incompatibilidade das informações disponíveis para as informações necessárias, foi realizado um mapeamento dos processos para obtenção destas informações, dentre os setores finalísticos e/ou de apoio às atividades fins. Isso foi possível com a aplicação da matriz SIPOC, mapeando as informações desde o fornecedor interno até o cliente interno, identificando quais as necessidades em termos de controle, padronizando o processo e evitando retrabalho;

Etapa 4 - Desenvolvimento de uma plataforma: utilizando a ferramenta sites da *google apps for education*, foi desenvolvida páginas individualizadas e personalizadas por setor, que direcionam o acesso às planilhas para coleta e registro de dados de execução físico e financeira, relatórios e demais informações pertinentes a cada setor;

Etapa 5 - Treinamento/suporte aos usuários nos setores: após a elaboração das planilhas para cada setor, foi realizado treinamento para operacionalização das mesmas e orientado quanto aos procedimentos para solicitação de suporte técnico, quando necessário;

Etapa 6 - Acompanhamento e monitoramento da inserção de dados: mês a mês a equipe do projeto acompanha a alimentação das planilhas com os dados de execução físico financeira dos setores;

Etapa 7 - Tratamento e análise de dados: geração de diferentes indicadores a partir dos dados inseridos nas planilhas e análise da consistência prática dos mesmos;

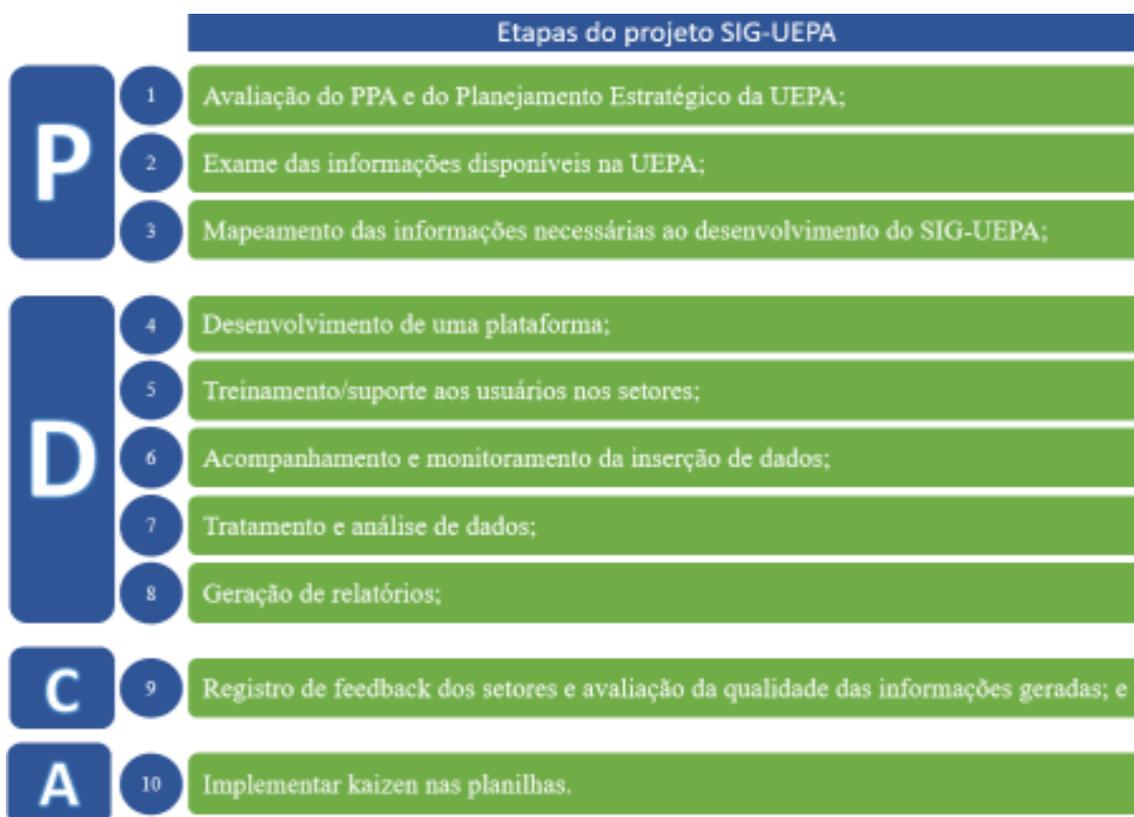
Etapa 8 - Geração de relatórios: organização das informações geradas a partir do tratamento estatístico dos dados coletados, em forma de relatório de desempenho das diferentes ações da UEPA, em comparação ao planejado anteriormente;

Etapa 9 - Registro de *feedback* dos setores e avaliação da qualidade das informações geradas: implementar *kaizen* nas planilhas em parceria com os setores que inserem os dados, buscando qualificar as informações geradas para apoio à decisão de gestão universitária; e

Etapa 10 –Implementar *kaizen* nas planilhas: com os feedbacks recebidos e com as análises internas de melhoria contínua nas planilhas e informações geradas, viabilizar as alterações necessárias.

Outrossim, considera-se que as etapas para implementação do SIG-UEPA, seguem os preceitos do Ciclo PDCA, conforme consta na Figura 1, com as três primeiras etapas relativas ao planejamento (*Plan*) do que será feito no SIG-UEPA, por meio das etapas de 4 a 8 são executadas as etapas planejadas (*Do*), a checagem (*Check*) destas etapas ocorre na etapa 9 e por fim, na etapa 10, são realizadas procedimentos de melhorias contínua (*Action*), retroalimentando o SIG-UEPA.

Figura 1 - Etapas do projeto SIG-UEPA em consonância com o Ciclo PDCA.



Fonte: Autores (2021)

4 Resultados

Dentre os resultados obtidos pela presente iniciativa, destacam-se:

- Com o modelo de programa de monitoramento foi possível determinar as melhores maneiras de atingir os objetivos educacionais, exibe o status dos processos educacionais, determinar o desvio do desempenho do real para o planejado e com a determinação das causas desses desvios e a melhoria da gestão operacional das ações do PPA e do Planejamento Estratégico (Figura 2);

Figura 2 – Monitoramento do PPA e ações dos *campi*



Fonte: Autores (2021)

- A solução proposta permitiu um planejamento eficiente das ações do UEPA, reduziu a complexidade do processamento dos dados e melhora a precisão do processamento das informações e do desempenho das atividades de gestão;
 - Melhoria na rastreabilidade da execução física em consonância com a execução financeira;
 - Maior segurança na definição e nos cálculos dos indicadores de resultado e processo do PPA, a partir do monitoramento do desvio entre o real e o planejado do PPA;

- Possibilidade inédita de monitoramento em tempo real de todas as metas relacionadas ao PPA da UEPA, no nível operacional, gerencial e estratégico;
- Melhoria no controle das execuções físicas e financeiras em cada quadrimestres de cada exercício financeiro;
- A introdução da tecnologia da informação no acompanhamento da gestão dos processos educativos na Universidade permitiu aumentar a objetividade, eficiência e rapidez na tomada de decisões de gestão;
- Melhoria do processo de planejamento e programação orçamentária anual, reduzindo o desvio entre o real e o planejado/programado nos diferentes níveis do planejamento orçamentário, incluindo o planejamento e controle de quotas orçamentárias por quadrimestre (Figura 3);

Figura 3 – Monitoramento do planejamento e execução orçamentária por programa, fonte e natureza de despesa.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE	INICIAL	SUPLEM. DEST. REC	REDUÇÃO	DESTAQUE CONC.	ATUALIZADO	ALOCADO	% DE ALOCAÇÃO	SALDO ATUAL	A ALOCAR %
TODOS	TODOS	TODOS	372.096.910,00	26.187.344,97	10.783.879,06	31.754.000,00	355.746.375,91	171.400.525,38	48,18%	184.310.850,53	51,82%

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (0102 - TESOURO)											
PROGRAMA	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE / Natureza -PI	INICIAL	SUPLEM. DEST. REC	REDUÇÃO	DESTAQUE CONC.	ATUALIZADO	ALOCADO	% DE ALOCAÇÃO	SALDO ATUAL	A ALOCAR %
0102	TOTAL GERAL DA FONTE		363.217.897	9.168.382	9.168.382	31.754.000	331.463.897	166.362.543	50,19%	165.101.354	49,81%
1506	Educação Superior		43.807.183	8.398.343	8.398.343	0	43.807.183	21.822.102		22.185.081	
0101	6001	Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	276.400	90.900	90.900	0	276.400	220.200	79,67%	56.200,00	20,33%
0101	8001	339018	193.018	30.000	60.600	0	172.118	180.000	92,98%	12.118,00	7,04%
0101	8001	339020	83.384	0	40.000	0	43.384	0	0,00%	43.384,00	100,00%
0101	8001	339036	0	60.900	0	0	60.900	60.200	98,85%	700,00	1,15%
0101	8001		0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
0101	7602	Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	2.217.500	0	0	0	2.217.500	455.913	20,56%	1.761.586,90	79,44%
0101	7666	Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	5.303.368	12.100	0	0	5.315.468	12.008	0,23%	5.303.458,88	99,77%
0101	7666	449051	101CSALABC	102.500	0	0	102.500	0	0,00%	102.500,00	100,00%
0101	7666	449051	101CBLBIABC	100.000	0	0	100.000	0	0,00%	100.000,00	100,00%
0101	7666	449051	101CQUAPOBC	100.000	0	0	100.000	0	0,00%	100.000,00	100,00%
0101	7666	449051	101CECONVPG	160.000	0	0	160.000	0	0,00%	160.000,00	100,00%
0101	7666	449051	101CECONVBC	100.000	0	0	100.000	0	0,00%	100.000,00	100,00%
0101	7666	449051	101CPISOATM	200.000	0	0	200.000	0	0,00%	200.000,00	100,00%
0101	7666	449051	101CBSADMAN	778.924	0	0	778.924	0	0,00%	778.924,00	100,00%
0101	7666	449051	EMENDA00548	700.888	0	0	700.888	0	0,00%	700.888,00	100,00%
0101	7666	449051	EMENDA00095	2.000.000	0	0	2.000.000	0	0,00%	2.000.000,00	100,00%
0101	7666	449051	EMENDA00538	1.000.000	0	0	1.000.000	0	0,00%	1.000.000,00	100,00%
0101	7666	449051	EMENDA00519	71.078	0	0	71.078	0	0,00%	71.078,00	100,00%
0101	7666	449051	101CEENEMCM	0	12.100	0	12.100	12.008	99,24%	91,88	0,76%
0101	7666		0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
0101	7666		0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
0101	7666		0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
0101	7666		0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!

Fonte: Autores (2021)

- Implementação do sistema de gestão de custos, com base no Custeio ABC, buscando valorar o custo aluno nas mais diversas derivações existentes, para apoio às decisões gerenciais na UEPA (Figura 4);

Figura 4 – Detalhamento dos custos universitários por *campi* e grupo de despesa

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ											
GASTOS CONSOLIDADO POR CAMPUS											
Unidades	Campus I CCSE	Campus II CCBS	Campus III Ed. Física	Campus IV Enfermagem	Campus V CCNT	Campus VI Paragominas	Campus VII Conc. Araguaia	Campus VIII Marabá	Campus IX Altamira	Campus X Igarapé Açu	Campus XI Mocimbu
DESPESAS TOTAIS	31.600.616,33	45.490.117,45	341.191,91	195.884,10	10.181.392,57	1.515.956,70	3.326.162,41	4.389.216,68	1.535.019,55	824.338,61	1.609,07
Pessoal	29.096.995,36	41.561.309,14	0,00	0,00	9.184.018,95	1.087.421,11	2.745.142,87	3.551.046,41	1.205.347,34	577.993,88	1.609,07
Vencimento fixo	28.791.617,81	41.023.963,62	0,00	0,00	8.790.138,20	1.081.160,96	2.510.215,76	3.310.418,40	1.151.496,60	576.384,81	1.609,07
Tempo Determinado	3.363.157,21	4.441.035,61	0,00	0,00	941.289,26	134.143,78	688.874,27	555.241,40	168.394,29	111.542,04	0,00
Efetivos	25.428.460,60	36.582.928,01	0,00	0,00	7.848.848,94	947.017,18	1.821.341,49	2.755.177,00	983.102,31	464.842,77	0,00
Vencimento variável	305.377,55	537.345,52	0,00	0,00	393.880,75	6.260,15	234.927,11	240.628,01	53.850,74	1.609,07	0,00
Horas Extras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa de Estudo	234.617,89	462.750,06	0,00	0,00	245.417,94	0,00	213.400,26	227.829,25	48.307,41	0,00	0,00
Complementação Some	12.785,53	0,00	0,00	0,00	98.498,07	3.103,48	0,00	1.048,96	0,00	109,07	0,00
Auxílio Tese/Dissertação	33.464,97	2.123,60	0,00	0,00	5.781,99	0,00	1.838,62	0,00	1.667,68	0,00	0,00
Abono Salarial	24.509,16	64.254,00	0,00	0,00	8.871,77	3.156,67	6.300,00	6.193,55	3.875,65	1.500,00	0,00
Auxílio Instalação	0,00	8.217,86	0,00	0,00	35.310,98	0,00	13.388,23	5.556,25	0,00	0,00	0,00
Folha Suplementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Folha de Desligados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	2.503.620,97	3.928.808,31	341.191,91	195.884,10	997.373,62	428.835,59	581.019,54	838.170,27	329.672,21	246.344,73	1.609,07
ODC Folha	1.713.672,97	3.085.126,06	0,00	0,00	681.176,17	131.434,56	297.693,97	376.833,80	139.774,66	91.099,30	1.609,07
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais	2.401,35	6.571,37	0,00	0,00	1.100,00	0,00	5.476,67	3.812,70	0,00	0,00	0,00

Fonte: Autores (2021)

- Melhoria do processo de gerencial dos campi do interior do Estado do Pará, a partir da possibilidade de geração de relatório de desempenho dos indicadores físicos e financeiros de cada campus; e
- Contribuiu para o aprimoramento da gestão universitária, ao automatizar grande parte dos processos e atividades relacionados ao planejamento e avaliação institucional e agilizar consideravelmente o processamento e análise de informações úteis para a tomada de decisões.

5 Conclusões

Conforme consta detalhado na Seção 4, foi possível sistematizar uma dinâmica de coleta e tratamento de dados e geração de informações a partir da execução física e financeira pelos setores finalísticos e de apoio da UEPA. Outrossim, também foi possível melhorar a qualidade de informações geradas concernente aos resultados entregues com a execução do PPA e do Planejamento Estratégico e com isso reduzir os níveis de erro entre os dados previsto e os realizados. O que sinaliza para a resposta a contento da questão de pesquisa formulada na Seção 1 deste artigo.

Ao longo do período de diagnóstico, formulação de instrumentos sistematizados para o registro e tratamento de dados e implementação de tais instrumentos, diferentes quebras de paradigmas foram alcançadas na busca por uma nova forma de trabalho. O resultado de todo esse esforço veio com a geração de equipes qualificadas e com visão sistêmica de como as ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão dentro da UEPA devem ser monitoradas e controladas, a fim de mostrar à comunidade acadêmica e externa, as soluções apresentadas para os problemas da sociedade de uma maneira geral.

Entender e registrar as etapas do processo dessa cadeia de valor que a UEPA entrega à sociedade tem que está implícito e explícito nos corpo funcional que opera essa cadeia. Isso foi a partir de uma dinâmica de geração de resultados a cada *sprint* do método da gestão por processo implementado. As interações ao final de cada *sprint* serviram de inputs para os próximos *sprints* e assim foi-se construindo um mecanismo interativo/instantâneo em termos de geração de informações em tempo real, sem pausar as atividades finalísticas, objeto de utilização dessa sistemática de monitoramento e controle do PPA e do planejamento estratégico, que precisavam ser executadas.

Como toda e qualquer dinâmica de gestão baseada em processo, é de fundamental importância a cultura de melhoria contínua. E assim sugere-se como trabalhos futuros, o emprego de técnicas visualização de dados e informações mais sofisticadas e que possam transmitir aos tomadores de decisão uma compreensão mais rápida e clara dos fatos apresentados. Outra sugestão seria uma análise estatisticamente mais criteriosa e robusta de algumas ações, como forma de reduzir/eliminar retrabalhos e assim reduzir

substancialmente o seu tempo de execução ou atendimento da demanda. O que poderia ser viabilizado por meio da implementação de um projeto *Seis Sigma*.

Referências

ACOSTA, L. A.; BECERRA, F. A.; JARAMILLO, D. Sistema de Información Estratégica para la Gestión Universitaria em la Universidad de Otavalo (Ecuador). **Formación Universitaria**. Vol. 10, n. 2, pp. 103-112 (2017).

DE SORDI, L. O. **Gestão pro processos: uma abordagem da moderna administração**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHOS, Kelli Adriane. **Gestão por processos Organizacionais na UnB: estudo de caso**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –Universidade de Brasília, Brasília, 2015. 146p.

HOSSEINI, M. H.; KARIMZADEGAN, D.; SAZVAR, A. Identification of Management Information System (MIS) strategies barriers in higher education institutions through multi-criteria decision making (MCDM) approach: Case study of Ferdowsi University of Mashhad. **Educational Research and Reviews**, Vol. 7, No. 5, pp. 111-120 (2012).

IVANCHENKO, D. A. Optimization of construction of information system of university management. **Practice and analysis**, Vol. 2, pp. 40-48 (2011).

KADAKIN, V. V. *et al.* Computer system for monitoring and diagnosing the quality of teaching. **Integration of education**, Vol. 4, pp. 46-48 (2001).

LEOCÁDIO, Leonardo; DÁVILA, Guillermo Antonio; DONADEL, André Coelho. Evolução da terceirização estratégica diante da gestão por processos. **Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2008. Disponível em: [\(PDF\) EVOLUÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO ESTRATÉGICA DIANTE DA GESTÃO POR PROCESSOS \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 09 de agosto de 2021.

LEVINA, E. Y.; MUSTAFINA, G. M.; NIGMETZYANOVA, V. M.; GALIYEV, R. M. Improving the information system of university management. **Review of European Studies**, Vol. 7, No. 1, pp. 109-116 (2015).

MOLCHANOV, I. S. (2002). Monitoring the sphere of higher education as a complex system of control and management of its development. **Questions statistics**, Vol. 11, pp. 60-64 (2002).

NASER, A. A. Concept of information telecommunication network based institution structural and functional analysis information flows. **Social and Economic Systems**, Vol. 4, pp. 56-61 (2011).

NEGRÃO, L. L. L.; JABBOUR, A. B. L. S; LATAN, H.; GODINHO FILHO, M.; JABBOUR, C. J. C.; GANGA, G. M. D. Lean manufacturing and business performance: testing S-Curve theory. **Production Planning & Control**, Vol. 7, No. 1, pp. 109-116 (2015).

SOUZA, Irineu Manoel de. Gestão por processos e gestão do conhecimento na Gestão de Pessoas da UFSC. **VI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

SOUSA, R.; VOSS, C. A. “Contingency research in operations management practices.” **Journal of Operations Management**, Vol. 26, pp. 697–713 (2008).

EDUCAÇÃO BÁSICA E INCLUSÃO SOCIAL: BREVE ANÁLISE DO PPA 2016-2019 DO PARÁ

Dualyson de Abreu Borba

Mestrando (UFPA/NAEA) – Auditor (TCE/PA)
ab_dualyson@hotmail.com

Rosana Pereira Fernandes

Doutora (UFPA/NAEA) – Professora
(PPGGP/UFPA)
rosaferr@uol.com.br

Eduardo José Monteiro da Costa

Doutor (Unicamp) – Professor (PPGGP/UFPA)
ejmcosta@ufpa.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar os principais resultados do PPA 2016-2019 do estado do Pará, no que tange à Educação Básica, partindo do pressuposto de que o planejamento das políticas públicas educacionais, por meio do orçamento público, se revela como importante instrumento governamental para a promoção do desenvolvimento. Para tanto, parte de uma análise histórico-normativa dos instrumentos de planejamento no Brasil, com foco nas transformações ocorridas após a entrada em vigor da Constituição de 1988 (CF/88), oportunidade em que se discute a eventual natureza impositiva das leis de caráter orçamentário. Além do estudo bibliográfico, que colabora para uma estruturação analítico-conceitual dos elementos teóricos debatidos, o artigo realiza uma abordagem empírica, analisando o Plano Plurianual (PPA) do estado do Pará com vigência de 2016-2019, no que tange ao alcance de alguns objetivos e metas traçados para a educação básica. A pesquisa conclui demonstrando que o PPA em questão não cumpriu com grande parte dos objetivos propostos, tendo havido, inclusive, retrocesso com relação a alguns indicadores, além de consideráveis montantes de recursos públicos não aproveitados no período, embora disponibilizados especificamente para aquela área. Ademais, as conclusões apontam a necessidade de alteração da legislação estadual, a fim de assegurar, expressamente, maior poder de imposição das leis orçamentárias sobre a atuação dos administradores públicos estaduais.

Palavras-Chave: Orçamento Público. Plano Plurianual. Educação Básica. Inclusão Social. Desenvolvimento.

1 Introdução

O desenvolvimento é encarado como um direito fundamental no texto constitucional de 1988, aparecendo, já em seu preâmbulo e nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º), como um fim ao qual o Estado deve se dedicar.

Para isto, especifica a necessidade de o Estado exercer competências normativas e reguladoras sobre a atividade econômica, com destaque para as funções de fiscalização, incentivo e planejamento (art. 174).

Neste desiderato, especificamente em relação à execução da função de planejamento, impõe-se a utilização adequada dos instrumentos legais previstos na Constituição, motivo pelo qual tanto o Plano Plurianual (PPA) quanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) devem refletir, de forma coerente e articulada, a conjuntura vivenciada pelos entes federativos e as reais e factíveis aspirações que os cidadãos de determinada área geográfica possuem.

Assim, é fundamental contrapor as leis de caráter orçamentário com a realidade correlata, a fim de que se verifique se tais diplomas legais estão efetivamente cumprindo com suas finalidades precípua, ou apenas estão se representando como meros instrumentos simbólicos para o cumprimento de um dever legal. Isto posto, o presente artigo é norteado pelo seguinte questionamento: o PPA do estado do Pará, correspondente ao período 2016-2019, representa efetivamente um instrumento de inclusão social no que tange à melhoria de qualidade da educação básica no estado do Pará? Buscando, portanto, averiguar se os instrumentos de planejamento orçamentário estão, efetivamente, colaborando com o desenvolvimento do Pará, ranqueado entre os estados brasileiros com os piores indicadores sociais, este artigo tem como objetivo geral analisar o grau de cumprimento de objetivos e metas de educação básica traçados no Plano Plurianual 2016-2019 do Pará.

Desta forma, a pesquisa estrutura-se de modo a alcançar os seguintes objetivos específicos: (i) analisar o papel socioeconômico das leis de caráter orçamentário na realidade brasileira; (ii) compreender os principais argumentos utilizados para contrapor a ideia de que os orçamentos são leis meramente formais e autorizativas; e, (iii) discutir a educação básica como um meio de inclusão social e promoção do desenvolvimento.

Para atingir a finalidade proposta, além desta breve introdução e da conclusão, está dividido em mais três seções. Na primeira, apresenta o referencial teórico, abordando o orçamento público no contexto brasileiro e seu papel socioeconômico, ocasião em que enfatiza o planejamento das políticas públicas de educação como elemento indispensável

à promoção do desenvolvimento. Na sequência, apresenta a metodologia utilizada e, em seguida, os resultados e análise dos dados coletados na pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1 Contexto Histórico-Normativo do Orçamento Brasileiro

Com a intensificação do crescimento urbano, entre o final do século XIX e início do século XX, a Inglaterra necessitou utilizar técnicas de planejamento público, a fim de promover um ordenamento territorial satisfatório. A partir de então, modelos de planejamento difundiram-se pelo mundo, passando a integrar parte da realidade dos mais diversos Estados nacionais, incluindo programações governamentais atinentes às esferas social e econômica (FERNANDES, 2012).

Assim sendo, o planejamento no setor público difundiu-se tanto nas economias capitalistas quanto nas socialistas, de modo que, no primeiro caso, o enfraquecimento do pensamento liberal clássico, a partir da crise de 1929, e a ascensão do pensamento keynesiano, nos anos 1930, passaram a requerer, cada vez mais, uma intervenção estatal planejada, como foi o caso do *New Deal*, de Roosevelt, ou do Plano Marshall, de Truman (FRIEDMANN, 2006). Em seguida, com a acessão do Estado de Bem-Estar Social, em especial na Europa, e do nacional-desenvolvimentismo, sobretudo nos países da América Latina, sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL/ONU), a lógica do planejamento público se tornou hegemônica, ao menos na chamada Era Dourada do capitalismo, que se estendeu do pós-segunda grande guerra até a crise da década de 1970.¹

Conforme relembram Oliveira e Ferreira (2017), o orçamento público origina-se a partir da necessidade de autorização e controle da aplicação do dinheiro público, o que faz com que esteja intimamente ligado ao desenvolvimento do regime democrático e que surja como forma de oposição ao antigo Estado de caráter arbitrário, com raízes patrimonialistas. Em termos brasileiros, Pagnussat (2006) afirma que as primeiras tentativas de um planejamento governamental se deram no final da década de 1930, a

¹ Na década de 1970, assiste-se ao ocaso das estratégias de desenvolvimento dirigidas pelo Estado, em especial nos países periféricos, momento no qual a teoria econômica passa a novamente discutir com maior intensidade o papel do Estado na economia. Contudo, este assunto foge ao objetivo deste ensaio.

partir da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), bem como a elaboração, em 1939, de um “Plano Especial”, qual seja, o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que consistia em uma lista de despesas de capital, mas sem previsão de um arcabouço institucional para a respectiva implantação.

Pagnussat (2006) também relembra outros importantes marcos de planejamento brasileiro, tais como o Primeiro Plano de Metas (1956-1960); o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965); o Programa de Ação Econômica (1964-1967); o Decreto Lei nº 200/67; o Plano Decenal de Desenvolvimento (1967-1976); o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); o Orçamento Plurianual de Investimento (1968-1971); e os Programas Nacionais de Desenvolvimento (1972-1974 e 1975-1979), dentre outros instrumentos elaborados ao longo do regime militar (PAGNUSSAT, 2006).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), além de instituir, expressamente, o planejamento como premissa obrigatória para o setor público (art. 174, §1º, CF/88), previu ainda um aparato legal tripartido de planejamento orçamentário (art. 165, incisos, CF/88), composto pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), a serem elaborados em todas as esferas de governo (municipal, estadual, distrital e federal). Nesse passo, coube à União a tarefa de editar normas gerais sobre orçamento (art. 24, II e §1º, da CF/88), a qual o fez, sobretudo, por meio da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Já os estados e municípios foram incumbidos de legislar sobre questões orçamentárias atinentes às suas respectivas esferas de governo (art. 24, II e §2º; art. 30, I e II, da CF/88).

Suxberger e Lemos (2020) destacam que, a partir das concepções constitucionais atuais brasileiras, o orçamento público se revela como instrumento indispensável para as transformações sociais almejadas. Os autores salientam, porém, a existência de fragilidade quanto ao controle social das peças orçamentárias aprovadas pelo Poder Legislativo, destacando uma tendência nacional de abstenção de acompanhamento das ações estatais por parte da sociedade. Essa situação é preocupante, considerando-se que o controle social, a despeito da existência de controles institucionais tradicionais (controle externo e controle interno da Administração Pública), se mostra como um dos corolários da *accountability* no Setor Público (DEPRÁ; LEAL, 2017).

Abraham (2017) categoriza o orçamento público, quanto aos objetivos ou pretensões, em duas categorias: *orçamento clássico* e *orçamento-programa*. Enquanto o primeiro desdobra-se em peça meramente contábil, o segundo (modelo adotado atualmente no Brasil) contempla, além das típicas informações quanto a despesas e receitas, os programas de ação do Estado, identificando-se os projetos, planos, objetivos e metas estatais. Assim, com a entrada em vigor do atual texto constitucional, o orçamento-programa não só vincula a atividade governamental a um complexo sistema de planejamento prévio, mas também faz com que o orçamento deixe de ser uma mera peça contábil-financeira, instrumentalizando o debate sobre o desenvolvimento (DA SILVA, 2013; 2014).

Nesse sentido, o Plano Plurianual assume posição de relevante instrumento de planejamento, pois passa a contemplar, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para os programas de duração continuada (art. 165, §1º, da CF/88). Dessa forma, o PPA é de suma importância para a sistemática do orçamento-programa, representando um elo entre o planejamento governamental e o orçamento anual, na medida em que os investimentos do governo não podem ser realizados sem que estejam previstos em programas estratégicos contidos no instrumento legal em questão (DA SILVA, 2013).

Abraham (2017) também expõe uma categorização das leis orçamentárias cuja exposição se mostra bastante pertinente para os propósitos desta pesquisa. O autor afirma que, quanto à extensão do conteúdo, o orçamento pode ser: *impositivo*, conferindo ao Poder Público a obrigação de realizar todos os programas e despesas previstos em seu texto, de modo a criar verdadeiros direitos subjetivos aos cidadãos e, em contrapartida, deveres ao Estado; ou *autorizativo*, permitindo ao Poder Público realizar as despesas ali elencadas, mas sem obrigação de cumprimento em sua integralidade, ficando a cargo do gestor público a avaliação quanto ao interesse e conveniência da respectiva execução.

Lochagin (2016) lembra que a tradição, de que o orçamento público não teria mais que um caráter meramente autorizativo, teve sua primeira e mais sólida formulação ainda no século XIX, com a publicação da obra “Direito Orçamentário”, de Paul Laband. Dessa maneira, ainda segundo o autor, as teorias formalistas não concebem efeito jurídico ao

orçamento, considerando-o, quando muito, uma lei em sentido meramente formal, garantindo flexibilidade quanto à sua efetiva execução. Entretanto, o autor assevera que, embora dominante, tal pensamento se mostra questionável.

Semelhantemente, Torres (2014) afirma que não há qualquer dispositivo constitucional que confirme as leis orçamentárias brasileiras como meramente formais. Nesse sentido, o autor aduz que toda lei, no Estado Democrático de Direito, é lei em sentido material e formal, não se podendo retirar a natureza jurídica material das leis orçamentárias, sob pena de se incorrer em inconstitucionalidade. Dessa forma, para ele, com a entrada em vigor da Constituição de 1988, as decisões políticas dos planejamentos e metas dos planos plurianuais passaram a vincular toda a Administração Pública.

Em discussão sobre o tema, Leite (2011) defende que o posicionamento dominante, quanto ao caráter meramente formal das leis orçamentárias, deve ser revisto, invocando alguns argumentos para tanto. Primeiramente, afirma o autor que tal concepção se deve a uma herança histórico-política, da época em que o Brasil era uma monarquia constitucionalista. Assim sendo, a forma de governo e sistema de governo atual – república e presidencialismo, respectivamente – não mais coadunam com tal sistemática.

Leite (2011) sustenta ainda que, na realidade atual, o orçamento passou a ter novas funções, de modo a consubstanciar-se como um instrumento de programação econômica e ação governamental, isto é, um *orçamento-programa*, além de ser um importante instrumento de efetivação das políticas públicas. Assim, as novas técnicas do orçamento-programa o transformam em um instrumento de planos de desenvolvimento nacional, regional e setorial, visando à redução de desigualdades, sendo inconcebível tratá-lo como um mero ato administrativo no que tange às despesas.

Não é por menos que, na realidade brasileira, desde 2015, o Congresso Nacional vem se movimentando no sentido de tornar explícita a obrigatoriedade quanto ao cumprimento do planejamento orçamentário. Foi o que ocorreu com a Emenda Constitucional nº 86/2015, que obrigou o Poder Executivo a vincular percentual de 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Orçamento da União para emendas parlamentares individuais de execução obrigatória. No mesmo sentido, a Emenda Constitucional nº 100/2019 vinculou mais 1% da RCL para a destinação obrigatória às emendas de bancadas dos estados e do Distrito Federal.

Entretanto, as Emendas à Constituição Federal nº 100/2019 e nº 102/2019 trouxeram alterações ainda mais significativas no âmbito da Administração Pública federal. A primeira delas inseriu o § 10º ao art. 165 da Constituição Federal, dispondo que “a Administração Pública tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade”. Enquanto que a segunda inseriu o § 13º no mesmo artigo, especificando que a regra em questão é aplicável somente ao orçamento fiscal e da seguridade social da União, além do § 11º que definiu algumas especificações, tais como a possibilidade de não cumprimento do que fora planejado quando houver impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.

Há, portanto, claro movimento legislativo no sentido de se instituir caráter cada vez mais impositivo ao orçamento brasileiro. Desse modo, a tendência é que as assembleias legislativas estaduais, mais atentas à referida alteração, se alinhem a esses novos preceitos, incorporando-os às respectivas constituições estaduais e dirimindo, de uma vez por todas, a celeuma em torno do tema.

2.2 *Orçamento, Educação Básica e Desenvolvimento no Estado do Pará*

Superadas as considerações iniciais, analisa-se o papel do planejamento orçamentário em um contexto socioeconômico, como pressuposto para o alcance do desenvolvimento. No que tange à própria concepção de desenvolvimento, esta vem se modificando drasticamente ao longo da História, de modo que, em uma perspectiva mais contemporânea, o desenvolvimento afasta-se cada vez mais da noção de mero progresso econômico para voltar-se ao atendimento das premências sociais relevantes.

Nesse contexto, Amartya Sen (1993; 2010), partindo de uma compreensão com enfoque mais humanista, afirma que o desenvolvimento deve associar-se ao aumento das liberdades e capacidades de realização que são mais importantes para a vida de cada indivíduo, o que ele chama de *liberdades substantivas*, dentre as quais se inclui a educação. De maneira mais enfática, Sen (2010) ressalta que oportunidades sociais, tais como a educação, são importantes não somente para a vida privada, mas também para uma efetiva participação na vida política e econômica do Estado, indicando, ainda, deficiências na educação como grande barreira para participação de atividades econômicas mais sofisticadas.

Nesta mesma direção, North *et al* (2007), ao tentarem diferenciar as sociedades subdesenvolvidas das desenvolvidas, partem do pressuposto de que a principal distinção entre elas reside no acesso a importantes mecanismos de transformação social, sobretudo na política e na economia. As primeiras (chamadas pelos autores de “ordens sociais de acesso limitado”) seriam centradas na criação de direitos exclusivos e privilégios – incluindo a educação –, ao passo que, no âmbito das sociedades desenvolvidas (ou “ordens sociais de acesso aberto”) existiria um acesso universal aos bens mais preciosos da sociedade (saúde, educação, economia, política, etc.), viabilizando-se a equidade, solidariedade e inclusão social (NORTH *et al*, 2006).

De posse deste debate teórico-conceitual, é possível descer para a análise da problemática da educação no estado do Pará, que apresenta indicadores críticos. É o que se observa, por exemplo, ao se analisar o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), importante indicador brasileiro da qualidade de ensino. Em 2019, com relação à nota do quinto ano do Ensino Fundamental, o Pará dividiu a última colocação do *ranking* nacional com o Amapá, ambos com a nota 4,9, enquanto que a média nacional (somatório dos estados e Distrito Federal) foi de 5,76. A título de comparação, o estado de São Paulo, o mais bem colocado, alcançou a nota 6,7. Ainda em 2019, Pará e Amapá também figuraram na última colocação da nota do IDEB correspondente ao último ano do ensino médio, com 3,4, enquanto os estados mais bem colocados, Goiás e Espírito Santo, atingiram 4,8 (INEP, 2021).

Segundo a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a educação básica – que engloba a pré-escola, o ensino médio e o ensino fundamental – é obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade (art. 4º). Ademais, a lei em questão assevera que o acesso à educação básica obrigatória é um direito subjetivo, motivo pelo qual qualquer cidadão ou agrupamento social de cidadãos, além do Ministério Público, pode acionar o poder público para exigir o cumprimento de tal prerrogativa em favor de crianças e adolescente. Desse modo, é necessário averiguar a política pública de Educação Básica presente no PPA paraense, em especial a pertinente ao período 2016-2019, bem como os resultados que foram alcançados; isto é, até que ponto o PPA em questão representou, adequadamente, um instrumento de mudança social e indução ao desenvolvimento.

3 Metodologia

Para o cumprimento dos fins propostos, optou-se por realizar uma pesquisa prática (quanto à finalidade), exploratória (quanto ao objetivo) e quantitativa (quanto ao método), procedendo-se à análise documental (MARCONI; LAKATOS, 2017), a fim de possibilitar a realização de uma avaliação, ainda que parcial, do impacto da execução do PPA 2016-2019 nos indicadores da educação básica paraense. Assim sendo, mostrou-se necessária a análise da lei que instituiu o PPA em questão, bem como seus respectivos anexos e alterações posteriores, além de consulta a legislações e relatórios correlatos.

Ademais, foram consultados bancos de dados e documentos elaborados por órgãos de atuação nacional e estadual. As informações decorrentes serviram para a análise da situação do Estado do Pará à época da elaboração do PPA estadual 2016-2019, bem como para compará-la à conjuntura posterior ao término da vigência do Plano em pauta. Ressalta-se que alguns índices pontuais não foram aqui expostos, por não terem sido contemplados nos documentos analisados, entretanto, o levantamento realizado mostrou-se suficiente para uma avaliação global quanto ao tema, conforme proposto.

4 Resultados

Analisando-se o Mapa da Exclusão Social paraense, que acompanha o projeto de lei do PPA 2016-2019 – Lei estadual nº 8.335/2015 –, verifica-se que o Pará adota os seguintes indicadores para avaliação das políticas públicas mais intimamente ligados à educação básica (conforme previstos no art. 3º, inciso IV, da Lei estadual nº 8.327/2015): (i) taxa de aprovação total do Ensino Fundamental e Médio; (ii) reprovação total do Ensino Fundamental e Médio, (iii) taxa de abandono total do Ensino Fundamental e Médio; e, (iv) taxa de distorção idade/série total do Ensino Fundamental e Médio.

Nesse sentido, a tabela a seguir (Tabela 1) demonstra, de maneira compilada, a situação geral do estado do Pará, bem como de suas Regiões de Integração (RI), em 2015, no que se refere aos indicadores anteriormente mencionados.

Tabela 1 – Pará: Indicadores Gerais de Educação, 2015

Estado/RI	Aprovação total do Ensino Fundamental e Médio (em %)	Reprovação total do Ensino Fundamental e Médio (em %)	Abandono total do Ensino Fundamental e Médio (em %)	Distorção idade/série total do Ensino Fundamental e Médio
Pará	72,80	10,30	16,90	49,90
Araguaia	75,08	6,43	18,49	49,61
Baixo Amazonas	76,23	8,01	15,76	49,04
Carajás	73,39	5,80	20,81	49,92
Guajará	71,60	10,64	17,76	49,08
Guamá	70,69	10,44	18,86	58,57
Lago de Tucuruí	72,40	8,04	19,56	57,10
Marajó	72,24	11,44	16,31	63,84
Rio Caeté	72,61	9,89	17,50	60,43
Rio Capim	70,78	11,28	17,94	58,75
Tapajós	67,23	9,63	23,13	54,20
Tocantins	72,04	10,32	17,65	58,33
Xingu	73,63	6,10	20,27	52,86

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Mapa da Exclusão do Pará 2016 (FAPESPA, 2016).

A Tabela 1 demonstra que as Regiões Tapajós, Guamá e Rio Capim apresentavam as três piores taxas de aprovação total no ensino fundamental e médio. No que se refere à taxa de abandono do ensino fundamental e médio, lideravam o *ranking* as Regiões Tapajós, Carajás e Xingu. No que tange à taxa de distorção entre idade e série, encontravam-se em pior situação as Regiões Marajó, Rio Caeté e Rio Capim.

Em sentido inverso, no que se refere à taxa de aprovação, os melhores colocados foram Baixo Amazonas, Araguaia e Xingu. Com relação à taxa de abandono do ensino fundamental e médio, encontravam-se em melhores condições Carajás, Xingu e Araguaia. Por fim, com relação à distorção entre idade e série, figuravam, como as três melhores regiões, Baixo Amazonas, Guajará e Araguaia. Dessa forma, verifica-se que todas as regiões enfrentam problemas relativos à educação básica, em diferentes perspectivas, o que demonstra a necessidade de que as demandas regionais sejam encaradas com adequada atenção e minúcia por parte do poder público estadual.

A Educação foi incluída na dimensão estratégica da Inclusão Social, tendo-se privilegiado, dentre as políticas públicas educacionais, no que tange ao volume de recursos, o programa temático “Educação Básica”, para o qual foram alocados R\$ 12,2 bilhões (PARÁ, 2015). No caso dos outros programas atinentes à Educação, tem-se que,

para a Educação Profissional e Tecnológica, foi alocado o valor de R\$ 59,17 milhões; enquanto que para a Educação Superior, o montante alocado foi de R\$ 285,28 milhões.

A seguir (Tabela 2), os dados por região e o valor per capita, considerando-se a população estimada até 2014 para o grupo etário de até 18 anos².

Tabela 2 – Pará: PPA 2016-2019, distribuição regional de recursos para educação, população até 18 anos

Região	Previsto (i) em R\$ 1.000,00	População até 18 anos (ii) em 1.000 habitantes	Distribuição per capita (i/ii)
Araguaia	290.967	198,9	1.462,88
Baixo Amazonas	735.495	306,8	2.397,31
Carajás	461.669	252,17	1.830,78
Guajará	7.069.480	679,52	10.403,64
Guamá	892.207	256,00	3.485,18
Lago Tucuruí	225.105	167,64	1.342,78
Marajó	367.749	214,59	1.713,72
Rio Caeté	660.901	209,36	3.156,76
Rio Capim	472.644	276,04	1.712,23
Tapajós	84.155	101,21	831,48
Tocantins	850.267	351,22	2.420,89
Xingu	134.358	152,18	882,88

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PPA 2016-2019 do estado do Pará (PARÁ, 2015; FAPESPA, 2015a, 2015b, 2015c, 2015d, 2015e, 2015f, 2015g, 2015h, 2015i, 2015j, 2015k, 2015l).

Com base na Tabela 2, observa-se que os valores alocados para educação básica são desproporcionais com relação ao critério de mensuração adotado. Comparando-se, por exemplo, o quociente referente à Região Guamá com aquele pertinente à Região Xingu, verifica-se diferença de quase 400%. Nesse ponto, é importante ressaltar que o índice per capita da Região Guajará apresenta-se bastante superior ao das demais regiões em razão da concentração orçamentária e financeira de despesas relativas ao pagamento de pessoal e aquisições de bens de capital no município de Belém, sede da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), integrante dessa região. Nesse sentido, são alocados montantes que suprem financeiramente uma parcela proeminente da estrutura administrativa e de gestão da educação básica, no entanto, são beneficiadas, direta ou indiretamente, todas as demais regiões.

Além disso, é importante ressaltar que, conforme Volume I, do Anexo do PPA 2016-2019, dos R\$ 12,2 bilhões alocados para a educação básica, R\$ 10,4 bilhões foram

² A escolha dessa faixa etária é em razão de a educação básica, conforme exposto, ser legalmente obrigatória até os 17 anos. Nesse sentido, os indivíduos com até 18 anos (considerando-se eventuais distorções entre idade e série) representam a parcela populacional alvo da maioria das políticas públicas referentes à educação básica.

destinados às despesas com pessoal³, o que significa que o Poder Executivo estadual possui pouca discricionariedade para reconfigurar tal cenário, no sentido de reduzir as desigualdades regionais de alocação de recursos. Isso porque as despesas com pessoal são, em regra, obrigatórias, por remeterem a vínculos de natureza estatutária ou contratual. A seguir (Tabela 3), os índices que o Estado do Pará visava a atingir ao final daquele ciclo de planejamento de médio prazo, bem como o que foi realmente alcançado.

Tabela 3 – Pará: PPA 2016-2020, comparação entre índices esperados e atingidos no setor Educação

Região	Taxa de abandono do ensino médio		Taxa de abandono no ensino fundamental		Taxa de reprovação do ensino médio		Taxa de reprovação no ensino fundamental	
	Esperado	Atingido	Esperado	Atingido	Esperado	Atingido	Esperado	Atingido
Araguaia	6,76	12,30	10,25	4,40	15,77	10,50	6,40	9,60
Baixo Amazonas	8,53	8,20	4,19	2,30	11,25	9,80	12,88	8,00
Carajás	5,43	11,10	24,82	1,80	15,09	10,40	4,28	6,20
Guajará	14,3	6,80	5,59	1,40	41,7	12,60	16,6	6,80
Guamá	9,79	10,70	5,71	2,60	13,7	12,00	11,9	11,50
Lago de Tucuruí	7,73	11,80	8,38	3,70	14,01	10,60	7,39	13,30
Marajó	10,02	13,50	5,01	5,50	9,69	11,70	14,93	17,60
Rio Caeté	12,45	12,00	5,62	3,00	12,73	13,10	17,08	11,90
Rio Capim	8,75	12,50	4,91	2,60	15,4	11,60	11,6	11,20
Tapajós	10,32	16,00	-	3,60	13	9,60	-	12,30
Tocantins	7,57	12,30	4,32	3,60	11,2	9,60	9,8	15,00
Xingu	7,25	7,30	-	3,60	49,6	9,00	-	9,70

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PPA 2016-2019 e no Mapa da Exclusão do estado do Pará (2020) (SEPLAD, 2020; PARÁ. 2020).

Analisando-se a Tabela 3, percebe-se que, de uma maneira geral, o indicador com pior desempenho foi o de abandono ao ensino médio, atingido apenas nas regiões Baixo Amazonas, Guajará e Rio Caeté. No que tange à taxa de abandono do ensino fundamental e a taxa de reprovação no ensino médio, verifica-se que as metas estipuladas no PPA só não foram atingidas na Região do Marajó. Com relação à taxa de reprovação do ensino fundamental, não houve atingimento nas seguintes regiões: Araguaia, Carajás, Lago de Tucuruí, Marajó e Tocantins. Os dados a seguir (tabela 4) apresentam uma análise comparativa entre o que o estado do Pará almejava alcançar em relação ao IDEB do

³ Ressalta-se que as despesas com Pessoal ainda não se apresentam descentralizadas por município/região, estando concentradas no Município de Belém.

ensino fundamental e os índices finais apurados, após o encerramento do quadriênio 2016-2019:

Tabela 4 – Pará: PPA 2016-2019, relação entre o IDEB planejado e o alcançado

Região	IDEB 5º Ano			IDEB 9º Ano		
	Referência	Esperado	Alcançado	Referência	Esperado	Alcançado
Araguaia	3,7	4,7	-	3,2	4,7	3,1
Baixo Amazonas	3,9	4,8	-	3,3	5,1	4,0
Carajás	3,9	4,7	2,7	3,9	4,7	3,4
Guajará	4,1	5,0	5,0	3,1	4,9	3,4
Guamá	3,5	4,7	3,9	2,9	4,8	3,0
Lago de Tucuruí	3,9	4,6	3,2	3,0	4,3	3,1
Marajó	3,1	4,5	3,2	3,0	4,5	2,7
Rio Caeté	3,4	4,7	4,4	2,7	4,8	2,9
Rio Capim	3,8	3,9	3,6	3,1	4,9	3,1
Tapajós	4,0	4,8	-	-	-	-
Tocantins	3,5	4,6	-	3,1	4,9	3,2
Xingu	3,9	5,0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2016-2019 e Avaliação SEPLAD 2019

Conforme mencionado anteriormente, embora o estado tenha atingido parte de suas metas pertinentes a alguns dos indicadores mencionados, ressalta-se que no que tange à qualidade da educação prestada, o Pará, em 2019, apresentou resultados deficientes com relação aos parâmetros nacionais, como se observa na Tabela 4. Isso porque, com raras exceções (tais como o IDEB do 5º ano do Fundamental na Região de Guajará), o estado não conseguiu atingir os patamares do IDEB que foram almejados quando da elaboração do PPA 2016-2019. Ao contrário: em alguns casos, tais como o IDEB do 5º Ano do Fundamental na Região de Carajás e Lago de Tucuruí, houve retrocesso dos indicadores em questão.

Por fim, com base na Tabela 5, a seguir exposta, verifica-se, no que tange à execução orçamentária, que esta se mostrou bem aquém dos valores previstos no PPA estadual e, em alguns casos, até mesmo abaixo da quota efetivamente liberada para cada exercício. Isso sugere ineficiência do estado do Pará no que tange à utilização dos recursos alocados para a área, o que também contribui negativamente para a melhoria do ensino e, conseqüentemente, dos indicadores aqui analisados. Ademais, a situação reverbera no desenvolvimento de cada região, bem como no estado do Pará como um todo.

Tabela 5 – Pará: Recursos Financeiros para Educação Básica (em R\$ 1.000)

Ano	Programação Orçamentária		Execução Orçamentária	
	PPA – 2016	Orçamento Geral do Estado	Quota Liberada	Realizado
2016	2.807.899	2.807.899	2.731.728	2.395.757
2017	2.977.680	2.497.684	2.924.718	2.424.112
2018	2.980.268	2.569.690	2.910.529	2.637.761
2019	3.054.773	2.705.973	2.876.673	2.638.223

Fonte: Relatórios de Avaliação da SEPLAD (SEPLAD, 2017, 2018, 2019, 2020)

A partir dos dados apresentados, são possíveis algumas conclusões parciais, expostas a seguir. Contudo, conforme se observa, o tema se mostra bastante complexo e com nuances transdisciplinares, requerendo-se, assim, a realização de novas pesquisas correlatas no âmbito das mais diversas áreas de conhecimento.

5 Conclusões

A Constituição de 1988 trouxe uma nova configuração para o planejamento orçamentário brasileiro, incluindo, efetivamente, o orçamento-programa na realidade nacional, o que permitiu melhor atuação do poder público na mudança da realidade socioeconômica em todos os níveis de governo. Nessa perspectiva, as leis de caráter orçamentário não devem ser encaradas como um fim em si mesmo, sob o risco de representarem meras etapas de natureza formal dentro da sistemática de funcionamento da Administração Pública, com baixa utilidade prática e consequente geração de desperdício de recursos.

Assim, em um Estado Democrático de Direito, conforme preconiza a Constituição, não se mostra mais cabível compreender os diplomas legais de caráter orçamentário apenas como leis formais, ou mesmo como instrumentos meramente autorizativos de despesas. O regime democrático exige que, sobretudo o PPA e a LOA, sejam encarados com seriedade pelos administradores públicos, de sorte que estes devem envidar todos os esforços necessários para que o planejado seja efetivamente executado; ou, eventualmente, que sejam convincentes as justificativas para eventual execução incompleta.

A análise aqui realizada demonstra que o PPA 2016-2019 do Estado do Pará não cumpriu eficientemente sua função de alterar a realidade social estadual, no que tange à qualidade da Educação Básica, a despeito do alcance das metas dos indicadores analisados na maioria das regiões paraenses (taxa de abandono e taxa de reprovação do

ensino médio e fundamental). Desse modo, além de não se ter alcançado indicadores satisfatórios – sobretudo no que tange ao IDEB –, houve deficiência na própria aplicação de recursos orçamentários alocados, bem como na distribuição de recursos entre as diversas Regiões de Integração estaduais. Dessa forma, a educação básica de qualidade, como meio de inclusão social, ainda é uma realidade distante para boa parte da população paraense, o que representa uma limitação de acesso a um bem social que é indispensável para o desenvolvimento regional e estadual.

Verifica-se, também, dentre as diversas ações imprescindíveis para uma mudança de cenário, a necessidade de alteração da Constituição do Estado do Pará, no sentido de se reforçar o caráter impositivo das leis orçamentárias estaduais, a exemplo do que já ocorreu com a Constituição Federal. Tudo isso para que seja possível um controle mais sólido das ações do poder público, não só por órgãos oficiais de controle externo, mas, sobretudo, pelo povo, o legítimo detentor do poder estatal.

Finalmente, em um cenário de pandemia vivenciado a partir de 2020, torna-se importante a continuidade da pesquisa em direção ao PPA 2020-2023, especialmente no que se refere aos impactos causados na Educação Básica, diante da delicada situação dos indicadores apresentados, relativos ao PPA 2016-2019, agregando pesquisa mais detalhada sobre os valores orçamentários planejados e executados em cada região de integração.

Referências

- ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **Direito ao Desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
- DA SILVA, José Afonso. **Orçamento Programa**. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do (org.). *Tratado de Direito Financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FRIEDMANN, John. **Dois séculos de Teoria do Planejamento: uma visão geral**. In: Giacomi; Pagnussat (Org). *Planejamento e Orçamento Governamental – Coletânea Vol.1*. Brasília: ENAP, 2006.

INEP. **Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=8362406>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Araguaia**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015a.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015b.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Carajás**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015c.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Guamá**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015d.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Lago de Tucuruí**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015e.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015f.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Guajará**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015g.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Tapajós**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015h.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Tocantins**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015i.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Rio Caeté**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015j.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Rio Capim**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015k.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Xingu**. Belém: Diretoria Socioeconômica da FAPESPA, 2015l.

FAPESPA. **Mapa da Exclusão Social do Pará 2016**. Belém: Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, 2016.

FAPESPA. **Mapa da Exclusão Social do Pará 2020**. Belém: Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural, 2020.

FERNANDES, Rosana. **Planejamento e Gestão: o uso da avaliação na gestão pública estadual no âmbito dos planos plurianuais 2004-2007 e 2008-2011**. Tese de Doutorado. Belém: UFPA/NAEA, 2012.

LEITE, Harrison Ferreira. **Autoridade da Lei Orçamentária**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora Ltda, 2011.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. **A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo**. Série Direito Financeiro. São Paulo: Blucher Open Access, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NORTH, Douglass; WALLIS, John Joseph; WEBB, Steven; WEINGAST, Barry. **Limited Access Orders in the Developing World: A New Approach to the Problems of Development**. World Bank, Policy Research working paper n. WPS 4359, 2007.

OLIVEIRA, Cláudio Ladeira de; FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. O orçamento público no Estado constitucional democrático e a deficiência crônica na gestão das finanças públicas no Brasil. **Sequência (Florianópolis)**, p. 183-212, 2017.

PAGNUSSAT, José Luiz. **Introdução**. In: Giacomi; Pagnussat (Org). Planejamento e Orçamento Governamental – Coletânea Vol.1. Brasília: ENAP, 2006.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, Apr. 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad.: Laura Teixeira Motta. Companhia de Bolso: São Paulo, 2010.

SEPLAD. **Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2016-2019**. Belém: Secretaria de Planejamento e Administração, 2017.

SEPLAD. **Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2016-2019**. Belém: Secretaria de Planejamento e Administração, 2018.

SEPLAD. **Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2016-2019**. Belém: Secretaria de Planejamento e Administração, 2019.

SEPLAD. **Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2016-2019**. Belém: Secretaria de Planejamento e Administração, 2020.

SUXBERGER, Antonio Henrique GrAciano; LEMOS, Rubin. O orçamento público como instrumento de concretização da dignidade da pessoa humana. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 22, n. 126, p. 88-112, 2020.

TORRES, Heleno Tavares. **Direito Constitucional Financeiro: Teoria da Constituição Financeira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PROTEÇÃO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA DOS TRABALHADORES NOS AMBIENTES DE TRABALHO ATRAVÉS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ

Marcelo Viana Branches

*Engenheiro de Segurança do Trabalho – UNAMA –
mvbranches.eng@gmail.com*

Marcelo Viana Branches

EGPA – mvbranches.eng@gmail.com

RESUMO: A regulação brasileira é bastante abrangente no que diz respeito aos direitos do trabalhador. O Regime Celetista possui um conjunto de leis e normas regulamentadoras que protegem o trabalhador e colocam ao empregador uma série de obrigações e responsabilidades. Toda essa gama de legislação estende-se aos empregados públicos dos estados. Dentre elas, está a de prover a segurança e a saúde no ambiente de trabalho. Mas e o servidor público? Como fica a situação do trabalhador que tem regime próprio de previdência, gerenciado pelo governo estadual? Observa-se que há um alto índice de absenteísmo provocados por doenças decorrentes da prática profissional ou por sofrimento de acidentes de trabalho. Muitos por desconhecimento dos riscos envolvidos nas atividades, ou por ausência de ações, projetos e medidas que garantam a esses trabalhadores condições de segurança e conforto no ambiente de trabalho, provocando significativas perdas financeiras para o erário público. Assim, o objetivo deste trabalho é comparar a legislação, os números de afastamentos ocasionados por acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho, nas repartições regidas pelos regimes de CLT e RJU, entender porque eles acontecem e propor medidas capazes de proporcionar saúde e segurança aos servidores públicos do estado do Pará, por meio da gestão do conhecimento.

Palavras-chave: legislação, afastamentos, acidentes de trabalho, servidor público.

1 Introdução

Nos órgãos públicos observa-se que um grande número de trabalhadores se afasta de suas atividades por serem acometidos por doenças decorrentes da prática profissional ou por sofrerem acidentes de trabalho, na maioria das vezes, por desconhecimento dos riscos envolvidos na realização de suas atividades, ou por ausência de ações, projetos e medidas que garantam a esses trabalhadores condições de segurança e conforto no seu ambiente de trabalho, provocando significativas perdas financeiras para o erário público.

As condições de insegurança no trabalho nas repartições públicas regidas pelo Regime Jurídico Único - RJU, são bem mais recorrente do que naquelas instituições que são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Provavelmente isso acontece devido as instituições regidas pelo segundo regime, em grande parte, serem obrigadas legalmente a se submeterem ao cumprimento de medidas técnicas, médicas e educacionais apresentadas pelas Normas Reguladoras de Saúde e Segurança Ocupacional previstas na CLT, Lei 6.514/77 e Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho. Por conta disso, muitas delas possuem Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, de vários programas de promoção a saúde e proteção dos empregados, enquanto que os órgãos regidos pelo RJU não têm essa obrigatoriedade legal de cumprimento.

Sem essas imposições da legislação, os servidores públicos não têm conhecimento dos riscos de suas atividades, visto que não passam por treinamentos de orientação, não tomam conhecimento de procedimentos de segurança, por que não há, comportam-se sem preocupar-se com a adequação de suas posturas. Muitos postos não apresentam conforto ambiental adequado nem qualidades nos mobiliários. Todas essas condições expõem os trabalhadores a condições de agravo de sua saúde.

Neste sentido, a proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores nos ambientes de trabalho, através da Gestão do Conhecimento, faz-se necessário e adequada, de forma que, comparar os números de afastamentos ocasionados por acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho nas repartições públicas paraenses regidas pelos regimes de CLT e RJU, entender porque eles acontecem e propor medidas capazes de proporcionar saúde e segurança aos servidores por meio da gestão do conhecimento é a intenção deste trabalho.

Para a elaboração e alcance dos objetivos propostos neste trabalho, primeiramente verificou-se as legislações federais e estaduais a respeito da proteção da saúde do trabalhador, no intuito de identificar bases legais de amparo e proteção a saúde dos trabalhadores estatutários. Buscou-se entender o comportamento dos acidentes de

trabalho analisando os dados quantitativos apresentados no Anuário Estatístico da Previdência Social, em nível de Brasil e de Pará sobre Acidentes de Trabalho no ano de 2018, ano da última atualização desses dados pelos órgãos oficiais, inclusive, por Classificação Nacional de Atividade Econômica.

Analisou-se os indicadores atualizados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o tema em questão. O Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho é um dos cinco observatórios digitais da iniciativa SmartLab de Trabalho Decente, um laboratório multidisciplinar de gestão do conhecimento com foco na promoção do trabalho decente no Brasil.

Acessou-se na Divisão de Saúde Ocupacional da SEPLAD, via site informações sobre normas, procedimentos, projetos, programas ou qualquer outra forma de ações que são desenvolvidas por ela no intuito de promover saúde, segurança e conforto aos servidores estaduais. Além disso, procedeu-se pedido de acesso junto ao órgão aos registros de afastamentos de servidores públicos em decorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Por fim, tentou-se fazer um comparativo da quantidade de afastamento entre os trabalhadores estaduais admitidos pelos Regimes da CLT e RJU na tentativa de identificar qual deste é o que mais afasta, quais as maiores ocorrências de comprometimento da saúde e da segurança. Tudo isso na intenção de propor soluções de melhorias para tais acontecimentos e assim promover condições adequadas de conforto e segurança aos mesmos em seu labor.

2 Referencial teórico

A definição de acidente de trabalho pode ser obtida no artigo 19 da Lei nº 8.213/1991:

[...] Acidente de Trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (BRASIL, 1991).

A mesma lei equipara como acidente de trabalho as doenças do trabalho e profissional previstas no artigo 20, incisos I e II e aquelas resultantes das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, e também, todas as demais situações enunciadas nos incisos do artigo 21, do mesmo diploma legal.

O Brasil é um dos países do mundo que mais apresenta casos de acidentes de trabalho. Os dados estatísticos, mesmo não estando atualizados, trazem números assustadores de registros. Mesmo assim, atualmente, a legislação brasileira não prevê uma política unificada, válida para todos os trabalhadores, inclusive, servidores públicos, no que diz respeito à saúde e à segurança do trabalhador.

Essa falta de padronização dificulta até na coleta de dados. Não se tem, por exemplo, informações sobre as principais causas de afastamento dos servidores, ou em que áreas do serviço público as licenças mais ocorrem. Ou seja, há uma grande diferença no tratamento dado pela legislação aos trabalhadores celetistas e os servidores públicos.

"Hoje, o trabalhador celetista, filiado ao regime geral de previdência social administrado pelo INSS, ele tem uma análise estatística, epidemiológica, um acompanhamento dos afastamentos do trabalho muito mais adequado do que é feito para os servidores públicos. Eu tentei fazer um levantamento de dados de afastamentos dos servidores públicos de todos os estados do Brasil e dos principais municípios, e não obtive sucesso." (EDSON JUNIOR, 2013).

Pela legislação brasileira, é obrigação do empregador garantir segurança e saúde aos trabalhadores no seu ambiente de trabalho, de tal maneira, que mesmo em caso de ocorrência de acidente de trabalho, o regime geral de previdência social garante o pagamento de auxílio doença ou auxílio-acidente, se o empregado ficar fora do trabalho por mais de 15 dias, além disso, o trabalhador ainda mantém-se estável em seu trabalho por um ano após seu retorno do benefício, não podendo ser desligado da empresa, a não ser por justa causa. A lei ainda estabelece para as vítimas de acidentes de trabalho, a continuidade dos depósitos do FGTS enquanto o trabalhador está afastado.

A Segurança e Medicina do Trabalho, como legislação brasileira, está regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 (BRASIL, 2007). A Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 serviu de base para esta Portaria e alterou o Capítulo V do Título II da CLT, referente a este tema, cujos artigos vão dos 154 até o artigo 201.

Dentre as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214/78 está a de nº 07 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, PCMSO, a de nº 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, PPRA além de outras, também de grande relevância, totalizando atualmente 36 NR’s, de naturezas técnicas, médicas e educativas. Entretanto, todas elas são voltadas para o Regime Celetista. Não se encontra na legislação brasileira dispositivos de igual teor para os servidores públicos, sendo que cada ente federado estabelece sua própria política, ou não estabelece, ficando os trabalhadores sem essa proteção legal, alguns até preferindo ficar na omissão.

Por conta de não padronização na legislações sobre saúde e segurança do trabalho, principalmente na esfera pública, é que os dados estatísticos, de acordo com matéria disponível no site da Revista Proteção, atualizada em 18/02/2020, **por Martina Wartchow**, apontam que o Brasil registrou um aumento de 3,47% nos acidentes de trabalho de 2017 para 2018. No mesmo período, houve diminuição no número de mortes no trabalho em 1,59%, e da quantidade de trabalhadores incapacitados permanentemente em decorrência de acidente ocupacional, de 7,44%. (WARTCHOW, Martina, 2021).

Quando se trata de Acidentes do Trabalho por Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE, de acordo com o anuário, em primeiro lugar, aparecem as atividades de atendimento hospitalar, em segundo, o comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios (supermercados e hipermercados), em terceiro, a administração pública em geral, em quarto, o transporte rodoviário de cargas, em quinto lugar, o abate de suínos, aves e pequenos animais, e em sexto, as atividades de correio. O conjunto dessas seis atividades representa 22,97% do total de acidentes de trabalho em 2018 no Brasil. (WARTCHOW, Martina, 2021).

De acordo com os indicadores do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2012 a 2020, 21.467 trabalhadores e trabalhadoras sofreram acidentes fatais no Brasil, com uma taxa de mortalidade de 6 óbitos a cada 100 mil vínculos de emprego no mercado de trabalho formal. Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, que envolve o setor formal e informal da economia, o número de acidentes de trabalho graves notificados cresceu cerca de 40% em 2020, saltando de 94.353 em 2019 para 132.623 no

ano passado. Quanto às notificações no Sinan envolvendo crianças e adolescentes, desde 2007 foram registradas cerca de 29 mil ocorrências de acidentes de trabalho grave (1.312 notificações em 2020) e 51 mil casos se consideradas todas as ocorrências (a exemplo de intoxicações e acidentes com animais peçonhentos, entre outros) para a faixa etária de 5 a 17 anos (2.558 casos em 2020). De 2012 a 2020, foram registrados ainda 5,6 milhões de doenças e acidentes do trabalho que vitimaram trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, com um gasto previdenciário que, desde 2012, ultrapassa os R\$ 100 bilhões somente com despesas acidentárias, implicando perda de 430 milhões de dias de trabalho. O total de auxílios-doença por depressão, ansiedade, estresse e outros transtornos mentais e comportamentais (acidentários e não-acidentários) passaram de 224 mil em 2019 para 289 mil afastamentos em 2020, um aumento de 30% no ano da pandemia da COVID-19.

Em 2020, ano do início da pandemia, foram registradas 21 mil comunicações de acidente de trabalho e 51 mil afastamentos com casos de COVID-19. Entre as ocupações mais frequentemente informadas nos registros estão: técnicos de enfermagem (9%); faxineiros (5%); auxiliares de escritório (3%); vigilantes (3%); vendedores de comércio varejista (3%); e alimentadores de linha de produção (3%).

Grande parte desses profissionais que atuam na área da saúde notadamente são funcionários das redes públicas federais, estaduais e municipais, atuando muitas das vezes nas três esferas, aumentando assim suas exposições aos riscos de contraírem doenças de origem ocupacionais.

Como um todo, a participação da atividade de atendimento hospitalar no total de acidentes notificados cresceu de 11% em 2019 para 15% do total em 2020. Em números absolutos, o total de notificações de acidentes nesse setor cresceu 8% em relação ao ano anterior (de 53.173 em 2019 para 57.359 em 2020), ao passo que grande número de setores registrou queda no número de notificações.

Os números são alarmantes e referem-se apenas a registros feitos de trabalhadores regidos pela CLT, os quais tem todo um regramento normativo a disposição. Não aparecem nesses dados os acidentes sofridos por servidores públicos, que a julgar pelo descaso legal com suas proteções, devem também ter números bastante consideráveis, porém desconhecidos.

Em nível de Brasil, no sentido de melhorar a proteção da saúde dos

servidores públicos federais, o Ministério do Planejamento implantou, em 2009, o Sistema Integrado de Atenção à Saúde do servidor Público federal – SIASS e o Comitê de Atenção à Saúde do Servidor e em 2011, instituiu a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), através do Decreto de nº 7.602. O Pará não possui uma norma específica em saúde do trabalhador a exemplo de outros estados. instituiu na Secretaria de Planejamento e Administração a Diretoria de Saúde Ocupacional do Servidor, a qual tem por competência propor políticas públicas, definir normas, planejar, promover, executar e acompanhar as ações de gestão de perícia médica, readaptação e reabilitação funcional, saúde ocupacional e segurança do trabalho no âmbito do Poder Executivo Estadual. (PARÁ, 2021).

O artigo 157 da CLT determina que a empresa deva cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho. Considera que os danos gerados pelo acidente de trabalho são presumíveis, estando implícitos na própria gravidade da situação. Já, especificamente, para os servidores públicos, essas recomendações normativas obrigatórias na CLT não se aplicam.

A lei 6.54/77, no seu artigo 157, insiso II, orienta que é obrigação das empresas instruir os empregados, através de ordens de serviços, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.

A norma Regulamentadora de nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - no item 1.4.1, alínea b, insisos I e II, preconiza que cabe ao empregador informar aos trabalhadores os riscos ocupacionais existentes nos locais de trabalho e as medidas de controle adotadas pela empresa para reduzir ou eliminar tais riscos. No item 1.6.1 a norma cita que o empregador deve promover capacitação e treinamento dos trabalhadores em conformidade com o disposto nas NR. Esta mesma norma fixa os requisitos do programas de gerenciamento de riscos ocupacionais e das medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho.

Se de um lado, é direito dos trabalhadores conhecerem os riscos inerentes as suas atividades e do outro, há a obrigatoriedade das empresas em informar e criar meios de controlar e eliminar esses riscos. Observa-se que é admissível Gestão do Conhecimento voltado para saúde e segurança do trabalho nas organizações empregadoras.

Segundo Melo (2003) apud ALENCAR; FONSECA (2015), Gestão do conhecimento, objetiva democratizar o acesso aos conhecimentos obtidos por indivíduos, seja qual for o meio escolhido pelo gestor, organizando, classificando e criando dispositivos para sua disseminação conforme o interesse e propósito de um grupo. Uma organização que almeja funcionar de forma eficiente e eficaz transforma as informações em conhecimento incorporando e beneficiando a aprendizagem.

Para HACKETT (2002, p. 727) apud ALENCAR; FONSECA (2015), Gestão do Conhecimento é definida pela abordagem sistemática e integrada com vista a identificar, gerir e partilhar todos os ativos de informação de uma empresa, incluindo bases de dados, documentos, políticas e procedimentos, bem como conhecimento prévio não articulado e experiência dos indivíduos. Fundamentalmente, trata-se de disponibilizar a informação existente a nível coletivo e a experiência da empresa a cada trabalhador individualmente, que por seu turno é também responsabilizado pela utilização criteriosa das mesmas e pela realimentação do stock daquelas.

Valentim (2003) apud ALENCAR; FONSECA (2015), afirma que Gestão do conhecimento é o conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento, bem como estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo e formato adequados, a fim de auxiliar na geração de ideias, solucionar problemas e tomar decisões.

Proteger o trabalhador em seu ambiente de trabalho fazendo uma associação de Gestão do Conhecimento com a Segurança do Trabalho propicia o Gerenciamento dos Riscos Ocupacionais, uma vez que, devem-se atender os requisitos normativos, a legislação trabalhista, garantir a agilidade na implantação de medidas preventivas, estarem alinhado com a estratégia de produção da empresa e, principalmente, ser efetivo na preservação da qualidade de vida do trabalhador. Fatores que levam a melhorar o desempenho da Saúde e Segurança Ocupacional e estabelecer uma Cultura de Segurança do Trabalho. Tudo isso pode ser viabilizado com conhecimento.

Existem diversas categorias de servidores públicos, quais sejam: os Estatutários, os Temporários e os Celetistas. Destes, apenas os regidos pela CLT têm todo um amparo

legal das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional previstas na CLT, Lei 6.514/77 e Portaria 3.214/78 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

O RJU é diferente. Não dispõe de regulamentos de Saúde e Segurança do Trabalho, os servidores públicos estatutários e temporários são desprotegidos por não ter nessa legislação normas de proteção da saúde e segurança no trabalho, como acontece com os de regime de CLT o que garante as suas aplicabilidades dentro das empresas ou dos órgãos públicos que atuam sujeitos a esse regime.

A Constituição Federal de 1988 nos apresenta o princípio da isonomia, que garante que todos são iguais perante a lei, inclusive, no art. 6º, trás garantias de direito social à saúde a todos os trabalhadores. Por esta razão, há motivos para ser aplicada também aos serviços públicos, inclusive estaduais, ações, projetos e medidas de proteção que garantam o seu direito à saúde nos seus ambientes de trabalho.

A garantia de saúde dos trabalhadores também aparece na Constituição do Estado do Pará:

Art. 269 - Compete ao Estado garantir:

I - a fiscalização do cumprimento das medidas que visem à eliminação de riscos de acidentes e doenças profissionais e do trabalho;

II - informação aos trabalhadores a respeito de atividades que comportam riscos à saúde e dos métodos para o seu controle, com a participação das comissões internas de prevenção de acidentes;

III - controle e fiscalização, através de órgãos de vigilância sanitária, dos ambientes e processos de trabalhos, de acordo com os riscos de saúde, garantido o acompanhamento pelas entidades sindicais;

IV - participação das entidades sindicais e associações classistas na gestão dos órgãos estaduais de saúde do trabalhador e de proteção ao ambiente de trabalho;

V - a veiculação de programas de educação em saúde, previamente aprovados pelo conselho a que se refere o inciso VI do art. 265, através dos meios de comunicação de massa.

Art. 270 - Ao sistema estadual de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

VIII - assegurar aos profissionais de saúde capacitação técnica e reciclagem permanente, condições adequadas de trabalho para execução de suas atividades em todos os níveis, incentivo à interiorização e à dedicação exclusiva e tempo integral;

XIII - estabelecer normas, fiscalizar e controlar edificações, instalações, estabelecimentos, atividades, procedimentos, produtos, substâncias e equipamentos que interfiram na saúde individual ou coletiva, inclusive na saúde do trabalho; (BRASIL, 2005).

Se todos os trabalhadores apresentam riscos inerentes ao desempenho de suas atividades, capazes de provocarem danos a sua saúde ou a sua integridade física, os quais podem ser em forma de doenças profissionais ou do trabalho, ou acidentes típicos, da mesma forma, todos merecem ser protegidos nos seus ambientes de labor.

3 Metodologia

Os dados sobre a proteção da saúde do trabalhador para entender o comportamento dos acidentes de trabalho no que tange ao amparo e proteção dos trabalhadores estatutários foram obtidos analisando as legislações federais e estaduais. Por meio de acessos ao Anuário Estatístico da Previdência Social do ano de 2018, ano da última atualização dessas informações pelos órgãos oficiais, os dados apresentados em nível de Brasil e de Pará sobre as quantidades de Acidentes de Trabalho, inclusive, por Classificação Nacional de Atividade Econômica foram viabilizados. Também foram conseguidos dados relativos a acidente e doenças relacionados ao trabalho no Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, Série SmartLab de Trabalho Decente, publicados no site da Organização Internacional do Trabalho, OIT Brasília. Na página eletrônica da Divisão de Saúde Ocupacional da SEPLAD, buscaram-se referências sobre normas, procedimentos, projetos, programas ou quaisquer outras formas promotoras de saúde, segurança e conforto aos servidores estaduais sobre o assunto. Foram utilizados os dados do Relatório de Gestão do órgão 2020 sobre os registros de afastamentos de servidores públicos em decorrência de Perícias Médicas.

4 Resultados

Quanto às legislações federais e estaduais com a finalidade de proteção da saúde do trabalhador, verificou-se que há uma extensa legislação aplicável para o Regime Celetista, a exemplo das Normas Regulamentadoras que atualmente são 36. Para o RJU, tudo o que se encontra de legislação nesse sentido, refere-se a servidores públicos federais, como é o caso do Decreto nº 6.833/2009 que institui o Sistema Integrado de

Atenção à Saúde do servidor Público federal – SIASS e o Comitê de Atenção à Saúde do Servidor, o Decreto 6856/2009 que regulamenta o art. 206 da Lei nº 8.112/90 dispondo sobre os exames médicos periódicos, a Portaria Normativa nº 3, de 07/05/2010 que estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor – NOSS aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública federal – SIPEC, o Decreto nº 7.602, de 07/11/2011 que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) e a Portaria Normativa nº. 3, de 25/03/2013 que institui as diretrizes gerais de promoção da saúde dos servidores públicos federais, só pra citar as mais relevantes.

O Pará não possui norma específica em saúde do trabalhador. Em 04 de fevereiro de 2000, o Estado publicou a portaria de nº 04 que institui listagem de doenças/ agravos de notificação compulsória. A garantia de saúde dos trabalhadores somente aparece na Constituição do Estado, através dos artigos 269 e 270 e, ainda assim, de forma bem genérica. Identificou-se ainda, que o Estado instituiu na Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará a Diretoria de Saúde Ocupacional do Servidor exclusivamente para essa finalidade.

Quanto às ações dessa Diretoria, pouco se tem conhecimento das que foram formuladas efetivamente, assim como também não se teve acesso a dados estatísticos de relevância sobre a saúde dos servidores públicos. Somente observou-se através do Site da instituição um espaço denominado “Dialogo de Saúde e Segurança do Trabalho” onde algumas publicações informativas e/ou educativas foram colocadas a disposição dos servidores por meio de artigos, de forma virtual, sobre variados temas, sendo que estes nem são totalmente de cunho ocupacional, direcionados aos tratamentos dos riscos específicos das práticas das atividades. No total foram 34 publicações, tendo 291 acessos.

Verificou-se no Anuário Estatístico de Previdência, que no ano de 2018, no Pará, dos trabalhadores na ativa, 62,48 % sofreram acidentes de trabalho típicos, 15,54 % sofreram acidentes de trajeto, 1,20% acometeram-se de doenças do trabalho registrados no INSS. Além desses, 20,78% tiveram acidentes de trabalho identificados através de perícia ou por outros instrumentos, como os nexos técnicos previdenciários. Tais acidentes referem-se somente a trabalhadores regidos pela CLT.

Quanto aos afastamentos de servidores públicos, regidos pelo RJU, por acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais, identificou-se no Relatório de Gestão 2020 da SEPLAD que houveram somente 03 (três) registros de acidentes de trabalho via GIAT (Guia de Informação de Acidente de Trabalho). Se considerarmos que em 2020, foi assinado o decreto de Nº 674, de 08 de abril, reconhecendo que o falecimento de servidores da Saúde, Segurança Pública e Assistência Social em decorrência da Covid-19, adquirida no exercício da atividade como Acidente de trabalho, verifica-se que há falhas de registro de Acidentes de trabalho. Ou seja, os dados neste sentido são bastante imprecisos. Através do mesmo Relatório, verificou-se que foram realizadas em 2020, de janeiro a novembro, 12.230 inspeções periciais. Verificou-se ainda, que até 03 de dezembro de 2020 foram concedidas 649 readaptações, sendo 150 definitivas e 499 provisórias. Porém não foi possível extrair dessas informações os dados que fazem relação com a segurança e saúde ocupacional, impossibilitando fazer comparações entre os regimes de contratação pra saber qual destes mais afastam os trabalhadores de suas atividades, nem qual o tamanho da perda financeira para o erário publico estadual provocados por esses afastamentos relativos ao trabalho.

5 Conclusões

Para reduzir os afastamentos e dar garantia efetiva de Promoção à Saúde no trabalho nas Instituições Pública sugere-se que haja uma mudança nas ações de atenção a saúde dos servidores criando uma legislação adequada com normas técnicas, médicas e educativas específicas, similar as que já são praticadas no Regime Celetista. Também recomenda-se realizar avaliações periódicas de saúde por meio de exames específicos direcionados aos riscos das atividades, assim como implantar os Serviços Especializados de Segurança e Medicina do Trabalho para que implementem programas de prevenções de riscos a segurança e saúde dos servidores. Alerta-se para a necessidade de melhoria dos ambientes utilizando mobiliários ergonomicamente adequados. Assim, é possível proporcionar bem-estar e ambiente saudável aos servidores, garantindo saúde e segurança como como direitos funcionais, integrados aos fatores individuais, organizacionais e situacionais.

O direito à saúde dos servidores públicos deve incorporar a participação

dos mesmos em todo processo, o que inclui a gestão de ações de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a definição de práticas saudáveis, a promoção de um relacionamento interpessoal adequado, o acompanhamento do perfil epidemiológico da saúde do servidor e a realização de avaliação ambiental e fatores de risco relacionados ao ambiente de trabalho. É importante somar-se a tudo isso bons programas de capacitação e treinamento com enfoque na segurança e saúde ocupacional. As atividades de promoção da saúde, se bem implementadas nas instituições, por profissionais especialistas na matéria, podem ser primordiais na redução dos riscos gerados nos ambientes de trabalho, afastando os acidentes e as doenças ocupacionais, gerando com isso, economia financeira para o erário público estadual. É auspicioso recomendar Gestão do Conhecimento nas repartições públicas que incorpore as iniciativas sugeridas visando uma mudança de paradigma quanto à assistência a saúde do servidor propiciando a transformação na qualidade de vida nos ambientes de trabalho das organizações.

Referências

ACIDENTE de trabalho - A falta de regras específicas no setor público (10'13"). **Rádio Câmara online**. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em 18 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição. Acesso em 12 fev. 2021.

ALENCAR, Cléa Maria Machado de; FONSECA, João José Saraiva da. *Gestão do Conhecimento*. 1ª Ed. EGUS, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Legislação em saúde: caderno de legislação em saúde do trabalhador / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. – 2ª. ed. rev. e ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

PARÁ, Govrno do Estado. Disponível em: <<http://seplad.pa.gov.br/saudeocupacional-2/>>. Acesso em 11 fev. 2021.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo *et all*. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 3ª ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Presidência da República. Lei n. [8.213](#), de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os

Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em 11 fev. 2021.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. 6ª Ed. São paulo: LTR, 2011.

WARTCHOW, Martina. Números de Acidentes de Trabalho 2018. Revista Proteção. Disponível em: <https://protecao.com.br/destaque/saem-numeros-de-acidentes-de-trabalho-de-2018/> . Acesso em 11 fev. 2021.

Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, Série SmartLab de Trabalho Decente, publicados no site da Organização Internacional do Trabalho, OIT Brasília. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_783190/lang-pt/index.htm. Acesso em 05 set. 2021.

VALENTIM, M.L.P. Inteligência Competitiva em Organizações: dado, informação e conhecimento. In: Revista de Ciência da Informação. Vol 3 nº 4 Ago/02. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm. Acessado em 12/03/2015

GESTÃO PÚBLICA: O PAPEL DO CONTROLE INTERNO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Sérgio Santana Rocha¹
Jax Nildo Aragão Pinto²

RESUMO: A gestão pública na contemporaneidade busca problematizar os desafios da vida societária, abrindo canais de diálogos junto aos públicos. Nessa linha a transparência e o controle interno são ferramentas indispensáveis nos processos da administração. O presente trabalho apresenta a seguinte questão: Como a aplicação do Controle Interno pode contribuir para ampliar o diálogo, subsidiando a tomada de decisões na Gestão Pública do município de Rondon do Pará, sudeste paraense? Com isso, o objetivo foi analisar a aplicabilidade do Controle Interno como uma ferramenta colaborativa nas tomadas de decisões na Gestão Pública. Para isso, a metodologia utilizada foi a qualitativa, com base no estudo de caso, tendo como procedimentos a revisão bibliográfica sobre os temas: Gestão Pública, Controle Interno, Controle Interno na Gestão Pública Municipal e a aplicação de questionário semiestruturado, visando obter as informações necessários sobre o objeto de pesquisa. O estudo permitiu apontar que o Controle Interno tem aplicabilidade na gestão pública municipal, servindo como uma ferramenta colaborativa e dialógica nas tomadas de decisões, gerando benefícios ao ente público e à sociedade, maior beneficiária dos serviços possibilitados pela gestão pública.

Palavras-chave: Gestão Pública. Controle Interno. Gestão Municipal.

ABSTRACT: Contemporary public management seeks to problematize the challenges of corporate life, opening channels of dialogue with the public. In this line, transparency and internal control are indispensable tools in management processes. This paper presents the following question: How can the application of Internal Control contribute to broaden the dialogue, subsidizing decision-making in Public Management in the municipality of Rondon do Pará, southeastern Pará? Thus, the objective was to analyze the applicability of Internal Control as a collaborative tool in decision making in Public Management. For this, the methodology used was qualitative, based on the case study, having as procedures the bibliographic review on the themes: Public Management, Internal Control, Internal Control in Municipal Public Management and the application of a semi-structured questionnaire, in order to obtain the information information about the research object. The study showed that Internal Control has applicability in municipal public management, serving as a collaborative and dialogical tool in decision making, generating benefits for the public and society, the greatest beneficiary of the services made possible by public management.

Keywords: Public administration. Internal control. Municipal Management

¹ Graduado em Ciências Contábeis e especialista em gestão pública e tributária pela Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Email: sergioderocha1@gmail.com

² Doutor em Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) Fiocruz, professor adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Email: jaxp3072@gmail.com

1 Introdução

Por muito tempo a administração pública não tinha o controle em atender à crescente demanda da população por tarefas públicas mais competentes e eficazes. A aquisição de bens e serviços não seguia as normas de uma legislação eficaz, dessa forma os custos ficavam muito altos. Então iniciou-se o processo de mudanças nesse aspecto, especialmente nas licitações e contratos administrativos.

Considerando que uma das finalidades da administração pública é a prestação de serviços de qualidade à população e que o dinheiro público seja utilizado de forma lícita e transparente pois são procedentes dos tributos pagos pela sociedade o que não difere das compras públicas, em que o Estado como qualquer outra organização, deve proporcionar os suprimentos de suas necessidades e usufruir do dinheiro público da melhor forma possível, com responsabilidade e eficiência nos seus gastos.

O processo de compras no setor público municipal seja a contratação de obras e serviços ou materiais utiliza boa parte do gasto do orçamento público, em que para executá-lo é necessário adotar procedimentos rigorosos preestabelecidos e determinados pela gestão municipal.

O combate à corrupção e a formação de cartéis com objetivo da supervalorização de preços nas compras públicas deve ser analisado por meios de controle de desvios e transparência na gestão, para que se atinja um nível superior de controle é preciso simplificar processos, aumentar o investimento na tecnologia e principalmente na transparência de compras públicas. A partir disso, faz-se necessário a existência de um método de controle interno para que a gestão municipal gerencie da melhor forma possível os recursos financeiros públicos.

Diante do exposto, o estudo busca responder a seguinte questão-problema: diante da gestão pública dialógica e colaborativa, qual o papel do controle interno no processo de tomada de decisões? Com isso, a pesquisa justifica-se pela necessidade de que a Gestão Pública Municipal tem de controlar o seu orçamento público, e por essa razão o Controle Interno é denominado como atividade imprescindível para as tomadas de decisões perante a situação atual de um Município. Com a ausência do Controle Interno na Gestão Pública, não será possível mensurar o cumprimento de metas, bem como da execução de orçamentos, pela inobservância de um dos intrínsecos elementos da administração.

A partir da pesquisa realizada neste estudo percebe-se que o controle interno está interligado com a Economicidade, Eficiência e Eficácia, considerando-se que, aquele apresenta técnicas e sistemas de utilidade para a gestão pública municipal. Vale ressaltar que, o sistema de controle interno precisa de programa de informática integrado com os demais setores da gestão pública, que deverá informar através de relatórios os índices necessários para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todo este artigo é expressivo socialmente dentro dos padrões éticos, visando contribuir para o avanço do setor público de modo geral. De forma mais particular, este artigo visa contribuir para área acadêmica e científica de gestão pública municipal, levando em consideração que a atuação do controle interno requer uma abordagem específica, e faz-se necessário que o agente público saiba desenvolver o seu papel perante os serviços requeridos.

Conforme a organização do trabalho, o artigo é composto por cinco seções. Após a introdução é apresentada a revisão da literatura, que aborda os aspectos relacionados à

Gestão Pública, Controle Interno e o Controle interno na gestão pública municipal. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A quarta trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

2 Revisão Da Literatura

2.1 Gestão Pública

A Gestão Pública é a responsável pela organização, processo decisório de formulação, avaliação e implementação das políticas públicas de competência do Estado, esta é gerida por um corpo de recursos humanos contratados pelo Estado, conduzidos por um núcleo político eleito para assumir os governos das esferas administrativas (PERES, 2019).

Observa-se que a Constituição de 1988 determinou os padrões do Estado Brasileiro que tem como característica a Federação, ou seja, que o poder político-administrativo é dividido de forma descentralizada onde são chamados Estados Federados. A Federação brasileira está descrita no art. 1º e 18º da Constituição Federal, da seguinte forma:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento.

Art. 18. A Organização Político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Verifica-se nesses artigos que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios constituem entes de autonomia que contém semelhança com a Constituição Federal. Dessa forma, quando for concedido competências de forma individual a esses entes pela Constituição, cada um terá autonomia para administrar ou legislar essa atribuição.

A Gestão Pública no seu sentido formal, caracteriza o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado no exercício da função administrativa seja no poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou qualquer outros organismos estatais, ou seja é a gestão que busca satisfazer os interesses e as necessidades da sociedade em geral, prestando serviços públicos na área de saúde, segurança, educação entre outros, por meio do planejamento, organização, direção e controle de todos os procedimentos administrativos (BODART, 2015).

De acordo com Meireles, Gestão Pública é:

É o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração Pública é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. (MEIRELLES, 2010, p. 65).

A Gestão Pública se torna relevante devido a responsabilidade que impõe sobre seus agentes, órgãos, servidores públicos, executores das diversas atividades, onde atuam com competência com o objetivo de atender às necessidades e interesses da população de maneira eficiência e eficaz. Respalda-se na execução de atividades administrativas (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2019).

A Gestão Pública é dividida em direta e indireta, a direta é representada pelos poderes da União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, onde esses órgãos não são favorecidos com sua própria personalidade jurídica. As despesas que estão ligadas à administração são analisadas no orçamento público onde acontece a desconcentração administrativa, que é a representação de tarefas. A administração pública indireta é a passagem da administração por meio do Estado a outras pessoas jurídicas como empresas públicas e organismos privados. Assim sendo, acontece a descentralização administrativa, isto é, a função da administração é passada para outra pessoa jurídica (PEREIRA, 2016).

A função primordial na gestão pública é fornecer serviços e utilidades à coletividade. Dessa forma, por serviço público, em seu sentido mais amplo, entende-se todos aqueles realizados pelo estado ou por seus delegados para a satisfação de necessidades da comunidade (PEREIRA, 2016).

2.2 *Controle Interno*

O controle interno compreende todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos. Em outras palavras o controle interno está compreendido no plano de organização e todo o conjunto elementos direcionado pelos métodos e medidas almejados pela empresa, com a intenção de preservar o seu patrimônio, verificar a sua exatidão e fidedignidade dos fatos contábeis, de forma a propiciar a eficiência operacional e motivar a obediência às diretrizes estabelecidas pela administração da empresa (ATTIE, 2018).

Diversos autores têm apontado que o “controle em tema de administração pública, é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro” (Meirelles, 2011, p.713). O controle interno tem o objetivo de avaliar, medir e controlar as atividades do órgão da gestão pública, de caráter independente, prestando consultoria e assessoria à alta administração pública. Tem como finalidade constatar a eficiência, efetividade, eficácia, legalidade e legitimidade das atividades administrativas e financeiras exercidas pelos diversos componentes do órgão em questão, executando de forma minuciosa o acompanhamento das políticas almejadas pelo gestor responsável, dando subsídios para ajustes, correções e aperfeiçoamentos direcionados para atingir as metas estabelecidas.

De acordo com os artigos 31 e 70 da Constituição Federal de 1988:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

O controle interno abrange todos os instrumentos de um contexto organizacional, alocados a vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que proporcionam prever, visualizar, dirigir os acontecimentos realizados na empresa que refletem em alteração no patrimônio (FRANCO E MARRA, 2013).

A Lei Federal 4.320/64 em seu artigo 75-80 diz que:

Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Art. 76. O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Art. 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.

Art. 78. Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

Art. 79. Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o controle estabelecido no inciso III do artigo 75.

Parágrafo único. Esse controle far-se-á, quando for o caso, em termos de unidades de medida, previamente estabelecidos para cada atividade.

Art. 80. Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

Diante disso, observar-se que controlar é o mesmo que analisar de forma constante todos os aspectos do plano pré-estabelecido no ambiente organizacional, com o objetivo de adequar não conformidade em relação aos padrões e metas adotados pela administração de planejamento.

O controle é adoção e utilização, nas mais diversas atividades executadas pela empresa de todos os setores, com o intuito de promover, dirigir, restringir, governar e verificar as transações, com o propósito de atingir os seus objetivos estabelecidos. Vale ressaltar que os meios de controle se incluem, no entanto, não estão limitados à forma de política, padrões, sistemas, plano de contas, procedimentos, orçamentos, instruções organização, comitês, registros, métodos e auditoria interna (MIGLIAVACCA, 2002).

Para que se verifique a importância do controle interno é de suma importância que se analise a missão e visão da empresa em questão. O controle interno demonstra em uma organização os procedimentos, métodos cujos objetivos estão direcionados a proteger os ativos da pessoa jurídica, bem como produzir os fatos contábeis verídicos e auxiliar a administração da empresa a conduzir da melhor forma possível o grupo empresarial (ATTIE, 2018).

Attie ainda diz que, o aspecto conceitual, a interpretação dos dados e a importância do controle interno englobam uma imensa gama de procedimentos e práticas que quando em conjunto proporcionam o controle. É importante salientar que, a administração da empresa é total responsável pelo estabelecimento, e que por meio do controle interno, pode-se verificar e observar se os objetivos da empresa estão sendo trabalhados dentro da organização (ATTIE, 2018).

2.3 Controle Interno Na Gestão Pública Municipal

A Gestão Pública Municipal é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade. Porém, para que haja eficiência na gestão correspondente à administração de um município é necessário que se estabeleça os objetivos que se almeja alcançar para, enfim, realizar a gestão de forma eficiente. Segundo Lima, a gestão pública é caracterizada como a capacidade de fazer o que precisa ser feito. Importante frisar que, uma gestão pública deve ser composta por um conjunto ação que visa os interesses públicos do município respectivo (LIMA, 2006).

Diante disso, destaca-se que quanto maior for a demanda, ou seja, a necessidade de um planejamento eficiente no município, maior deverá ser a capacidade do gestor público atuante, principalmente se os recursos financeiros disponíveis estiverem limitados ou escassos. A organização dos estados brasileiros compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, onde apenas a união poderá interferir nos estados, distrito federal e municípios, porém o princípio é o da não intervenção, que só ocorrerá em casos excepcionais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art.34)

A autonomia do município brasileiro está assegurada na Constituição da República para todos os seus assuntos de interesse local, e se expressa sob o tríplice aspecto administrativo, financeiro e político. Segundo a Constituição Federal de 1988 Art. 30:

Art. 30 - Compete aos municípios:

I- legislar sobre assuntos de interesse local;

II- suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

III- instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas;

IV- criar, organizar e suprimir os distritos, observada a legislação estadual;

V- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI- manter com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, assim como serviços de atendimento a saúde;

VII- prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento a saúde da população;

VIII- promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX- promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observando a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Conforme Castro o controle interno na gestão administração pública é formada por um conjunto de procedimentos e métodos adotados resguardar os atos praticados pelo gestor e o patrimônio sob sua responsabilidade, observando e garantindo a fidedignidade aos dados contábeis e segurança às informações repassadas. O controle interno abrange o plano de estratégico de organização e todos as medias adotadas visando proteger ativo da entidade, verificando a exatidão dos dados contábeis, bem como a eficiência operacional da instituição pública ou privada (CASTRO, 2001). A seguir será apresentada a estrutura do controle interno aplicado na gestão pública.

Quadro 1 – Componentes do controle interno aplicados ao setor público

Componentes de Controle	Descrição
Ambiente de controle	O ambiente deve demonstrar o grau de comprometimento em todos os níveis da administração com a qualidade do controle interno em seu conjunto.
Mapeamento e Avaliação de Riscos	Identifica os eventos ou as condições que podem afetar a qualidade da informação contábil e avalia-os segundo sua relevância. A avaliação dos riscos inclui a avaliação da probabilidade de ocorrência, da forma em que são gerenciados, a definição de ações para prevenir a ocorrência ou minimizar seu impacto e as respostas aos riscos identificados.
Procedimentos de Controle	Medidas ou ações para prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais que comprometam a tempestividade, fidedignidade e precisão da informação contábil. Classificam-se em procedimentos de prevenção e de detecção.
Monitoramento	Acompanhamento dos pressupostos do controle interno com o objetivo de assegurar se este está adequado aos objetivos da entidade, ao ambiente em que está inserida, aos recursos disponíveis e aos riscos inerentes.
Informação e Comunicação	Tais sistemas devem identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, clara e tempestivamente, para que sejam realizados os procedimentos e responsabilidades estabelecidos, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento e contribuir para o alcance dos objetivos de controle interno.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CFC (2008)

Diante disso, para que esses componentes possam ser efetivamente aplicados, é de suma importância que se atente para alguns critérios, tais quais: a) Controle certo, no tempo e no lugar certo; b) Controle aplicado junto ao ato praticado e proporcional aos riscos envolvidos; c) Controle funcionando de forma permanente e com consistência; d) Controle com custos adequados, sem ultrapassar os benefícios dele advindos; e) Controle como uma ferramenta auxiliar do dirigente mediante as tomadas de decisões; f) Controle com métodos eficientes de prevenção (CASTRO, 2001).

Santos menciona e classifica o controle interno aplicado na gestão pública em administrativo, legislativo e judiciário:

O Controle Administrativo é exercido pelo Poder Executivo sobre suas próprias atividades, mantendo-as sempre dentro dos parâmetros legais, de acordo com as necessidades do serviço e das exigências econômicas para sua realização. Esse tipo de controle pode ocorrer através de recursos administrativos (para pedir uma nova análise de uma decisão dada pela administração); representação administrativa (denúncia formal de

irregularidades internas de atos da administração); reclamação e pedidos de reconsideração (quando solicita a invalidação ou modificação do ato nos termos pretendidos). O procedimento para exercer o esse tipo de controle é através de instauração de processo administrativo, tendo como etapas subsequentes à defesa, o relatório e o julgamento. O Controle Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional (União), Assembleia Legislativa (Estados) e Câmara dos Vereados (Municípios) sobre os atos do Executivo, tendo por objetivo resguardar os interesses do governo e da população. Para apurar os atos do poder executivo através do controle legislativo é necessária à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituindo um representante para acompanhar o julgamento do processo, via judicial. O Controle Judiciário é exercido pelo Poder Judiciário sobre os atos dos três poderes de governo (União, Estados, Municípios). Esse controle é exercido através de mandado de segurança (para proteger direito individual próprio, líquido e certo, por ato de qualquer natureza); ação popular (movida por qualquer cidadão para invalidar atos ou contratos administrativos); representação de inconstitucionalidade de lei ou ato federal ou estadual, sendo o julgamento de competência do Supremo Tribunal Federal (STF) (SANTOS, 2006, p. 71-72).

Castro afirma que, o controle é dividido em: Controle prévio, Controle concomitante, Controle subsequente. Segundo o autor, o Controle prévio é aquele que antecede a conclusão ou operação do ato, tem o objetivo de promover segurança aos atos praticados pelo administrador e servidores. O Controle concomitante é aquele que acompanha a execução do ato, observando a regularidade de sua formação de modo garantir a execução da ação. O Controle subsequente é aquele executado após a conclusão do ato, com o intuito de corrigir eventuais erros, podendo declara-lo eficaz ou nulo (CASTRO, 2001).

Conforme exposto pelos autores acima, percebe-se que o controle interno municipal é utilizado também para verificar o cumprimento das leis orçamentárias e da aplicação dos recursos recebidos da União e dos Estados mesmo que de forma interna. O controle interno serve para conferir dentre outros fatores, a alocação dos recursos financeiros de forma interna da gestão pública, dessa forma é notório a sua importância para a administração pública municipal.

Vale ressaltar que, quando da transferência intergovernamental, uma vez ocorrida irregularidades quanto à aplicação dos recursos, de imediato gera-se o cancelamento do convênio, sendo de responsabilidade do município efetuar a devolução do valor recebido, ficando ainda impossibilitado de firmar novos convênios.

3 Metodologia

Quanto ao método, utilizou-se o dedutivo envolvendo um processo de análise detalhada da informação fazendo a utilização do raciocínio lógico, bem como da dedução para obter uma conclusão sobre um determinado objeto (LAKATOS E MARCONI, 2007).

Quanto a sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos (VERGARA, 2004). Quanto aos objetivos a pesquisa se caracterizou como exploratória envolvendo levantamento bibliográfico, e experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos (SEVERINO, 2002).

Quanto a sua forma de abordagem a pesquisa é qualitativa com critérios de investigação científica focado no caráter do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Esse tipo de pesquisa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, ela tem como característica uma análise subjetiva do objeto de estudo que não pode ser traduzido em dados numéricos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa foi realizada nas Secretarias Municipais de Rondon do Pará. As fontes a serem utilizadas para esta pesquisa serão as seguintes: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, Biblioteca virtual UNICAMP, Periódicos CAPES, Pesquisa REPOSITORIUM, Digital USP.

A amostragem a ser adotada foi a não probabilística, ou seja, esse tipo de amostra determinada por ordem do pesquisador, não há uma aleatoriedade para a escolha de um elemento da população. A amostragem é a técnica utilizada para obter uma amostra de uma população. A amostra da pesquisa será o setor Gestão da Secretária Municipal de Rondon-PA (GIL, 2008).

Quanto ao procedimento de coleta de dados, a pesquisa se caracterizou como bibliográfica abordando o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica versou sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, buscando-se informações em livros, periódicos, artigo de jornais e dentre outros. O estudo de caso é baseado em obter e analisar informações sobre uma comunidade, um grupo, uma família ou determinado indivíduo com a intenção de estudar os diversos aspectos de sua vida, em conformidade com o assunto da pesquisa (YIN, 2004).

Quanto aos instrumentos de pesquisa utilizou-se o questionário composto de 10 (dez) questões abertas e dissertativas, enfatizando a importância da aplicação do Controle Interno na Gestão Pública Municipal de Rondon-PA (GIL, 2014).

4 Discussões Dos Resultados

Neste tópico serão apresentados os dados coletados onde foram entrevistadas 6 pessoas que compõem a Secretaria Municipal, Planejamento e Gestão; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria de Administração – Setor de Planejamento Municipal de Rondon do Pará, onde aplicou-se um questionário composto de perguntas abertas, no período de 05 de novembro de 2020 até 27 de novembro de 2020.

As questões orientadoras da pesquisa foram abertas e estiverem vinculadas a busca de encontrar evidências sobre a importância e função do Controle Interno na gestão municipal e de acordo com as entrevistas colhidas durante a pesquisa percebe-se que o controle interno analogicamente falando possui um grande papel de orientar o processo de gestão pública municipal. Neste sentido, é por meio de sua orientação que a gestão vai ser conduzida. O Controle interno tem um papel de acompanhamento e correção das ações de tomadas pela gestão tentando prevenir danos ao patrimônio público e falhas que possam ser passíveis de punição pelos órgãos de controle externo. É de suma importância,

pois é o setor responsável a dar legalidade e respaldo as ações diretas do gestor, dando parecer e relatórios diretos ao bom andamento da coisa pública.

Os entrevistados relataram que observam o controle interno como uma relação de cooperação mútua, ou assim deveria ser para que os trabalhos pudessem ter eficiência. Uma vez que o controle interno tendo um bom relacionamento com o gestor contribuiria para desburocratizar os serviços e um melhor controle das ações dos agentes públicos. Existe uma relação positiva, mas nem sempre amigável. No sentido positivo, o Controle Interno exerce um papel de consultor, reduzindo as dúvidas sobre as ações desempenhadas pelos secretários e não tão amigável, pois tem que desempenhar um papel de fiscalizador interno, fazendo exigências que nem sempre agradam os gestores dessas secretarias e órgãos. A relação tem que ser a mais amigável possível, pois ambas têm que estarem alinhadas.

Segundo os entrevistados é importante para a gestão pública, pois desde a constituição de 1988 a figura do controle interno existe. Mas diante de um cenário onde a corrupção e falta de ética na administração pública prevalece a figura de um controle interno atuante é muito importante. A pesquisa aponta que, no decorrer do tempo, por meio de leis e instrumentos normativos o controle interno tem se tornado mais evidente. Atualmente o Controle Interno tem tido reconhecido seu papel de auxiliador na gestão, conseguindo assim executar sua função fiscalizadora de forma pacífica no lugar de ser encarado como um órgão opressor, corrigindo em tempo real falhas e equívocos. Devido a essa ideia “opressora”, anteriormente, o controle interno era tratado com desconfiança pelos gestores, ou até como mero autenticador de papéis, sem capacidade de interferir nas ações governamentais. Hoje ele é visto com bons olhos pelo gestor, pois entende que veio para somar nas ações realizadas pelo gestor.

Segundo a visão dos entrevistados o controle interno nem sempre pode ser visto como instrumento de fiscalização, considerando que um de seus papéis a serem desempenhado na gestão é de orientação e, portanto, para isto é necessário diálogo. Na concepção dos entrevistados, o controle interno também adota inicialmente uma postura mais auxiliadora no acompanhamento dos processos sem esquecer de sua obrigação original como fiscalizadora. O Controle interno deve ser uma ferramenta principalmente de prevenção, mas que não deve se acovardar diante de irregularidades repetitivas, executando ações cabíveis na proteção do patrimônio público. Entretanto, o grande desafio é garantir a capacidade e a liberdade aos servidores responsáveis por esse setor de exercer ambas as funções de forma adequada. O controle interno veio para melhorar o andamento no diálogo entre os setores e fiscalização das ações evitando maiores transtornos.

Conforme os entrevistados a gestão pública municipal possui um planejamento baseado na avaliação de risco de processos e subprocessos, de acordo com a sua complexidade e relevância, para verificar a eficácia dos controles existentes em cada processo auditado, visando sempre a mitigação dos riscos existentes para o ente público. Dessa forma, os exames são realizados pela auditoria interna e são supervisionados pelo contador geral.

Na fala dos entrevistados, percebe-se que a responsabilidade pela implantação e manutenção dos controles internos no sistema público municipal é do gestor, juntamente com o Prefeito, e que o controle interno é responsável pela avaliação a eficácia operacional das atividades realizadas pelos setores do ente público, desde que à

administração tenha conhecimento dos resultados dos internos. Segundo eles todos os controles que mitigam riscos relevantes já estão mapeados, eles são testados periodicamente também pela auditoria interna e as eventuais falhas são comunicadas formalmente aos gestores responsáveis pela correção dos processos.

De acordo com os entrevistados atualmente os procedimentos adotados a nível de controle internos são os relatórios de execução de atividades e envio de declaração para o fisco. Esses relatórios são gerados de forma mensal referente ao mês anterior apresentando todas as operações realizadas por cada setor dentro da Secretária Municipal.

Verificou-se que quando as equipes de controle interno identificam novos riscos ou a necessidade de revisar as suas avaliações, de imediato é repassado a informação para a área de gestão de riscos para que sejam tomadas as providências necessárias. Acrescentaram ainda que, a cada fechamento de auditoria é enviado o relatório e sumário executivo para os membros da secretaria.

Conforme os resultados obtidos com os entrevistados o gerenciamento de riscos da gestão pública municipal está relacionado com os riscos e oportunidades que influenciam diretamente a criação ou a preservação de valor, sendo definido como um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração. O gerenciamento é realizado com base nas estratégias e métodos de identificação em fatores de potencial, que colaboram para o crescimento constante do setor público municipal. Afirmaram ainda que, os eventos que podem gerar um impacto negativo ou positivo, são trabalhados de forma antecipada para não serem pegos de surpresa, e que a utilização dos diagnósticos em sua avaliação da eficácia do sistema de controles internos, reduz de forma considerável a quantidade de testes substantivos para validar os saldos das contas.

Dentre outros aspectos, os entrevistados afirmaram que as principais características que constituem um sistema de controle interno municipal são: adaptação de sua estrutura administrativa de conforme o seu potencial econômico; flexibilidade do gestor público; seriedade e transparência dos servidores quando atuarem no sistema de controle interno promovendo o acompanhamento concomitante dos atos da gestão pública com o objetivo de assegurar a execução das atividades de modo eficaz.

Complementaram ainda dizendo que, o sistema de controle interno municipal deve observar os princípios de legalidade, para que assim possa ampliar os mecanismos de governança pública na esfera municipal. Ademais, a implantação do sistema de controle interno municipal deve resultar em benefícios para a sociedade em relação a ampliação de governança pública constituída de transparência dos atos, e com a aplicação dos recursos públicos de acordo com os programas de governo.

Os entrevistados descreveram que é necessário que o controle interno municipal defina as áreas de investigação - onde e o que avaliar - verificando a tempestividade e regularidade de atos; buscando evitar informações distorcidas e duplicidade de procedimentos de avaliação; de modo a permitir a compatibilização dos planos anuais de atividades com a padronização de procedimentos de avaliação pré-estabelecidas pela gestão municipal.

Segundo os entrevistados os indicadores obtidos por meio do controle interno municipal são: equilíbrio orçamentário - este indicador evidencia o quanto a receita realizada representa para cobrir a despesa executada. Tal indicador é encontrado da

divisão do valor da receita realizada pela despesa executada, o quociente representará a situação de déficit ou superávit de execução.

Ainda sobre o indicador, temos o de investimentos Per Capita - este indicador tem o objetivo de apontar em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto seria em benefícios para cada cidadão. Esse indicador é encontrado pela divisão do total de investimentos pela população do município.

Os indicadores de desempenho são: economicidade (que busca eliminar desperdício); eficácia (comparação dos resultados obtidos como os objetivos almejados); eficiência (comparação dos resultados obtidos e recursos empregados); qualidade; efetividade (comparação da produção); legalidade (observância dos parâmetros legais). Além desse, temos os indicadores sociais (educação e saúde); indicadores de fatores econômico/financeiros.

Os entrevistados destacaram que o controle interno apresenta vantagens de suma importância para o setor público, ele relatou que as principais vantagens são: a fiscalização direcionada a eficiência dos controles internos, a confiabilidade das correções dos registros contábeis, a verificação e controle da emissão de opinião sobre os demonstrativos contábeis, uma maior dificuldade de desvios de ativos e pagamentos não devidos, uma boa prevenção contra erros e fraudes de funcionários. Segundo eles, não existe de forma exata uma desvantagem na execução do controle interno na gestão pública municipal.

Conforme os entrevistados o controle interno é necessário e importante dentro da gestão pública municipal, tendo em vista que o controle interno verificar por meios dos relatórios a eficiência dos setores em comparação com as metas estabelecidas. A gestão pública municipal deve ter informações seguras sobre a sua situação fiscal, trabalhista e contábil, por isso, é de suma importância a atuação do controle interno no processo decisório.

Segundo os entrevistados a economicidade apresenta a relação positiva da variação custo/benefício, com o objetivo de aperfeiçoar resultados com menores custos em comparação aos maiores benefícios. Pode-se destacar que, um bom uso dos recursos financeiros reflete diretamente na execução orçamentária e na manutenção da gestão pública municipal. Com isso, pode-se afirmar que o controle interno da gestão pública municipal apresenta uma relação direta com a Economicidade.

Na concepção dos entrevistados constatou-se que a Eficiência é o atendimento dos recursos de fato utilizados na realização das metas estabelecidas nos planejamentos estratégicos, no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias, bem como na definição funcional programática. Por outro lado, a Eficácia tem o teor de atender as ações previstas com economicidade, criatividade e qualidade.

Dessa forma, o controle interno está interligado com a Economicidade, Eficiência e Eficácia, considerando-se que, aquele apresenta técnicas e sistemas de utilidade para a gestão pública municipal. Vale ressaltar que, o sistema de controle interno precisa de programa de informática integrado com os demais setores da gestão pública, que deverá informar através de relatórios os índices necessários para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

5 Considerações Finais

De acordo com o estudo realizado, a pesquisa apontou que o controle interno compreende um conjunto de procedimentos e políticas que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir uma maior segurança acerca da confiança das atividades realizadas na gestão pública municipal. O controle interno busca monitorar os ativos do ente público, promovendo bom desenvolvimento da gestão aprimorando as atividades e operações internas com o objetivo conhecer e comprar o custo/benefício de cada tomada de decisão interna na gestão.

Com base nas respostas obtidas, percebe-se que o controle interno busca em prol do desenvolvimento da gestão pública proporcionando que a administração atue com maior controle e conhecimento perante as tomadas de decisões. Além disso, o controle interno fornece para a gestão pública informações que possibilitem o aproveitamento de todas as oportunidades de boas oportunidades com a redução de custos.

Conforme a pesquisa realizada, constatou-se que controle interno é um agente auxiliador no processo decisório na gestão pública, pois, por meio dele é possível avaliar os processos internos, revisar todos os registros e documentos, bem como analisar as políticas, planejamentos, procedimentos e técnicas utilizados na gestão municipal. Em outras palavras, controle interno tem grande importância na gestão pública municipal, de modo a proporcionar ao gestor, contador e demais interessados uma visão detalhada sobre os setores interno existente na gestão do ente público e na qualidade das atividades executadas internamente.

Diante do exposto nesse trabalho, entende-se que o controle interno tem total aplicabilidade na gestão pública municipal, servindo como uma ferramenta de auxílio nas tomadas de decisões. Ademais, pode-se dizer que, a utilização do controle interno gera benefícios tanto para o ente público respectivo quanto para o desenvolvimento da sociedade.

Portanto, esse artigo cumpre com a sua função de questionar sobre essa problemática, bem como produzir uma reflexão sobre os aspectos importantes a respeito da aplicação do Controle Interno como uma ferramenta de auxílio nas tomadas de decisões na Gestão Pública Municipal. Dessa forma, abre-se o parâmetro para a produção de novos trabalhos que busquem um aprofundamento temático, contribuindo assim para a área científica e acadêmica de gestão pública.

Referências

ATTIE, Willian. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. Vade Mecum Saraiva. ed. Saraiva, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal**. 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 nov.2019.

BRASIL. **Lei 4320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>

Acesso em: 15 dez.2019.

BODART, Cristiano das Neves. **Gestão Pública**: transparência, controle e participação social. Editora: Faculdade Novo Milênio. ISBN online: 978-85-61895-05-1. ISBN impresso: 978-85-61895-04-4. 2015.

CASTRO, Domingos Poubel. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CRUZ, Flávio da. GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios**. São Paulo: Atlas, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA. **Manual de Gestão Pública Municipal** - 2019. Disponível em: <https://cfa.org.br/servicos-publicacoes/>> Acesso em: 19 nov.2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC n. 1.135**, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 – Controle Interno. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001135>. Acesso em: 05 out. 2019.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria e relatórios de auditoria. São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed.

5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública**. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e Contrato Administrativo**. 15.ed. São Paulo: Malheiros: 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37. ed. atual. Por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros: 2011.

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. **Controles Internos nas Organizações**. São Paulo: Edicta, 2002.

PEREIRA, José Matias. **Manuel de Gestão Pública Contemporânea**. ISBN: 9788597008784. Ed. 5. São Paulo: Atlas, 2016.

PERES, Ursula Dias. **Conceitos gerais de gestão pública**. Ciclo Formativo CPOP. Escola Superior de Gestão e Contas Públicas – TCMPS. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br/images/cursos/cons-municipais/conceitos.pdf>>Acesso em: 10 dez.2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2ª Ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortêz, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PARTICIPAÇÃO E INCLUSIVIDADE NOS CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO PARÁ¹

Vânia Katia Dantas Elias²

Mestra em Ciência Política –
Universidade Federal do Pará
e-mail: katiadantaselias@gmail.com

Resumo: Este artigo busca produzir reflexões sobre os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas do Pará visando compreender a capacidade destes se constituírem em mecanismos de aprofundamento democrático, no sentido de ampararem processos cada vez mais participativos e inclusivos. A centralidade da análise está na participação e representação associadas ao desenho institucional, nas regras e procedimentos de funcionamento destes Conselhos, como incentivadores e limitadores da ação participativa. O estudo encontra-se em processo de levantamento de dados, mas as variáveis presentes já permitem uma análise inicial. Tomou-se como referência o banco de dados da Secretaria estadual de planejamento e administração do Pará – SEPLAD, de 2020, que fornece as variáveis sobre 36 Conselhos, para a construção de uma tipologia, permitindo a análise comparativa da participação social entre eles.

Palavras-Chave: Conselho. Participação. Representação. Desenho Institucional

1 Introdução

Os espaços institucionais participativos tornaram-se elementos característicos do sistema político brasileiro, de tal forma que a Constituição Federal de 1988 preceitua a participação da sociedade na condução das políticas públicas. Os conselhos se disseminaram nos órgãos do estado brasileiro vinculados a um extenso leque de políticas e programas, como as políticas setoriais, configurando a participação institucionalizada da sociedade em sua relação com o Estado, por meio da representação das organizações da sociedade civil e da população junto às instâncias decisórias estatais.

Originalmente a criação dos conselhos de políticas públicas no Brasil baseou-se na compreensão de que estas experiências participativas possibilitariam o aprofundamento democrático melhorando a gestão de políticas públicas. (TATAGIBA,

¹ Trabalho apresentado para exposição no IV Colóquio de Governança Pública, baseado na dissertação de mestrado em Ciência Política, da autora.

² Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará-UFPa, trabalha como Assistente Social na Secretaria Estadual de Planejamento e Administração do Pará/SEPLAD.

2002). Ao longo do tempo, essas experiências se tornaram desafiadoras, à medida que suas expectativas não se concretizaram na realidade. Considera-se importante estudar estas experiências do ponto de vista de aprofundar os estudos explicativos capazes de apontar as possibilidades dessas inovações se constituírem em canais efetivos de participação democrática e inclusão, no exercício da cidadania e acesso a bens, serviços, e direitos. Um conjunto de pesquisas sobre Conselhos vem buscando refletir sobre a dinâmica interna dessas práticas participativas, o impacto na gestão, no controle das políticas públicas e na diferença de desempenho entre estas. (FARIA; RIBEIRO, 2011, p.126).

O presente trabalho está focado na perspectiva da participação democrática dos conselhos estaduais de políticas públicas do Pará, objetivando compreender a capacidade destes se constituírem como mecanismos de aprofundamento democrático, no sentido de ampararem processos cada vez mais participativos e inclusivos.

O estudo faz uma análise do desenho institucional dos Conselhos, ou seja, busca identificar nas regras e procedimentos específicos que modelam o funcionamento destes Institutos, os condicionamentos no seu interior, que indicam maior ou menor influência decisória e abertura na representação-inclusiva de segmentos sociais.

Utiliza-se de dados mais ampliados sobre os conselhos, ao invés dos estudos de casos, tendencialmente mais hegemônicos neste campo de estudo. Com isso, define-se que a unidade de análise deste trabalho são os conselhos estaduais de políticas públicas do Pará. Em 2020 a Secretaria Estadual de Planejamento e administração do Pará-SEPLAD, realizou levantamento nos atos normativos de 36 Conselhos Estaduais, a partir de sites das Secretarias Estaduais e Imprensa Oficial do Estado, para verificar a participação social nestes Institutos, gerando um banco com dados relativos à composição, processo decisório e de representação-inclusiva, dos mesmos.

Além desta introdução este estudo está subdividido em 03 seções. Na segunda, pretende-se tecer algumas reflexões sobre os principais debates produzidas no campo das experiências brasileiras com conselhos, para compreender suas características, e conceituação, como práticas de democracia participativa. Na terceira seção, debate-se brevemente com a literatura de avaliação dos conselhos, tendo em vista os aspectos metodológicos, a tipologia dos conselhos, as variáveis, suas categorias preferenciais, a

base de dados e tabelas. Na quarta seção, as considerações finais apontam para alguns resultados sobre os conselhos estaduais, sinalizando para importantes avanços e recuos no processo de aprofundamento democrático.

2 A Participação Institucionalizada No Brasil E As Experiências Com Conselhos De Políticas

Os debates sobre os Conselhos apresentam um cenário em expansão, indicando um quadro com vasta heterogeneidade conceitual. Diante de uma pluralidade de visões, busca-se apresentar algumas das principais contribuições teóricas produzidas no campo das experiências participativas sobre conselhos no Brasil, identificar as diversas concepções do que se entende por conselho e suas características marcantes que permitem compreender a dinâmica da participação institucionalizada no contexto histórico brasileiro.

Apontar para as possibilidades destes conselhos de políticas se constituírem como instrumento de ação política no interior das práticas institucionalizadas, contribuindo para o aprofundamento democrático, por meio da maior interação entre Estado e sociedade, na concretude de processos cada vez mais participativos.

2.1 Breve histórico da institucionalização da participação

Segundo Lavallo (2011) é no ideário participativo nos anos 60 que a categoria participação emerge no cenário brasileiro, como uma categoria prática orientadora da ação coletiva da população e que traz no seu bojo uma visão emancipatória dos atores sociais. A partir da década de 60, apresenta dois momentos: o primeiro com o sentido de *participação popular* assume como princípios a emancipação popular, e a luta por acesso a serviços públicos e efetivação de direitos da população e no segundo momento, no período da Constituinte, a participação torna-se cidadã, com uma grande diversidade de organizações não governamentais e com um discurso mais voltado para as causas dos direitos humanos. (LAVALLE, 2011, p. 34). Esse ideário se consolida com a promulgação da Carta Constitucional de 1988 que estabeleceu as possibilidades de exercício da participação, inovando ao assegurar a participação popular nas decisões públicas, no campo da ação das políticas sociais. Na década de 90, foram regulamentados

os preceitos constitucionais relativos à participação, adotando-se os conselhos institucionalizados como “expedientes institucionais para viabilizar a participação na gestão de políticas definidas como estratégicas.” (LAVALLE, 2011, p. 35).

Ao longo do séc. XX, a ampliação da participação da população levou o Brasil a se constituir em um dos países com maior número de práticas participativas democráticas, assumindo vários formatos e desenhos, dentre elas, as mais conhecidas e que ocuparam a maior parte dos estudos, o orçamento participativo, os conselhos de políticas e os Planos Diretores. (AVRITZER, 2008, p. 44).

Avritzer (2008) desenvolve o conceito de Instituições Participativas – IPs para caracterizar o modelo de participação institucionalizada no Brasil em três arranjos diferenciados, de incorporação da sociedade civil na gestão das políticas: (a) um modelo de baixo para cima, como exemplo os orçamentos participativos, (b) o de ‘partilha de poder’ caracterizado por uma institucionalidade paritária, onde participam atores estatais e da sociedade civil, não incorporam grandes públicos de atores sociais, e são criados por legislação que pressupõe sanção em caso da sua não implantação, aqui estão presentes os Conselhos de políticas; (c) outro modelo é o de “ratificação pública” onde a participação dos atores da sociedade civil é limitada no processo decisório, caso característico dos Planos Diretores. (AVRITZER, p. 45-46).

Conselhos fazem parte da estrutura da gestão pública, possuem regularidades e continuidades dos seus indivíduos diretamente ou por meio de representação. O alto grau de institucionalidade dos conselhos expressa diferenças e características comuns entre eles, mas de forma geral sua dinâmica está determinada em um arcabouço de regras legais e administrativas específicas de cada área.

Os Conselhos passam a ter previsão normativa a partir da Constituição Federal (CF) de 88 que pelo seu caráter de cidadania sinaliza para instituição do exercício da democracia participativa. O pós-1988 trouxe a preocupação em articular politicamente o estabelecimento de instrumentos de gestão democrática e participativa em legislações específicas, como Leis Orgânicas, a fim de regulamentar o direito constitucional da participação popular pela via dos Conselhos deliberativos. A Carta Constitucional também definiu um novo padrão descentralizado de intervenção pública, o que aprofundou a tendência da participação institucionalizada da sociedade na gestão de

políticas nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Assim, os conselhos passam a ter vinculação com os órgãos do Poder Executivo, nas 03 esferas da Federação, por áreas temáticas, objetivando a participação social na definição de prioridades para a agenda política e na formulação, acompanhamento e controle das políticas públicas. (IPEA, 2013).

A Constituição Federal de 1988 vai expressar o marco legal, formal, dessa expansão democrática que vinha se consolidando e da institucionalização da participação social nos debates e decisões sobre políticas públicas.

2.2 *Caráter plural e paritário*

O princípio da paridade entre o Estado e a sociedade é destacado em Tatagiba (2002) como mecanismo de equilíbrio nas decisões, previsto em lei, onde a representação governamental geralmente é exercida pelos agentes públicos, indicados pela chefia do Poder Executivo, bem como, da representação da sociedade civil, oriunda de escolhas, em fóruns próprios, com composição prevista por lei específica, dentre entidades e ONGs de prestação de serviços, defesa de direitos, associações, sindicatos, dentre outras, vinculadas às áreas específicas. A autora conceitua da seguinte forma: “Os conselhos gestores de políticas públicas são, portanto, espaços públicos de composição plural e paritária entre estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais”. (TATAGIBA, 2002, p. 54). Para a garantia efetiva do equilíbrio no processo decisório, indica duas dimensões da paridade, uma com relação à sua igualdade numérica, e outra relativa à sua dimensão política.

A experiência dos conselhos como campo para a consideração do interesse público requer a pluralidade e a paridade na sua composição, condição fundamental para ampliação do seu potencial democratizante. Apresentam-se como espaços de fomento ao aprofundamento democrático à medida que ampliam os sujeitos participantes e um número cada vez maior de diferentes interesses são representados nos processos de debate público por meio da discussão, negociação e deliberação.

2.3 *Caráter participativo associado ao desenho institucional dos Conselhos*

Estudos têm apostado no desenho institucional para determinar o desempenho democrático especificamente dos conselhos. Cunha (2014) destaca o conceito de desenho institucional como projetos de intervenção, intencionais, que expressam princípios, valores, e expectativas de ação. Admite-se para análise deste estudo o conceito de participação política como um critério qualitativo para a democracia, compreendendo que participar não é apenas estar presente, mas intervir nos processos decisórios em igualdade de poder, determinando as consequências da decisão. (PATEMAN, 1992, p. 61).

No que concerne ao desenho institucional, as análises de Faria e Ribeiro (2011) apontam que o foco está no formato e nas regras de funcionamento dos Conselhos, já que normas e procedimentos funcionam, simultaneamente, como incentivadores e limitadores da ação dos participantes e variáveis institucionais impactam nas dinâmicas participativas, deliberativas e representativas das instituições. No estudo destas autoras o formato institucional define quem participa, quais temas, como são debatidos os temas, quais recursos informacionais, dentre outros. Afirmam que as análises normativas dos Conselhos geram informações acerca: (a) do grau de institucionalização; (b) de democratização; e (c) da representação, onde cada uma dessas dimensões pode ser medida por um conjunto de variáveis específicas.

Para os objetivos deste trabalho destacam-se as análises sobre as variáveis que podem influenciar o potencial inclusivo e democratizante dos Conselhos tais como as informações relativas a sua composição, processo decisório e de representação, os quais serão melhor desenvolvidos na seção seguinte sobre a perspectiva empírica e metodológica. Parte-se da adoção de um conjunto de aspectos capazes de tornar desejável o funcionamento desses Conselhos quanto a sua natureza democrática e de renovação institucional, pela presença de formas ampliadas de participação na gestão das políticas públicas. Estes aspectos estão ressaltados nos trabalhos de autores como Faria; Ribeiro (2011), Tatagiba (2002), os quais irão orientar os procedimentos empíricos e a sua aferição neste estudo.

Com base na proposta original dos Conselhos de Políticas Públicas de se constituírem em espaços institucionalizados de ampliação do potencial democratizante da

sociedade brasileira, pode-se destacar 03 dimensões que os caracterizam como seus principais atributos, ou seja, aquilo que os faz pertencerem a uma mesma categoria e que pode ser capaz de comparativamente identificar suas diferenças e igualdades: (a) *Deliberativa*: Conselhos são espaços deliberativos no sentido de que participam, influenciando o processo decisório, construindo e alterando prioridades na agenda pública estatal. A deliberação pressupõe um espaço de debate, de argumentação e justificação na formação de preferências, que antecede a decisão. Agrega a expressão de diferentes atores e seus diferentes interesses, condição da natureza pública e democrática que gera uma pluralidade de consensos e acordos.; (b) *Participativa*: É compreendida no sentido de que não basta que os conselhos sejam canais de debates e argumentações, é necessário que exerçam influência nas decisões públicas, no processo decisório, agindo como força de norma a ser cumprida, alterando e determinando prioridades na agenda pública (TATAGIBA, 2002). (c) *Representativa*: é aqui entendida na sua capacidade de pluralidade de segmentos sociais, que é a capacidade que cada conselho tem em incorporar na composição da sociedade civil, a maior diversidade possível de segmentos sociais e de interesses em uma determinada política pública específica, tais como, empresariado, cidadãos-usuários, trabalhadores, comunidade científica, ONGs e outras, por conseguinte, de ampliar a democracia. Pressupõe ainda, a paridade como mecanismo de equilíbrio no processo decisório da relação de representação entre Estado e sociedade civil, tornando legítima a disputa entre interesses contrários. Portanto, não se trata da importância da legitimidade da representação, mas, unicamente na análise das regras que possam indicar a existência de uma pluralidade de segmentos e da identificação das formas de representação.

3 Descrição E Resultados Da Pesquisa

Nesta seção debate-se brevemente com a literatura de avaliação dos Conselhos tendo em vista os aspectos metodológicos. Demonstra-se como utilizar os princípios normativos destacados na seção anterior, optando-se por trabalhar com duas dimensões de análise, a participação e a representação, para compreender a participação democrática dos conselhos estaduais de políticas públicas.

Esta pesquisa é continuidade de estudos realizados na dissertação de mestrado, sobre o tema da participação e inclusividade representativa nos Conselhos Nacionais, que visou compreender se estes se constituem em mecanismos de aprofundamento democrático, no sentido de ampararem processos cada vez mais participativos e representativos. A partir dos resultados da dissertação, optou-se pela continuidade dos estudos, mantendo-se o referencial teórico e metodológico, apenas direcionando a unidade de análise para o âmbito dos Conselhos Estaduais de Políticas do Pará. Utilizou-se a base de dados da SEPLAD (2020) sobre 36 Conselhos Estaduais de Políticas do Pará, que subsidiou este estudo. Apesar da base de dados não apresentar todas as variáveis necessárias para este trabalho, opta-se por apresentar seus resultados ainda que parcialmente, enquanto se realizam novos levantamentos de dados que complementarão e incorporarão outras variáveis de análise sobre os Conselhos. O banco de dados fornece as variáveis e a partir delas definem-se as categorias e valores preferenciais construindo-se assim, uma tipologia de análise dos conselhos que permite traçar análises comparativas entre eles, organizadas e apresentadas em tabelas para facilitar a análise dos resultados.

3.1 Metodologia de análise dos Conselhos.

O trabalho volta-se especificamente para as regras de funcionamento dos conselhos, objetivando perceber a capacidade de participação e representação dos mesmos, definindo seu potencial democratizante.

O caminho metodológico traçado se utiliza das tipologias como recurso para a análise e avaliação, a definição de algumas dimensões analíticas ou condicionantes para análise dos Conselhos, dentre elas “[...] características definidas nas legislações e nos regimentos que as implementaram e que regulam seu funcionamento” (SILVA, 2011, p. 239).

Este estudo utiliza-se de dados secundários constantes no banco de dados da SEPLAD disponibilizado em planilha de World, no Relatório de metas do 1º quadrimestre de 2021. Ao longo de 2020, a SEPLAD realizou levantamentos nos atos normativos dos Conselhos estaduais (Leis ou decretos de criação e Regimentos Internos), pelos meios digitais, sites das Secretarias Estaduais e Imprensa Oficial do Estado. O banco de dados é composto por 06 variáveis: a) *órgão de vinculação* (indicando o órgão estadual ao qual

o Conselho está vinculado), b) *nome do Conselho*, c) *existência de segmento da sociedade civil na composição* (indicando a participação da sociedade civil na estrutura do conselho), d) *caráter deliberativo* (indicando se o conselho tem prerrogativas para a tomada de decisões), e) *existência de paridade* (indicando a existência de igualdade nos assentos, entre governo e sociedade), e f) existência de pluralidade de segmentos da sociedade (indicando se há diversidade de segmentos sociais na composição da sociedade civil)

Para a seleção dos Conselhos estaduais levou-se em consideração o entendimento de acordo com o IPEA (2013), de que conselhos são espaços públicos vinculados à órgãos do Poder Executivo, que agregam a participação da sociedade no processo de decisão de prioridades, na formulação e controle das políticas públicas. Foram considerados aqueles conselhos centrais em suas áreas de políticas públicas, “excluindo-se os auxiliares, e complementares na execução de políticas, os curadores e gestores de fundos, ou de administração de programas vinculados a políticas mais amplas” (IPEA, 2013, p.12). Partindo destes critérios, do total de 36 conselhos existentes na base de dados, consideraram-se aptos a participar da pesquisa, 33 conselhos, excluindo-se 03 deles, que não apresentaram informações suficientes para as análises aqui propostas.

3.2 *Formulação da tipologia e definição das variáveis.*

Alguns atributos caracterizam as práticas participativas institucionalizadas. Na seção anterior, foram conceituados e destacados três desses atributos: a deliberação, a participação e a representação, que norteiam as análises que serão formuladas adiante sobre os conselhos. No entanto, para fins de adequação ao banco de dados utilizado, optou-se por trabalhar com apenas duas dimensões, a participativa e representativa, fundindo-se duas delas a deliberação e a participação (doravante mencionada apenas por este último termo) e manteve-se, ademais, a dimensão da representação.

Na dimensão da participação, considerou-se, que conselhos de políticas são mais participativos quando o poder decisório propicia alternância na presidência do conselho, entre os segmentos representados; quando os conselheiros tomam decisões e quando possuem poder para alterar e definir a pauta de reuniões. Tendo em vista as variáveis presentes na base de dados utilizada, pode-se selecionar uma (01) variável, o caráter

deliberativo, que é a capacidade de tomada de decisão nos conselhos. Considerou-se que Conselhos deliberativos são aqueles que por prerrogativa da regra formal são capazes de assegurar que suas decisões se efetivem nas políticas e programas. Diferenciam-se dos conselhos consultivos já que estes não possuem poder de decisão, restringindo-se a recomendações. (IPEA, 2014, p.13). O banco de dados apresenta essa variável como dicotômica, com as seguintes categorias: consultivo e deliberativo, para a construção da tipologia de análise, a última foi tomada como preferível. Considerando que o estudo aqui apresentado se encontra em andamento, as outras duas variáveis (alternância no exercício da presidência e poder para alterar e definir pauta) estão em processo de levantamento e serão acrescidas posteriormente para a conclusão final deste estudo.

Na dimensão da representação considerou-se que conselhos de políticas públicas são mais representativos quando propiciam pluralidade de segmentos sociais na sua composição; mais igualdade na distribuição de cadeiras entre os segmentos representados e um formato mais aberto à escolha do segmento da sociedade civil. Tendo em vista as variáveis presentes na base de dados, pode-se selecionar duas (02) variáveis, a paridade na distribuição das cadeiras entre governo e sociedade e a pluralidade de segmentos da sociedade, para indicar o potencial dos conselhos em absorver diversos segmentos da sociedade. Na variável da paridade de cadeiras para o segmento da sociedade civil, foi tomada como preferível, a condição mínima de igualdade nas cadeiras ocupadas por representantes da sociedade civil e do governo – o que torna a composição dos conselhos mais equilibrada e inclusiva. No que tange à variável da pluralidade de segmentos sociais foi tomada como preferível aqueles Conselhos que apresentam diversidade de segmentos sociais na sua composição, denotando maior capacidade em absorver as demandas de segmentos sociais. Ressalta-se que a preferência relativa ao formato mais aberto de escolha dos segmentos sociais (eleições diretas) não foi oferecida pela base de dados utilizada, estando em processo de levantamento de dados a fim de completar todas as preferências necessárias para a conclusão final do estudo.

As preferências supracitadas são assumidas no quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Tipologia de Conselho de Políticas Públicas.

Participação	Representação
Caráter deliberativo	Segmentos sociais com ao menos a metade dos assentos no Conselho. Pluralidade de segmentos da sociedade civil

Fonte: Elaboração própria.

Para estabelecer comparações entre os conselhos optou-se pelo desenvolvimento desta tipologia, visando classificar essas experiências e avaliar a capacidade destes se constituírem em efetivos mecanismos de participação democrática. O nível de atendimento dos diversos conselhos às preferências supracitadas permite uma classificação, conforme a tipologia descrita a seguir: a) Quando o conselho analisado apresentou três preferências nas dimensões analisadas foi classificado como “*Altamente participativo-representativo*”; ao passo que se apresentou uma ou duas das condições, foi descrito como “*parcialmente participativo-representativo*”; se não apresentou nenhuma das preferências foi classificado como “*Não participativo-representativo*”; b) No primeiro grupo, os conselhos altamente participativo-representativo são caracterizados pela participação democrática e representativa consolidada, devido a capacidade de tomarem decisões e influenciarem na estrutura decisória; pela capacidade de equilíbrio no poder decisório, dada a igualdade de representações entre Estado e Sociedade e maior abertura para pluralidade de representações da sociedade civil, produzindo uma estrutura mais inclusiva representativa. No segundo grupo, os conselhos parcialmente participativo-representativo são caracterizados por capacidades incipientes de participação e representatividade, produzindo uma influência parcial no processo decisório e pouco impacto na sua estrutura inclusiva representativa. O terceiro grupo, dos conselhos não participativo-representativo, a participação democrática e representativa é precarizada, devido à ausência das capacidades de participação e representação.

3.3 *Exposição e descrição dos dados*

Os dados foram inicialmente organizados e apresentados em tabelas, a fim de compreender o seu comportamento e facilitar a análise dos resultados.

A tabela abaixo demonstra de forma agregada, a frequência das variáveis nos conselhos.

TABELA 1- EXISTÊNCIA DE CARÁTER DELIBERATIVO.

Dimensão	Caráter deliberativo	Nº de conselhos	%
Participação	Sim	28	84,85
	Não	05	15,15
Total geral		33	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEPLAD (2020).

Ao observar a Tabela 1, verifica-se que 28 conselhos ou 84,85% destes, apresentam capacidade decisória sobre as políticas públicas vinculadas e que 05 Conselhos, ou 15,15% deles, ainda não possuem caráter deliberativo, seus conselheiros tem direito a voz, mas não podem votar.

Tabela 2- Existência de paridade.

Dimensão	Paridade	Nº de conselhos	%
Representação	Sim	15	45,45
	Não	18	54,55
Total geral		33	100

Fonte: elaboração própria com base nos dados da SEPLAD (2020).

A tabela 2 demonstra que 18 Conselhos, a maioria deles (54,55%) não distribui o poder decisório de forma paritária, indicando que há um desequilíbrio na distribuição dos assentos entre o Estado e a sociedade civil. Para 15 destes conselhos (45,45%) a distribuição de assentos é distribuída de forma igualitária, propiciando maior equilíbrio no processo decisório.

Tabela 3 – Existência de pluralidade de segmentos da sociedade.

Dimensão	Pluralidade	Nº de conselhos	%
Representação	Sim	28	84,85
	Não	05	15,15
Total de Conselhos		33	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEPLAD (2020)

A tabela 3 demonstra que 28 conselhos, perfazendo (84,85%) deles, apresentam capacidade em incorporar nas suas estruturas, a maior diversidade possível de segmentos

sociais e de interesses e que para 05 conselhos (15,15%) a pluralidade é fragilizada, pela não incorporação nas suas estruturas de maior diversidade de segmentos sociais.

3.4 Resultado da tipologia:

A identificação das preferências de cada conselho permitiu a classificação de cada caso, da seguinte forma:

Quadro 2 – Classificação dos conselhos gestores na participação e representação

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CONSELHO
Altamente participativo representativo	Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos, Conselho Estadual de Previdência, Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa idosa, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com deficiência, Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Pesca e Aquicultura, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Conselho Estadual sobre Drogas, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Transportes.
Parcialmente participativo-representativo	Conselho Estadual de Defesa Agropecuária, Conselho Estadual de Defesa Animal, Conselho Estadual de defesa Vegetal, Conselho Estadual de Transito, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica, Conselho Estadual de Cultura, Conselho Estadual das Cidades do Pará, Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Pará, Conselho Estadual de Esporte e Lazer, Conselho Estadual de Segurança Pública, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Estadual da Diversidade Sexual, Conselho Estadual de Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Não participativo representativo	Fórum de Desenvolvimento turístico do Estado do Pará, Conselho de Políticas criminal e penitenciária

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEPLAD/DDG (2020).

A seguir agregam-se os Conselhos por tipo de classificação.

Tabela 4-Distribuição dos Conselhos por tipologia.

Tipologia	Nº de conselhos	%
Altamente Participativo Representativo	14	42,42
Parcialmente Participativo Representativo	17	51,52
Não participativo Representativo	02	6,06
Total Geral	33	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEPLAD/ (2020).

Quando se observa a tabela 4 verifica-se que houve uma grande concentração do número de conselhos em duas categorias: “parcialmente participativo-representativo” e “altamente participativo-representativo”. Maior concentração de conselhos na categoria “parcialmente participativo-representativo” com 17 conselhos, perfazendo um total de 51,52% em relação ao total geral. Na categoria “altamente participativo-representativo” com a participação de 14 conselhos, perfaz um total de 42,42% em relação ao total geral. São Conselhos mais favoráveis ao aprofundamento democrático, indicando alta capacidade de tomada de decisões, de influenciar as políticas públicas, igualdade na distribuição dos assentos e pluralidade de segmentos sociais. A categoria dos “Não participativo-representativo”, apresentam o resultado menos favorável ao desenvolvimento de um potencial de participação democrática, com 02 conselhos, perfazendo 6,06% do total geral. Constituem-se em institucionalidades que não adotam os Conselhos como expedientes de partilha de poder, capazes de viabilizar a participação na gestão de políticas.

4 Considerações Finais

Este estudo busca na perspectiva da participação democrática dos conselhos estaduais de políticas públicas do Pará, compreender se estes se constituem como mecanismos de aprofundamento da democracia. Busca-se analisar a capacidade destes conselhos se constituírem em mecanismos de aprofundamento democrático, no sentido de ampararem processos cada vez mais participativos inclusivos.

Quanto à participação, os conselhos analisados apresentam capacidade para o ato de tomar decisões, são caracterizados pela *participação plena* que ocorre em processos onde cada indivíduo em deliberação possui poder igual para decidir o resultado final das

decisões (PATEMAN, 1992, p. 97). O que foi evidenciado em 84,85% dos conselhos com caráter deliberativo. No entanto, chama atenção a existência de conselhos que ainda são meramente consultivos, o que de acordo com Pateman (1992) fragiliza a ideia de partilha de poder decisório, já que exercer influência sobre uma decisão não é o mesmo que determinar o resultado desta. O que se evidencia em 15,15% dos conselhos analisados. A justificativa pode estar vinculada às trajetórias diferenciadas que os conselhos de políticas seguiram na sua origem e formalização, nas áreas temáticas específicas, resultando nessas caracterizações diversas. Pelas limitações próprias da variável desenho institucional seria interessante avançar com estudos complementares na perspectiva de analisar também a qualidade desses processos decisórios.

Na dimensão da representação-inclusiva busca responder às necessidades de representação dos diversos segmentos da sociedade numa política pública específica. Os resultados encontrados para esta dimensão sinalizam que os conselhos analisados apresentam diversidade de segmentos sociais na composição da sociedade civil. O que se evidencia em 84,85% dos Conselhos. Importa destacar, que a segmentação social nos conselhos se caracteriza por representações de interesses específicos, relacionados a determinada política pública específica.

Ainda que fundamentada pela forte presença da sociedade civil nestes espaços, os conselhos estaduais em sua maioria não são paritários, evidenciando desequilíbrio nos assentos ocupados pela sociedade civil em relação ao segmento estatal. Isto pode ser evidenciado em 54,55% dos conselhos analisados e está na contramão dos anseios originais das lutas pela criação dos Conselhos, por um padrão de equilíbrio na disputa pelo poder, a partir da presença marcante do segmento da sociedade nestes Institutos.

O que se conclui é que a participação democrática dos conselhos estaduais de políticas públicas sinaliza presença da sociedade civil, uma estrutura de poder decisório caracterizada pela tomada de decisão, maior abertura para inclusão de diferentes interesses representados nos processos de debate público, no entanto, ainda limitados no princípio da paridade, na distribuição dos assentos de forma igualitária, comprometendo o processo decisório da relação de representação entre Estado e sociedade, tornando desequilibrada a disputa entre interesses contrários. Os achados indicam que embora a experiência participacionista dos Conselhos estaduais no Pará aponte para importantes

avanços na luta pela democratização, ainda apresenta dificuldades para se constituir em prática concreta capaz de participar na definição das políticas públicas. Necessário ainda destacar que esses arranjos participativos, não podem ser vistos sozinhos como responsáveis pelo aprofundamento democrático, nem como substitutos de outras formas de democracia como a representativa, nem da participação popular, mas, compreender os seus limites e colocar as experiências dos Conselhos no bojo de movimentos de avanços e recuos do processo democrático.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.14, n.1, 2008.

CUNHA, Eleonora S. M. Desenho Institucional, participação e deliberação democráticas: conexões. *In*: CUNHA, E.S.M.; THEODORO, H. D. (org.). **Desenho Institucional, democracia e participação**: conexões teóricas e possibilidades analíticas. Belo Horizonte: Editora P'lácido, 2014. p.19-39.

ELIAS, Vania Katia D. **Participação e Inclusividade nos Conselhos Gestores Nacionais de Políticas Públicas**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, p.105.2019

FARIA, Claudia F.; RIBEIRO, Uriela Coelho. Desenho Institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. *In*: PIRES, Roberto R. C.(org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília, DF: IPEA, 2011.v.7. cap. 8. p. 125-135.

IPEA. **Conselhos Nacionais**: elementos constitutivos para sua institucionalização. Brasília, DF, 2014.

IPEA. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao>>. Acesso em: 23 maio, 2018.

LAVALLE, Adrian Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos causa. *In*: PIRES, Roberto R. C.(org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: Estratégias de avaliação. Brasília, DF: IPEA, 2011. v.7, cap.1. p. 33-42.

LÜCHMANN, Lígia. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 87-97, jan./abr. 2008.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SEPLAD. Relatório de metas do 1º quadrimestre de 2021. Diretoria de desenvolvimento de Gestão. Belém, Pa. 2021

SILVA, Marcelo K. Dos casos aos tipos: notas para uma apreensão das variações qualitativas na avaliação das Instituições Participativas. *In*: PIRES, Roberto R. C.(org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília, DF: IPEA, 2011.v.7. cap. 16. p. 233-246.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a democratização das Políticas Públicas no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.